



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII SUP. C AO Nº 186, TERÇA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2017

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS MAUS-TRATOS

Ata da 5ª Reunião, realizada em 21 de setembro de 2017	4
Ata da 6ª Reunião, realizada em 27 de setembro de 2017	56
Ata da 7ª Reunião, realizada em 4 de outubro de 2017	83
Ata da 8ª Reunião, realizada em 5 de outubro de 2017	107
Ata da 9ª Reunião, realizada em 17 de outubro de 2017	110

1.2 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BNDES

Ata da 9ª Reunião, realizada em 25 de outubro de 2017	122
Ata da 10ª Reunião, realizada em 8 de novembro de 2017 (em conjunto com a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS)	167
Ata da 12ª Reunião, realizada em 28 de novembro de 2017 (em conjunto com a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS)	213





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA CPI DOS MAUS-TRATOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Magno Malta, reúne-se a CPI dos Maus-tratos com a presença dos Senadores Simone Tebet, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Ana Amélia, Ataídes Oliveira, Paulo Paim, Elmano Férrer e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Eduardo Amorim e Lídice da Mata. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada.** Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Realização de Audiência Pública. **Participantes:** Sr. André de Mattos Salles (psiquiatra); Sr. Carlos Henrique Aragão Neto (psicólogo); Sra. Fernanda Benquerer (representante de: Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio – ABEPS). Sr. Antonio Carlos Braga dos Santos (representante de: Centro de Valorização da Vida – CVV). **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 95 de 2017** que : "Requer realização de Audiência Pública no Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Resultado:** Aprovado, com exclusão do Sr. Rogers Elizandro Jarbas.. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 96 de 2017** que : "Requer a convocação da Sra. LUANA BATISTA DOS SANTOS." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 97 de 2017** que : "Requer Cessão do Procurador da República Guilherme Zanina Schelb." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 98 de 2017** que : "Convite ao Diretor Nacional da Visão Mundial, Sr. JOÃO DINIZ." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, **juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Magno Malta

Presidente da CPI dos Maus-tratos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/21>

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Declaro, em nome de Deus, abertos os trabalhos que visam investigar maus-tratos infantis no Brasil, havendo quórum regimental.

Cumprimento a Senadora Simone Tebet, que tanta falta tem feito aqui; Senador José Medeiros, nosso Relator.

Os requerimentos que votamos na reunião passada, que foram enviados, as convocações, eu atendi a um apelo do Senador Flexa Ribeiro e da Senadora Ana Amélia, mas os advertindo, até porque conheço quem estavam convocando, e eles pediram, atendendo ao apelo dessas pessoas que foram bater em seus gabinetes – eles só não batem no meu, porque sabem que eu os conheço e também não atenderia –, as operadoras de telefonia no Brasil, que não cumprem a lei, porque há um termo de ajuste de conduta assinado com a CPI da Pedofilia de que, havendo risco iminente de vida e abuso de criança, dar-se-á entre duas horas e no máximo de vinte e quatro horas a quebra de sigilo às autoridades, na proteção das crianças. E nunca fizeram. Mas eu atendi aos dois Senadores, dizendo a eles que, um dia antes de acontecerem as oitivas, eles mandarão uma carta dizendo: "Com os compromissos já assumidos, cumprimentamos essa douta CPI, que faz um belo trabalho para o Brasil, mas infelizmente não vamos poder comparecer." Aviso que, sendo dessa forma, virão coercitivamente. E aí não haverá mais convocação, a Polícia Federal buscará coercitivamente, avisando que CPI tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder de justiça e de polícia. Da mesma forma... E, no dia seguinte, li uma matéria da Oi: está condenada a pagar R\$50 mil por dia, condenada em todos os tribunais, recorreu, por negar informação de abuso de criança. Mas eles são muito trabalhadores nos seus interesses e nos seus *lobbies*. Aviso de novo: comigo não cola. Nós vamos cumprir o termo de ajuste de conduta.

Atendi também na convocação dos diretores do Santander. O advogado veio, pedindo para mudar o nome, não o do Presidente, mas o do Diretor Cultural do Santander; eu atendi; ele deu um outro nome. A assessoria da CPI, Senador José Medeiros e Senadora Simone, entrou em contato, querendo o endereço desse Diretor para poder notificá-lo, eles não sabiam informar; entrou em contato também com o advogado, que também não sabia informar. Mas a Polícia Federal sabe.

Ontem, eles vieram aqui dizendo que há um encontro de diretoria na terça-feira próxima – e na terça-feira seriam as oitavas –, pedindo para transferir para quinta. Eu transferi. Advirto: fim de festa. E, advogado, atendi o senhor tão bem, de forma educada, mas depois o senhor não soube informar o endereço do seu cliente, mas advirto que a Polícia Federal sabe, e a convocação dele, coercitiva, acontecerá, e ele virá.

Esta é uma CPI para investigar maus-tratos de criança; esta não é uma CPI que cabe *lobby*; esta não é CPI que cabe conversa fiada, e, se fosse com conversa fiada, eu estaria... Se fosse para não ir para lugar nenhum, eu estaria na CPI do BNDES, eu estaria em outro tipo de CPI aí, de disputa e de briga política. Eu só estou nesta porque é convergência, é vida, é criança, é família. E aqui eu não abro mão.

Então, eu estou avisando, eu estou avisando: nós não estamos brincando. Não é uma CPI de brincadeira. Aviso aos Srs. Senadores que a Polícia Federal já nos atendeu, definindo o delegado federal de crime cibernético que estará conosco; também o Ministério Público Federal; o Ministério Público estadual, de São Paulo, que está mandando o Dr. Cosenzo; também o Ministério Público do meu Estado, e notificado também foi o Tribunal do seu Estado, Senador José Medeiros, na indicação do juiz, e eles já responderam que o estão cedendo para que esteja compondo a nossa assessoria durante todos os dias de trabalho nesta Casa – terça, quarta, quinta-feira, a assessoria estará reunida em profundo trabalho.

Nós ainda estamos, no momento, ouvindo autoridades, especialistas em crime cibernético. Nós estamos vivendo numa época de muito suicídio em função do avanço da internet e da criminalidade. Com uma nova modalidade de crime, muito jovem se suicidando, muito jovem se automutilando, e é sobre isso que vamos falar hoje aqui, na questão da vida, na questão desse socorro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos autoridades aqui, especialistas por nós convidados, não convocados, convidados para poderem nos ajudar a construir uma legislação correta, importante, que revele a nossa preocupação com as nossas crianças... Digo os nossos filhos, porque todas as crianças são filhos de todos nós. Independente de onde elas estejam e quais sejam suas origens, eles são nossos filhos e deles nós temos de cuidar, e, cuidando dessas crianças, fazendo um enfrentamento à bandidagem que se utiliza da sua mente criminosas para levar vantagem e para poder ganhar dividendos na mutilação das nossas crianças. Nós não temos requerimentos a serem votados.

Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da ata permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Eu quero convidar para se assentar conosco aqui, na mesa, a Sr^a Fernanda Benquerer – eu quis inglesar seu nome, mas é mais fácil do que eu imaginei, é Benquerer –, representante da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio; é um prazer ter a senhora aqui conosco; o Sr. Antonio Carlos Braga dos Santos, representante do Centro de Valorização da Vida, a quem agradeço também; o Sr. André de Matos Salles, psiquiatra. Muito obrigado, Dr. André. Muito obrigado, Dr. Antonio. E o Sr. José Carlos Henrique Aragão Neto, psicólogo, agradeço também a sua participação conosco. Dr. André, seja bem-vindo.

Bom, para que haja praticidade, eu queria fazer um encaminhamento aqui – não sei se a Senadora Simone gostaria de propor alguma outra coisa e o nosso Relator também – para que nós concedêssemos o tempo a cada um deles e, em seguida, nós formularíamos as perguntas relacionadas às nossas dúvidas e àquilo que eles podem nos acrescentar, até porque, de pronto, eu já queria convidá-los a nos ajudar na formulação de uma legislação nesse sentido.

Eu não costumo encerrar nenhuma CPI que comando sem que ela tenha aprovada para a sociedade. Essa coisa de você recomendar... Você faz uma solenidade, lê o relatório, recomenda e só fica na recomendação e não acontece nada. Então, nós queremos aprovar uma legislação – penso que é necessário neste momento – e nós queremos contar com quem entende, com quem vive, com quem tem vivência nesse assunto, e, para nós, vocês são muito importantes. Dada essa disponibilidade, os senhores poderão nos informar depois com a nossa assessoria, até porque têm falado com a nossa assessoria. Vamos ficar muito agradecidos.

Senador José Medeiros e Senadora Simone, podemos ouvi-los?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente pode começar com o Dr. Antonio. A princípio, eu lhe dou dez minutos, mas, se o senhor precisar de mais tempo, teremos o tempo. Está certo?

O SR. ANTONIO CARLOS BRAGA DOS SANTOS – Não, é suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – E, depois, a Dr^a Fernanda e, depois, os nossos outros queridos, já agradecendo.

O SR. ANTONIO CARLOS BRAGA DOS SANTOS – Bom dia, Senador. Bom dia a todos.

Obrigado pelo convite da participação do CVV (Centro de Valorização da Vida).

Nós somos voluntários, nós não somos técnicos, especialistas; para isso, a Mesa compõe esses profissionais.

Nós podemos falar um pouco da vivência prática que o CVV tem de 55 anos na prevenção do suicídio. O CVV tem dois mil voluntários, atende no Brasil todo a um milhão de ligações por ano, dando apoio emocional às pessoas que vivem um momento difícil na vida e chegam a achar que a vida não vale mais a pena. Há 55 anos, nós tentamos despertar a sociedade para o tema suicídio, mas ninguém quer falar sobre esse assunto. Então, parabenizamos o Senador pela iniciativa, porque o suicídio infantil cresce no mundo todo, e no Brasil não é diferente. De 1984 a 2014, aumentou em quase 30% o número de suicídios infantis no Brasil. Quem diz isso é o Mapa da Violência, publicado pelo próprio Ministério da Saúde.

Nós fazemos um atendimento por telefone e, há cerca de quatro anos, Senador, nós começamos a fazer o atendimento por *chat*, para tentar chegar mais próximos da população jovem, porque esse é o meio de comunicação que eles utilizam hoje. Foi muito difícil tentar entender e discutir se o atendimento por *chat* escrito poderia substituir o atendimento telefônico. E foi uma surpresa. A surpresa aconteceu em dois momentos. Primeiro, que as pessoas escrevem aquilo que não falam. A objetividade sobre falar sobre morte e suicídio é impressionante.

Nós fizemos no ano passado 30 mil atendimentos por *chat*, e 50% dessas pessoas falam em morte e suicídio. E o que nos impressionou mais é que metade desses contatos foram de jovens entre 13 e 19 anos de idade – 50%. E um terço desses falam em suicídio e falam em ferir a si mesmos, automutilação, e metade desses está entre a faixa de 13 e 16 anos de idade. Nós identificamos isso no atendimento por *chat*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CVV não faz estatística, não é uma atividade profissional. É uma atividade voluntária, as pessoas são capacitadas a entender o momento da dor e do sofrimento do outro e, para isso, lhe dar o apoio. Ele ouve quando ninguém mais quer ouvir ou quando as pessoas não têm com quem falar e ouvir. Falar é terapêutico. Falar diminui a pressão. Ouvir, o mundo tem muitos cursos de oratória e poucos cursos de "escutatória", e o CVV é um curso de "escutatória", capacita pessoas a isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – E a "escutatória" é tão importante que a Bíblia diz que a fé vem pelo ouvir. É tão importante! Se a fé vem pelo ouvir, imagina as outras coisas.

O SR. ANTONIO CARLOS BRAGA DOS SANTOS – E vivemos num mundo em que ninguém ouve ninguém, ninguém mais tem tempo para ouvir as pessoas. E a angústia, a dor e o sofrimento dessas crianças, dos jovens, desorientados, perdidos, com lares desfeitos, não sabendo lidar com esse sofrimento que a vida promove – e nós sabemos disso tudo na sociedade –, a depressão infantil, tudo isso acontece não é na sociedade, é nos nossos lares. Nós temos parentes, amigos que sofrem de depressão – e a Dr^a Fernanda tem capacidade para falar sobre a questão da psicopatologia da depressão. O CVV está aí à disposição para contribuir com o tema.

Eu abriria colocando essas informações e fico aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Agradeço ao Sr. Antonio.

A Dr^a Fernanda tem a palavra. Fique à vontade. Pode até usar os cinco minutos que ele deixou para você e, se precisar de mais, tem.

A SR^a FERNANDA BENQUERER COSTA – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer pelo convite para estar aqui hoje e falar de um tema com que a gente tem se envolvido muito.

Este mês, o tema do suicídio está muito em evidência, mas quem trabalha com prevenção tem que trabalhar o ano inteiro. Assim, o risco de suicídio não aparece só em setembro, não é só no Setembro Amarelo, mas é o ano inteiro, e aí eu trouxe algumas informações no geral.

O suicídio é a décima terceira causa de morte no mundo, é a terceira causa no grupo etário dos 15 aos 34 anos e é a segunda causa de morte nos jovens dos 15 aos 19 anos. Então, são pessoas muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jovens que estão tirando a vida muito cedo, e isso tem muitas consequências para as famílias e para a sociedade como um todo.

As tentativas de suicídio representam a sexta causa de incapacidade funcional permanente. Então, há as pessoas que tentam e têm sequelas, têm tratamentos, têm outras consequências. A gente sabe que há dez a vinte tentativas para cada suicídio consumado. É possível, inclusive, que esse número esteja subdimensionado porque muitas tentativas não são notificadas ou não têm algum tipo de assistência, e há a questão do impacto nos sobreviventes. As pessoas que já passaram por uma situação, que têm algum familiar, alguma pessoa próxima ou conhecem alguém sofrem o impacto também do suicídio.

Eu trouxe rapidamente um modelo teórico.

Eu não vou falar disso tudo, que é uma questão mais técnica, mas, se a gente pegar ali, nos quadrinhos de cima, a gente tem fatores predisponentes, fatores de risco, de proteção e fatores precipitantes. A gente não consegue dizer a causa do suicídio. Não existe isto: se matou porque aconteceu isso. Na verdade, é uma junção de fatores, de questões individuais, questões sociais, coletivas, culturais. Então, não é nunca um fenômeno simples de ser explicado, mas, se a gente pegar ali, na segunda coluna dos fatores de risco, a gente tem o transtorno mental e os eventos estressores de vida. Eu vou chamar atenção para os eventos estressores de vida, que são quaisquer eventos. Na verdade, isso também é individual, mas a questão do abuso, negligência, abuso físico, psicológico, abuso sexual na infância e na adolescência são fatores de risco importantes para o comportamento suicida em algum momento futuro.

O suicídio tem uma relação muito próxima com os transtornos mentais. Ter um transtorno mental é um dos fatores de risco mais importante, e a gente sabe que 90%, possivelmente mais de 90%, das pessoas que se matam tinham um transtorno mental à época do suicídio. Isso significa que a gente pode prevenir uma série de suicídios se a gente conseguir intervir em momento adequado, fazer o diagnóstico, o tratamento e o acompanhamento.

Uma outra questão são as tentativas prévias. Então, quem já teve uma tentativa prévia de suicídio tem um risco maior de tentar novamente ou de vir a morrer por suicídio.

E há a questão das situações de vulnerabilidade. Como eu comentei antes naquele quadrinho dos fatores de risco, a gente tem abuso físico, sexual, psicológico, negligência e os eventos de vida





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negativos: as perdas, separações, luto, doenças, a pessoa que está envolvida em um ambiente violento. Isso tudo são fatores que vão aumentando o risco de suicídio e de lesões no futuro.

Mais recentemente, a gente tem o *bullying* e o *cyberbullying* como fatores de risco também na infância e na adolescência, que são outras formas de maus-tratos nas quais também é preciso que a gente preste atenção, que a gente aborde. Tanto o *bullying* pessoal quanto o *cyberbullying* no ambiente virtual propiciam um aumento de risco – isso foi colocado pela Associação Americana de Pediatria.

Eu acho que os colegas vão comentar um pouco mais sobre a automutilação... Ele é um comportamento que não necessariamente tem intenção suicida. Muitas vezes, ele é para o alívio de uma ansiedade ou de uma angústia que aquela pessoa está sentindo naquele momento, mas existe uma associação da automutilação com o comportamento suicida. Muitas vezes a pessoa pode ter as duas coisas: em alguns momentos, a automutilação; em alguns momentos, tentativa de suicídio.

Aqui eu trouxe um exemplo. São alguns artigos científicos. Isso já é um projeto grande. Há mais de 20 anos, nos Estados Unidos, já está sendo pesquisado o efeito dos eventos adversos na infância no comportamento de risco, nas mortes por várias causas e nas doenças na vida adulta. Então, esse último artigo fala especificamente de experiências adversas da infância, e aí engloba abuso, negligência, todos os tipos de abuso e comportamento suicida em um momento mais tardio.

Uma das teorias – eu trouxe esse gráfico – tenta explicar mais ou menos como esses eventos adversos na infância levariam a um comportamento suicida ou a um comportamento mais adoecido. Então, as experiências adversas da infância poderiam levar inclusive a alterações no neurodesenvolvimento. A gente precisa lembrar que as crianças estão ainda formando a sua relação com o mundo, estão desenvolvendo sinapses, inclusive o desenvolvimento neurológico está acontecendo nesse momento, e há pesquisas já mostrando que maus-tratos na infância levam a esse desenvolvimento com perturbações e com alterações. Isso levaria a dificuldades sociais, emocionais, cognitivas e, depois, à adoção de comportamentos de risco para saúde, doenças, lesões, problemas sociais e morte precoce, e aí não só por suicídio, mas por outras causas também. Muitas doenças que a gente tem na idade adulta estão relacionadas ao estilo de vida e a comportamentos de risco. Então, aqui há um grupo grande de experiências que levam a consequências tardias, e hoje está sendo estudado como uma coisa leva a outra, sendo que são fenômenos tão complexos.

Em relação à prevenção do suicídio, o que a gente pode fazer? Como eu comentei, a existência de um transtorno mental é um fator de risco. Então, a gente precisa tratá-lo adequadamente, a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa diagnosticar e tratar, e tratar não é necessariamente medicação, não é só a medicação, é internação. É um tratamento com todas as modalidades que estão disponíveis para a pessoa melhorar daquele transtorno e poder ter um desenvolvimento melhor.

Restrição de acesso a meios e a métodos potencialmente perigosos. Isso funciona individualmente na clínica. Eu atendo um paciente em risco, eu vou orientar o paciente e orientar a família. Essa pessoa não deve ter acesso a meios que ela possa usar para se machucar. Isso serve coletivamente, inclusive para a questão de construções de proteção, de controle de métodos perigosos, de venda de determinadas substâncias. Isso já foi comprovado que reduz o índice de suicídio.

Capacitar os membros da sociedade para a identificação e a abordagem a pessoas em risco – e aqui é a sociedade inteira. A maioria das crianças e adolescentes em risco não estão com o psiquiatra da infância, não estão com o psicólogo; elas estão nas escolas, elas estão na sociedade, e a gente precisa que a sociedade identifique essas pessoas para poder encaminhá-las para o tratamento.

Fortalecer os fatores de proteção. Quando a gente fala do tratamento, a gente já está pegando uma fase mais tardia, com mais risco. A gente precisa agir antes disso, a gente precisa agir, então, para fortalecer os fatores de proteção, que são os vínculos sociais, habilidades de resolução de problemas, trabalhar a autoestima dos adolescentes, trabalhar a expressão emocional e a busca de alternativas. Isso é como se fosse uma vacina para que os adolescentes, em um momento de crise, não tendam necessariamente para o lado da automutilação e do suicídio.

E, aí, uma política pública de prevenção depende de: ações intersetoriais da educação, da saúde, da segurança pública, da mídia, dos legisladores – a gente precisa de ações articuladas entre todos os setores da sociedade para ter uma política efetiva e realmente ter uma melhora na prevenção –; do acesso a serviços especializados; da conscientização da população; de reduzir o estigma dos transtornos mentais – a gente percebe que ainda existe muita resistência à busca de ajuda, a falar sobre as emoções, a buscar um profissional capacitado. E são necessárias melhorias na coleta de dados para a gente poder ter ações mais específicas, mais direcionadas e mais adequadas em um dimensionamento adequado.

O Antonio trouxe aqui dados alarmantes...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FERNANDA BENQUERER COSTA – A gente trabalha com isso, a gente está acostumada, mas realmente é um número de atendimentos muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Doutora, só um parênteses nisso que a senhora disse, que os números são alarmantes por causa dos transtornos.

Eu não sei se a partir de agora, desta CPI, não sei... A Senadora Simone e o Senador José Medeiros, até com a convivência, porque ela não vai se acabar rápido...

Já é uma coisa mais ou menos normal na minha agenda fazer palestra sobre abuso, sobre pedofilia – isso é uma coisa com a qual eu corro o Brasil –, e é muito interessante: quando você termina uma palestra para adultos e se forma aquela fila, as pessoas chegam no seu ouvido e dizem: "Eu fui abusado na infância. Queria falar com você, queria falar com você." As pessoas convivem com um monstro, esse transtorno é um monstro.

Um médico me disse assim: "Olha, eu sou um homem de fé, eu não tenho vícios, eu sou cirurgião. Todas as vezes que eu chego na sala de cirurgia, eu começo a tremer, minhas mãos começam a suar e eu começo a lembrar do abuso que eu sofri do meu tio." Falando comigo sozinho: "Eu não tenho vícios, mas eu saio, preciso sair, acendo um cigarro, quatro, cinco cigarros, um atrás do outro, sem saber tragar. Fico tossindo, tossindo, tossindo, vou me acalmando, volto e faço a cirurgia."

Bom, sobre isso eu vou falar depois, mas quero dizer que seria o caso de a gente incentivar essas pessoas a vomitarem esse monstro, porque a pessoa, quando consegue falar... A pessoa tem pesadelo, a pessoa é mal humorada, a pessoa está bem e está mal, o transtorno do abuso sofrido na infância, como foi colocado... Eu me lembro que, numa comissão na Câmara dos Deputados, havia uma delegada do Rio, uma delegada muito respeitada no Rio, valente, corajosa. Eu fui convidado para falar nessa comissão na Câmara e fui falar desse abuso de adultos. Ela foi, então, ligou o microfone e falou: "Então, eu vou tomar coragem agora; tomei coragem e vou contar..." E ela vomitou o monstro dela ali, começou a falar dos problemas dela em função desse monstro que ela carregava por causa do abuso na infância.

Então, penso que nós já estamos sendo ajudados, a CPI, quando essa coisa vem à tona, para que possamos também buscar mecanismos, quer dizer, coordenados, gente, mídia e rede social... Aliás, a rede social hoje é absolutamente mais forte para incentivar as pessoas a vomitarem o seu monstro com alguém da sua confiança, sei lá o que, porque, de fato, há um índice altíssimo de pessoas que se suicidam por conta de um abuso na infância.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe ter cortado aí, mas é que eu achei que era oportuno.

A SRª FERNANDA BENQUERER COSTA – Eu já estava encerrando.

Quero deixar aqui o contato da Abeps, que é a Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio, que eu represento hoje, e o meu *e-mail*. Eu me coloco à disposição para esclarecimentos e para outros eventos, para outros assuntos, para a gente poder ter um contato melhor e poder desenvolver essa solução da melhor forma possível.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Muito obrigado, Drª Fernanda.

Vamos passar a palavra ao Dr. André de Mattos Salles.

Doutor, fique à vontade.

O SR. ANDRÉ DE MATTOS SALLES – Um bom-dia a todos.

Agradeço muito o convite do Senador Magno Malta e cumprimento os Senadores presentes.

Eu sou psiquiatra da infância e da adolescência. Trabalho no Hospital Universitário e faço parte dessas duas instituições de psiquiatria, da Associação Americana de Psiquiatria e da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Bom, eu acho fundamental, a partir do momento em que a gente está falando de uma faixa etária das mais importantes, a gente poder situar um pouco sobre quem a gente está falando, sobre essa particularidade grande que é a adolescência.

A gente não tem como, através de teorias, ter toda a completude do ser humano, e também não vai ter isso com relação ao adolescente. Então, a gente usa várias teorias para poder fazer o arcabouço mais completo possível e tentar entender o que se passa e qual o momento que o adolescente está vivendo.

Um dos primeiros teóricos, Freud colocava os estágios do desenvolvimento psicosssexual. O adolescente está ali na fase genital. Isso quer dizer que o adolescente está retomando os seus impulsos sexuais, buscando por pessoas do seu grupo familiar com objetivo de intimidade, de amor,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele está elaborando a perda da sua identidade infantil e organizando uma identidade adulta e uma capacidade biológica para orgasmo e para relacionamentos íntimos.

Outro autor teórico bastante importante é o Erikson, que coloca, na sua teoria, todo o desenvolvimento do ser humano, desde o nascimento até o óbito, e, a partir de cada estágio, você tem que cumprir uma meta, uma tarefa, para você poder chegar ao estágio seguinte. Segundo ele, então, o adolescente estaria nesse estágio Identidade X Confusão de Papéis. O que seria isso? Ele tem uma identificação com um grupo de colegas, preocupação com as aparências, uma instabilidade emocional grande, está adquirindo senso de identidade, de valores e de objetivos pessoais, e vive toda uma série de incertezas que isso traz.

Outro autor importante é Piaget, que coloca o adolescente na fase operatório-formal. Ele está atingindo o ápice do seu raciocínio lógico dedutivo, capacidade de processamento de informação, formulando hipóteses, está chegando ao seu ápice; a capacidade metacognitiva: pensar sobre o pensar, raciocínio abstrato e todas as questões que isso traz.

Na filosofia, a gente tem o Bauman, que fala sobre a constituição do sujeito pós-moderno. O adolescente seria uma pessoa que está vivendo um medo de não garantir o seu futuro, não conseguir se fixar na estrutura social, um medo da sua integridade física. Os relacionamentos tendem a ser cada vez mais superficiais, sem compromisso, pautados pelo prazer momentâneo, nada é para durar. E há a dúvida quanto aos valores tradicionais dando lugar à lógica do agora, do consumo, do gozo e da artificialidade.

Nas avaliações neuroendócrinas, a gente tem que lembrar que é o momento do amadurecimento dos eixos hipotálamo-hipófise-gônadas-adrenal. Os estágios de Tanner são os estágios do amadurecimento sexual, dos caracteres sexuais. E a gente tem que lembrar que o adolescente está no estirão de crescimento, mudanças corporais intensas, ganho de musculatura e reorganização do seu esquema corporal.

Neurobiologicamente, o adolescente está desenvolvendo, primeiro, as áreas responsáveis pela emoção – diferentes trajetórias do desenvolvimento das regiões límbicas subcorticais nesta idade – e, depois, vai caminhando, até o final da adolescência, para poder ter um controle de regiões mais corticais, principalmente do córtex pré-frontal, que é responsável pelo controle cognitivo e funções cognitivas. Isso quer dizer que o adolescente tem maior exposição a riscos, grande reatividade emocional e menor planejamento e controle das suas ações. Então, ele fica suscetível a ir para o Instagram fazer concurso de quem tira *selfie* em lugares mais perigosos. Se você entrar no Instagram,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai ver que vários adolescentes ficam duelando entre si para saber quem a tira no maior arranha-céu, em situação mais difícil, em posições de risco. E essas pessoas, que são de várias partes do mundo, têm inúmeros seguidores nas redes sociais. Aí também acabam tendo um pouco mais de susceptibilidade a comportamentos mais impulsivos.

Eu trouxe uma menina com marca de autolesão e do ponto e vírgula, que é um símbolo que as pessoas usam quando pensam em dar um ponto final na própria vida. As pessoas refletem, colocam um ponto e vírgula e seguem adiante. Então, é uma marca importante que os adolescentes usam, uma campanha bastante interessante.

A diferença entre a autolesão não suicida e o suicídio é o caráter da intenção. Na tentativa de suicídio, ela tem a intenção de morrer, enquanto que, no caso da autolesão suicida, ela não tem essa intenção. Não necessariamente são menos ou mais grave. Muitas vezes, a autolesão toma proporções mais graves do que uma tentativa de suicídio. Então, a gente tem que ficar atento, até porque uma leva a outra e vice-versa.

Aqui eu trouxe um *print* do DSM-5, uma publicação da Associação Americana de Psiquiatria que norteia os critérios diagnósticos na psiquiatria atualmente. A Classificação Internacional de Doenças, a CID, é bastante desatualizada na psiquiatria. O DSM-5 é de 2005. E a gente tem lá, nas condições para estudos posteriores... Eles colocam de uma maneira bem clara que isso são possibilidades para serem averiguadas mais para frente.

E por que eu trouxe isso? Porque lá eles falam da autolesão não suicida. Então, é uma entidade que ainda não tem potência suficiente para ser uma entidade isolada, mas ela tem sido estudada cada vez mais, e a tendência é que ela acabe sendo uma entidade nosológica distinta das outras patologias psiquiátricas.

Como é que funciona, de uma maneira bastante simplificada, a autolesão não suicida? O adolescente tem grandes dificuldades de lidar com as emoções, acaba utilizando da autolesão para buscar um alívio imediato, porém de uma maneira falseada, e, a partir daí, ele vai aumentando a sua tensão e vai tendo que criar comportamentos cada vez mais intensos para poder lidar com esse sofrimento, retroalimentando toda essa situação.

O diagnóstico associado à autolesão não suicida: depressão, 92%, transtorno obsessivo-compulsivo, o transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade e os transtornos alimentares, anorexia, bulimia. Os transtornos de personalidade também estão associados – 62% das pessoas que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazem autolesão acabam tendo um diagnóstico de transtorno de personalidade –, e entre eles os principais são: obsessivo-compulsivo, histriônico e personalidade *borderline*.

Aqui é um mapa que a OMS traz do suicídio no mundo. Você vê que o Brasil não é uma das cores mais escuras, mas a gente tem que ponderar alguns fatores.

E, aqui, em jovens, em adultos jovens e jovens. Nos Estados Unidos já é a segunda causa de morte; na África, outros fatores acabam ficando na frente; na Europa, acaba seguindo a tendência norte-americana; na América do Sul – aqui é um dado mais geral – a gente tem uma diversidade muito grande de contextos, sendo que, no Brasil, a gente acaba seguindo um pouco mais a tendência dos Estados Unidos e da Europa.

Não vou falar muito sobre epidemiologia porque outras pessoas já falaram de maneira muito mais consistente do que eu.

Eu trago esse gráfico por faixa etária, e a gente vê um aumento importante na faixa etária dos adolescentes; há estudos associando adolescência com escolas.

Eu trago esses dados aqui, de 2009, do CDC americano. Eles perguntaram sobre o comportamento de autolesão e planos de suicídio nos últimos doze meses: 14% praticamente dos adolescentes tiveram uma consideração grave de tentar o suicídio; 10% ou 11%, plano suicida; e tentativas, uma ou mais, 6,5%, 7%. São dados bem importantes.

E, sobre a autolesão, um estudo do Reino Unido: 70% de aumento com relação aos dois últimos anos. Se você for pegar a faixa etária um pouco mais precoce, de 10 a 14, e, se você for buscar até os 30 anos de idade, em 20% dos registros houve pelo menos um episódio de autolesão ao longo da vida.

Sobre os fatores de risco, a Dr^a Fernanda falou, então não vou falar de uma maneira muito específica. Tentativa prévia, os transtornos psiquiátricos, história familiar: geralmente quem tem ...

(*Soa a campanha.*)

O SR. ANDRÉ DE MATTOS SALLES – Pode seguir?

E as adversidades... Eu paro aqui um pouquinho. Fernanda falou sobre o *bullying*, sobre os abusos físicos e violências domésticas, e aqui a gente faz um *link* para falar um pouquinho sobre a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internet e sobre as redes sociais. Então, a gente vai falar um pouco sobre WhatsApp, Facebook, Instagram, Google e Tumblr – foram os que eu trouxe aqui, dentre vários outros.

Acabou que o WhatsApp passou, e a gente passou direto para o Google. Eu coloco o WhatsApp ali para a gente poder lembrar que, há 20, 30 anos, o *bullying* e os problemas que um adolescente enfrentava ao longo da vida eram restritos a determinados contextos, a determinados ambientes. Por exemplo, quando havia um desentendimento com um colega na turma ou alguma situação em que a turma pegava no pé dele, ele ia para casa e tinha uma zona de conforto até o dia seguinte. Hoje, inserido dentro de um grupo, dentro de uma rede social – por exemplo, geralmente os adolescentes têm um grupo de escola, têm um grupo do esporte que ele faz –, o *bullying* tomou uma proporção avassaladora. Quase 24h por dia, ele pode receber ameaças, receber conteúdos vexatórios. Então, aquela zona de conforto que ele tinha em determinados lugares ele praticamente não tem hoje.

A gente tem que se lembrar também da velocidade da informação e da facilidade que as pessoas têm hoje de documentar tudo. Uma situação constrangedora que aconteça com um adolescente é filmada, é colocada na rede social, e, em algumas horas, em alguns dias, o mundo inteiro está vendo aquilo. Então, o impacto disso numa personalidade em formação é de fato avassalador.

Eu trouxe aqui o Google, que é importante, porque o Google criou uma ferramenta chamada Kiddle, que é uma ferramenta para crianças, para pessoas mais jovens, em que você joga o conteúdo, mas não vem conteúdo adulto ou conteúdo inapropriado. Por que isso é importante? Porque, muitas vezes, a gente está em casa, o filho está pesquisando no Google e joga lá – eu trouxe aqui o exemplo – Peppa Pig, e pode vir esse tipo de conteúdo para o filho. Então, havendo uma plataforma que restrinja o uso, você consegue minimizar esse tipo de situação. Aí são exemplos. É só digitar que você tem como chegar a esse tipo de situação.

O Facebook, por ser a maior rede social e a que tem maior impacto, tem tentado buscar alternativas para poder lidar com situações que acabam aparecendo. Há um botão ali em que você denunciar qualquer conteúdo que achar inapropriado, ofensivo, agressivo. Você pode clicar lá, e eles vão perguntar por que aquilo está sendo denunciado, o que aconteceu com aquele conteúdo. Você pode colocar que é ameaçador, violento, ou suicida, ou sexualmente explícito, ou grosseiro. A partir dali, ele vai dar algumas opções para você poder tomar uma decisão. Então, você pode acessar um amigo próximo, acessar redes, grupos de apoio e, em alguns casos, pode até acessar o CVV. Na campanha agora, em setembro, eles lançaram um vídeo de prevenção do suicídio, informando, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir disso, como você pode fazer para tentar ajudar amigos que porventura estejam postando conteúdos de cunho depressivo ou pensamentos de morte ou de autolesão.

Eu trouxe o Tumblr mais para a gente poder lembrar que existem outras plataformas, outras redes sociais. O Tumblr é uma rede social muito jovem, e talvez os jovens se sintam um pouco mais à vontade nessas plataformas, porque os pais, os avós, as pessoas que geralmente estão mais próximas deles não têm tanto acesso. Virou até um estilo Tumblr, um estilo adolescente de se vestir, de se portar, e, quando você coloca lá no Google, vêm mais ou menos essas imagens aí sobre o Tumblr. Então, é para lembrar que muitas vezes você está mais atento a redes sociais mais tradicionais, mas o adolescente muitas vezes usa redes sociais mais de acordo com a sua faixa etária.

Por que é importante a gente falar das redes sociais? Isso aqui foi um caso que aconteceu, de uma menina que usou uma rede social para poder transmitir, ao vivo, o seu óbito. E aí, logo depois, os pais não aguentaram a pressão, não aguentaram lidar com essa situação, e acabaram falecendo também. Então, é uma situação bastante complicada, bastante complexa que esses meios, essas mídias têm trazido para a sociedade lidar com elas.

Aqui, falando de rede social, falando do impacto disso na vida das pessoas, não tem como a gente não falar da Baleia Azul. Principalmente em março e abril foi um assunto que tomou uma proporção avassaladora na mídia. Muitas pessoas se posicionaram, falaram sobre o jogo em si e de instigar as lesões. Algumas pessoas bastante importantes da união dos psiquiatras lá de São Paulo colocaram como o tema é bastante pertinente. Foi preciso a Baleia Azul aparecer para a gente poder falar sobre esse assunto que está aí já há muito tempo e que tomou uma proporção maior por conta dessas notícias específicas. Até que ponto devemos nos preocupar com a Baleia Azul etc. Então, é importante a gente lembrar que a gente tem que se preocupar com o jovem, com o adolescente e com como ele está inserido na sociedade. A Baleia Azul veio, acho que mostrou de uma maneira muito clara toda a vulnerabilidade que o jovem tem, mas o jogo em si acabou ficando no primeiro semestre, e a gente hoje está vendo toda a repercussão que isso está trazendo.

O jogo da Baleia Azul e outras questões de internet trazem para a gente a questão do efeito Werther. O que é o efeito Werther? É o fator de propagação, de disseminação que o conteúdo acaba tendo na mídia. Werther é em homenagem ao livro do Goethe *Os Sofrimentos do Jovem Werther*, que é um livro em que, em seu final, tomado de amor e de desilusão amorosa, ele termina por acabar com a própria vida. Aí, a publicação desse livro acabou disseminando esse tipo de comportamento entre os jovens nos países em que ele ia sendo lançado. Então, a partir daí, a gente começou a estudar e a ver esse efeito Werther, e eu acho que a gente pode fazer um paralelo bastante importante disso com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que aconteceu com a Baleia Azul e com o que aconteceu com a série de que eu vou falar aqui mais para frente.

A ABP, Associação Brasileira de Psiquiatria, tem um manual para a mídia lidar com a situação. No mundo inteiro existe esse tipo de situação. Essa documentação foi refeita na ocasião do óbito do Kurt Cobain, do Nirvana, que era uma pessoa que estava no auge da carreira e era uma influência muito grande para os jovens e adolescentes, e isso terminou reforçando esses caracteres de como lidar com esse tipo de notícia, com esse tipo de situação na mídia.

Falando também do efeito Werther, a gente não pode deixar de falar sobre uma série que também teve uma repercussão enorme. A série foi produzida pela Selena Gomes, uma jovem que tem uma influência e uma quantidade muito grande de seguidores. A série fala sobre muitas questões adolescentes e termina com o óbito da Hannah, que é a personagem principal, essa que está no poster. A série trouxe algumas polêmicas muito importantes, porque ela, de certa forma, traz a questão do Efeito Werther de uma maneira muito importante.

Aqui, a revista da Academia Americana de Medicina, uma das revistas médicas mais importantes, falando que, logo depois da série, a quantidade de pesquisas no Google sobre o tema aumentou muito. Eu tentei procurar, mas não achei especificamente depois da série dados sobre suicídio e autolesão, mas, tendo em vista a quantidade aumentada de pesquisa, a gente pode predizer que alguns problemas podem ter sido criados.

Aí, os psiquiatras e as pessoas se posicionaram quanto à série. O Luís Fernando Tófoli, lá da Unicamp, fez um texto bastante interessante sobre a série, todos os erros e tudo o que a série, do ponto de vista dele, traz de repercussão negativa para o tema. O Felipe Neto é um dos "youtubers" dos mais conhecidos do Brasil e, nessa época, ele chegou a falar sobre o quadro depressivo dele e de como o assunto importante. Geralmente ele é um menino que traz coisas engraçadas, de zoeira, mas apresentou um vídeo bastante sério falando sobre o tema.

Aqui um pouquinho sobre o comportamento suicida. Não vou entrar muito nesse mérito. Formas de lidar, mensagem para pais, familiares e escola. A Marjorie, no Sob Pressão – que ainda está passando, está para terminar –, uma série que tem passado aí na mídia: ela é uma médica que, muitas vezes, para poder lidar com a pressão do trabalho dela, acaba se cortando, mostrando que esse tipo de comportamento está cada vez mais na sociedade e que as séries e os programas televisivos têm mostrado como isso acontece na prática.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Lá na época da Baleia Azul foi proposta esta CPI, e aqui estamos discutindo o tema extremamente pertinente...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Apareceu uma foto minha na automutilação?

O SR. ANDRÉ DE MATTOS SALLES – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Na automutilação aparecia uma foto minha?

Isso aqui foi uma pancada no treino de boxe, não foi nada de automutilação.

O SR. ANDRÉ DE MATTOS SALLES – Mas aí foi a notícia do início da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – O pessoal está em casa, ao vivo, e pensa que eu fico me mutilando... (*Risos.*)

O SR. ANDRÉ DE MATTOS SALLES – Não, ali foi a proposta do início da CPI, e aqui estamos.

O Senado...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Mas ele faz automutilação sim, porque ele se mete a lutar UFC e já está com idade...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Vamos prosseguir, porque os dois entraram no negócio de idade aqui agora, começou com ofensa pessoal. Então, vamos embora. (*Pausa.*)

O SR. ANDRÉ DE MATTOS SALLES – Existe um projeto de lei a respeito de atendimentos psicológicos para alunos e professores. Eu coloquei aqui porque, em todo lugar em que eu falo sobre automutilação e sobre o suicídio, a grande maioria das pessoas que estão lá são pessoas ligadas à educação. Então, é um tema em relação ao qual eles têm estado na linha de frente, uma situação extremamente grave, e eles têm muita dificuldade e muito receio em lidar com essa situação que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente é catastrófica. E há o efeito de contágio: muitas vezes um começa a se contar e, logo, vários na turma estão se cortando. Então, o impacto disso na educação é absurdo.

Agora, no dia 14, o Senado aprovou a Semana de Prevenção ao Suicídio. Foi aprovado também pelo Senado o projeto que criminaliza o incentivo à automutilação. Acho que isso vai ser colocado no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Sociedade Brasileira de Pediatria lançou, em novembro, orientações para a saúde da criança e do adolescente na era digital. É um documento que pode ser acessado via PDF, na internet. Eu trouxe aqui alguns detalhes, mas vamos deixá-los um pouco mais para frente. Quero lembrar também que, vira e mexe, na mídia aparecem situações que falam sobre o tema e que vão trazer, de certa forma, impacto muito grande na vida das pessoas.

Era isso, gente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Muito obrigado, Doutor.

Passo a palavra agora ao Doutor André para suas considerações. O doutor tem a palavra.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Eu perguntei ao Senador José Medeiros, porque o computador estava tampando o nome. Ele falou: André.

O doutor tem a palavra.

O SR. CARLOS HENRIQUE ARAGÃO NETO – Bom dia a todos.

Queria, inicialmente, agradecer a presença da Senadora Simone, do Senador José Medeiros, e, especialmente o convite do Senador Magno Malta.

Cumprimentando todos e já dando início à minha fala – depois de tantas coisas já bem colocadas pelos colegas –, quero dizer que sou psicólogo clínico e trabalho há uma década mais ou menos com três temas principais, que são: o luto, a automutilação entre jovens, e o comportamento suicida. Neste momento estou terminando o meu doutorado e quero pautar a minha fala exatamente pelo meu tema de dourado aqui na Universidade de Brasília, que é a relação entre a automutilação e comportamento suicida. O Dr. André já deu o tom desse aspecto, mas quero aprofundar um pouquinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também aproveitar para divulgar essa sociedade que se chama ISSS. É a única sociedade internacional que se dedica exclusivamente aos estudos sobre automutilação. Neste momento, infelizmente, sou o único latino-americano representante da ISSS. Este ano... Tenho certeza de que o Dr. André já se comprometeu e já convidou também a Dr. Fernanda para que se junte a nós na ISSS porque é muito importante que o Brasil cresça nesse estudo. Nós estamos engatinhando nos estudos científicos sobre automutilação.

Retornei agora de um encontro da ISSS na Filadélfia com o compromisso de que, no próximo encontro, na Holanda, no ano que vem, nós teremos pelo menos dez brasileiros. A intenção é que possamos dar, realmente, um peso maior ao Brasil nesses estudos. Temos a Iasp, a Associação Internacional de Prevenção do Suicídio, e a Abeps, que está aqui sendo muito bem representada pela Fernanda, que é a Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio.

Essa é a automutilação que nós estudamos na ISSS e que também é objeto da nossa conversa aqui, que é a automutilação não suicida. Esse conceito é importante porque é o conceito mais difundido internacionalmente, aqui colocado pelo Dr. David Klonsky, que é um pesquisador da British Columbia, no Canadá.

O que significa a automutilação, para não ficar algo confuso? Automutilação não suicida é quando você causa um dano no seu próprio corpo sem a intenção de morte, sem a intenção de causar a própria morte, e a sociedade não valida esse comportamento. Então, é diferente, por exemplo, de você se tatuar, de você colocar um *piercing*, porque isso é validado socialmente. Os cortes ou os outros métodos utilizados na automutilação não suicida não são validados socialmente, e esse é o conceito mais difundido internacionalmente. Esse é um fenômeno muito complexo, tanto quanto o suicídio, ou seja, nós não podemos dar explicações simplistas para algo tão complexo. Por quê? Porque a automutilação envolve questões biológicas, ambientais, comportamentais, emocionais e cognitivas. E é exatamente na interação desses fatores que um fenômeno como esse pode ocorrer.

O método mais utilizado no mundo inteiro, e no Brasil não é diferente, é o corte, que os americanos chamam de *cutting*. Esse é o mais prevalente, é o que nós mais encontramos tanto na clínica como nos ambulatorios e que gira em torno de 90% dos casos. Mas há muitos outros métodos, como se morder – neste momento eu estou com um paciente adulto jovem que pratica automutilação mordendo a própria mão; ainda ontem eu estive com ele –, machucar feridas, se furar, beliscar; em surtos psicóticos, em casos mais graves, você pode ter amputação de membros, e a pessoa quebrar um osso, por exemplo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, um dado importante. Infelizmente nós não temos dados. Esse é um dos meus apelos aqui na CPI, Senador, porque nós não temos dados brasileiros, todos os dados que eu posso apresentar aqui são dados americanos ou europeus, e eu acho que o primeiro passo que nós devemos dar, se nós quisermos realmente trabalhar com esse fenômeno em alto nível, é fazer um amplo estudo epidemiológico no Brasil e falar de dados brasileiros, não de americanos, como eu vou falar agora.

Então, por exemplo, no início dos anos 80, 400 pessoas nos Estados Unidos para cada 100 mil habitantes se mutilavam. Uma década depois, praticamente dobrou: foi de 400 para 750 o número de pessoas que se mutilavam em cada 100 mil habitantes. Nas crianças, apesar de ser um pouco mais raro ainda, existe sim, tanto que há casos registrados a partir de quatro anos. Esse estudo americano de 2006 fala que 5% dos estudantes dessa amostra disseram que iniciaram seus comportamentos autolesivos antes dos dez anos de idade, mas na adolescência é a prevalência é maior, na adolescência e na idade que a gente chama de adulto jovem, que a gente pode circunscrever dos 20 aos 30 anos.

Vocês vejam a quantidade de pesquisas, algumas delas colocando que, às vezes, até quase 50% desses jovens pesquisados relataram um episódio de automutilação no ano anterior. Então, sem dúvida alguma, é um período, como disse o Dr. André, muito pródigo em comportamentos de risco, e muitas vezes esses jovens não estão, digamos assim, equipados com habilidades sociais e emocionais para lidar com as dificuldades da vida e, muitas vezes, recorrem a comportamentos autodestrutivos, como a automutilação e comportamento suicida.

A questão do efeito de contágio é um detalhe muito importante na automutilação. Por quê? Vocês chegam, por exemplo, a uma escola – nós somos chamados sistematicamente nas escolas para falar sobre isso ou para discutir esse assunto – e veem que uma sala de aula há uma garota se mutilando. Se vocês voltarem três meses depois e nada tiver sido feito, haverá três, e isso vai em progressão geométrica.

A propósito, temos hoje uma dissertação de mestrado orientada pelo Prof. Hugo Monteiro Ferreira – e eu já deixo aqui esse nome como sugestão para ser chamado –, que é um dos principais pesquisadores de *bullying* do Brasil, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Eu estive recentemente com o Hugo – nós estamos escrevendo um artigo sobre isso –, e ele está orientando uma dissertação de mestrado sobre uma escola em Garanhuns em que, em uma sala de aula com 53 alunos, há 50 se mutilando. Isso é algo extremamente sério. O efeito de contágio, o efeito Werther que o Dr. André comentou no comportamento suicida, existe sem dúvida, mas o efeito de contágio, de propagação do fenômeno, na automutilação é ainda maior.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos adultos jovens nós também temos um grupo de risco. Aqui, por exemplo, nessa pesquisa de 2006, nós vemos que 40% dos alunos universitários relataram o começo da sua automutilação nos últimos anos de adolescência e no início da idade adulta, com a prevalência de 5% a 35% em adultos jovens.

Em adultos, a taxa já vai caindo. Esse estudo mostra que em torno de 4% dos adultos relataram automutilação. Ele é um fenômeno transitório, ou seja, com o tempo a tendência é ele ir diminuindo – desde que seja tratado, desde que seja cuidado.

O Dr. André também já disse, mas eu faço questão de frisar: há diferença entre automutilação e tentativa de suicídio, ou seja, o comportamento suicida tem a intenção de morte. Na automutilação eu não tenho a intenção de morrer. Eu tenho a intenção principalmente – não é a única intenção – de conseguir um alívio emocional por causa de uma angústia com a qual eu não consigo lidar. Na tentativa de suicídio eu tenho, sim, a intenção de causar a minha própria morte. A frequência de automutilação é maior do que a de tentativa de suicídio. A variedade de métodos é maior na automutilação do que na tentativa de suicídio, mas a letalidade é maior na tentativa de suicídio do que na automutilação.

Aqui estão alguns estudos internacionais que eu só estou trazendo para chamar a atenção de vocês para o fato de que nós não temos estudos consistentes no Brasil ainda. E esse estudo, por exemplo, fala das razões para que o adolescente se mutila e se isso é, de fato, um choro pela dor ou um pedido de ajuda. E esse estudo vai mostrar não só a correlação importante entre a automutilação...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS HENRIQUE ARAGÃO NETO – ... e o comportamento suicida, mas também que o pedido de ajuda é mais proeminente.

Vou passar adiante.

Aqui há um detalhe importante, que é o seguinte. Ele fala que um programa de saúde mental de sucesso precisa incluir a capacitação, principalmente dos professores e dos gestores nas escolas, para ajudar os jovens a desenvolverem habilidades sociais e emocionais.

O que são essas habilidades? E aqui também já deixo outro nome importante para uma futura reunião da Comissão, que é o da Dr^a Tania Paris, Presidente da Associação pela Saúde Emocional de Crianças. Essa associação tem um vínculo com o Canadá e tem programas em que trabalham com as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças nas escolas para elas aprenderem, desde os seis, sete anos de idade, que é uma fase importante, a lidar com o *bullying*, a resolver conflitos sem se machucar e sem machucar o outro, a lidar com perdas e a lidar com situações estressantes, aumentar a resiliência. Eu penso que esse é um ponto fundamental se não quisermos trabalhar só para apagar incêndios. Ou seja, a gente está falando do comportamento instalado, que é importante tratar quando o jovem já está se mutilando ou querendo se matar, mas isso não começou ali, isso vem da infância. Portanto, eu penso que é muito importante a gente pensar também nas causas e trabalhar nelas.

Aqui, o pessoal de Portugal, que também pesquisa muito. E eles atestam a questão da correlação entre automutilação e comportamento suicida.

Esse é um artigo muito importante – "A automutilação não suicida como a porta de entrada para o suicídio em adultos jovens". É de um dos principais pesquisadores do mundo, da Dr^a Jennifer, que é a Presidente da ISSS. Eu espero que, no ano que vem, ela esteja conosco no Brasil para um congresso.

Aqui, uma relação entre automutilação sem intenção suicida e o risco de suicídio. Isso já foi falado, eu vou adiante.

Alguns fatores de personalidade. São jovens que têm uma dificuldade enorme de regular suas emoções, de lidar com afetos intoleráveis, como nós chamamos, como raiva, culpa, ciúme, inveja etc. Então, eles têm dificuldade nessa regulação de emoções e, muitas vezes, recorrem aos comportamentos autodestrutivos. São jovens que se depreciam muito, que muitas vezes não se veem dignos de viver e que são muito impulsivos também.

Vou em frente.

Em torno de 20% dos adolescentes se mutilam no mundo.

Esse é o discurso que eu escuto na clínica sistematicamente e ao qual quero também dar um destaque aqui no meu depoimento como clínico. É um discurso duríssimo de você escutar, ainda que você seja um terapeuta experiente. Senta-se um jovem à sua frente, às vezes de onze, doze, treze anos, olha no seu olho – às vezes nem olha – e diz para você... E quando você pergunta "o que está te levando a se mutilar, a querer tirar sua vida?" E ele olha no seu olho, mas o olhar dele é um olhar opaco – esse é um sintoma clássico desses meninos em sofrimento grave –, é um olhar sem brilho, justamente em um momento em que o olhar deveria estar completamente vibrante. E eles olham com esse olhar opaco e dizem para você "Doutor, eu sinto uma dor no meu coração tão grande que eu não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consigo lidar com ela". Citam o coração, a alma, o peito ou a mente, varia, mas é uma dor, uma angústia com a qual não conseguem lidar, e dizem que a única forma que têm de aliviar essa dor é se cortando. Então, vejam que discurso paradoxal: você precisa causar uma lesão e um outro tipo de dor em você mesmo para aliviar uma dor com a qual você não consegue lidar. Isso é muito, muito, muito sério.

Aqui, algumas fotos de pacientes meus que me autorizaram a mostrar. Aqui é a coxa de uma ex-paciente minha. Vejam que não são cortes tão superficiais assim.

E aqui, rapidamente mesmo, é o David Klonsk novamente. Ele fez uma pesquisa, e esses jovens diziam para ele o seguinte. "Quando eu me mutilo, eu estou..." Ou seja, são as funções que esses jovens alegam para se mutilar. E essa é a escala que eu vou usar agora no meu doutorado. O Dr. Klonsk já me autorizou a traduzir a escala, e nós vamos usá-la aqui no Brasil.

Então, o jovem diz o seguinte: "Quando eu me mutilo, eu estou..." – eu vou citar para os senhores e senhoras apenas os principais – "...eu estou regulando os meus afetos, me acalmando; eu estou liberando uma pressão emocional que se acumulou dentro de mim."

Depois ele vai falar dos limites interpessoais, mas eu quero destacar os principais. Essa é a segunda função mais prevalente. Depois do alívio da dor emocional, a função mais prevalente alegada pelos adolescentes é que eles estão se punindo. Eles estão expressando a raiva deles próprios, ou seja, são meninos e meninas que dizem para você o seguinte: "Eu me sinto um nada, eu me sinto um lixo, eu me sinto desprestigiado pela minha família, pela sociedade etc. Então, eu preciso me punir para continuar vivendo aqui, eu não me sinto digno de estar vivo."

Mais uma outra importante, que é gerar sentimentos. Esses meninos com os olhares opacos estão, muitas vezes, entorpecidos. Entorpecida é aquela pessoa que não sente nada: não sente amor, nem sente raiva, nem sente paixão, nem sente ódio, não sente nada. E muitas vezes eles alegam que se cortam ou se mutilam para sentir algo.

Mais uma vez o objeto de estudo, que é a relação entre a automutilação e o suicídio. Muitas vezes, eles se mutilam para não chegar à tentativa do suicídio, é como se fosse um meio do caminho.

Bom, me encaminho para o final.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas vezes também há a vinculação a pares. Nós sabemos que, na adolescência, o pertencimento a um grupo é muito importante e, às vezes, eles entram em grupos, ou querem entrar em grupos, que têm esse tipo de comportamento e isso serve como um ritual de entrada.

Muito bem, vou em frente.

Muitas vezes também é para se vingar e, aí, eles se expõem.

A ISSS mais uma vez, a Dr. Jennifer, presidente, que estará conosco, espero, no ano que vem.

E essas são as três expressões que eu mais escuto na clínica do suicídio e da automutilação, é quase uma sequência. As pessoas chegam, os jovens chegam e dizem: "Doutor, a minha vida não tem mais sentido, eu não vejo mais sentido em nada." Depois, para quem não tem sentido, com "S" maiúsculo, sobra o quê? Um grande vazio, que nós chamamos de vazio existencial. Se isso não for tratado, esses jovens entram em desespero, e o desespero humano é o traço mais característico do suicida.

Aqui são algumas pontuações sobre as quais nós precisamos refletir. Qual é o contexto da vida de um jovem médio de hoje? O excesso de virtualização, a confusão do virtual com o real – disso eu poderia dar inúmeros exemplos clínicos para vocês.

Outra coisa para a qual eu chamo sempre atenção: o padrão de sono desses garotos e garotas. Uma pessoa sem dormir não serve para nada. É só você passar três dias sem dormir e você vai ver quais são repercussões disso. Imagine um jovem que está em sofrimento e que não dorme. Então, precisa dormir, dormir com quantidade de horas suficientes e com qualidade.

Os jovens estão desconectados da natureza. Isso é algo seriíssimo. A natureza talvez seja a principal fonte de energia que uma pessoa pode ter, e os nossos jovens, muitas vezes, nem colocam o pé no chão.

Prática de esportes – inevitável que toquemos nesse assunto. Muitas vezes, esses jovens não têm mais tempo, com a agenda tão corrida como é a de hoje, ou tão concorrida, e prescindem da prática de esportes.

A questão da espiritualidade. Os jovens precisam ter tempo para a cultura, para o lazer e para o ócio. O ócio é não fazer nada. Os meninos, muitas vezes, nos seus tempos de férias ou de feriados, são





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocados diante de desafios. Muitas vezes os pais querem que estudem mais para aproveitar o tempo, e muitas vezes esses garotos e garotas não têm tempo para o ócio.

A pressão pelo autodesempenho, a competitividade, o excesso de estímulos e informações, e o individualismo crescente, muito também em função do mundo virtual.

Aqui, algumas diretrizes que eu penso para o Brasil, como a criação do Ibea.

Nós estamos – a Rose está sentada, eu e o Dr. André – criando o Instituto Brasileiro de Estudos de Automutilação. Estamos na reta final para isso. Espero que tenhamos apoio para que esse instituto realmente dê frutos para estudar e pesquisar a automutilação sem intenção suicida. Já estamos – não é, Rose? – com a logomarca pronta, o estatuto está sendo feito.

Campanhas informativas e preventivas sobre esse assunto na mídia, nas escolas e em eventos. Por que eu falo em escolas? Porque os jovens passam quase 100% do tempo deles em casa ou na escola. Para entrar em casa, na casa deles, é um pouco mais complicado, mas, na escola, a gente pode desenvolver programas de informação e de prevenção. Há um calendário para isso, eventos nacionais, internacionais e locais também. Solicitei ao Dr. Humberto Corrêa, Presidente da Associação Brasileira para o Estudo e a Prevenção do Suicídio, que criássemos um comitê para tratar desse assunto dentro da Abeps. Ele já aceitou, precisamos apenas formatar. Quem sabe, nos próximos 5 anos, nós traremos o encontro da ISSS para o Brasil.

E aqui, meu penúltimo eslaide. Eu queria chamar a atenção de vocês para esse diário de uma paciente minha – ela ainda está em tratamento. Estou desenvolvendo esse estudo de caso – apresentei agora, na Filadélfia, o estudo de caso desta garota. Esse diário, ela escreveu quando tinha 15 anos. Ela é de uma cidade do interior do Piauí chamada Campo Maior. Ela me autorizou, obviamente, a gravar as sessões para que eu possa produzir ciência com o caso dela e me deu a cópia do diário. E eu trago duas páginas pra gente encerrar. Acho que aí fica muito caracterizado tudo isso que estamos falando aqui. Nessa época, ela tinha 15, agora ela tem 17. Ela se mutilava desde os 12, quando sofria *bullying* numa escola em São Paulo – o pai estava trabalhando lá à época.

Essa é uma página onde ela coloca os sentimentos, que são muito, muito prevalentes e muito presentes em um jovem em sofrimento grave. Ela fala de insegurança: "Eu tenho medo, eu me sinto só, sinto dor, eu tenho tristeza, eu me sinto abandonada, são lágrimas que caem de mim, me sinto humilhada, sinto um vazio, me sinto um nada e por isso eu me corto". É o que está dito no diário dela.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, realmente para finalizar, ela diz uma frase que, para mim, é emblemática, ainda que eu escute isso semanalmente. Ela coloca: "A minha mente é o meu hospício particular." Uma garota de 15 anos escreve isso. E ela diz: "Eu não sou bonita, nem inteligente, ninguém gosta de mim." Ela usava, como uma técnica terapêutica, o diálogo com ela própria. Então, ela pergunta: "Eu posso te confessar uma coisa?" E ela própria responde: "Sim, o que é?" "Sabe por que eu ainda não me matei?" Não. Por quê?" Porque, no fundo, no fundo, eu tenho medo da morte, eu tenho medo de doer. Algumas partes do meu coração partido ainda carregam a esperança de que um dia as coisas se ajeitem." Senador Magno e todos aqui presentes, quero dizer a vocês que a chance que temos é aqui, quando ela fala que carrega a esperança de que um dia as coisas melhorem. É aí que temos que trabalhar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Muito obrigado, Dr. Carlos Henrique, Dr. André, Sr^a Fernanda, Sr. Antônio.

Fico triste porque não há muita gente aqui, a grande mídia não está aqui. Não há nenhum assunto sendo tratado nesta Casa que seja mais importante do que o que se falou aqui. Mas, se fosse uma audiência pública para falar de casamento homossexual, isso aqui estaria lotado de gente. Se fosse para falar de aborto, a grande mídia estaria aqui. Ideologia de gênero, estaria aqui. Qualquer coisa que seja acinte à família, eles adoram, dá repercussão. Mas não há nada mais importante do que a vida. O que é mais importante do que criança, do que cuidar de filho? Isso me entristece muito. Qual é o futuro que nos espera? Esperar o futuro para tratarmos desses assuntos? Criança não é futuro de nada, criança é o presente. Ou cuidamos do presente ou não vamos ter futuro.

Quando fiz aquela intervenção... É por isso que temos uma sociedade de gente tão doente, tão problemática, convivendo com monstros, porque não lhes deram oportunidade lá.

Eu quero parabenizar os senhores pela dedicação ao tema. Isso é voluntarismo, isso é sacerdotal – isso é sacerdotal. Essas coisas vão de... Imaginem o que nós ouvimos aqui, o que uma criança acumula na sua mente, na sua alma.

"A minha mente é o meu próprio hospício." Com o advento da internet, das redes sociais... Antigamente, a mãe dizia assim "Você não passa por aquela rua" – porque naquela rua havia uma banca de revista em que se estava expondo mulher nua. Hoje não há mais nada disso, o bem e o mal, a água suja e a limpa estão no *laptop*, estão no *tablet* que o garoto está levando para a escola.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como tratar disso? Penso que nós temos que acrescentar aqui valores familiares – valores familiares. Há um princípio: criação de filho é dádiva de Deus, é um privilégio ter filhos. Nós temos que buscar essas ferramentas. A tecnologia veio, ela vai se aguçando e levando essa criança, desequilibrando tudo. Naqueles que não se suicidarem, teremos uma geração de adultos absolutamente doentes e que certamente criarão filhos mais doentes ainda lá na frente.

Este é o momento de nós refletirmos sobre o papel da família, sobre o papel do pai, da mãe. E ainda temos meia dúzia de pessoas que insistem em violar esses valores, em fazer enfrentamento no sentido de derrubá-los, de desmerecê-los, de desconsiderá-los, que acham que uma sociedade tem de ser formada com a ideologia daquilo que eles imaginam, daquilo que eles pensam ou do que é o seu próprio comportamento adulto.

A maior riqueza que um pai pode deixar para um filho é o investimento na sua própria vida. Se abre mão disso... Eu digo isso porque sou fruto de uma mulher simplória, analfabeta, que nunca passou de um salário mínimo – ganhava meio. Mas a maior riqueza da minha vida recebi da minha mãe, que foi dignidade, amor a Deus, investimento de vida mesmo.

E é esse investimento de vida... Um dos nossos doutores dizia aqui da vida avassaladora da família: nego tem que correr daqui para ali, dali para cá, é grande o número de atividades que se dá para os jovens, para os adolescentes hoje. Isso lhes tira o tempo até do ócio.

Então, penso que este debate, tudo o que foi colocado... Não debatemos ainda, mas tudo que foi colocado aqui é de uma riqueza, Senadora Simone, que eu acho que todos os pais do mundo tinham que estar aqui, todo mundo tinha que estar "linkado" aqui, todo mundo tinha que estar vendo isto aqui, a grande mídia tinha que estar aqui.

Eu quero até solicitar ao Presidente da Casa, à TV Senado, que repita isto aqui um monte de vezes – coisa boa a TV Senado não gosta de repetir não, eles gostam de repetir muito... Nessa programação da TV Senado, há Senadores de primeira classe e de segunda. Aqui, quem manda está muito e quem não manda nada não está nada – esse é um defeito ruim que eu tenho de falar as coisas que eu penso e que eu vejo...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – É.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, solicito que neste final de semana haja muita repetição disto aqui. Os pais precisam vir, precisam ver. Precisamos contribuir. Eu vejo cada coisa besta que passa nessa TV Senado que fico impressionado... Nós precisamos contribuir.

Antes de passar a palavra ao Relator e ao Senador, eu quero convidar os senhores para que nós possamos ir à sala da comissão e possamos almoçar junto com os nossos convidados, porque dois são daqui e dois não são, para que possamos complementar, ter uma conversa. Eu sei que vocês estão cheios de sugestões para dar – o cardápio é rabada mesmo, é o que eu gosto, mas quem é que não gosta disso, não é? Então, estou convidando que a gente possa sentar juntos. Eu gostaria de ouvir mais, de acumular mais essas informações. Penso que é um dever e é o bem maior, mais uma vez lamentando, porque a grande mídia gosta mesmo... Não sei se eles gostam de criança, porque eles gostam é de botar criança se beijando na televisão, na novela; gostam de fazer exposição com imagem de criança, escrito criança "viada", criança lésbica; dois homens segurando uma criança e outro abusando sexualmente; botar criança para ver um homem tendo coito com um animal. Isso que eles acham normal? Mas nós vamos cumprir o nosso papel e fazer esse enfrentamento o tempo inteiro, porque acho que a coisa mais significativa do meu mandato é exatamente essa luta na direção das nossas crianças.

Senador José Medeiros, Relator, tem a palavra. Em seguida, a Senadora.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Quero cumprimentar aqui a Senadora Simone Tebet, os nossos convidados.

Quero fazer uma pergunta ao Dr. André, mas qualquer um dos outros também pode.

Em seu clássico estudo sobre as causas sociais do suicídio, o sociólogo francês Émile Durkheim apresenta a hipótese, que se comprova com estatísticas, de que a principal força que move ao suicídio é a sensação subjetiva de não pertencimento a comunidade alguma, de isolamento e de, em certo sentido, excesso de atenção a si mesmo, dada a falta de ideais de vida que só se cultivariam na vida comunitária e que ensejariam uma economia psicológica mais bem balanceada entre a atenção a si e a atenção aos outros e ao mundo. Sabemos da crise da família e do baixo índice de associativismo entre nós. Como, então, lidar com os problemas do egoísmo excessivo, do individualismo e de suas vertentes – o consumismo, o hedonismo – de modo a alcançar as causas sociais do suicídio? Como reforçar a dimensão comunitária da vida individual, evitando a exposição da criança e do adolescente à força deletéria da solidão contrabandeada no interior dos valores individualistas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que vou fazer as perguntas em globo e aí eu passo.

Esta aqui é para todos, mas principalmente para os representantes da Abeps, do CVV e para o Dr. Carlos. Se a intenção suicida é causada ou reforçada pela experiência da solidão e pela frouxidão dos laços comunitários, não se tratam de um problema de qualidade de vida social as altas taxas atuais de suicídio entre crianças e adolescentes? Isto é, não estaríamos aqui diante de um problema que, na verdade, é político, ou seja, uma questão sobre o modo como nos unimos uns aos outros?

E mais uma para o Dr. André de Mattos. Entende-se atualmente que o suicídio é uma questão psicossocial, na qual fatores psíquicos e biológicos interagem com aspectos sociais, produzindo despreço pela própria vida. Se a intenção suicida é causada ou reforçada pela experiência da solidão e pela frouxidão dos laços comunitários, de que modo a psiquiatria pode ajudar? Como se pode combinar a capacidade de ajustar a mente individual à necessidade de transformação dos laços sociais?

E ainda mais uma, que eu deixo para quem quiser responder. Sua experiência indica que alguma mudança na legislação atual poderia contribuir para dirimir as causas, sejam sociais ou individuais, dos suicídios de crianças e adolescentes? Digo isso porque nós estamos com o objetivo, os Senadores que estão aqui, principalmente, de a CPI não ser simplesmente um palco de debate ou de investigação do tema, mas também, ao final, de ser uma CPI que possa contribuir para uma possível legislação.

Ainda outra: como lhes parece que os assistentes sociais, normalmente em maior contato com as populações vulneráveis, devem ser treinados para abordar o tema no interior dessas famílias?

Essas são as perguntas. Eu estava vendo aqui e tentei até lembrar – os anos já se vão, e não me lembro se foi em *Dom Casmurro* ou no livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*; eu sei que foi Machado de Assis –, eu tinha em torno de 16 para 17 anos, que Machado de Assis fazia uma definição sobre os adolescentes, o jovem adulto, como foi colocado aqui, com que me identifiquei muito na época. Eu lembro até hoje que ele dizia mais ou menos assim, *grosso modo*: o menino de 17 anos está num momento muito difícil, porque nem é homem nem é menino, mas, ao mesmo tempo, lhe cobram responsabilidades de homem e o tratam como menino. Então, parece um pouco complexo, mas quem está vivendo a fase se identifica muito com isso, porque ele não tem muito... Numa roda de conversa, à fala dele não é dada muita importância, mas, ao mesmo tempo, em qualquer tema, falam "você já é um homem" e acabam cobrando dele responsabilidades. É justamente nessa fase em que há, como foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dito aqui, o estirão de crescimento, o desenvolvimento todo, a ebulição desses sentimentos, e eu creio que essa fala de Machado tem tudo a ver com o que nós estamos tratando aqui.

Procurando, fui ao "pai dos burros", o Google, e não achei, mas achei outra muito boa do Machado de Assis, em que ele diz o seguinte: a adolescência é uma fase encoberta; o adolescente é, ao mesmo tempo, "um almirante e um sol de outubro".

Só Machado sabia descrever todas as situações da vida. O pessoal fala muito de escritores internacionais, há muitos bons, mas eu acho que o melhor escritor do Brasil – sou um fã incondicional – é o Machado. Acho que ele retratou bem, e isso exemplificaria bem o debate que nós tivemos hoje.

Eu queria parabenizar desde logo – porque vou passar, vou economizar e não vou falar mais – todos que falaram hoje aqui e concordar com o Senador Magno Malta: este assunto aqui é da mais alta relevância. Porque eu tenho encontrado pais que estão no desespero; eles não sabem como lidar. Está ali, às vezes, o resultado todo, a convergência do seu amor, da sua vida, e de repente a criança ou o adolescente se depara com esse olhar aqui que o Dr. Carlos disse, o olhar opaco, o olhar do nada.

Eu estive numa tribo indígena há poucos dias, e o cacique me falava sobre isso. Eu me lembrei disso quando o senhor disse aqui. Ele falou: "Olha, eu tenho um problema sério aqui, porque eu me sinto um guarda..." – ele fazia uma crítica à situação dos indígenas no Brasil. Ele falava o seguinte: "Eu me sinto um guarda patrimonial, um guarda ambiental sem salário, porque aqui nós estamos vivendo... Nós temos madeira, mas nós não podemos fazer manejo; nós temos terra, mas não podemos plantar; nós temos jazidas, e não podemos explorar. E vivemos aqui. E nossos jovens já estão habituados ao mundo virtual, já têm acesso a todas essas coisas." E ele falou: "Mas eles vão para a cidade; depois, voltam e ficam assim." Ele me mostrou um adolescente sentado lá. Nós ficamos umas duas horas, e ele sentado lá. Ele falou: "Olha, eles ficam aqui e depois se suicidam." Aí, eu notei que até os indígenas já estão passando por essa agonia que os nossos pais estão passando.

Então, eu quero aqui divergir do meu Presidente. Eu sou um fã da TV Senado. E não é confete, não. É lógico que há programas que... E eu acho também e concordo que alguns Senadores, talvez pelas suas bandeiras e, de repente, a pauta, por se identificarem mais com certa ideologia, aparecem mais, mas eu não tenho dúvida de que a TV Senado vai passar esse programa aqui.

Queria aproveitar para cumprimentar o Diretor da FenaPRF, Carniel, que trabalhou muito nesse tema, nas rodovias, casos de maus-tratos de crianças e prostituição infantil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu não tenho dúvida de que a TV Senado vai repassar este programa aqui. E este programa, com o que foi falado aqui, vai servir para ajudar muitas pessoas, porque a TV Senado – talvez vocês não tenham a dimensão da exposição que vocês terão, a fala de vocês aqui – vai do interior do Amazonas ao interior do Mato Grosso. Ela tem uma capilaridade nacional muito grande. Por vezes, as pessoas não têm acesso às TVs abertas, mas têm a parabólica. E a TV Senado pega nesses rincões do Brasil.

E a CPI, se fosse só por essa reunião de hoje, Senador Magno Malta, já teria valido a pena. Estou muito contente.

Essas são as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS HENRIQUE ARAGÃO NETO – Eu vou fazer algumas considerações aqui acerca do que o senhor colocou, Senador, iniciando pela questão dos índios.

Todos que estão dentro da causa da prevenção do suicídio sabem que, no mundo inteiro, comunidades indígenas ou aborígenes estão com altíssima prevalência de casos de suicídio. Aqui no Brasil não é diferente. Tanto que, se nós tomarmos o mapeamento das taxas de suicídio por Município, nós vamos ver que São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, é o Município com a maior taxa do Brasil. Por exemplo, se nós pegarmos Boa Vista, é a capital que está com a maior taxa de suicídio entre os jovens. Por quê? Porque há comunidades indígenas ali próximas. Teresina, a minha cidade, está em segundo. Ou seja, onde o senhor colocar o dedo, havendo comunidade indígena, as taxas estão altíssimas. E um dos problemas é este, a aculturação. Os jovens índios estão usando muito álcool, drogadição. E isso tudo traz não só a questão dos transtornos mentais – etilismo, o alcoolismo é, sem dúvida, um alto fator de risco para o comportamento suicida –, mas também uma desesperança. O que se faz com o jovem índio, por exemplo? Se os jovens brancos, muitos deles, estão desesperançosos, por causa do desemprego e essa situação toda, imaginem quem está lá num rincão como esse. Muito bem. Então, é realmente muito importante que a causa da prevenção do suicídio trabalhe nas comunidades indígenas.

Um outro ponto que o senhor colocou foi a questão de Durkheim. Durkheim, considerado o pai da Sociologia, escreveu uma obra clássica, em 1897, chamada *O Suicídio*. Nessa obra, ele inclusive tipifica o suicídio: vai falar do suicídio altruísta, do suicídio egoísta, do suicídio anômico e do suicídio fatalista rapidamente. O suicídio anômico... Uma sociedade anômica é uma sociedade sem regras –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer semelhança é mera coincidência –, ou seja, onde as regras sociais estão frouxas, onde as pessoas não sabem para onde se direcionar. E isso, sem dúvida alguma, traz um prejuízo muito grande para a sociedade.

Então, quando ele coloca... Obviamente, para ele tudo é um fato social, inclusive o suicídio. Mas os estudos acerca do suicídio avançaram, e nós sabemos hoje, como já foi dito aqui amplamente, que o suicídio é um fenômeno tão complexo que é multideterminado, o que significa que o fator social ou o aspecto social é apenas um entre tantos, como, por exemplo, o fator psiquiátrico, o fator psicológico, o fator religioso, o fator cultural, o fator social também, o fator genético. Ou seja, é nessa interação, que é complexa, entre alguns desses fatores que um caso de suicídio ocorre. Portanto, o fator social, sem dúvida alguma, na minha opinião, também é muito importante que nós vejamos, mas não é o único.

Agora, quando nós falamos, como o senhor colocou, desses jovens que estão cada vez mais solitários, qual é o bordão que nós escutamos hoje? Nós nunca estivemos tão conectados, mas nunca estivemos tão solitários. Ou seja, eu tenho aqui computadores, celulares e todo o aparato para me conectar com uma cidade no interior do Japão agora, mas isso não quer dizer que eu realmente crie vínculos sustentáveis, vínculos fortes e saudáveis. E é isso que vai dar a sustentação para que a gente possa ter uma qualidade de vida melhor, na minha opinião.

Ou seja, eu tenho três mil amigos no Facebook? Eu não sei que conceito de amizade é esse, porque eu sei que você ter, pelo menos, três bons amigos, como diz um grande suicidologista australiano que estive na UnB conosco... Ele fez todo um discurso técnico para nós, mas no final disse assim: "Vocês sabem qual é, na minha opinião, o maior fator de proteção contra o suicídio? É você ter três bons amigos."

Então, isso ilustra a importância, sem dúvida alguma, dos vínculos, em família, na comunidade, na igreja, na escola, no trabalho, etc. Mas, muitas vezes, nós estamos confundindo o que é real com o virtual, e isso traz um prejuízo enorme lá na frente, porque na hora em que a gente precisa da pessoa, na hora realmente em que a gente precisa, a pessoa está do outro lado da tela, ou do celular, e ela não vai chegar para te ajudar.

Portanto, esse início, dentro de casa... Pelo menos eu aprendi tudo dentro da minha casa. Eu acredito que a maioria de nós aprende a andar, a falar, a comer, os primeiros passos, etc., dentro de casa. Nós precisamos olhar para isso. E, depois, a escola. Então, família-escola, para mim, é a díade mais importante nesse sentido, porque aí é que nós temos a chance, realmente, da prevenção, antes que os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comportamentos autodestrutivos estejam instalados. Muitas vezes, a gente sabe que, com jornadas de trabalho extenuantes, os pais chegam em casa cansados; os jovens também chegam em casa cansados. Aí eu pergunto: quem tem tolerância para, por exemplo, estabelecer um diálogo? Quem tem disposição e disponibilidade em um momento como esse?

Então, digamos assim, eu poderia fazer uma caricatura do que acontece hoje nesse sentido. E os pais, muitas vezes, chegam para dizer o seguinte: "Eu não sei como dar conta do meu filho. Eu não sei o que fazer com ele. Eu estou perdido". É a frase que eu mais escuto: "Eu estou perdido na formação do meu filho". E, em não dando conta, eles se culpam. Então, há o sentimento de culpa de muitos dos pais de hoje, que não conseguem estar com seus filhos, dar uma qualidade de relacionamento melhor, etc. E eles tentam compensar essa culpa em função de consumismos, de dar o que eles querem, de não estabelecer limites, vão compensando um erro com outro, e essa engrenagem é perversa. Esse é um ponto importante também.

Nas escolas, quando o senhor fala da questão da legislação, eu queria deixar apenas um registro de que eu penso que é fundamental que o Ministério da Educação esteja junto nessa empreitada e que se discutam – espero eu – ações efetivas para que, dentro das escolas, nós tenhamos uma lei ou alguma obrigatoriedade de que se trabalhe com as crianças no sentido de se desenvolverem habilidades sociais e emocionais para que justamente elas não cheguem à adolescência querendo se matar ou se mutilando. Então, a educação emocional dentro das escolas, para mim, é ponto fundamental nessa estratégia, assim como, obviamente, campanhas na mídia – desde que elas sejam feitas com a ajuda de especialistas, para que a campanha não tenha o efeito contrário – e a capacitação dos profissionais da rede pública de saúde. Isso é muito importante, por quê? Porque todo psiquiatra atende comportamento suicida? Sim. Todo psicólogo atende? Sim. Mas nem todo psiquiatra e nem todo psicólogo atende com qualidade. Disso eu não tenho dúvida, porque nós precisamos ter conhecimentos específicos sobre essas demandas, e a minoria tem. Então, eu acredito que essa questão da capacitação também é muito importante.

Então, fico por aqui para passar a palavra para o Dr. André.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. PODE - MT) – Com a palavra o Dr. André.

O SR. ANDRÉ DE MATTOS SALLES – Eu estava aqui ouvindo um pouco das ponderações do Carlos, um pouco da questão das perguntas, e estava tentando formular aqui o que eu poderia dizer. O Carlos falou bastante sobre as questões das relações interpessoais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que lembrar que o ser humano, de uma maneira majoritária e fundamental, é um ser social. Eu acho que, se a gente quer criar seres humanos de qualidade, a gente tem que pensar no pré-natal, a gente tem que pensar no nascimento, a gente tem que pensar no primeiro ano de vida, a gente tem que pensar em todas as faixas etárias em que o indivíduo vai se colocar, para a gente poder ter adolescentes seguros, adolescentes com olhos vibrantes, e adultos também cumpridores das suas atividades, daquilo que se propõem a fazer.

Se a gente for pensar, a gente nasce com uma bagagem genética, neuronal, para a gente poder se desenvolver, mas o desenvolvimento se dá através da relação. Uma criança que, a partir do momento em que chora, não tem a sua demanda correspondida, vai criando marcos, e o desenvolvimento dela vai se dando dessa forma. Então, se a gente for pensar de uma maneira mais precoce, a partir do nascimento, o contato social materno, ou com quem faz a função materna, talvez seja o primeiro gancho que a pessoa tem para um desenvolvimento saudável. A partir do momento em que essa criança chora de fome e ela tem o seu desejo, a sua necessidade atendida, e ela se sente segura, e ela se sente amparada, ela vai modulando, vai organizando a sua estrutura psíquica e a sua estrutura neuronal para que aquilo seja algo que ela consiga fazer. Então, ela sabe que, toda vez que ela chorar, vai ter a sua demanda atendida. Ela se sente segura. E o que vai moldando o nosso sistema nervoso central, o que vai moldando o nosso desenvolvimento é, sem dúvida nenhuma, os afetos que a gente tem. Então, a partir do momento em que a gente faz algo e que a gente tem uma resposta afetiva àquilo, aquilo é marcado, e a sinapse, a ligação entre os neurônios que possibilitam fazer aquilo de maneira vigorosa cria uma cola que você nunca mais vai deixar de ter. Ao mesmo tempo, a ausência disso traz um prejuízo muito grande.

Então, se a gente for pensar em prevenção, se a gente for pensar em seres humanos, de uma maneira geral, a gente tem que estar muito atento aos vínculos sociais que essa pessoa vai ter, principalmente aos vínculos precoces. Uma criança que tem boas vinculações, uma criança que tem um bom contato social, um bom contato afetivo, e tem suas necessidades nutricionais, de saúde atendidas, tem tudo para se tornar um adolescente saudável, um adolescente seguro, e um adulto saudável e seguro.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. PODE - MT) – Drª Fernanda.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Se me permitir, Presidente Relator...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. PODE - MT) – Sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu tenho um compromisso, mas eu gostaria de fazer uma intervenção apenas, e com isso tanto a Srª Fernanda quanto o Sr. Antonio, se quiserem, já podem responder conjuntamente, depois voltariam – já que só somos dois a perguntar, se a Presidência deferir –, porque eu acho que é um pouco do complemento dos seus questionamentos. Ela faria uma única intervenção, o Sr. Antonio também, e depois voltariam. Pode ser, Presidente?

Antes de mais nada, quero parabenizar mais uma vez a CPI pela escolha do tema e também dos convidados e dizer que para nós, aqui, foi um aprendizado. Por mais que, para mim, especificamente, como mãe de duas adolescentes, tia de algumas tantas sobrinhas e pouquíssimos sobrinhos, também em fase de pré-adolescência, sejam temas que, de alguma forma, nós conhecemos, lemos e acompanhamos, sempre nos trazem informações valiosas.

Eu começo aqui pelo Sr. Antonio, que nos deixa muito felizes quando fala que moderniza essa instituição tão importante para nós, de mais de 50 anos, quando apresenta o *chat* como uma oportunidade para essa juventude que realmente – eu convivo com muitas dentro de casa, dentro da minha família – gosta de escrever, mas não gosta de falar. Eles são a geração... Eu acho que fui a geração X, já passou pela geração Y, agora está na geração Z. Eles são a geração Z. Nasceram no mundo virtual, e essa é a forma de comunicação. Não adianta remar contra a maré. Nós temos que nos incorporar, tentar entender o mundo deles, entrar no mundo deles. Então, eu fiquei muito feliz com as colocações e as estatísticas na prática que foram apresentadas aqui.

Da mesma forma a Srª Fernanda em relação à questão dos fatores. Muito interessantes não só esses números que mostram que o suicídio não é mais uma questão de saúde pública, é uma questão de epidemia mundial. É uma epidemia. É uma forma dessa juventude conflituosa, que não consegue entender e lidar com todos esses fatores hormonais e pessoais, de um período que sempre foi, desde o início da humanidade, talvez um dos momentos mais conflituosos da vida de um ser humano.

Eu falo com muita tranquilidade, eu que já estou chegando aos 50. Eu digo assim se me perguntarem: "Você quer voltar à sua adolescência? Você não tem outra opção." Há opção de voltar 10 anos, 15 anos? Não, para a adolescência eu não quero voltar mais. Todos nós passamos por essas angústias. E agora com um conflito a mais: um mundo muito maior. O nosso mundo não é só o nosso quintal. O nosso mundo é o mundo globalizado, onde não apenas eu, minha família e meus amigos temos conhecimento do que acontece comigo, mas, através das redes sociais, o mundo sabe o que acontece comigo. E esse mundo pode ter 1 mil, 2 mil, 5 mil, mas pode ser realmente o mundo mesmo. Diante de tudo isso, volto a repetir que nós temos que voltar e tentar entender o mundo deles.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todas essas informações foram valiosas até para que as mães e os pais que estejam nos assistindo, por mais que nós falemos muito... E aqui o psicólogo Carlos comentou que também é uma questão familiar, de problema familiar, de tempo, de dentro da família. E, muitas vezes, os pais se culpam: "Por que meu filho se automutila? Por que meu filho tentou o suicídio? Por que eu perdi um filho dessa forma?" Eu sempre digo que tempo não é tudo, a qualidade não é quantidade.

Às vezes, numa mesma família, dois filhos são criados da mesma forma, estudando no mesmo colégio, tendo o mesmo perfil, a mesma educação, a mesma atenção, às vezes gêmeos estudando até na mesma sala, e um faz e outro não. Então, nessa questão do fator, ficou muito claro tudo aqui; a predisposição genética, a predisposição... Foi utilizado outro termo para englobar a predisposição biológica e genética, eu acho que foi fator predisponente.

Talvez de tudo o que mais me chamou a atenção foi essa correlação com, entre aspas, "transtorno mental". A gente remonta no tempo passado como se transtorno mental fosse alguma coisa muito associada à loucura, à esquizofrenia, e o transtorno mental hoje tem uma gama cada vez maior de certos e pequenos distúrbios mesmo, começando pelo TOC. Não é possível um ser humano que não tenha algum TOC, do mais simples até aqueles casos mais graves que precisam ser tratados. Também foi muito valiosa a contribuição.

Eu gostaria muito de agradecer também ao nosso psiquiatra, Dr. André, que traz justamente essa questão das redes sociais. Eu mesma fui descobrir o que era o Tumblr quando a minha filha tinha de nove para dez anos. Eu falei assim: vou descobrir a senha e vou saber por que ela não sai deste aplicativo que não conheço. E fiquei escandalizada e assustada de ver que realmente é um *site* extremamente *dark*, em que as pessoas ali são uma tribo que tende a ter uma tendência mais no estilo depressivo, de ver o mundo de uma forma diferenciada. Isso passou, porque passou a idade dela também, mas é algo que realmente nos chama a atenção. Então, foi bom ter trazido essas questões todas, inclusive a do efeito de Goethe, do efeito do jovem Werther, que é algo que precisa ser trabalhado.

Esta Comissão tem, através dessas informações, condições de ver de que forma nós podemos estar atuando não só em relação às políticas públicas, mas em relação também à legislação, tipificando como crime algo que ainda não é considerado como crime, porque são coisas novas, aumentando a pena ou mesmo criando, através da legislação, políticas públicas que possam depois dar ao Executivo suporte e orçamento para que possam desenvolver todas essas questões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, foi aqui também muito bem colocada, o que acabou finalizando e arrematando tudo o que já foi dito pelo psicólogo Carlos – também fiz todas as anotações referentes a isso – principalmente essa questão dos fatores da personalidade, da questão desse alívio. Porque é muito comum as pessoas prejulgarem, as pessoas julgarem e não terem condições de... Como é que alguém chega ao ponto de se machucar ou de tentar o suicídio? É porque ela não consegue mais lidar com tamanha dor. Quer dizer, a dor da automutilação é tão menor que para ela é melhor do que conviver com... Então, isso tudo nos dá suporte e subsídio.

Fiquem à vontade para me corrigir naquilo tudo que eu falei, mas principalmente, e aqui fica a minha consideração final a respeito, para que nós possamos – e o Senador Magno Malta, como Presidente da Comissão, tem toda razão – começar a repensar algo até anterior a isso, que não só ajuda na CPI dos Maus-tratos, mas nos faz lidar com toda essa sorte de, infelizmente, novidades negativas que hoje assolam a humanidade e o Brasil.

Recentemente nós criamos, por exemplo, o crime de feminicídio: matar uma mulher pelo fato de ser mulher. Aumentamos a pena para ver se, de repente, desperta-se para esse mal. Da mesma forma, criamos um crime que não existia, que era o estupro coletivo, que começou a ser uma coisa que pipocou aqui e ali. Não sei se agora levantou-se a poeira do tapete ou criou-se esse efeito do Jovem Werther. Se é realmente: "Ah, vamos lá!"

Da mesma forma, colocamos – aí há relação com a questão da rede social – que divulgar de qualquer forma, repassar ou criar um vídeo expondo esse tipo de violência que é o estupro, o que não era um crime antes porque não se fazia isso antes, passa a ser crime. Da mesma forma, nós podemos com essas valorosas contribuições... E vamos aguardar também sugestões de V. S^{as}, dos senhores e das senhoras, para podemos implementar.

Eu volto aqui para concluir, Senador Magno Malta e Senador José Medeiros, porque nós temos que voltar a repensar os princípios, da mesma forma como se fala da questão do seio familiar ou como se fala da questão... É a questão do Direito; é isto que nós fazemos aqui: leis. E lei nada mais é – e aqui eu até fiz um parêntese: lei ética –, como Parlamentar, do que uma avaliação política e social de algo que interessa à sociedade. Se isso interessa à sociedade, eu tenho que fazer uma avaliação política e uma avaliação social para ver qual é o meu voto ou de que forma eu vou propor algo.

E acho que passa por aí essa discussão de repensarmos a própria Constituição Federal no que se refere ao direito individual *versus* interesse e direito coletivo. Porque tudo não pode. Nós queremos proteger a criança e o adolescente; "ah, mas é liberdade de imprensa". Então, nós não podemos atacar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a imprensa ou restringir. Não podemos restringir a imprensa nem quando nós estamos diante de uma situação em que a imprensa está daquela forma, depois de ouvido todo o setor médico, psiquiatra, psicólogo, todas as associações, comprovado por termos científicos, que aquele comportamento da imprensa vai levar a algo destrutivo para o jovem e para a criança?

Da mesma forma nós queremos às vezes legislar e estamos diante de certos interesses ou direitos individuais, como o direito de liberdade de expressão. Ora, o direito de liberdade de expressão não vai chegar ao ponto em que ele pode mais do que o direito coletivo de se proteger. A própria Constituição estabelece – art. 227 da Constituição Federal – que é dever da família, dos pais, da sociedade e do Estado, a proteção da criança e do adolescente nos seus aspectos físico, mental e psicológico.

Então, quando nós estamos diante de um próprio conflito interno do Congresso Nacional, do Direito, de discutir o que nós podemos, até onde nós podemos ir, nós temos que ter uma reinterpretação da Constituição Federal para podermos chegar àquilo que queremos, que por exemplo, nesse caso da CPI, é a proteção das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Porque às vezes vocês vão nos propor algo, os senhores e as senhoras, e nós vamos esbarrar não no Direito ou na Constituição, mas às vezes na interpretação tortuosa, torta dessa Constituição, que coloca ali o direito à liberdade de expressão acima do direito à honra de um indivíduo, de um cidadão, de uma criança, de um adolescente.

Então, questões como o *bullying*, questões como... E aí entra a questão da rede social. Por que é que nós não podemos restringir naquilo – e muitas até já o fizeram, como o doutor comentou, o Google já tem lá para as nossas crianças, quando o pai der um computador aos seus filhos, dê com acesso limitado a tudo aquilo que seja possível, e no Google já deixe claro que o acesso que ele tem é aquele acesso em que o próprio Google vai fazer um filtro.

Enfim, eu acho que o que fica para mim, depois dessas informações – porque não vou fazer perguntas nesse âmbito, porque isso é algo que interessaria num outro congresso, porque eu já tenho as informações necessárias –, o que fica é realmente voltar àquela preocupação que tenho: o que eu posso fazer, dentro dos limites da minha atribuição, tendo a Constituição como nosso parâmetro. Não vou falar "bíblia", porque senão o Senador Magno Malta vai ficar bravo comigo, até porque nós temos a mesma Bíblia em comum, mas a bíblia do Direito, a Constituição é a nossa bíblia do Direito, mas a bíblia real, a Constituição real, aquela que permite interpretar que um direito coletivo de defender e proteger crianças, adolescentes e jovens está acima de qualquer direito individual, da imprensa, do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadão, de quem quer que seja, de fazer uma postagem, de dizer o que quer e de prejudicar toda uma sociedade.

Eu finalizo agradecendo ao Presidente o tempo que me concedeu também.

Quero dizer que muito do que foi colocado aqui, doutor, eu vi, inclusive aquela série das treze razões, do porquê, e o conteúdo da Peppa – eu tenho um sobrinho de sete anos, e um desses episódios também nos chocou. Então, eu acompanho muito de perto. Para nós agora fica aqui o compromisso de procurar, dentro do conhecimento técnico dos senhores e das senhoras, poder contribuir na CPI, legislando e apresentando propostas no que se refere a políticas públicas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Senadora Simone.

Eu não sei quem vai responder agora, mas eu gostei de uma frase de V. Ex^a que eu vou guardar: o direito de expressão não se sobrepõe, não está acima do direito à honra. Eu gosto muito de frases fortes e que sejam verdadeiras. E essa é uma frase forte, verdadeira, que eu certamente vou agregar às minhas falas.

Obrigado pela intervenção de V. Ex^a.

Sr^a Fernanda.

A SR^a FERNANDA BENQUERER – Eu fiquei com a missão difícil de falar depois do Carlos e do André, porque eles foram bastante consistentes nas considerações. E eu corroboro as considerações que eles fizeram em relação às questões sociais, de desenvolvimento, psicológicas, emocionais em relação à prevenção.

Eu queria trazer mais uma questão, que é um problema cultural. Talvez um outro aspecto que a gente tenha que prestar atenção é de a gente enfrentar o assunto, de a gente ter coragem de falar sobre isso, ouvir sobre isso e buscar ajuda. O que a gente percebe é que muitas vezes as pessoas chegam para os especialistas já há muito tempo em sofrimento, com quadros muito graves. Não foi uma coisa que começou de ontem para hoje; é uma coisa que já vem há vários meses, há anos, a pessoa já está adoecida, não consegue entender aquilo, não busca ajuda, ou às vezes tenta buscar ajuda e é rejeitada. A gente tem muitos mitos e muitos preconceitos a respeito do suicídio que a gente coloca para as pessoas, e isso fecha a porta da comunicação. A pessoa está sofrendo, está triste, está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensando em morte, e a gente entende: ah, ele está querendo manipular, ele está querendo um atestado, ele está querendo chamar atenção. A gente precisa rever e, de alguma forma, mudar essa cultura, porque isso está arraigado na sociedade toda. E isso é o que impede, muitas vezes, a busca de ajuda.

Outra questão é que existem políticas públicas, diretrizes de prevenção de suicídio no papel. Daí a elas estarem efetivamente funcionando há uma distância. Já há muita coisa escrita, mas que precisaria estar funcionando. Por exemplo, em relação ao serviço de saúde, a pessoa precisa entender que precisa buscar, mas precisa chegar, precisa do acesso. Para isso também, muitas vezes, há uma dificuldade. São poucos especialistas, poucos profissionais qualificados, a fila é grande, a gente sabe que sempre há uma demanda muito grande, e acho que essa questão também não é só botar no papel; tem que estar funcionando.

Acho que essa parte dos preconceitos, dos mitos vem muito do senso comum. A gente precisa aprender a questionar e a abrir realmente o ouvido, abrir realmente um espaço para a escuta. Para um adolescente poder chegar e falar que está com uma dificuldade, ele precisa sentir que a gente vai conseguir entender aquela dificuldade, ouvir sobre aquilo que está acontecendo. Porque ele vai para a internet, ele vai buscar e encontrar influências que podem não ser as mais saudáveis, as mais adequadas.

Acho que é isso.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui hoje e vou tentar contribuir como puder.

O SR. ANTONIO CARLOS BRAGA DOS SANTOS – Senador, Senadora, o CVV trabalha há 55 anos com este tema: prevenção ao suicídio. Prevenção se faz com informação. Não se falava sobre isso e ainda se fala muito pouco sobre isso. E há muita desinformação.

Esta semana, nesta série que a Globo está passando, houve um suicídio, uma cena de suicídio, deseducando. Ao final da série, rapidamente, três segundos, 141 – Prevenção de Suicídio. Mas não falou que esse telefone era do CVV, porque não pode fazer publicidade. Se você vai mostrar alguma marca...

Na prevenção do suicídio – e os profissionais que estudam o assunto falam isso –, quem pede ajuda não comete o suicídio. Noventa por cento dos casos – 90% dos casos! – poderiam ser prevenidos se a pessoa pedisse ajuda. Mas pedir ajuda em que situação? As pessoas não reconhecem os seus estados emocionais. Elas não sabem o que estão sentindo e nem sabem que aquilo que estão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentindo pode até ser mesmo uma doença. Ele pode estar com uma depressão. O que o CVV faz é ouvir as pessoas, mas não ouvir os seus problemas. As pessoas contam os seus problemas, as suas histórias, as suas situações, mas ouvimos o que elas estão sentindo, ouvimos como eles estão se sentindo, porque muitos deles não têm, e muitos de nós não temos, três amigos. Muitas pessoas não têm nenhum amigo, não têm com quem falar.

Foi dito... E foi sugerida pelo Dr. Carlos a educação emocional. A educação emocional pode ser feita, existem programas para isso. E foi sugerido e eu ratifico que o MEC participe desse processo, porque ainda há muito que pode ser feito. Há quase dez anos o Brasil tem, e é um dos poucos países do mundo que tem, um programa nacional de prevenção ao suicídio, mas que está na gaveta. O que os senhores podem fazer é ajudar a tirá-lo da gaveta e colocá-lo em prática. O Brasil é um dos poucos países que tem um programa de prevenção ao suicídio, mas está no papel; não existem ações práticas sendo utilizadas.

A Abeps é uma associação que foi criada há menos de dois anos, apoiada pelo CVV e por outras organizações para que o assunto venha à pauta, como está na pauta hoje. Agora acabei de receber uma mensagem do André Trigueiro; acabou de ser publicado agora, hoje: suicídios sobem 12% em quatro anos e se torna a quarta maior causa de morte de brasileiros entre 15 e 29 anos. Acabou de ser publicada e divulgada essa informação hoje.

Então, parece que o assunto começou a vir para a pauta. Esta CPI não é de suicídio, mas é de maus-tratos. E o tema que nós tratamos do início ao fim aqui foi o suicídio. Parabéns e nos ajudem a fazer com que a informação seja a prevenção do suicídio.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Bem, a riqueza desta audiência pública é tremenda.

Mais uma vez quero lamentar e dizer ao Senador José Medeiros, que discorda de mim com relação à TV Senado, mas parece que ele está discordando de um item de que eu não falei. Realmente, a programação dela chega a tudo que é lugar. Pela parábola, ela chega a todo lugar. Isto é fato. E é porque chega que eu estou dizendo que deveria repetir, repetir, repetir. Isto é fato. Eu só estou dizendo que tem coisa aqui que é repetida ou coisa colocada no ar que não versa em nada sobre o propósito para o qual foi criada a televisão, que é dar informação sobre o Parlamento. Coisas de externas que vêm para cá...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto aqui poderia ajudar a salvar vidas, ajudar um leigo a aprender como lidar, ajudar crianças da sua comunidade, seja dentro da Amazônia, ajudar um padre, um pastor, um professor a lidar com esses temas todos aqui, que são caros e importantes, e num negócio como este aqui eles colocam a orquestra tocando lá. Ninguém quer ver orquestra. O povo quer ver Ratinho, o povo quer ver Raul Gil, o povo quer ver não sei o quê, e fica nesse horário em que a orquestra está tocando sem audiência de nada, e ninguém aprendendo nada. Isso é que eu estou falando. Que chega, chega, né? Agora, que tem coisa sem propósito, só tem. E eu estou falando aqui para, se o pessoal estiver me ouvindo, mudar, ou, então, vou continuar falando.

Mãe dizia que isso é um defeito que eu tenho, mas eu acho até que é uma virtude. Ela errava nisso aí com relação à minha pessoa. Ela dizia: "Você tem um defeito muito sério. Tem coisa que não precisa falar". Fazer o quê, mãe? Eu falo, não tem como. Conversou comigo e não pediu segredo, aí já foi. *(Risos.)*

Principalmente aquilo que se pode falar.

Eu gostaria de... Nós estamos agulhados. Eu sei que a Senadora Simone tem tempo, assim como o Senador José Medeiros, mas as minhas perguntas eu vou passar para vocês, até porque eu os convidei, e vocês aceitaram, a almoçar comigo.

Ao CVV (Centro de Valorização da Vida), você respondeu. Eu ia perguntar algumas coisas tipo: qual a idade que tinha a criança mais nova que vocês atenderam em situação de suicídio? E se existe algum projeto do CVV para atender pessoas, para alcançar os povos indígenas, porque o índice de suicídios entre eles é absurdo. No dia em que eu fui a Tabatinga, convidado pelo Exército, quando eu desci lá foi a coisa que... Duas coisas mexeram comigo: primeiro, quando eu saí de lá, eu senti que, de fato, eu era brasileiro, e que todo brasileiro tinha que descer na Amazônia para sair de lá sabendo que é brasileiro mesmo; e a segunda coisa foi o índice de suicídio dos índios. Por isso a pergunta.

O CVV tem informações sobre tentativa de suicídios de crianças e adolescentes dentro de abrigos?

Ao Dr. Carlos Henrique eu vou fazer todas essas perguntas – eu vou entregar-lhe em mãos, porque eu sou mais organizado que o Relator. Estou brincando; é a minha assessoria aqui. É brincadeira. Ele também pode entregar o papel dele – ele estava com um papel aí. Ele nem leu todo porque ficou com pena de todo mundo. Pois é. Ele só leu a primeira página.

Qual a estimativa de crianças e adolescentes se automutilando? Você colocou isso aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode apontar causas de automutilação? A violência sexual é uma dessas causas, para mim. Você colocou.

O que pode ser feito na área de saúde para prevenir e combater a automutilação?

O que pode ser feito na área de educação para prevenir e combater a automutilação?

Até que ponto as redes sociais, por meio de fotos e vídeos, estimulam as crianças e os adolescentes a se automutilarem?

Pode nos dizer sobre casos de crianças que moram em abrigos ou casas acolhedoras e que se automutilam?

Conhece casos de crianças indígenas que se automutilam?

Qual a idade para uma criança navegar sozinha na internet?

E qual a idade que vocês podem indicar para uma criança criar um perfil nas redes sociais?

Tome, responda e mande, sabe porquê? Veio uma coisa à minha cabeça agora. Isso, na linguagem teológica, é o Rhema, a revelação que você tem. Responda para mim, responda para mim e responda para mim. Vou passar o seu também. Porque nós podemos, com essas respostas, fazer uma cartilha, mandar imprimir na Gráfica do Senado uma cartilha já desta CPI. Já sai uma coisa boa daqui.

Eu vou dar o seu papel também, viu?

Agora, Dr. André.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Aí tem que dar o crédito ao CVV também.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Não, o do CVV já está ali. Eu já passei as perguntas dele. Olha lá o dele!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT. *Fora do microfone.*) – Tem que colocar a marca lá. Não faz que nem a Globo, não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Não vamos fazer como a Globo, não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Globo, aliás, tem se tornado uma escola. Vejam o que os bandidos estão fazendo no Rio! Vejam a briga da Rocinha de dois exércitos de milícias, armadíssimos, e alguém ainda fazendo uma sugestão, um político, para que o Governador receba o advogado do Nem, que é o traficante que manda na Rocinha, para que o Nem mande parar. Olha onde nós chegamos! E a novela da Globo ensinando os caras a cometer os crimes, como fazer um assalto, como ser dono de uma boca de fumo, como comandar o tráfico na sua favela... Está lá a escola. E a escola do suicídio ao vivo. E depois coloca lá uma marquinha...

Eu acho que nós precisamos dar limite a isso. O Congresso Nacional precisa ter coragem, porque a concessão é pública. Record, Rede Globo, SBT, todas as televisões, ninguém é dono de nada! O cara é dono do equipamento. A concessão pertence ao povo. E a concessão não foi dada para isso.

Ele diz que não colocou a marca do CVV. Não colocou mesmo, porque o CVV, para colocar a marca, tem que pagar. O negócio lá é ganhar dinheiro. É muita audiência para pegar muito dinheiro dos grandes anunciantes. Não estão preocupados com vida de criança ou de ninguém. Não estão preocupados com crianças que estão se automutilando. Muito pelo contrário. Vocês viram alguma câmera aqui do SBT, da Record, da Globo? Os senhores viram? Ninguém viu nada aqui. De qualquer televisão, seja ela pequena, grande ou média. Ninguém viu! Só está aqui a TV Senado e rede social, a internet, porque não interessa. Interessa casamento homossexual, aborto, ideologia de gênero, infanticídio, em nome da cultura. A criança nasceu com a perninha torta, mata, sepulta viva na tribo, e ninguém pode falar nada, porque isso é cultura. Você não pode entrar... Um padre, um jesuíta, um católico, um menonita, um evangélico não pode entrar em tribo de índio para eles, porque vai quebrar a cultura do índio. Mas beber cachaça, morrer e se suicidar, isso pode, deve.

Então, nós estamos vivendo um disparate, um descolamento de qualquer coisa que possa ser verdade. Imaginem o seguinte: nós estamos cumprindo o nosso papel, e temos que cumprir mesmo, mas parece que o fato é tão desanimador, que a sensação é de que você está querendo dar um passo para a frente e o estão empurrando dez para trás.

Ele fala que existe uma legislação que nunca saiu do papel. Há uma resolução no Ministério da Saúde há seis anos para tratar da questão do suicídio. Faz seis anos que foi feita essa portaria, e ninguém nem sabe dela. Então, o negócio é oba-oba. É igual ao Presidente que chega a um país e a mídia mostra eles assinando protocolos; assinam o de lá e o de cá. Aquilo é tudo mentira! Não vai acontecer nada!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, penso o seguinte: nós vamos produzir o primeiro. Vai ser embrionário. Tudo isso de tecnologia é muito novo para nós; essas coisas que estão acontecendo, que estão vindo para cima de nós, e a gente não sabe nem como tratar. Eu me lembro de que, na CPI da Pedofilia, quando nós começamos a tratar com crime cibernético, o Brasil não tinha nada de legislação, nem tecnicamente. O que nós temos, o que avançou foi com a CPI da Pedofilia, com o que nós aprovamos.

Hoje, essa vagabundagem, mesmo a Justiça colocando na rua, é outro descolamento. Adianta você fazer lei se o juiz solta? O juiz lá de São Paulo, Dr. Eugênio, não viu nada naquilo; não viu nenhum tipo de escândalo em o sujeito colocar o pênis de fora e ejacular no rosto de uma moça de 23 anos. Ele disse que não há constrangimento. Aí o desânimo é total. Se a gente não focar na missão que a gente tem para cumprir, a gente desanima e para com tudo. Como um juiz faz isso? Aí o cara no outro dia entrou num ônibus e fez a mesma coisa, acho que até dizendo "eu vou dar uma cusparada na cara desse juiz para ele aprender a ser homem". Foi lá e fez a mesma coisa.

Mas esse cara, quando foi solto, o povo podia ter matado de paulada na rua, não podia? Podia. A culpa era de quem? Do juiz. Quando ele reincidiu, a culpa foi de quem? Do juiz. Foi por isso que eu representei contra esse juiz no Conselho Nacional de Justiça. Porque o Conselho Nacional de Justiça precisa tomar uma providência.

As pessoas falam "tem que fazer lei dura contra a corrupção". Para que lei dura contra a corrupção se os corruptos são todos votados por vocês mesmo? Não venha querer cobrar de mim o que você faz no seu Estado. Porque fulano é... Ele é de que Estado? O povo votou nele. Ele não foi nomeado. Lei dura contra corrupção é título de eleitor. É o seu voto. Ué! Adianta lei dura? Rocha Loures foi pego com uma mala e está solto. E o mesmo ministro que mandou soltar o Rocha Loures no outro dia negou *habeas corpus* para uma mulher que foi presa pegando biscoito num supermercado. E aí?

Desculpem-me por estar falando isso tudo. Fica parecendo que não tem nada a ver com isso, mas tem tudo a ver com isso. Tem tudo a ver com isso. Mas vamos voltar lá para a nossa cartilha.

Dr. André, minha pergunta é: o que pode ser feito em relação às escolas para a orientação emocional dessas crianças e adolescentes?

Existe algum mecanismo nos hospitais e postos de saúde para atendimento diferenciado das crianças e adolescentes vítimas de automutilação?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira. Sabemos que existem muitas ocorrências de adolescentes indígenas que se suicidam no Brasil. O senhor tem uma estimativa sobre o quadro? Pode dizer a causa do suicídio de adolescentes indígenas?

O Brasil...

Nós estamos perguntando tanto sobre índio porque nos incomoda o infanticídio, o descaso que o Ministério da Saúde, que as redes de saúde no Brasil têm com eles. Essa coisa nos incomoda muito.

O Brasil, nos últimos anos, tem falado sobre ideologia de gênero de uma forma muito efetiva nas escolas para crianças e adolescentes. Pelo menos, essa é a tentativa dos esquerdopatas aí. O tema é abordado em todas as matérias e já estão catalogadas no Brasil 70 identidades de gênero.

Sabemos que a Associação Americana de Médicos Pediatras já publicou nota recomendando que não se fale para crianças sobre as opções de identidade de gênero. Médicos no Brasil também já começam a manifestar sua preocupação. O senhor tem dados sobre crianças e adolescentes com dúvida sobre sua identidade sexual que se automutilam ou tentaram o suicídio?

Essa é para o senhor, para a Associação Brasileira de Prevenção ao Suicídio.

Este ano, a campanha Setembro Amarelo teve uma grande repercussão e muitas adesões. Estamos ouvindo muitos falarem de prevenção ao suicídio. Havia, no passado, um grande silêncio sobre o tema. As crianças e os adolescentes precisam mesmo ouvir sobre prevenção ao suicídio? É a pergunta.

Há um protocolo para se falar sobre o tema para crianças e adolescentes?

Dois: é viável psicólogos ou educação emocional nas escolas? Isso é viável, é importante, é necessário?

Até quando o *bullying* tem provocado a automutilação e o suicídio?

A Associação tem dados sobre o suicídio de adolescentes jovens indígenas? Pode apontar as causas? Conhece algum projeto ou algum programa de prevenção ao suicídio de indígenas?

Esse aqui é o seu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em tese, de tudo o que eu perguntei, acho que pouca coisa deixou de ser falada tanto na apresentação dos senhores quanto nas respostas.

Vocês vão levar essas perguntas. Se não estiverem à vontade para devolver as respostas, também não há problema. Mas acho que as respostas serão importantes. Nós procuraremos mais, e penso que, nos próximos 30 dias, nós poderemos oferecer ao Brasil uma cartilha desta CPI. O Senado tem uma gráfica, e nós temos direito a isso. E quem sabe... Nós vamos começar já um pouco tarde, mas oferecendo alguma coisa que é da lavra de quem tem sacerdócio, de quem está envolvido, de quem estuda, de quem quer participar deste momento para dar o seu conteúdo vivencial, porque, muitas vezes, você não tem o conteúdo intelectual. Eu não tenho. Eu não sou psicólogo, não sou psiquiatra, mas tenho 37 anos da minha vida tirando gente drogada da rua, de toda ordem. E a vivência no debate desse assunto e mais a minha disposição em focar minha vida na defesa das crianças fazem o meu conteúdo, que, de repente, livro nenhum pode me dar. Então, penso que nós podemos contribuir com este momento.

Vou ficar muito honrado com essas respostas para que a gente possa acrescentar alguma coisa e estudar juntos e oferecer... Acho que outros que vamos ouvir aqui também vão nos oferecer... As próprias plataformas, como o Google, o Facebook, todos que vão vir aqui vão receber de nós também, e nós queremos publicar também o que eles vão falar, até porque o Dr. André fez algumas citações de *sites* e aplicativos ali, e nós já estivemos com os diretores dessas plataformas e duas coisas foram faladas aqui que eles não falaram para nós. Mas, certamente, eles serão ouvidos aqui também em audiência pública, e este será o meu intento: fazer essas publicações daqui para frente. O nosso será o marco zero e vai me orgulhar muito nós podermos fazer isso.

Dr. Carlos.

O SR. CARLOS HENRIQUE ARAGÃO NETO – Senador, só mais dois minutinhos.

Eu queria finalizar a minha parte dizendo ao senhor que a Associação Brasileira, aqui representada pela Dr^a Fernanda, mas da qual também faço parte... A minha preocupação pessoal, vendo, no meu Estado, no Piauí, aqui, em Brasília, onde faço doutorado, e na interlocução com vários atores que trabalham na prevenção ao suicídio no Brasil, a minha preocupação com falar sobre suicídio, em escolas, para crianças e adolescentes é enorme, tanto o é que o Presidente da Abeps, que é o Dr. Humberto Corrêa, psiquiatra da UFMG, em duas ou três oportunidades, quando eu tive oportunidade de jantar com ele, conversar, em cursos e palestras, eu dizia a ele: "Humberto, nós precisamos regulamentar, via Abeps" – porque, se eu falar como Carlos o som fica ecoando no vazio,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas com a chancela da Abeps, pelo menos, nós precisamos regulamentar ou, pelo menos, dar uma diretriz para as pessoas que querem entrar em escola, e estão entrando de toda forma possível, porque o apelo é muito grande, Setembro Amarelo, etc., e todas as escolas ligam para as ONGs, para as instituições, para os profissionais. Então, é uma enxurrada de gente despreparada, falando sobre esse assunto, que é extremamente perigoso quando você não tem uma fundamentação teórica e prática para falar com adolescentes e crianças principalmente.

Então, o Humberto, sensível a essa minha preocupação, criou uma comissão, uma subcomissão dentro da Abeps, da qual eu faço parte, com cinco pessoas do Brasil inteiro, para nós falarmos, para nós pensarmos e fazermos uma cartilha até o ano que vem – pelo menos é o nosso tempo; quem sabe, com a ajuda do senhor e de outras pessoas interessadas, possamos abreviar esse tempo – porque nós precisamos fazer... Do mesmo jeito que a ABP tem a cartilha para a mídia, dizendo o que falar, o que não falar, como falar, como não falar, nós precisamos dar essas diretrizes para as pessoas que se arvoram a entrar em uma escola, por exemplo, para falar com crianças e adolescentes.

É muito perigoso. Por quê? Porque nós sabemos que o efeito Werther, que já foi falado, existe e é profundamente negativo, principalmente em jovens vulneráveis; aquele jovem que já está ali, no caminho, no túnel, em que a luz já está se apagando. Então, é muito perigoso. Eu, por exemplo, não recomendo. Toda vez que me ligam: "ah, eu vou, quero entrar em uma escola". Eu falo: "Eu não entro!" Quando eu entro em uma escola é para falar de resiliência, de valorização da vida, de outras questões, de aprender a resolver conflito, e lá depois, em perguntas e respostas, talvez toquemos nesse tema, mas não chegar e fazer uma palestra dentro de uma escola, sobre suicídio, para crianças e adolescentes. Eu jamais faria e não recomendo que façam. Então, é muito importante essa colocação – eu sei que depois a Abeps vai responder, mas eu estou me adiantando aqui um pouco.

É viável, sim, nós trabalharmos com o Ministério da Educação para estabelecermos uma pauta dentro de uma matriz curricular para a questão da saúde emocional dentro das escolas. Eu não tenho dúvida; fui muito enfático com isso. E quero dizer também que esse tema da saúde emocional, do desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais é muito, muito importante. Por quê? O André aqui também colocou a questão das redes sociais, mas, mesmo que nós consigamos regulamentar alguma coisa nas redes sociais, ainda assim nós sabemos que a cada mês ou a cada temporada nós vamos ter um psicopata lançando um desafio como o Baleia Azul e coisas dessa natureza. Nós não vamos ter, penso eu, o controle completo disso.

Então, como dizia o Sartre, "não importa o que fazem comigo; o que importa é o que eu faço com o que fazem comigo". Ou seja, o que importa é que nós possamos trabalhar com as nossas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças para que elas possam até estar diante de um conteúdo como esse, mas também saber como responder a esse conteúdo sem se machucar e sem machucar o outro.

A questão da busca de ajuda é fundamental. Isso foi falado aqui, muito bem falado, e isso é o mantra que eu repito em todo final de apresentação que eu faço, quando eu digo que saber a hora de pedir ajuda é fundamental, e isso não é um sinal de fracasso e nem de covardia; isso é sinal de inteligência e de sabedoria. Quando eu sei que eu tenho alguma limitação neste momento da minha vida, eu percebo essa limitação e busco ajuda, esse é um passo fundamental realmente para que eu consiga resolver essas questões e ter uma qualidade de vida melhor.

Então, a cultura de busca de ajuda, inclusive dentro das escolas, é o que eu prego, como, por exemplo, a instituição de núcleos de acolhimento de jovens em sofrimento dentro das escolas, o que é completamente possível, e a disseminação da cultura dentro das escolas, por exemplo, e das instituições todas de que as pessoas que estiverem em sofrimento procurem ajuda. Mas, obviamente, para procurar, eu preciso saber para onde eu vou, e essas pessoas que vão me acolher precisam ter um mínimo de qualificação, como tem o CVV, para uma escuta qualificada no mínimo. E, depois, os encaminhamentos aos profissionais de saúde, se isso for necessário.

Então, eu queria muito agradecer o convite e essa discussão muito profícua. Eu espero realmente que isso frutifique, que possamos fazer alguma coisa em função da prevenção do suicídio e da automutilação entre os jovens.

O SR. ANDRÉ DE MATTOS SALLES – Eu queria agradecer o convite.

Coloco-me à disposição para poder contribuir no que for necessário para podermos, de fato, transformar esse debate em algo que fique para a sociedade.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – O senhor pode fazer as suas considerações. Depois, a Fernanda.

O SR. ANTONIO CARLOS BRAGA DOS SANTOS – Eu acho que tudo já foi dito. Eu acho que nós temos agora é que arregaçar as mangas e começar a trabalhar. E já está com o Reinilson – eu passei por *e-mail* agora – uma sugestão de cartilha cujas primeiras páginas já estão prontas lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FERNANDA BENQUERER – Agradeço de novo pelo convite e, em relação a essa questão de falar com crianças e adolescentes sobre o suicídio, já há estudos mostrando. Se chegar um professor na sala e falar "vamos fazer uma redação sobre o suicídio", isso não é legal, isso não é benéfico. Mas, se propusermos, por exemplo, fazer uma redação sobre o enfrentamento de problemas, sobre busca de alternativas, sobre questão de habilidades emocionais, isso é produtivo, isso ajuda o adolescente a refletir e a construir alternativas para um momento de crise eventualmente. Não é que seja proibido falar sobre o suicídio; a questão é o como falar. A gente precisa ser muito responsável com as consequências para os adolescentes. A maioria deles pode não ter problemas maiores, mas alguns que estejam mais vulneráveis, em momentos específicos, podem ter mais dificuldade.

Este ano, eu tenho feito muitos trabalhos na Secretaria de Educação daqui, do DF. Eles têm demandado muito. Eu sou da Secretaria de Saúde, e a Secretaria de Educação chamou, eu fui a um fórum de pedagogos, trabalhei com os gestores das escolas, porque a demanda tem aparecido muito lá, de forma muito intensa, com grupos, com demandas, com situações de risco, com adolescentes às vezes em situações muito graves e com os professores tendo que manejar isso na escola.

Então, no DF já tem sido feita essa parceria. A gente trabalha com capacitação e tem trabalhado a construção da rede, de até que ponto o professor pode atuar ou deve construir uma rede, um contato com a família, e fazer essa ligação com a Secretaria de Saúde, para tratar desses adolescentes também.

Então, acho que essas ações articuladas é que vão poder propiciar mais prevenção.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Muito obrigado, Sr. Antonio, Fernanda, Carlos, André – falo em nome de todos os Senadores.

Antes de encerrar, eu quero registrar a presença do Sinval Silva, lá de Porto Seguro, que me mandou este bilhete aqui. Obrigado por estar aqui, participando com a gente deste momento tão importante.

Havendo quórum regimental, voto em globo os requerimentos que estão comigo.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Estão aprovados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses requerimentos são extrapauta a esta audiência pública, excluindo tão somente o nome do Sr. Rogers Elizandro Jarbas de um requerimento do Senador José Medeiros. O restante está aprovado.

Eu agradeço muito e gostaria de continuar contando com vocês ao longo desta CPI e à disposição para prepararmos esse material. Acho que, a mim, de uma forma muito pessoal, acrescentou muito. Também sou um homem muito demandado País afora para palestrar sobre essas questões que envolvem criança e sou muito grato mesmo. Falo em nome do Senado da República – penso que esta é a única Comissão funcionando neste momento –, falo em nome desta Comissão e em nome da assessoria, a que também sou muito grato pela preparação da audiência pública.

Muito obrigado a todos.

Minha vó dizia o seguinte, Dona Martinha, mãe de minha mãe: "Meu filho, a alegria vem das tripas. Quando você vê o povo com cara triste, você pode saber que é fome." Então, eu percebo que, a esta altura, todo mundo está de cara triste, porque a alegria vem das tripas.

Em nome de Deus, está encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CPI DOS MAUS-TRATOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Magno Malta, reúne-se a CPI dos Maus-tratos com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Senadores Simone Tebet, Marta Suplicy, Eduardo Amorim e José Medeiros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Realização de Audiência Pública. **Participante:** Ministro Osmar Terra, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social. **Resultado:** Audiência Pública Realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 99 de 2017** que : "Requer a convocação de Juarez Gomes Flores" **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 100 de 2017** que : "Requer a convocação do Senhor Gaudêncio Fidélis, curador da exposição Queermuseu." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 101 de 2017** que : "Convite ao servidor aposentado do Senado Federal JOSÉ AUGUSTO PANISSET SANTANA para atuar como assessor da CPI." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 102 de 2017** que : "Convoca o Ministro da Saúde, deputado Ricardo Barros." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, **juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senador Magno Malta

Presidente da CPI dos Maus-tratos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/27>

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Declaro, em nome de Deus, abertos os trabalhos da CPI dos Maus-Tratos infantis, que visa investigar maus-tratos infantis no País.

Abro fazendo alguns registros que certamente também farei quando os outros Senadores aqui estiverem. Não sei se registraram presença, o sistema está fora do ar, é possível que tenham tentado e não tenham conseguido, mas certamente estarão aqui. As comissões permanentes da Casa começam às 10h. Quarta-feira, a pauta é intensa.

Vamos iniciar com nosso Ministro Osmar, que atendeu ao convite desta douta Comissão para falar de maus-tratos infantis no Brasil, dentro da área da Pasta que preside, mas antes faço um registro, que farei novamente, em seguida.

O registro é que, na reunião última próxima passada, nós havíamos votado requerimentos de convocação às operadoras de telefonia. Eu os conheço muito bem porque já lidei com eles na CPI da Pedofilia. Como empresa, vivem para ganhar dinheiro, não têm nenhuma preocupação com criança. Assinaram, na marra, um termo de ajuste de conduta na CPI da Pedofilia. Não cumprem. Inclusive, a Oi está pagando multa de R\$50 mil por dia por não cumprir ordem judicial de versação de temas que envolvem risco de vida de crianças. E o termo de ajuste de conduta trata de um mínimo de duas horas e um máximo de 24 horas. Os Senadores aqui pediram, foram procurados... Eu disse: "Olha, eu os conheço, eles procuraram vocês. Por que não procuraram a mim?" Porque eu os conheço. Pediram para transformar em convite, porque eles estavam preocupados com as ações deles, quer dizer, eles não estão preocupados com as crianças, como nós estamos.

E a Senadora Ana Amélia também me pediu que o curador da tal exposição de artimanha que foi feita lá no Rio Grande do Sul – porque aquilo é artimanha, não é arte, uma exposição imoral, indecente, libidinosa, uma exposição criminosa, que, feita por qualquer outra pessoa seria uma coisa normal, patrocinada pelo Santander, com renúncia fiscal da Lei Rouanet, Ministro... Ela pediu que fizesse um convite. Eu respeitei, atendi a Senadora. O convite foi feito. E eu disse: "Vocês terão uma surpresa." E agora eu recebo do secretário da Comissão a resposta ao convite feito ao curador da Queermuseu. E ele diz: "Ao manifestar meu agradecimento pelo convite" – eles são muito educados sempre – "de V. Exª para comparecer ao Senado Federal, venho, através desta, declinar do mesmo em



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

virtude de compromissos agendados anteriormente, sendo esses inadiáveis, intransferíveis e que vêm de diversos Estados brasileiros decorrentes da exposição Cartografias da Diferença na Arte Brasileira."

Como é o nome?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Queermuseu.

"Creio que seja possível a V. Exª imaginar [isso é ele falando comigo] as solicitações da imprensa, conferências, palestras, outras atividades em instituições acadêmicas e outras, que têm sido inúmeras. Sendo assim, estou cumprindo uma agenda intensa de compromissos profissionais que me impedem de comparecer. Cabe salientar, entretanto, que estou aberto a um próximo convite para o futuro próximo que minha agenda profissional permita, tendo em vista meu profundo respeito pela instituição Senado Federal.

Peço que a razão da minha ausência seja comunicada aos membros dessa Comissão e dessa Casa, assim como aos demais convidados para esse dia, Sr. Sílvio Munhoz e Sr. Júlio Almeida, Procurador e Promotor respectivamente.

Respeitosamente, Gaudêncio Fidélis."

Sr. Gaudêncio, hoje eu vou convocá-lo. A agenda não é sua, é da CPI. CPI tem poder de polícia e de justiça. Se o senhor não vier, será trazido coercitivamente, a Polícia Federal trará o senhor. Não estou aqui para receber lista da sua grande agenda para falar de maus-tratos a crianças, aliás, concordar, bater palma, com criança sendo estuprada, com bestialidade, sexo com animais, criança veada, um Cristo com vibrador na mão...

A sua exposição é uma verdadeira sacanagem, e o senhor está de sacanagem agora é comigo. Então, o senhor será convocado hoje e virá no dia em que nós marcarmos. O recado também fica para os operadores de telefonia. *(Pausa.)*

Guarde. Isso aí é uma obra de arte, ponha num quadro. *(Pausa.)*

Assim que tivermos quórum regimental, nós vamos votar dois requerimentos.

Neste momento em que temos conosco o Ministro Osmar Terra, nosso companheiro de Parlamento, gaúcho lutador, defensor da vida, da família...

Aliás, vimos esta semana um vídeo que circulou pelo Brasil inteiro de um desgraçado, um pedófilo bolinando uma criança dentro de um supermercado, pego pelas câmeras do supermercado. E eu quero parabenizar a polícia do Rio Grande do Sul e parabenizar também os seguranças do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

supermercado, parabenizar aquela mãe que, de forma tão corajosa, correu atrás do vagabundo, elemento de 62 anos de idade.

Esse vídeo nos enojou. Esse vídeo... A gente pensa que já viu tudo isso, mas é cada coisa que a gente vê!

Eu me lembro, Augusto, que nos assessorou tão bem naquela CPI, de que quando quebramos o sigilo da Google, Ministro, as primeiras imagens que eu vi foram de um pediatra abusando de uma criança de 30 dias de nascida.

A gente acha que nada mais vai nos assustar, mas o Brasil inteiro viveu uma revolta essa semana próxima passada com aquela imagem daquele desgraçado segurando uma criança, colocando a mão dentro da calcinha de uma criança de cinco anos de idade e que está preso. E existe legislação para que ele continue preso, legislação votada na CPI da Pedofilia, lei no Brasil. E advirto ao juiz que não se comporte como o Dr. José Eugênio, de São Paulo, que não viu qualquer tipo de constrangimento em um indivíduo ejacular no rosto de uma moça no ônibus e o colocou na rua. Nós já providenciamos a convocação desse indivíduo.

Vamos fazer uma série de oitivas em Porto Alegre, mas quero fazer o meu registro e dizer ao Brasil que onde estiver a nosso alcance, Senador José Medeiros, ao meu alcance, certamente eu estarei cumprindo o meu papel, e esta CPI cumprirá o papel para o qual foi criada, que é continuar investigando e propondo uma legislação profícua para o Brasil.

Ministro Osmar Terra, V. Exª tem a palavra.

Nós estamos vivendo dias de muito sofrimento familiar, com novas modalidades de sofrimento para as crianças e adolescentes. Nós estamos diante de um quadro de mutilação, estamos diante de um quadro de suicídio infantil muito sério. Tivemos uma audiência pública na semana passada, tratando com especialistas militantes voluntários da causa contra o suicídio e psicólogos, e é um quadro preocupante. V. Exª está numa pasta muito importante. V. Exª conhece esses dramas. O quadro das drogas envolvendo pequenos desde a infância e adolescência no Brasil não é uma coisa nova para mim nem para V. Exª, conhecemos o tema, mas nós estamos também diante desse quadro. Esta CPI é um guarda-chuva imenso, trata de maus-tratos infantis, versa sobre tudo, não tem uma especificação como a outra, que era sobre a pedofilia. Esta tem também, mas tem tudo que versa sobre esses maus-tratos.

V. Exª é bem-vindo. Vou lhe passar a palavra. Fique à vontade para colocar da forma como quiser, dentro do nosso tema e também dentro do que o Ministério vem fazendo, focado exatamente na criança, independente de qual seja a modalidade de crime. Fique à vontade. Quero agradecer V. Exª por ter vindo nos atender.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Presidente, antes, gostaria de fazer uma sugestão até. Se o Ministro pudesse falar um pouquinho do Criança Feliz... Sei que V. Exª tem vasta experiência nesse tema e tem tudo a ver com este momento que a gente passa no País.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR TERRA – Eu queria agradecer o convite.

Quero dizer, Senador Magno Malta, Senador José Medeiros, que estou muito contente por estar nesta Mesa com os dois Senadores, que são pessoas com as quais tenho uma identidade grande. Respeito muito o seu trabalho e os admiro. Vim aqui cumprindo um dever, mas com muita satisfação por poder estar aqui com os senhores. Sei que, daqui, vão sair propostas transformadoras, como elas saíram da CPI da Pedofilia. Tudo em que o Senador Magno Malta bota a mão e lidera tem consequências positivas para a sociedade brasileira, como também o trabalho do Senador José Medeiros. Então, estou muito contente por estar aqui.

Seguindo até a sugestão do Senador José Medeiros, eu queria falar um pouquinho sobre o impacto dos maus-tratos no início da vida, principalmente para a criança pequena. Quanto mais cedo, quanto menor a idade, mais dura o impacto ao longo da vida, quando a criança é vítima de maus-tratos.

Como médico, como pesquisador dessa área – fiz meu mestrado na área de neurociência do comportamento –, eu queria fazer uma exposição aqui sobre o desenvolvimento, sobre como o ser humano se desenvolve nas competências dele. Por que são tão graves os maus-tratos bem início da vida? Quanto mais cedo eles ocorrerem, mais graves e maiores serão as consequências, maior alteração de comportamento futuro eles vão provocar. Então, eu queria fazer uma rápida exposição aqui de conteúdo científico, mostrando por que é assim, por que esse impacto é tão grave no início da vida, falando algumas coisas básicas.

A formação inicial dos sistemas vivos estabelece os condicionantes para o funcionamento de cada aspecto do organismo, seja interno ou externo, através de toda a vida. Todo ser vivo é obrigado... Esta é uma regra de sobrevivência, Senadora Ana Amélia, querida conterrânea, orgulho dos gaúchos no Congresso. Todo ser vivo é obrigado a se organizar. Já se selecionou, durante milhões de ano, uma carga genética que se programa para organizar funções básicas de sobrevivência bem cedo, bem no início, para poder sobreviver. Qualquer ser que organizasse suas funções devagarinho, ao longo da vida toda, não duraria muito no mundo primitivo. Então, para sobreviver e chegar até os tempos atuais, todas as espécies passaram por um aperfeiçoamento. Elas, bem no início, têm a organização das suas funções mais importantes de sobrevivência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar ao eslaide seguinte.

Isso tudo se estabelece no cérebro. Estou falando agora especificamente do ser humano. Os neurônios se organizam. Uma criança com duas semanas de gestão, um embrião com duas semanas de gestação não tem nenhum neurônio, só tem células-tronco, que vão se diferenciar em mais de 300 tecidos diversos, vão se diferenciar em fígado, em estômago, em pele e também em neurônios.

E, com 22 semanas – portanto, 20 semanas depois –, ele já tem todos os neurônios praticamente que vai usar ao longo da vida. Com 22 semanas, esses neurônios já estão funcionando, formando as suas conexões.

O neurônio é uma célula que não existe sozinha, não fica isolada; ou ela forma conexões ou morre. E é uma célula altamente especializada: ela produz sinais, passa sinais de uma célula para outra, que são informações codificadas de alguma forma. E esses sinais são elétricos e químicos.

Pode passar.

Aí a gente vê a rede toda de conexões que há no cérebro. Os neurônios... Aquela parte mais encorpada ali é o corpo dos neurônios, e eles são cheios de filamentos, que vão se conectando em toda a extensão. São cem bilhões de neurônios que já estão organizados na 22ª semana de gestação, já formando as suas conexões.

Passe ao seguinte.

Esses sinais que os neurônios passam um para o outro vêm por aquele cabo ali, que é um axônio, e chegam à ponta. Ali embaixo há outro neurônio, quer dizer, aquele ali é um ponto de contato. Na verdade, eles não encostam um no outro; eles têm certo espaço separando os neurônios sempre. O sinal vem e, quando chega àquela ponta, libera as bolinhas azuis, que são substâncias químicas. Essas substâncias químicas se encaixam no burquinho específico para elas e disparam o sinal no neurônio seguinte. O sinal, então, é elétrico, transforma-se em um sinal químico e, depois, volta a ser um sinal elétrico no neurônio seguinte.

Isso está acontecendo bilhões, trilhões de vezes a cada minuto, a cada hora no cérebro humano. E isso passa informações codificadas, que nos permitem distinguir a cor, a forma das coisas, a dor, o prazer; tudo isso é codificado dessa forma.

E essas aí são bolinhas que nos produzem mudança no ânimo, mudanças comportamentais, dão-nos sensações de prazer, de dor, como falei. Uma delas é a serotonina. Ela é muito importante para dar... A serotonina tem 14 funções diferentes: ela regula o sono, regula a fome... E o mais importante: ela regula o humor das pessoas. Há pessoas que nascem com pouca serotonina e têm uma síndrome chamada depressão endógena. A pessoa nasce deprimida já. São essas criancinhas que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não brincam, que choram muito, que ficam sempre em um canto. Isso pode acontecer quando se é pequeno; a pessoa pode ficar ao longo da vida toda com comportamento depressivo por causa dessa falta de serotonina; e pode acontecer na idade adulta também, por motivos até ambientais, como a perda de um ente querido – uma perda importante também de alguma forma diminui a produção de serotonina, e a pessoa fica deprimida.

A depressão é a base do suicídio.

O suicídio é... Ninguém se suicida feliz da vida; as pessoas se suicidam quando estão com grandes dramas pessoais, sentimento de perda, sentimento de... E também por pouca serotonina, por algum motivo, elas têm uma tendência para se automutilar e podem se matar inclusive.

É claro que não são todas as pessoas, mas isso é uma loteria. Qualquer um de nós pode ter esses componentes e não saber que tem. Mas a depressão atinge 10%, a depressão maior, que é a maior causa, é a base do suicídio, atinge 10% da população. Em algum momento da vida, 10% da população adulta já teve um período de depressão grave. Então é um sinal muito sério.

E há alguns transtornos mentais que também são regulados de alguma forma – a serotonina influencia muito –, que também, como é o transtorno da personalidade *borderline*. O transtorno da personalidade *borderline* atinge aí em torno de 2% da população. E ele é, mais do que a depressão maior, uma causa importantíssima de suicídio. O *borderline* é aquela pessoa que ama demais, sofre demais e se deprime demais quando as coisas não acontecem do jeito que ela espera. Então é uma pessoa muito instável emocionalmente, e isso ocorre de uma maneira igual no mundo todo, 2% da população de qualquer lugar do mundo. Isso não é uma questão cultural, isso é uma programação genética.

Aliás, a maior parte dos transtornos mentais tem origem genética. Mas o que acontece quando o cérebro está se organizando pode agravar esse quadro, pode aumentar o número de pessoas com problemas, ou pode diminuir e melhorar.

Então eu estou falando disso, essa bolinha azul pode ser a dopamina, ir ao centro do prazer. E aí vem a questão da droga. A dopamina dá uma sensação prazerosa. É uma sensação... O prazer é importante na sobrevivência também. Tudo o que é importante para a sobrevivência dá prazer de alguma forma. A comida dá prazer, é importante para a sobrevivência; o sexo, a relação sexual dá uma sensação de prazer intensa, porque é importante para a sobrevivência da espécie. Se fosse uma coisa ruim, nós não existiríamos. Caminhar dá prazer também, o exercício físico dá prazer, porque no mundo primitivo, se a pessoa não caminhasse, ela não conseguiria buscar o alimento, não havia um supermercado ali na esquina, não havia automóvel. Então às vezes tinha que caminhar 30km, 40km para conseguir comer um pouco. Então...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

E até correr para pegar um animal. Se isso não fosse casado com alguma sensação de prazer, as pessoas tenderiam a não fazer esse esforço, e a espécie desapareceria.

Então o cérebro comanda de uma maneira oculta. A gente não tem até ideia da dimensão disso, mas ele comanda de alguma forma, nos direciona no comportamento. Com sensação de prazer, com depressão. Ele vai nos orientando na sobrevivência.

Isso aí é uma coisa importante que eu queria mostrar para vocês, porque essa é uma descoberta que deu o Prêmio Nobel de Medicina para o Eric Kandel no ano 2000.

O Eric Kandel começou a pesquisar como se organizava a memória do ser humano, a memória de longo prazo. Então, ele observou na aplysia – que é um animal multicelular, pequeno, primitivo, mas que tem neurônios muito grandes – que, com um estímulo muito repetido, intenso, passava aquele sinal elétrico, passavam aquelas substâncias químicas, mas, como ele era intenso, as substâncias químicas ocupavam todos os buracinhos que havia, mas continuava vindo o estímulo. O que acontecia nesse momento? Os neurônios formavam um novo ramo em questão de minutos e encostavam no neurônio seguinte. Se o estímulo era muito forte ainda, ele formava um outro ramo e encostava no neurônio seguinte. Então, ele formava uma ramificação em questão de minutos. Na verdade, uma nova rede, uma pequena rede, que encostava no neurônio seguinte. Depois, no futuro, aquela rede ficava, não desaparecia mais, ela não desaparece mais. Cada vez que passa um sinal elétrico naquela rede específica, ele evoca a informação o que originou. Isso é a memória de longo prazo. Isso não desaparece mais. As pessoas ficam com a memória. Ela pode até ficar no nível inconsciente. Muitas vezes, quando a pessoa é vítima de uma violência muito grande, ela armazena essa memória, ela fica com a memória intacta, mas fica oculta. Não fica no nível da consciência para não dar sofrimento prolongado. É a maneira que as pessoas têm de se proteger do sofrimento.

Então, isso acontece com uma intensidade extraordinária nos primeiros anos e meses de vida, principalmente nos primeiros mil dias de vida, contando o período intrauterino. Contando o início da formação do cérebro no útero até dois anos de idade, se organiza de uma forma extraordinária, com uma velocidade que nunca mais vai haver no restante da vida. Por quê? Porque o ser humano precisa organizar as informações que vão ser úteis para a sobrevivência dele o mais rápido possível. Ele é um ET. Ele chega no mundo, não sabe o que é dor, o que é cor, o que é sofrimento, o que é forma, o que é prazer. Ele vai organizar essas informações, formar memória rapidamente, numa velocidade extraordinária.

Por isso, quando a criança nasce, ela tem uma média de 1,5 mil conexões por neurônio. Cada neurônio, 100 bilhões, tem 1,5 mil conexões. Com um ano de idade, ela tem 18 mil conexões por neurônio. Vão formando novas conexões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, nós somos a nossa memória. O que nós somos? Se desaparecesse a nossa memória, o que nós seríamos? Não seríamos nada. Não saberíamos nem onde estamos, nem o que somos, o que fizemos, o que sabemos, o que não sabemos. Não seríamos nada. O cérebro, na verdade, promove essa organização da memória de uma maneira extraordinária ao longo de toda a vida. A memória não deixa de ser formada, mas a velocidade que acontece nos primeiros mil dias de vida nunca mais se repetirá. Por isso é importante o início da vida, o cuidado com a criança no início da vida.

E a criança tem um programa genético. Emoção não se aprende na escola. A criança nasce com a programação dela, que é um padrão de sobrevivência. A emoção é para reconhecer alguns riscos e evitar ou se aproximar. Ela tem um padrão que é a expressão do rosto, o tom da voz e a postura corporal.

Nós transmitimos emoção não pelo que falamos, pelo conteúdo da fala, mas pelo tom da voz, pela expressão do rosto, pela postura corporal. E isso tem um impacto maior ou menor na pessoa que está ouvindo, conforme essa modulação.

Passa o seguinte.

A genética. A criança nasce com a programação genética, programada por etapas. A visão se organiza nos primeiros seis meses de vida. Depois, não se organiza mais. É importante dizer isso. Uma criança com catarata congênita, se ela não operar a catarata congênita até os seis meses de idade, vai ficar cega para sempre. Depois, o cérebro já se reorganizou em outra direção. Se ele não teve o estímulo da luz, das formas, das cores, ele já se organizou de outro jeito. Então, há um prazo para cada coisa se organizar. Há um prazo para a audição e há um prazo para o relacionamento, para a criança montar o seu padrão de relacionamento socioemocional, que são os primeiros 18 meses de vida. Uma criança forma apego, uma ligação forte com a pessoa que cuida dela e desenvolve toda a empatia, as conexões que comandam a empatia, comandam o seu controle emocional, nos primeiros 18 meses de vida. O alicerce se organiza nos primeiros 18 meses da vida, pela relação que a pessoa que cuida estabelece com ela. Se a pessoa estimula bem essa criança, a atende quando ela está triste, necessitada, com fome, com frio, se ela é atendida permanentemente, ela vai criando um vínculo fortíssimo com aquela pessoa. Ela não se afasta mais que 60 metros, quando começa a caminhada, da pessoa que é objeto do apego dela. Ela está sempre perto. Isso é um padrão que se repete em outras espécies. Quando o ganso nasce, a primeira imagem que ele vê – é uma questão de sobrevivência também – é a mãe dele. E pode ser outro animal, pode ser até um ser humano. Ele vai seguir como se fosse a mãe dele, vai atrás. Há até um filme muito bonito de uma menina que descobre um ninho de ovos de ganso, que estão sendo chocados pelo sol, lá nos Estados Unidos. Na hora em que ela está olhando, os gansinhos começam a nascer, olham para ela e vão atrás dela. Ela vai para casa, e eles vão todos atrás em fila. Aonde ela vai, eles vão juntos, por uma questão de sobrevivência. No fim, ela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termina até criando um aviõzinho. Ela monta um avião desses experimentais como se fosse um ganso grande e vai para a região de reprodução dos gansos. Ela os leva até lá, e depois eles ficam lá.

O filme mostra o seguinte: existe um padrão no cérebro humano de formação desse apego. Se, nesse período, a criança é maltratada, negligenciada, abusada, o cérebro dela não organiza a empatia, nunca mais organiza a empatia. Ele não organiza a capacidade de dar e receber afeto. Ele não organiza a capacidade de ela se colocar no lugar do outro, de ela entender o que o outro está sentindo, que acho que é a base de toda relação afetiva, de toda relação interpessoal e da empatia, de sentir o que o outro está sentindo. Ela não consegue mais organizar isso. E aí fica um dano permanente. Por isso é que esse período... Quanto mais cedo a criança é protegida, ou quanto mais cedo ela é agredida, ela vai moldar o comportamento para o resto da vida. Isso é um...

Dá para passar o vídeo? Então passe o vídeo aí.

Isso é como um neurônio vai se organizando nas redes. Isso aí é dentro do útero. É claro que é um filme esquemático, um desenho esquemático, mas mostra como funciona. Esses branquinhos aí são estímulos elétricos. Quanto mais vai fazendo, mais vai formando novas conexões. Essa descoberta deu o Prêmio Nobel para o Eric Kandel, no ano de 2000.

(Procede-se à exibição de vídeo)

O SR. OSMAR TERRA – A mulher nem sabe que está grávida e já está esse processo todo acontecendo.

Pode passar.

Aí é uma coisa esquemática. No canto esquerdo, nesse canto aí, são as quantidades de conexões que há nos neurônios no início, quando a criança nasce, no primeiro dia de vida – é mais ou menos assim. Isso é resultado de autópsia em crianças que morreram nessas idades.

Aqui já é com um ano de idade. Olha como aumentam as conexões, pelos estímulos do meio. E vai conformando as memórias todas e o cérebro que essa criança vai ter o resto da vida.

E ali já houve uma diminuição das conexões, porque, a partir dos nove anos, o período que a gente chama de puberdade, há uma especialização do cérebro. É muito estímulo, é muita coisa, e o cérebro, para ele funcionar melhor, ele tem que selecionar: o que foi mais estimulado fica; o que não foi muito estimulado até os nove anos, dez anos de idade, ele apaga, ele deleta.

Então, pode passar o seguinte.

Segure aí um pouquinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um processo de seleção dos estímulos mais fortes. Por isto, Senador Magno Malta, é que, quando um menino de 12 anos, 13 anos usa droga com frequência, ele fica dependente com muito mais velocidade do que um adulto porque é o período de especialização do cérebro. O que fica ali... Como a droga vai produzindo um estímulo intenso, ela vai formar uma memória muito grande, muito forte, e nunca mais vai se apagar.

Então, a dependência química começa, na grande maioria dos casos, na adolescência, no período de puberdade precoce ainda, entre 13 e 16 anos é o período que forma a maior quantidade de gente com dependência. A maconha, por exemplo, produz dependência química: 50% dos meninos púberes e adolescentes que usam maconha uma vez por semana ficam dependentes químicos – 50% deles. O adulto, depois dos 18 anos, 20 anos que começa a usar maconha, ele já... São 11% que ficam dependentes químicos se usarem com frequência. Então, é um processo.

Eu vou mostrar agora um vídeo para vocês – segure um pouquinho, não comece o vídeo ainda – verem como o programa emocional é genético e como a criança é sensível à emoção e até à violência.

Como ela percebe... Ela tem um programa que é para protegê-la, para ela perceber o risco. Então, ela fica olhando para o rosto da mãe – ela já tem esse programa, ela nasce com ele –, e a mãe vai cantar uma música para ela. Pela entonação da voz e pela expressão do rosto da mãe, vai se modulando a expressão da criança; ela vai sentindo o que a mãe sente. Esta é uma criança de cinco meses...

Pode passar o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. OSMAR TERRA – Ela não entende o que a mãe está falando; ela está observando a reação da mãe só. Olhem o desespero dela.

Há um outro aí?

Pode passar o próximo. Passa o outro, então.

Isso não é exclusivo dessa criança; essa criança não é nenhuma criança diferente das outras.

Isso aí é para dizer para vocês o seguinte: uma criança que é vítima de violência, ela tem a capacidade de perceber, ainda mais se a pessoa grita com ela, agride... Às vezes é negligente, nem olha no rosto dela quando ela está necessitando. A negligência, o abuso e mesmo a violência – e não precisa ser a violência física, só gritar com ela, fazer uma cara feia para ela – já dão uma explosão; ocorre um fenômeno de estresse agudo, que se transforma em estresse crônico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a criança não é atendida repetidas vezes, ela libera os hormônios do estresse, que o adulto pode liberar sem problema – libera e depois volta –; na criança fica muito alto o nível de cortisol. E o cortisol é destruidor de neurônios.

Nesse período aí, tanto se forma grande quantidade de memória, como também se destrói uma grande quantidade de memória se o cortisol estiver alto. Então, a criança fica com dano cerebral; o cérebro dela fica modificado pelo estresse continuado, pelo estresse crônico. Chamam isso de estresse tóxico os especialistas. E ela fica com dano cerebral permanente. O adulto suporta melhor isso. É que nesse momento está organizando... É o momento em que ela organiza as conexões com maior velocidade, então ela sofre um dano maior que o adulto. É claro que o adulto também, o adolescente, todo mundo que é vítima de violência pode ficar com algum dano cerebral. Mas é um dano físico; não é um negócio, assim, que a criança fica e depois volta; não. É um dano físico aquilo ali.

As crianças da Romênia passaram por um período em que o ditador da Romênia, o Nicolae Ceausescu, mandava as famílias terem cinco filhos, pelo menos.

Controlava isso, inclusive, no posto de saúde, se estava menstruando, se não estava menstruando e tal. Nasceu muita criança na Romênia. E como os pais trabalhavam fora, tinham de trabalhar para o país progredir e tal, essas crianças ficavam em grandes creches ou, quando morriam os pais, em grandes orfanatos, porque era muita criança e com cuidados muito precários, porque ele acreditava que a inteligência era genética. Então, só bastava dar comida, trocar a roupa da criança e tal que não havia problema.

E a criança está o tempo todo interagindo emocionalmente. Ela está organizando a parte emocional dela, principalmente no início da vida. E essas crianças não tinham estímulo. As atendentes eram poucas para centenas de crianças. Elas pegavam a criança como se fosse uma linha de produção, um produto. Tirava do berço, tirava a fralda, enxaguava, dava um jato d'água nas crianças, elas gritando, dava um jato d'água, passava um sabão; a outra já botava a fralda, e a outra botava no berço de volta, como se fosse uma linha de produção, e botava a mamadeira de lado para elas mamearem.

Há um filme, estou tentando conseguir esse filme de novo. Eu perdi esse filme. Mas é um filme dos Médicos sem Fronteira, que estraram na Romênia quando caiu a ditadura do Ceausescu. Ele, inclusive, foi morto. Tomaram o poder e, no dia seguinte, mataram-no e a mulher dele.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ministro, desculpe-me.

Presidente, pela ordem.

Só para lembrar: o senhor foi à Romênia. Mas o que aconteceu em Porto Alegre com o vídeo mostrando aquela violência contra a menina no supermercado mostrou também, digamos assim, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhar de pânico e de sofrimento da garota naquele episódio. É o que justifica a CPI requerida pelo Senador Magno Malta.

O SR. OSMAR TERRA – Sim.

O que vocês vão fazer aqui, o que eu acho que o Senado está fazendo é um trabalho de prevenção, tomando medidas, inclusive, duras – eu acho que essas coisas têm de ter um rigor muito grande do ponto de vista de leis – para evitar danos em grande escala.

A violência doméstica, que temos dificuldade de medir, a violência doméstica, que é a mais frequente, a negligência, o abuso, com os pedófilos, o abuso infantil, tudo isso causa traumas que vão durar o resto da vida e vão alterar o comportamento e vão, inclusive, gerar, com muita facilidade comportamento depressivo e tendência ao suicídio.

Então, eu acho que é um *continuum*. O ser humano é um *continuum*, mas o início é muito importante.

Por isso nós criamos o Programa Criança Feliz no Ministério, que envolve saúde, educação. Nós estamos fazendo um acompanhamento semanal em casa das crianças filhas de famílias que recebem Bolsa Família, um acompanhamento em casa semanal, com visitadores treinados, em cada Município. Nós já estamos em quase 600 Municípios, querendo chegar a mil até o final do ano, com acompanhamento de dezenas de milhares de crianças. Acho que mais de 100 mil crianças já estão sendo acompanhadas. São quatro milhões do Bolsa Família. Nós queremos chegar lá até o final do ano que vem. Mas essas crianças estão sendo acompanhadas.

E há a presença de um visitador que sabe, que conhece esse assunto. Ele é capacitado nessa área da interação da mãe com o bebê. Não é para ver peso. Isso, o agente de saúde vê. Peso, se está doente, se não está doente, a altura, se está se desenvolvendo fisicamente bem ou não, isso é o agente de saúde. O visitador da primeira infância do Criança Feliz vai ver se a criança é vítima de violência, se não é, se a mãe está deprimida.

Uma mãe deprimida causa um estrago numa criança e 10% das mães também ficam deprimidas depois do parto e se tem que levá-la para se tratar logo, para diminuir o dano que isso pode causar na criança. Então, é um conjunto de fatores em que a violência é o mais grave, é o mais devastador para a criança e principalmente para a criança no início da vida, que modifica e altera o comportamento dela para vida toda.

Nós temos alguns dados aqui para... Há outras coisas, como trabalho infantil, que podem produzir danos também às crianças e que é uma forma de maus-tratos também uma criança. Nós temos 5% da população de idades entre cinco e 17 anos que trabalham quando deveriam estar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, a criança está na escola e está brincando é uma preparação para a vida adulta, para ser um ser humano mais completo, mais produtivo e, se isso é interrompido para a criança trabalhar para melhorar a renda da família – e nós temos programas de prevenção do trabalho infantil –, isso causa também problemas de médio e longo prazo para as crianças.

Esse é outro vídeo só para se ver que não é privilégio só daquela criança. É um alemãozinho que está...

Mostra aí.

(Procede-se à apresentação de vídeo)

O SR. OSMAR TERRA – Ele sente o que a mãe está sentindo. *(Risos.)*

Ele fica desviando o olhar. A criança tem o olhar sustentado. Quem é mãe sabe disso, quem já foi mãe sabe disso.

A criança fica buscando o olhar da mãe o tempo todo, é uma comunicação emocional, não verbal.

(Procede-se à apresentação de vídeo)

O SR. OSMAR TERRA – Ela vai modulando a emoção dela e a capacidade de... É a parte do processo de aprendizagem, mas é o tempo todo. É que o pai e a mãe muitas vezes acham que a criança é um adulto em miniatura e tal, que não tem problema e não se dá conta que o que eles estão fazendo ali, ela está percebendo, está traduzindo emocionalmente e pode causar danos. Se for uma coisa que ela se sentir em risco pode causar um estresse tóxico e lesão cerebral.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os próprios impactos da mãe com ela na barriga sentir, se ela estiver sob um processo qualquer de violência ou também de forte emoção, vai afetar.

O SR. OSMAR TERRA – Com certeza. Fora o dano cerebral. Violência física produz dano no córtex frontal e isso aí tira toda a capacidade de controle de impulso e vai ser um adulto violento quem toma muita paulada.

O lóbulo que controla todos os impulsos e a parte emocional é esse aqui da frente. A parte emocional fica lá no centro do cérebro, o comando emocional, mas é controlado aqui por cima. Se isso aqui sofre lesão...

Desses jogadores de *rugby*, nos Estados Unidos, está havendo agora um problema de processos deles. Um percentual deles fica muito violento e com comportamento suicida também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando fazem a autópsia, quando ele morre, veem que ele está cheio de lesões no lóbulo frontal, que são responsáveis. É claro que há coisa... Eu não estou dizendo que tudo é cérebro, mas o cérebro é um componente importante desse...

Aqui o Senador Medeiros... Há uma foto aí do Medeiros? Há uma foto do Medeiros. *(Pausa.)*

Mas tem uma foto, viu, Medeiros? Há uma foto sua.

É que ele fez uma, condensada, só para a reunião aqui hoje.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Vamos recuperar a foto.

O SR. OSMAR TERRA – Mas há...

Não, somos todos nós juntos, mas o Medeiros no meio. *(Risos.)*

Ele é o Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância, não é?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Quando ele era bebê?

O SR. OSMAR TERRA – Não, não, é de agora, de terno e gravata.

Então, eu acho que é uma coisa importante o trabalho daqui, porque... E eu acho que o Criança Feliz vai ser um fator de prevenção. Até pelo fato de toda semana ir um visitador àquela casa; já leva a família a tomar mais cuidados em relação à criança. E ele explicando como é importante, o risco que a criança tem, e tal, isso vai fazendo... Porque precisa muita informação nessa área. Essas informações são recentes, de vinte anos para cá que se descobriu a maioria dessas coisas que eu estou falando. Então, é muito importante que se tenha um processo de informação, principalmente das famílias mais pobres, que têm menos recursos, menos capacidade de leitura, de ler livros, de entender o que está acontecendo.

Isso também se transfere para outras coisas, não é? Se transfere para... Uma criança que está imersa num ambiente com um vocabulário rico e a mãe lê contos para ela, ela organiza muito mais rápido a memória das palavras, o vocabulário dela e a capacidade de juntar essas palavras e formar frases, formar pensamentos. Isso influencia o pensamento dela. Aos quatro anos de idade, entre uma criança de uma família muito pobre e uma criança numa família de classe média, tem uma diferença de 20 vezes mais vocabulário a criança da classe média do que a criança pobre. E não é porque é mais inteligente; é porque o estímulo foi maior aqui do que aqui. Então, o que que acontece? Ela entra na escola com um abismo entre elas. Por isso que a gente está estimulando....

Isso aí são os Municípios que aderiram. Já há mais de 3 mil que aderiram ao programa e estão sendo capacitados, e em uns seiscentos já está acontecendo a visita domiciliar semanal, no País todo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali eu vou aproveitar a presença do Senador Dário Berger: em Santa Catarina, Senador, o Governo até agora não aderiu. É Santa Catarina e Minas Gerais; então nós estamos fazendo com os Municípios, nós estamos indo direto aos Municípios, e o prefeito de Florianópolis quer fazer, de Joinville quer fazer, nós vamos fazer juntos lá, Senador, nos dê apoio para isso lá, vamos fazer juntos. No Nordeste foi uma adesão maciça lá, independente de partido político. Os Estados estão mais avançados – inclusive o Piauí, cujo Governo é do PT, está lá na frente; está ali um piauiense, nosso homem das comunidades terapêuticas.

O objetivo do programa é acompanhar e orientar as famílias com crianças de zero a 6 anos, oferecendo instrumentos para que os pais estimulem o desenvolvimento cognitivo e emocional.

Passe o seguinte.

Fortalecimento de vínculos afetivos é trabalhado.

Passe o seguinte.

O público alvo: beneficiários do Bolsa Família, gestantes e crianças de zero a três anos, que vão receber visitas domiciliares semanais.

Passe o seguinte.

E crianças beneficiárias do BPC – são crianças com lesão neurológica, com deficiência física, mental. Essas, nós vamos acompanhar até os seis anos de idade, porque elas precisam de um trabalho de longo prazo.

Crianças com microcefalia, vítimas da zika – nós temos umas 4 mil crianças. A epidemia praticamente acabou, mas ficaram 4 mil crianças com lesões neurológicas graves.

Passe o seguinte.

Nós estamos criando centros de atendimento para crianças vítimas de microcefalia.

Visitadores – nós estamos capacitando... O programa é um programa que não começa "tu anuncias o programa e ele começa já funcionando". Ele precisa ter adesão e depois a capacitação dos profissionais que vão trabalhar. Isso demora uns dois, três meses. Por isso que o programa foi lançado no final do ano passado, e agora é que ele está deslançando. Em quatro meses, agora ele saiu de zero Município para seiscentos, e a gente vai chegar a mais de mil Municípios até o final do ano. Então, o visitador, ele faz esse trabalho, ele fica uma hora na Casa, ele tem 30 famílias para acompanhar. Não é que nem o do Saúde da Família, que tem 200 famílias; ele tem 30, por isso que ele repete a visita toda semana.

Passe o seguinte.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

São 578 Municípios – esse dado é de quando? É de hoje? É, perto de 600 Municípios. A gente quer chegar a mil até o final do ano. Ali só está Santa Catarina em branco, viu, Senador?

Isso aí é só para ter... São visitas. O primeiro lugar que teve a visita domiciliar foi Pacatuba e Maruim, no Sergipe.

Aí são visitas... Olha a condição de moradia das pessoas. Isso aí é o público do Bolsa Família: são 13 milhões de famílias.

Isso aí são fotos desses atendimentos lá em Pacatuba. Eu estou indo lá dia 6 agora.

Visitas em tribos indígenas – a gente está trabalhando, inclusive capacitando... O pessoal que tem, pelo menos, o ensino fundamental e que é de origem indígena pode ser capacitado também. Lá no Rio Grande do Sul a gente tem essa experiência, muito boa, em comunidades indígenas. Nós criamos um Programa Primeira Infância lá, 14 anos atrás, que está funcionando já há 14 anos, e a gente usou um pouco dessa experiência para criar o Criança Feliz.

Repasse – já foram R\$19 milhões para os Estados e R\$94 milhões para os Municípios. E se criou o comitê intersetorial, que trabalha articulado: saúde, educação, MDS, cultura, a gente colocou junto; a área de Direitos Humanos também; e aí, Casa Civil da Presidência da República. E como há a lei que o Senador Medeiros nos ajudou a aprovar aqui no Senado, há um comitê da lei, que fiscaliza o funcionamento da lei, que induz os Municípios e os Estados todos a adotarem programa de primeira infância.

Vamos ver uma reportagem aí? Som? Só áudio? Passe então. É longa ou não?

Essa é da tribo lá... Essa é da tribo de xerente, não é? De xerente, no Tocantins.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. OSMAR TERRA – Esse vídeo é longo. Deixe.

Então, é isso. O que a gente queria passar aqui – e é essa a mensagem –, e eu acho que nós temos que nos preocupar muito com a questão de maus-tratos, e, quanto mais cedo na vida, é pior, pior é o resultado.

Eu tenho até algumas imagens.

Essa apresentação foi bem sintética porque eu estava preocupado com o tempo aqui, mas, na apresentação longa que eu faço, aparece o Medeiros na comissão, na aprovação da lei, e há a imagem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do cérebro das crianças da Romênia. É uma coisa assustadora o dano cerebral permanente com que elas ficam só por serem tratadas de forma negligente ou inadequada nos primeiros anos de vida.

Era isso, Senador.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Ministro.

Passo a palavra para o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Agradeço, Presidente.

Quero aproveitar para cumprimentar o Senador Medeiros e cumprimentar também o Deputado Federal e hoje Ministro Osmar Terra.

Faço dois registros, rapidinho, que acho que são oportunos e pertinentes a essa questão, sobretudo da infância e da proteção das nossas crianças.

Em primeiro lugar, nada – eu acho – nos toca mais do que a violência humana, principalmente a violência praticada contra as nossas crianças, os nossos jovens e os nossos adolescentes. Isso é inaceitável, é inadmissível, e, por isso, eu quero me congratular com esta CPI, que faz e deve produzir um trabalho extremamente relevante, porque tem à frente o Senador Magno Malta, como Presidente, e, como Relator-Geral, nada mais nada menos que o Senador José Medeiros, que é uma revelação aqui do Senado Federal.

Dito isso, também preciso, por dever de ofício, mencionar aqui que eu me sinto muito impressionado – diria até muito bem impressionado – com o desempenho que V. Ex^a, Ministro Osmar Terra, desenvolve as suas atividades à frente desse Ministério. Nós mesmos, Senadores e, certamente, Parlamentares, não conhecemos a dimensão, a amplitude, a magnitude que esse Ministério representa para o País.

De fato, Senador Medeiros, num país de desigualdades e de diferenças sociais como este em que estamos vivendo hoje, onde cerca da metade da população brasileira, no mínimo, ou está desempregada ou está subempregada ou ganha até um salário mínimo – o senhor tem esses dados melhor que eu –, a gente pode perceber que programas governamentais e, sobretudo, desempenho, como V. Ex^a está tendo à frente do Ministério, são fundamentais e importantes para reinventar o Brasil a partir da infância, a partir das nossas crianças, que representam a esperança viva de um futuro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor. Quer dizer, nós já estamos na terceira idade. Inclusive, eu, que estou na terceira idade, outro dia, fui passar pela fila de prioridade, e me barraram.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Novinho.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Tive que apresentar a minha carteira de identidade, e, mesmo assim, duvidaram, olharam muito. Enfim, isso já me aconteceu. Então, hoje não estou mais preocupado, sobretudo, entre aspas, "com a minha geração", mas com as gerações futuras, que representam, realmente, o futuro deste País.

Aí eu vejo e tenho conhecimento do esforço que V. Ex^a já fez na luta incansável...

Está chegando aqui o Senador Garibaldi Alves, uma das figuras mais imponentes e importantes do Senado Federal, mais simpático e agradável também. O senhor me lembra de um debate que fiz quando era candidato a prefeito uma vez, em que elogiei um debatedor comigo. Na réplica, ele disse assim: "Eu dispenso seus elogios." Foi o ponto alto daquele debate de candidatura a prefeito.

Mas, na verdade, Senador José Medeiros, o trabalho desenvolvido pelo Ministro Osmar Terra é louvável. Ele tem procurado reduzir o desperdício, tem feito uma economia de recursos impressionante, tem dinamizado as ações do Ministério, com pouco recurso. Agora, inclusive, eu, na Comissão de Orçamento, estou muito empenhado, na medida do possível, porque nós sabemos as dificuldades que o País enfrenta com relação a recurso, no sentido de oferecer um mínimo do mínimo necessário para que o Ministério possa ter um desempenho razoável. Porque, se nós fôssemos dar ao Ministério 10% ou 20% dos recursos que V. Ex^a já recuperou, modificando procedimentos, fazendo auditorias, simplificando métodos, declarando guerra ao desperdício, nós nem precisaríamos alocar recursos para o Ministério, porque seria fruto do seu trabalho, da sua atuação. Os resultados financeiros já viriam automaticamente. É pena que isso vai para o caixa único do Governo, e acaba não retornando para a assistência social.

Na minha opinião, em um País como o nosso, como eu falei, de desigualdades enormes, a área social talvez seja a mais importante de todas as áreas, porque é nessa área aí que nós vamos construir a verdadeira cidadania do futuro, e se nós não investirmos nessas crianças e nesses jovens, certamente nós vamos ter uma legião de brasileiros com grande dificuldade de enfrentar a vida, de enfrentar o mercado de trabalho no futuro.

Era o registro que eu queria fazer, além de cumprimentar V. Ex^a e me colocar à disposição do seu Ministério para que, na medida do possível, possa ser útil para que nós todos, juntos, possamos atingir nossos reais objetivos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Obrigado, Senador Dário Berger.

Passo a palavra para o Ministro. Quer fazer algum comentário?

O SR. OSMAR TERRA – Aproveito primeiro para agradecer as palavras do Senador Dário Berger. O Senador tem muita sensibilidade porque ele foi gestor da coisa mais difícil, que é o Município. Ele já foi gestor da capital mais de uma vez e tem essa experiência, traz essa experiência.

Eu falo sempre que a área do planejamento não tem coração. Ela só vê os números, e nós temos que ver o ser humano atrás dos números, o sofrimento humano, as necessidades do ser humano, e nós sabemos das dificuldades em que o País está, da queda de receitas, da crise sem precedentes. Como há uma crise generalizada, os prefeitos sentem tanto quanto os governadores e quanto o País, mas é que o País arrecada mais. A fatia fica maior aqui em cima, fica maior na União.

Senador Garibaldi, nós estamos no quarto ano de queda de receita dos Municípios. Isso nunca tinha acontecido. Eu fui Presidente da Associação, eu fui prefeito em uma cidade média, e fui Presidente da Federação dos Municípios. Eu nunca tinha visto quatro anos – o Senador Dário Berger, que foi prefeito, sabe – consecutivos de queda de receita. É uma tragédia, porque o Município trabalha sempre no limite, no limite dos recursos da saúde, no limite. Quando cai a receita, tem que demitir gente, tem que fazer... Essa crise que nos foi legada – nos deixaram essa crise aí – é a maior da história, pelo menos da minha vida.

Eu sou daqueles que eles abrem para eu entrar na fila das prioridades. É diferente do Senador Dário Berger. (*Risos.*)

Quando me veem, dizem: "Pode entrar aqui, sua fila é essa." O Senador tem que mostrar documento e, mesmo assim, o pessoal não acredita. Eu já passei por tudo na vida. Estou há 40 anos na gestão pública. Nunca tinha visto uma crise com essa dimensão. Há alguns prefeitos e ex-prefeitos aqui, que estão assistindo, lá do Rio Grande do Sul. Eles sabem do que a gente está falando. Então, é uma crise sem precedentes.

E a gente entende que numa crise dessas tem que ter... Os gastos são limitados.

Mas isso que o Senador Dário Berger falou, e eu fico feliz porque ele, além de ser um amigo e companheiro, é o Presidente da Comissão de Orçamento, então ele tem, de alguma maneira... É claro que ele tem limitações, mas ele pode nos ajudar nisso aí, a superar essa insensibilidade da área econômica, porque a área econômica só vê números, e tudo é igual – 100m de estrada, um ser humano, é tudo igual, fica tudo igual. Família botando comida na mesa ou não botando é a mesma coisa que uma obra ali, quer dizer, é tudo... Então eu acho que nós vamos contar muito com o Senador, com certeza. Agradeço pelas referências.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria fazer só... Há um vídeo que está na internet, no YouTube, do Prof. Richard Tremblay, que eu recomendo para vocês. É um vídeo de uns 15 minutos, 10 a 15 minutos, sobre as raízes da violência. Nós estamos vendo essa violência toda no Rio de Janeiro, estamos vendo tudo isso acontecer, e o Richard Tremblay foi o primeiro pesquisador que, acompanhando populações... Ele pegou todas as crianças que nasceram em Montreal num determinado período e acompanha essas crianças há mais de 30 anos, os adultos que eles são hoje. E ele mostra o impacto que tem a questão da primeira infância no comportamento violento na idade adulta. Ele conseguiu estabelecer essa relação. E hoje ele acompanha grupos de corte – o que a gente chama de corte na linguagem científica é o acompanhamento de grupos humanos de longo prazo –, ele trabalha com a Irlanda, com a França, ele trabalha com vários lugares e o resultado é o mesmo. O padrão é o mesmo, na Nova Zelândia, o padrão é sempre o mesmo.

O que acontece nos primeiros dois, três anos de vida define, pode definir um comportamento violento, a frequência de agressões na idade adulta. E o período em que o ser humano é mais agressivo é dos dois aos quatro anos de idade, não é na adolescência. Todo mundo pensa na adolescência porque na adolescência, com aquela tempestade hormonal, mudam muito, ficam muito instáveis o humor e o comportamento do adolescente, mas a agressão de um adolescente dá boletim de ocorrência e a agressão de uma criancinha pequena não dá nada, o soquinho dela não mata ninguém, não derruba ninguém. Se vocês pegarem a criança dos dois aos quatro anos de idade, vão ver que é um festival de pancadaria. Quem conhece creche sabe do que eu estou falando. É uma pauleira na creche o tempo todo. Ela começa a diminuir a agressividade a partir dos quatro anos.

Ao contrário do que dizia Rousseau, o homem não nasce um bom selvagem e a civilização é que o estraga, que o torna violento, não. É o contrário. Todos nós temos um programa genético e um programa de sobrevivência, que é um programa para ser agressivo, para puxar as coisas todas para si. A criancinha, tudo é dela. Quando você a bota no chão com um ano e meio, para ela começar a conviver com as outras crianças numa creche, em qualquer lugar, ela acha que tudo é dela, e a outra criança acha que tudo é dela, também. Aí fecha o pau.

Então ele mediu por hora, inclusive, a quantidade de agressões que uma criança faz, e fez curvas mostrando. E há 4% das crianças pequenas que são muito mais agressivas, que na idade da adolescência também são mais agressivas, e que na idade adulta também são mais agressivos. Podem ver o adulto, se não fizer nada, se não tiver cuidados maiores com essas crianças, já pode quase que prever, na criança pequena, o adulto que vai ser agressivo e violento depois.

Então, para nós trabalharmos a questão da violência – eu estou no grupo do Rio de Janeiro, lá, acompanhando essa ação do Rio, junto com a área militar –, e uma das coisas que nós estamos trabalhando lá é para criar – claro que vai demorar mais tempo para aparecer o resultado – programas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de primeira infância, de cuidados na primeira infância também, principalmente nestes ambientes que são muito estressantes, o ambiente da favela, o ambiente violento.

Essa é uma outra conversa, para a gente falar uma outra hora.

Eu só queria fazer esse registro. Prof. Richard Tremblay, se escreve com y no final. No YouTube: é raízes da violência, se não me engano, o título do vídeo. Vejam esse vídeo e reproduzam, passem adiante que vocês vão ver como é interessante, como o comportamento violento se organiza dentro do cérebro humano, da mente humana.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Não sei se o Senador Garibaldi gostaria de fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Então, passo a palavra ao Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu quero apenas corroborar com o Ministro Osmar Terra, quando ele adverte que essa idade da criança de dois a, pelo menos, quatro anos é uma idade crucial. E aqui, para deixar isso mais patente, eu conheço e acompanho a obra de um padre belga, que veio da Bélgica e que já está há mais de 30 anos no Brasil. Ele se dedica inteiramente à educação das crianças nessa idade.

Ele acha que ou nós preparamos as crianças nessa idade, ou vamos, realmente, deixar a desejar na formação das crianças.

Então, eu queria me congratular com o Ministro Osmar Terra, por estar atento a esse fator.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Eu agradeço o Ministro e, assim como o Ministro me solicitou algumas datas minhas para estar no seu Estado, na sua cidade natal, para palestrar sobre temas que têm sido a minha razão de vida, o que eu respiro de bandeiras de defesa da família e de valores – e eu aceitei prontamente –, eu também gostaria de convidar o Ministro, não como Ministro, mas o cidadão Osmar, o médico, e será uma honra receber o Ministro também no meu Estado, não com a patente de Ministro, porque fica mais complicado levar nessa situação, para poder fazer essa palestra que V. Ex^a fez aqui. É de uma importância tão grande para que mestres, professores, pais e mães possam ir, e eu não posso deixar de dar esse presente para o meu povo e, certamente, preparar minimamente líderes para que possam reproduzir o que V. Ex^a falou aqui.

Nós temos tido muita riqueza nas nossas audiências públicas, mas esta, sem dúvida alguma... Foi uma pena que, no final da sua fala, eu precisei sair correndo para ir à CCJ, por conta de um projeto importante, e fiquei esperando outro lá agora, porque a esquerda perdulária que governou este País por 13 anos e o afundou, e tentou vilipendiar valores de família de toda ordem – graças a Deus, não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiram chegar a bom termo, onde eles queriam, mas conseguiram um bom arraso... A votação da redução da maioria penal, e eu ouvi tanta hipocrisia agora, Ministro, de que querem botar as crianças pretas na cadeia. É assim, é de uma cara de pau tão grande que me impressiona, ver aquelas crianças todas de escopeta na mão, na Rocinha, com 17, 16, 15: estupra, sequestra, mata, grava vídeo, afronta. São crianças... E essas crianças confundem escopeta com chupeta, na cabeça do PT, na cabeça do PCdoB.

"E tira a mão de mim que eu sou menor! Conheço o meu direito!" Só têm direitos. Crianças! E a violência vai se acumulando, a violência vai se acumulando... Para adiar um requerimento para reduzir 18 para 16, que já é uma besteira. É passar mel na boca da sociedade, porque eu já tive 16 anos e 18, e era tudo a mesma coisa. A partir de 13 para 18, eu já era a mesma pessoa. Com 15, eu já estava formadíssimo, e todo mundo sabe: reduzir 18 para 16 é uma idiotice. Tem é de acabar com faixa etária. O crime não contempla faixa etária. Você pega um menino de 5 anos de idade hoje, ele toma o seu celular, se você não ficar esperto, ele bota uma senha, e você não abre nunca mais. E, se der o ladinho dos jogos ali, ele desmoraliza todos os jogos com 8 anos, com 7 anos.

Chamar um macho de 17 anos, que estupra, sequestra e mata, de criança... Em nome de quê? Com tanta violência neste País...

E adiaram para mais 30 dias isso, para reduzir para 16, que é uma idiotice!

Há crime hediondo e crime que não é de natureza hedionda. Separa o crime que não é de natureza hedionda e o crime hediondo. Cometeu crime de natureza hedionda, perde a menoridade e será colocado na maioria para pagar as penas da lei. Ponto. Independente da idade que tiver. Crime hediondo é crime hediondo! O que não pode é você pegar um menino que roubou este celular, Ministro – pela primeira vez roubou um celular –, e botar ele numa casa de reabilitação de jovens. Lá no meu Estado há, nos outros Estados há, em São Paulo é Fundação Casa, em outros lugares é Casa Lar, em outros têm outros nomes, mas é aquela escola técnica do crime; você pega o menino aqui e bota ele lá junto com um de 17, que já matou, que já estuprou, que já sequestrou. Este aqui, para não morrer lá dentro, fica igualzinho ao outro. Quando saem, saem dois bandidos.

Então, o problema não é a penitenciária, é a escola técnica, é a escola técnica. Porque, quando ele faz 18 anos, ele já aprendeu lá.

Separa esse menino, isso não é crime hediondo, não. O que roubou isto aqui não precisa ir para lá, não! Em um País com a vocação para o esporte como o nosso... Agora ficam protegendo homens que estupram, sequestram, matam... "Perdeu, vagabunda!" Atira na cabeça de uma mãe de família num ponto de ônibus por causa de um celular... E perdeu, vagabunda... Dá um tiro na cara de um aposentado. "Perdeu, vagabundo!", na porta de um banco – um homem de 70 anos, 80 anos, que deu a vida pelo País, e nós ficamos assistindo a isto: esta esquerda ainda com esse discurso, essa falácia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

idiota, e as pessoas do bem se calam... Se calaram, adiaram para mais 30 dias. Nós vamos contar as mortes que vão acontecer daqui a 30 dias, porque, segundo registro da Polícia do Rio e do próprio Exército, de cada dez assassinatos que estão acontecendo no Rio, oito foram cometidos por essas crianças, que confundem escopeta com chupeta.

Não tem nada a ver com o seu assunto, Ministro, mas eu estou tão revoltado, tão revoltado... Este País vive uma crise de autoridade, uma crise de liderança. Este País precisa ser liderado por um homem que tem sangue no olho, sabe? Que respeita a sociedade e põe vagabundo em seu devido lugar. O problema é que este País vive uma crise de autoridade, uma crise de liderança; os homens públicos que estão no topo estão desprovidos de moral para poderem fazer esse enfrentamento. Então, o País precisa de homens com coragem, com moral para fazer o enfrentamento e botar vagabundo no seu devido lugar e encostar bandido contra a parede, independente da idade que bandido tenha.

Ministro, eu sou muito grato. Eu lhe fiz o convite para o meu Estado e só falta acertar as datas, e eu quero votar, Senador, três requerimentos.

Esta audiência, hoje, está acontecendo num dia de tanto tumulto, com tantas comissões que temos, porque eu atendi ao Ministro Ricardo Barros, que convoquei, depois desconvoquei e convidei porque era um Ministro. E ele sugeriu, hoje, às 9h. E eu fiz contato com o Ministro Osmar, dizendo a ele que o Ministro Barros viria e que seriam os dois Ministros. Ele, então, desmarcou a agenda dele para estar nesta aqui hoje, e o Ministro Barros não veio e não deu satisfação.

Por isso, eu estou agora reconvocando – agora eu estou convocando um Ministro, que é um Deputado Federal, que conhece o Parlamento, que tem convívio, mas, quando vira Ministro, vira semideus.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

Requerimento Nº 102/2017

Convoca o Ministro da Saúde, deputado Ricardo Barros.

Autoria: Senador Magno Malta

Havendo quórum regimental, os Senadores que aprovam a convocação do Ministro permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Nós estamos votando extrapauta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Eu também requeiro a convocação, para esta Comissão, do... Eu quero a convocação daquele vagabundo lá, de... *(Pausa.)*

Não está aqui, não.

Não, não, aqui é o... Ache-o aí, enquanto eu estou convidando para a CPI, para que participe conosco como nosso convidado, o servidor aposentado deste Senado, que, inclusive, foi o meu principal assessor na CPI da Pedofilia, hoje aposentado, e eu o convidei: José Augusto Panisseti Santana para atuar como assessor aqui, nesta Comissão, devido à sua experiência.

EXTRAPAUTA**ITEM 3****Requerimento Nº 101/2017**

Convite ao servidor aposentado do Senado Federal JOSÉ AUGUSTO PANISSET SANTANA para atuar como assessor da CPI.

Autoria: Senador Magno Malta

Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

EXTRAPAUTA**ITEM 2****Requerimento Nº 100/2017**

Requer a convocação do Senhor Gaudêncio Fidélis, curador da exposição Queermuseu.

Autoria: Senador Magno Malta

Eu convoco, nos termos regimentais, o Sr. Gaudêncio Fidélis, me dê a carta dele.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gaudêncio Fidélis, antes de encerrar, é o curador da exposição de arte, de artimanha, feita em Porto Alegre, patrocinada pelo Santander, com dinheiro da Lei Rouanet. Lei Rouanet é renúncia fiscal. Renúncia fiscal, você está renunciando uma creche, uma escola, esgoto. Quase um milhão para poder fazer uma exposição de criança abusada; de criança veada; de criança lésbica; de Jesus Cristo com um vibrador na mão, sabe; mostrando coito anal de gente com animal; Nossa Senhora sendo vilipendiada, um símbolo caríssimo para os católicos... Num País que é majoritariamente cristão, é um troço absurdo.

Eu o convoquei, mas atendi a apelos de alguns Senadores, pedindo que o convidasse, e eu disse: "Não convocando, não virão. Farão cartas elogiosas." E eu quero ler, mais uma vez, o *e-mail* do Sr. Gaudêncio, que é o curador dessa amostra de artimanha, e ele respondeu:

Ao manifestar o meu agradecimento pelo convite de V. Ex^a para comparecer ao Senado Federal, venho através desta declinar do mesmo, em virtude de compromissos agendados anteriormente, sendo esses inadiáveis, intransferíveis, que vêm de diversos Estados brasileiros, decorrentes da exposição [Como é o nome, Zé?] Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira. Creio que seja possível V. Ex^a imaginar [aí ele está falando para mim] as solicitações da imprensa, conferências, palestras, outras atividades [palestrar sobre safadeza... Olha como é!], instituições acadêmicas e outras têm sido inúmeras. Sendo assim, estou cumprindo uma agenda intensa de compromissos que me impedem de comparecer. Cabe salientar, entretanto, que estou aberto a um convite para um futuro próximo, que minha agenda profissional permita.

A agenda não é sua, não! A agenda é nossa.

Boto em votação a convocação do Sr. Gaudêncio Fidélis. Advirto, Sr. Gaudêncio Fidélis: a convocação é nossa; a CPI dirá, a partir da próxima semana, qual o dia. Em não vindo, eu o farei coercitivamente. A Polícia Federal irá buscar o senhor.

Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

Requerimento Nº 99/2017

Requer a convocação de Juarez Gomes Flores





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Magno Malta

E voto a convocação – não vou chamar este elemento de senhor, não– deste marginal para a oitiva: Juarez Gomes Flores; deste vídeo que circulou o Brasil nojentamente, ele colocando a mão dentro de uma calcinha de uma criança, dentro de um supermercado – uma criança de cinco anos. Esse nojento tem 62 anos de idade, e nós vamos investigá-lo, porque pedófilo quando é pego é revelado. Não existe pedófilo de uma criança. Há um histórico na vida desse malandro, e nós, certamente, chegaremos lá.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Ministro, muito obrigado. Deus lhe pague pela sua educação, pelo que nos apresentou, diferentemente do Ministro Ricardo Barros – Ministro, minha decepção.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 09 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA CPI DOS MAUS-TRATOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Magno Malta, reúne-se a CPI dos Maus-tratos com a presença dos Senadores Simone Tebet, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Ana Amélia, Cidinho Santos, Wellington Fagundes, Sérgio Petecão, Ataídes Oliveira, Wilder Moraes, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger, Pedro Chaves, Vicentinho Alves e Paulo Paim. Deixam de comparecer as Senadoras Marta Suplicy e Lídice da Mata. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Realizar Oitiva. Oitiva do Gaudêncio Fidélis, em atendimento aos requerimentos 93/2017, 100/2017 e 157/2017. **Resultado:** Oitiva não efetivada em função da ausência do convocado, Sr. Gaudêncio Cardoso Fidélis. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 103 de 2017** que : "Seja autorizada viagem do consutor desta CPI o Sr. JOSE AUGUSTO PANISSET SANTANA em diligência ao Estado do Espírito Santo" **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 104 de 2017** que : "Requer a realização de uma diligência no Estado do Espírito Santo para oitivas e interrogatórios." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 106 de 2017** que : "Requer que seja convocado Luiz Camillo Osorio, curador da Exposição "35º Panorama da Arte Brasileira - Brasil por Multiplicação"." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 105 de 2017** que : "Requer que sejam convidados o artista Wagner Schwartz; o curador da Exposição "35º Panorama da Arte Brasileira - Brasil por Multiplicação", Luiz Camillo Osorio; e o curador do Museu de Arte Moderna de São Paulo, Felipe Chaimovich." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado como convocação.. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 109 de 2017** que : "Requer que seja convocado o artista Wagner Schwartz, que se apresentou na Exposição "35º Panorama da Arte Brasileira - Brasil por Multiplicação"." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 110 de 2017** que : "Requer a convocação da Sra. Elizabeth Finger." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 111 de 2017** que : "Requer a convocação de Antonio Beraldo de Paulo para ser ouvido em reunião da CPI no Espírito Santo." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 112 de 2017** que : "Requer a convocação de Erica Oliveira Arantes para ser ouvida em reunião da CPI no Espírito Santo." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 113 de 2017** que : "Convocação de ANDERSON GUEDES MELO para ser ouvido em reunião a ser realizada por esta CPI no Espírito Santo." **Autoria:** Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 114 de 2017** que : "Convocação de WELISON LUIZ CANDIDO para ser ouvido em reunião a ser realizada por esta CPI no Espírito Santo." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO Nº 115 de 2017** que : "Convocação de ELDER BARROS DOS SANTOS para ser ouvido em reunião da CPI no Espírito Santo." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO Nº 116 de 2017** que : "Convocação de MARIO SERGIO OLIVEIRA CORDEIRO para ser ouvido em reunião da CPI no Espírito Santo." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO Nº 117 de 2017** que : "Convocação de ROBSON DE ALMEIDA BRAMBATI para ser ouvido em reunião a ser realizada pela CPI no Espírito Santo." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO Nº 118 de 2017** que : "Convocação de ANTONIO CESAR BARBOSA PINTO para ser ouvido em reunião da CPI no Espírito Santo." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO Nº 119 de 2017** que : "Convocação de MICHAEL LELIS para ser ouvido em reunião a ser realizada pela CPI no Espírito Santo." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO Nº 120 de 2017** que : "Convocação de ANDREIA MACEDO TRINDADE para ser ouvida em reunião a ser realizada pela CPI no Espírito Santo." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO Nº 107 de 2017** que : "Requer que seja convidado o Delegado Marcelo Alexandrino, Chefe da Delegacia de Defesa Institucional da Polícia Federal (PF) de Campo Grande/MS." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO Nº 108 de 2017** que : "Requer que seja convidada a Delegada Juliana Tuma, da Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente de Manaus/AM." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 121 de 2017** que : "Requer convocação de MANFRED STOFFL, diretor do Goeth Institut, de Salvador/BA." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO Nº 122 de 2017** que : "Requer diligência ao Estado de Santa Catarina, nas cidades de Florianópolis e Criciúma para realização de Audiências Públicas com oitivas e interrogatórios." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO Nº 123 de 2017** que : "Requer diligencia ao estado de São Paulo para realização de Audiências Públicas e reuniões com oitivas e interrogatórios." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO Nº 124 de 2017** que : "Solicita da Secretaria de Justiça do Estado do Piauí informações sobre a ocorrência da criança que foi deixada pelos pais no presídio em cela de um condenado por crimes sexuais." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO Nº 125 de 2017** que : "Requer envio em diligência do consultor JOSÉ AUGUSTO PANISSET SANTANA e a assessora DAMARES REGINA ALVES para o estado de São Paulo." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO Nº 126 de 2017** que : "Convocação do Sr. SÉRGIO RIAL, que foi presidente do Santander Cultural." **Autoria:** Senador Magno Malta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, **juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senador Magno Malta

Presidente da CPI dos Maus-tratos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/04>

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Há quórum regimental. Assinaram presença a Senadora Simone Tebet, os Senadores Flexa Ribeiro, Paulo Rocha, José Medeiros e Magno Malta e a Senadora Ana Amélia.

Havendo quórum regimental, declaro, em nome de Deus, abertos os trabalhos, que visam a apurar maus-tratos infantis no Brasil.

Maus-tratos infantis passam por agressão física, por mutilação moral, por abuso sexual, por abuso psicológico, pela preparação para os dramas psicológicos. Quando digo isso, vou usar uma figura simples para que vocês, no Brasil, possam entender.

A Organização Mundial de Saúde pede, implora e faz algumas colocações, para que adulto não fume perto de criança, porque isso terá grave influência na sua formação. Fumar perto de criança trará grave influência. Agora, você imagine exposição libidinosa, imagine adulto nu, contracenando com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança – aliás, a palavra "contracenar" está no Estatuto da Criança e do Adolescente –, para poder manipulá-la.

Maus-tratos psicológicos, maus-tratos morais, são todos eles que vamos enfrentar.

Com base no art. 121 do Regimento Interno, eu gostaria... A princípio, Senadora Ana Amélia, eu pedi...

Passe um desses para a Senadora Ana Amélia.

Nós deveríamos ouvir hoje, não em audiência pública, mas em oitiva, o Sr. Gaudêncio Cardoso Fidélis, o curador da mostra de artes no Museu, com o patrocínio do Santander, no Rio Grande do Sul, daquela exposição libidinosa que chocou o Brasil. Quem não se chocou são aqueles que estão tentando preparar o caminho, para poder chegar ao ponto, Senadora Amélia, de aprovar a pedofilia no Brasil como lei e de criminalizar quem contra ela é.

É uma verdadeira violação do Estatuto da Criança e do Adolescente. E digo isso porque sou eu o autor. Escrevi aquele texto, relatei a lei que tornou crime hediondo a pedofilia no Brasil. Quando você olha o texto, quando lê o texto, é como se fosse o *script*, por exemplo, daquela peça apresentada, fatídica, no MAM de São Paulo. E a peça... Quando você lê o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, vê que, nessa mostra artística – gosto mais de chamar de artimanha – lá do Rio Grande do Sul, pelo próprio texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, eles perderam o limite e não respeitam a lei.

O Sr. Gaudêncio foi convidado. Ele foi convidado. A princípio, fiz uma convocação, mas, atendendo ao pedido de alguns Senadores, nós mudamos para convite. O Sr. Gaudêncio não o aceitou.

Dê-me uma cópia. Eu quero uma cópia. Pedi que fizessem aquelas cópias daquilo que você preparou. Estão aqui.

Ele não o aceitou e me mandou uma carta debochada, dizendo que é um homem de muitos compromissos com a mídia e com entrevistas e que, quando tivesse tempo, poderia atender ao meu pedido, poderia atender ao meu chamado, ao nosso convite.

A única coisa que você conseguiu foi tirar do lugar. Deixe aqui.

Então, nós convocamos o Sr. Gaudêncio para o dia de hoje.

Reitero que CPI tem Poder de Justiça e de Polícia. Na Presidência da CPI, eu sou o juiz.

O Sr. Gaudêncio, então, Senador José Medeiros, não para minha surpresa, porque eu havia avisado... Hoje, pela manhã, recebi um telefonema da Senadora Gleisi, por quem tenho muito respeito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e carinho, dizendo-me que o pessoal ligou para ela, pedindo para falar comigo, porque o Gaudêncio não pôde vir – eu gostaria que isso fosse passado à mão do Relator –, porque ele não tinha dinheiro para comprar a passagem, porque ele não tinha como marcar a passagem dele. Eu disse: "Olha, primeiro, isso é uma inverdade, porque quem compra passagem é a CPI, quem paga é a CPI, a CPI é que dá diária." Mas eu vou checar de qualquer maneira. Ele está convocado, Senadora, e eu lhe atendo, vou checar e já lhe respondo.

Mande checar. Nós preparamos para os Srs. Senadores os *e-mails* que foram mandados ao Sr. Gaudêncio no seu endereço eletrônico. Por fim, não havendo resposta dele, descobrimos o telefone e o WhatsApp dele e o printamos *online*, recebendo as mensagens da CPI. Ele não deu a mínima resposta.

Em seguida, recebo um telefonema do Senador Paim. O Senador Paim me transmitia um pedido, dizendo que o Sr. Gaudêncio não ia comparecer, porque estava com um familiar gravemente internado. As informações não batem, não é? E ele não podia vir. E eu disse: "Olha, Senador, eu tenho outro tipo de informação, mas, de qualquer maneira, você está me pedindo, eu vou checar."

Eu só estou passando essas informações para que essas pessoas saibam que eles não estão lidando com idiota nem com frouxo. Nem idiota, nem frouxo, nenhum de nós somos! Ele, lá, tentou usar os Senadores fazendo deles bestas.

Em seguida, chego aqui e recebo, Senadora Ana Amélia, da nossa Assessoria da CPI, Senador José Medeiros, um HC do Supremo, este HC aqui. Muito pelo contrário, o Sr. Gaudêncio tinha entrado no Supremo. Não era passagem, não era ninguém doente. Ele entrou lá e tentou usar os Senadores, mentindo, para ganhar tempo, para não vir depor.

O Ministro o ordenou a depor, deu uma aula para ele do que é CPI no despacho e colocou aqui o trivial, Senadora Ana Amélia, que o cidadão tem direito de ficar calado. Está na Constituição o direito dele e mais nada do que isso.

Então, o Sr. Gaudêncio zombou, anarquizou e aí foi para o Supremo para não vir.

O senhor vai vir! O senhor vai vir, porque hoje nós votaremos a sua convocação coercitiva! O senhor virá com a Polícia Federal!

Tomei a liberdade de adiantar isso. Sei que esse não é um pedido meu, o dessa votação, mas ninguém que é acintoso à lei está acima da lei.

Leia o Estatuto da Criança e do Adolescente! Leia a lei que tornou violência de qualquer ordem contra a criança crime hediondo! E nós aqui não vamos arrefecer! Aqui não há *lobby*! Vagabundo aqui não vai levar vantagem com *lobby*!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, Senadora Ana Amélia, Senador José Medeiros, a votarmos a reconvocação do Sr. Gaudêncio.

Não sei se a Senadora Ana Amélia quer usar da palavra?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Penso que, nessa matéria, Presidente, não se trata agora de iniciativa de Senador, mas da Presidência da Comissão, tendo em vista que o desrespeito foi feito a um requerimento de V. Exª. Cabe à Presidência assumir a responsabilidade pelo desrespeito que foi dado, primeiro, a um convite e depois a uma convocação.

Penso que, como despachou o Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, valendo-se de outros HCs – V. Exª fala, mas, para quem está nos assistindo, lembro HC é *habeas corpus* –, a argumentação conferida no final do despacho do Ministro Alexandre de Moraes diz basicamente isto: ele deferiu parcialmente o pedido de liminar, que é o *habeas corpus*, para garantir ao paciente – é o nome técnico que se usa ao postulante ou ao requerente do *habeas corpus* – ser assistido por advogado e com este comunicar-se na CPI, o pleno exercício do direito ao silêncio, incluindo – olha só as proteções que ele está ganhando – o privilégio contra a autoincriminação, caso seja indagado sobre questões que o possam incriminar. Então, essa é uma deliberação de concessão parcial do *habeas corpus*, mas ele terá de respeitar a convocação feita pela Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, como temos tido com o Supremo Tribunal Federal... Inclusive, o Senador Medeiros, o Senador Magno Malta e eu fomos responsáveis, entre outros Senadores, pelo adiamento da votação do caso Aécio, para que não houvesse nenhum risco de instabilidade institucional. Nós, assim, respeitamos e entendemos as razões da Suprema Corte. Acho que foi um momento de prudência e de sabedoria do Senado ontem, à noite, quando nós decidimos esperar que o Supremo se manifestasse sobre esse caso no dia 11 do corrente mês. E, nesse caso, também estamos respeitando e acatando a manifestação da Suprema Corte, através de uma concessão liminar do Ministro Alexandre de Moraes, Relator desse *habeas corpus* impetrado pelo Sr. Fidélis, que foi aqui convocado.

Então, como ele está tendo todas as garantias de não incriminação, as garantias de um advogado junto com ele, tudo isso, eu penso que a instituição, aqui representada pelo Presidente, nem pelo Relator, mas pelo Presidente do Senado, tem de tomar as providências legais em relação a esse processo. Caso contrário, a gente pode fechar as portas do Senado Federal e ir para casa. A gente precisa ter uma instituição.

Eu, cada vez que voto a cassação de um mandato de um Parlamentar aqui, como já fiz... E, se necessário for, eu o farei. Independentemente de ser amigo, correligionário, adversário, a régua é a mesma. Votei a cassação do mandato do Senador Demóstenes Torres, votei a de Delcídio e votarei a de Aécio, se aqui vier, porque a régua moral tem de ser a mesma. Por que eu faço isso? Porque nós não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

somos juízes nem julgadores. Nós somos aqui Parlamentares, mas nós temos de defender a Casa que nós representamos, que é o Senado Federal, uma instituição que é base da democracia.

Então, esse é o meu entendimento modesto a respeito desse episódio. Aliás, tenho até um requerimento, Presidente, a respeito da questão de São Paulo sobre...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Senadora Ana Amélia, aproveitando a sua palavra, vamos votar de uma vez a reconvocação do Sr. Gaudêncio.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Ele está reconvocado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Resguardados todos os direitos que o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Isso está na lei. Nem é preciso *habeas corpus* para isso, para dizer que o cara pode ficar calado, até porque o ordenamento jurídico do Brasil é tão engraçado, que o bandido pode sentar e até mentir para se autoincriminar. Mas uma pessoa que vem aqui como testemunha tem de jurar falar a verdade, porque senão sai preso. Quem não comete crime pode sair preso. O bandido pode mentir, diz a lei, para se proteger. Então, é tão engraçado, que nem precisava isso. Não precisava o advogado vir a Brasília para recorrer. E o advogado agora está pedindo para remarcar.

Com relação à direção dos trabalhos, não são vocês que mandam, nem é como vocês dizem! No momento certo, nós deliberaremos a vinda dele.

Sabemos como vamos fazer isso, Sr. Gaudêncio.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu apresentei, não sei se é extrapauta, um convite até. Usei a palavra "convite" para...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Desculpe, mas eu até queria agradecer o cuidado do Senador Paim e da Senadora Gleisi, que, na minha visão, foram usados.

Isso serve para que vocês saibam com quem vocês estão mexendo. Que companheiro é esse?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu fiz um requerimento, Senador, em relação ao caso de São Paulo, de Wagner Schwartz. Imagino que vá acontecer o mesmo que aconteceu com o Gaudêncio.

Eu penso que as pessoas que querem tanto transparência na sociedade brasileira, tanta limpeza, tanta responsabilidade, tanta ética na política também têm de entender que nós não estamos aqui para criminalizar ninguém. Nós estamos tão somente querendo informações. Por quê? Por que isso foi feito? Qual é o objetivo disso?

Recebi uma nota. Eu não sei se todos a receberam, mas ela me chamou a atenção aqui, com todo o respeito. Eu não conheço, lamentavelmente, mas gostaria de conhecer – segundo todas as informações, é muito bonito, tanto quanto o do Rio de Janeiro – o Museu de Arte Moderna de São Paulo. Então, veja que não é uma pessoa que informa, mas é o museu. Para mim uma instituição não fala; quem fala é uma pessoa. Então, tem de ser o diretor ou o responsável, o administrador.

O Museu de Arte informa que a *performance* La Bête, que está sendo atacada em páginas no Facebook, foi realizada na abertura da mostra Panorama da Arte Brasileira, em evento para convidados. A sala estava sinalizada sobre o teor da apresentação, incluindo a nudez do artista. O trabalho não tem conteúdo erótico ou erotizante e trata-se de uma leitura interpretativa da obra Bichos, de Lygia Clark, sobre a manipulação de objetos articuláveis.

Não me parece que um corpo humano vivo seja um objeto. Ele não é um objeto. Ele é um corpo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Até nós aprovamos agora, aqui no Senado, recentemente, que nem os animais são considerados coisa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, é mais uma razão. Quer dizer, temos de ter um trato nessa questão com a objetividade e a clareza que ela tem.

Então, trata-se de "manipulação de objetos articuláveis". Eu vi os objetos, são seres inanimados, são objetos que se articulam para dar várias formas. Um corpo humano não tem várias formas, ele é um corpo humano, cabeça, tronco e membros. Então, você pode fazer gestos, você pode criar situações, imitar a natureza, imitar um bicho, imitar qualquer um dos animais, um cão, um gato, um cavalo. Pode imitar. Ele é o articulável nessa medida, mas não foi o caso aqui, não estava imitando nenhum animal. Aqui a palavra é "objeto articulável". Então, a simulação não era sobre objeto, era sobre um corpo humano.

"As acusações de inadequação [...]" Estou fazendo isto em respeito à verdade e ao próprio museu. Não me tenham aqui como uma pessoa obscurantista, absolutamente! "As acusações de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inadequação são descabidas e guardam conexão com a cultura de ódio e intimidação à liberdade de expressão, que rapidamente se espalha pelo País e nas redes sociais."

Quem será que espalhou ódio nas relações entre as pessoas? Quem será? Isso nasceu hoje? Ou tem endereço certo a cultura da radicalização de não aceitar o contraditório? Quem é que não aceita o contraditório? Quem ensinou a não aceitar o contraditório? Nós aqui queremos exatamente isto: o contraditório. Temos um ponto de vista, que poderá ser modificado com a presença dessas pessoas para explicarem aqui aquilo que dizem em uma nota.

"O material apresentado nas plataformas digitais omite a informação de que a criança que aparece no vídeo estava acompanhada da mãe." Não, essa informação já está correndo também. Eu já vi que a mãe dessa criança estava junto. Foi ela que estimulou a filha menor a fazer o toque no artista. É dito ainda que ela participou brevemente da *performance* e que a sala estava ocupada pelos espectadores. "As insinuações de pedofilia são resultado da deturpação do contexto e significado da obra."

Então, é preciso também... Nós aqui queremos tirar a versão de um fato. Nós queremos o fato, e não a versão. Queremos ver exatamente a extensão disso e os objetivos dessa interpretação de uma obra que fala sobre a manipulação de objetos articuláveis. Então, essa é a minha observação a respeito dessa nota, que eu respeito, pela explicação que dá o Museu de Arte Moderna do Estado de São Paulo.

Mas eu fiz também um requerimento convidando porque... Por que as pessoas se negam a vir aqui conversar com os Parlamentares? Por quê? Têm medo? Qual é a razão? Nós não somos inquisidores aqui. Vamos fazer perguntas.

Então, é um convite para que o artista Wagner Schwartz, o curador da exposição 35º Panorama da Arte Brasileira – Brasil por Multiplicação, Luiz Camillo Osorio, e o curador do Museu de Arte Moderna de São Paulo também participem aqui como convidados desta CPI.

A justificativa é explicar os objetivos de artistas nus ou de um artista nu, envolvendo crianças, inclusive com toques, em *performances* artísticas em museu. É o caso recente dessa exposição que causou polêmica sobre possível caso explícito de pornografia e de abuso de crianças. Houve a participação de uma criança em uma *performance* protagonizada pelo ator Wagner Schwartz, que estava nu durante a *performance* intitulada La Bête, inspirada no trabalho Bichos, da pintora e escultora Lygia Clark, no âmbito da exposição 35º Panorama da Arte Brasileira – Brasil por Multiplicação, sob a curadoria de Luiz Camillo Osorio, que ocorreu, na semana passada, no Museu de Arte Moderna de São Paulo.

Na nota, está dizendo que foi apenas um dia. Talvez, se não tivesse havido a reação da sociedade, ela estivesse até agora lá acontecendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Senadora Ana Amélia, nós levantamos, nós já temos todos os dados, inclusive do pedido ao Ministério da Cultura. Eles pediram mais de R\$1 milhão, e só lhes concederam pouco mais de R\$900 mil, para essa mostra.

Nós temos uma lei no Brasil. E eu quero que a senhora reflita sobre a questão do convite. Já vimos que isso não funciona. Nós temos é de convocar, principalmente na situação desse rapaz.

Primeiro, é o seguinte: o museu estava sinalizado de que ia haver cena de nu. No bar, está escrito assim: é proibido vender bebida para menores de 18 anos. Uma sinalização, que também não seria aceitável, de que é proibida a entrada de crianças menores de 18 anos... Ao contrário, não há sinalização de história de nu.

Outra explicação que nós também não aceitaríamos é a de que lá estivesse uma criança, mas que quem estava manipulando era um adulto, porque lá estava cheio de adulto. V. Exª colocou a questão do ser humano e de uma coisa. Ele estava vivo, vivo da Silva!

O texto do Estatuto da Criança e do Adolescente – estou falando para o Brasil – diz que é crime uma criança ser exposta para cena de filmagem, de fotografia, teatro, cinema – olha a palavra – e contracenar. Uma criança contracenou com aquela coisa, com a indução da mãe. E a lei diz que, em sendo parente de até quarto grau, mãe, pai, tio, prima, primo, a pena é acrescida de dois terços. A mãe! A criança, a princípio, ficou com medo, correu. A mãe incentivou, puxou a criança. O Ministério Público de São Paulo tinha de ter pedido a prisão deles no mesmo momento. Eles violaram a lei!

Então, vamos imaginar que aquela cena não fosse feita em um museu, que aquele homem, aquele negócio, aquele ser morto, o bicho... "O bicho vai te pegar!" Vamos imaginar que o objeto estivesse estendido dentro de um quarto, em uma sala, com uma mulher mandando a criança tocar, e que não fosse um museu, mas que fosse o pai, o avô, o vizinho flagrado. Crime de pedofilia! Mas por que foi dentro do museu era arte. Ora, me engana que eu gosto, me engana que eu gosto!

Então, eu peço a V. Exª que dê um crédito a mim, peço a V. Exª que dê um crédito ao Relator, e vamos convocar.

Eu estive ontem no Ministério Público – e peço à senhora crédito ao Ministério Público de São Paulo –, estive com o Procurador-Geral do Ministério Público, com os promotores e com o Secretário de Segurança de São Paulo. O Ministério Público de São Paulo já abriu inquérito, e nós estamos com todos os dados. Tudo o que eles colocaram aí nesse texto é mentira. E V. Exª vai ver que, no depoimento dele, na hora em que ele sentar aqui, o que eles acham que nós não temos nós temos. Ninguém vai ser chamado nesta CPI por pura irresponsabilidade ou vaidade de nenhum de nós. Nós não denunciemos ninguém. Isto aqui não é uma usina de denúncia. A CPI é um instrumento da sociedade de investigação, e nós vamos investigar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles não se contentam em achar que abusar de criança é uma coisa boa, eles não se contentam com isso. Eles querem instituir uma nova ordem, criar uma nova sociedade e fazer com que nós engulamos goela abaixo o que uma minoria, com suas filosofias e seus devaneios psicológicos... Sabe? Aqui há Deputado Federal que diz que nós vamos aceitar a cultura islâmica, que aceita o casamento de criança com dez anos, mas, na cultura islâmica, eles mandam matar homossexual. Nós vamos aceitar a cultura islâmica? Vamos aceitar? É claro que não vamos.

Nós somos um País majoritariamente cristão, e quem não é cristão respeita família e criança. Todo o mundo sabe que uma criança tem a sua formação nos seus primeiros dois anos de vida, nos seus primeiros mil dias ou dois mil dias – são mil dias, como é chamado. Essa violação... Maus-tratos infantis é violação emocional, é violação psicológica.

Digam-me, Senador José Medeiros e Senadora Ana Amélia, diga-me, povo do Brasil: que dia aquelas cenas vão sair da cabeça daquelas crianças? Nunca mais! Nunca mais!

O pedófilo que foi pego dentro de casa, no quintal ou em cima da laje, trancado lá, abusando de uma criança, esse coitado não vai poder reclamar que ele é artista, que foi uma obra de arte, porque eles não o pegaram dentro de um museu, dentro do mercado.

Eu havia feito essas convocações já no dia seguinte, convocando.

Senadora Ana Amélia, V. Exª é uma peça importantíssima desta CPI, pelo que V. Exª representa para o Brasil, para a sociedade brasileira, pelas crenças da família brasileira em V. Exª, pelas crenças da vida em V. Exª. É a maioria absoluta... Ponha isto na cabeça: nós somos maioria absoluta que defendemos a vida, contra uma minoria que quer nos impor aquilo que eles acreditam, de violação de direito de criança. Pois bem, eu peço a V. Exª que reconsidere. Com todo o respeito a V. Exª, eu disse: "Eu estou retirando o meu requerimento, para deixar para a voz de V. Exª, porque V. Exª, com a história que tem..."

É preciso assinar esses requerimentos, e vamos convocá-los, porque há procedimento aberto. Eu acompanhei os procedimentos. A coisa é muito séria, Senadora Ana Amélia. A coisa é muito séria!

Assim como o Gaudêncio é um mentiroso contumaz, essa nota aí é hilária, é de dar risada. V. Exª mesma a leu, pontuando e ironizando: "Quem é que está criando essa polarização na sociedade?"

Daqui a pouco, olha só qual é o foco: a *Veja* trouxe uma matéria – a mídia está pautada, eles sabem aonde eles querem chegar –, dizendo "esse povo incômodo". Eles não focaram a família brasileira. O foco deles foram os evangélicos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje – eu gostaria que V. Ex^a estivesse lá para me assistir –, eu vou para a tribuna, vou levar a revista *Veja* e vou mostrar realmente que somos um incômodo. Mas para quem? Somos realmente um incômodo. E por quê?

Por isso, eu peço a V. Ex^a que me dê esse voto de confiança. Tenho uma experiência com CPI. Foram três anos e meio na CPI da Pedofilia. E agradeço a Deus, porque o que está posto aí e tudo o que eu posso citar aqui de crime hediondo e de mudança de criação de novas condutas penais, de aumento de pena, da alteração, depois de 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, eu tive o prazer e a honra de assinar! É lamento!

Deus é tão bom, e fica tão claro que as coisas vieram tudo na mesma hora. Eles tentaram usar a Senadora, que não me fez pressão, não me pediu nada! Aqui, eu quero fazer justiça e respeitar a Senadora Gleisi pela amizade, até porque temos debates aqui, mas não somos inimigos. Falou comigo. Eu falei: "Não, eu ver aqui com a assessoria. Vou considerar. Eles podem, no mandado, ter esquecido." Não era nada disso.

Em seguida, o pastor, o Senador Paim... Chamei o Paim de pastor. Tomara! Os filhos todos já viraram pastores, a nora é pastora, a filha é pastora, tudo é pastor na casa de Paim. Então, Paim me liga, dizendo: "Olha, Magno, ligaram-me, porque uma pessoa da família dele está muito doente." Não, ele estava entrando no Supremo, e o Supremo deu a ele uma aula, dizendo a ele o que é uma CPI.

Por isso, acho que temos de convocar todos. O Ministério Público de São Paulo ontem liberou os promotores que estarão aqui toda a semana, nesta assessoria, porque nós temos n casos, no Gaeco de São Paulo, de investigações em curso. Temos n casos, na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, em curso. Estive com o Secretário. É a nossa primeira saída.

Eu havia planejado para o meu Estado as primeiras oitivas, porque a situação lá é muito brava, mas acho que, diante desse quadro, as nossas primeiras oitivas serão feitas em São Paulo. A CPI vai para São Paulo, porque nós não podemos deslocar tanta gente para cá. Se formos para lá, haverá menos despesa do que se fizermos isso aqui. Lá teremos o Ministério Público, que está trabalhando de inquérito aberto nessas questões.

Acho o seguinte: ele violou, bem como a mãe. A mãe precisa ser convocada e punida! Tem de ser punida, sem cometer nenhum erro. Punida! Punida! Sabe? Estatuto da Criança e do Adolescente só vale para eles para evocar que um homem de 17 anos, de 16 anos ou de 15 anos que mata e estupra é criança. Eles só conhecem esse texto para proteger, mas, para o resto, não. Abusar de criança pode, violar direito de criança pode, violar o psicológico... Isso não se observa. E é crime hediondo! Mas não, só não pode a redução da maioridade penal. Deixa os meninos matarem, deixa os meninos estuprarem, deixa os meninos botarem fogo em ônibus, porque está tudo certo, são crianças.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço a V. Exª que aprovemos como convocação. Vamos convocar. É isso que a sociedade espera de nós, como convocação. Se V. Exª concordar, eu vou colocar em votação como convocação.

Nos requerimentos postos, os nomes foram colocados pela Senadora Ana Amélia, daqueles envolvidos no episódio de São Paulo.

Os Senadores que aprovam que eles sejam convocados permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Então, desde o ator, os diretores, o produtor, nós estamos convocando também.

Eu havia me esquecido de fazê-lo de forma oral, para que se formalize e se ponha no papel.

O Conselho do Ministério da Cultura examina os projetos e libera.

Eu vi aquela mãe, por outras postagens dela, com as fotos, com os cartazes que impunha, e ela é do time do "mamatório" da cultura. E, por isso, nós queremos ouvir o Conselho.

Está aprovada a convocação do Sr. Gaudêncio.

Incluo, extrapauta, os seguintes requerimentos.

Nos termos regimentais, investigam-se os crimes relacionados a maus-tratos às crianças.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 103, DE 2017

Seja autorizada viagem do consultor desta CPI o Sr. Jose Augusto Panisset Santana em diligência ao Estado do Espírito Santo.

Autoria: Senador Magno Malta

Este aqui trata ainda de autorização da diligência, o do Delegado do Espírito Santo, Dr. Lourenzo Pazolini que apresentou dados... Este aqui eu não entendi muito bem, não. *(Pausa.)*

Desculpe!

Esta Comissão requer diligência – era a primeira, mas agora nós estamos mudando – para tratar das irregularidades de crimes relacionados a crimes infantis no Estado do Espírito Santo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 104, DE 2017**

Requer a realização de uma diligência no Estado do Espírito Santo para oitivas e interrogatórios.

Autoria: Senador Magno Malta

EXTRAPAUTA**ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 106, DE 2017**

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, considerando o trabalho a ser desenvolvido para investigar as irregularidades e os crimes relacionados a maus-tratos a crianças e adolescentes no País, requeiro que seja convocado Luiz Camillo Osorio, curador da exposição 35ª Panorama da Arte Brasileira - Brasil por Multiplicação, para ser ouvido nesta CPI.

Autoria: Senador Magno Malta

Tudo passa a ser convocação, como votado. (Pausa.)

Esta CPI, ainda no uso de suas atribuições, relacionadas a maus-tratos a criança neste País, requer que se convide, aliás, que se convoque – nós já votamos a convocação – o Sr. Wagner Schwartz; o curador da exposição 35ª Panorama de Arte Brasileira – Brasil Multiplicação, Luiz Camillo Osorio; e o curador do Museu de Arte Moderna de São Paulo, Felipe Chaimovich.

EXTRAPAUTA**ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 105, DE 2017**

Requer que sejam convidados o artista Wagner Schwartz; o curador da Exposição "35ª Panorama da Arte Brasileira - Brasil por Multiplicação", Luiz Camillo Osorio; e o curador do Museu de Arte Moderna de São Paulo, Felipe Chaimovich.

Autoria: Senadora Ana Amélia



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esse povo é brasileiro? Não há um João aqui.

Estão convocados para a oitiva nesta CPI.

EXTRAPAUTA**ITEM 5****REQUERIMENTO Nº 109, DE 2017**

Requer que seja convocado o artista Wagner Schwartz, que se apresentou na Exposição "35ª Panorama da Arte Brasileira - Brasil por Multiplicação".

Autoria: Senador Magno Malta

EXTRAPAUTA**ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 110, DE 2017**

Requer a convocação da Srª Elizabeth Finger, para ser ouvida em oitiva.

Autoria: Senador Magno Malta

EXTRAPAUTA**ITEM 7****REQUERIMENTO Nº 111, DE 2017**

Requer a convocação de Antonio Beraldo de Paulo, para ser ouvido em reunião da CPI no Espírito Santo.

Autoria: Senador Magno Malta

EXTRAPAUTA**ITEM 8**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 112, DE 2017*Requer a convocação de Erica Oliveira Arantes para ser ouvida em reunião da CPI no Espírito Santo.***Autoria:** Senador Magno Malta**EXTRAPAUTA****ITEM 9****REQUERIMENTO Nº 113, DE 2017***Convocação de Anderson Guedes Melo para ser ouvido em reunião a ser realizada por esta CPI no Espírito Santo.***Autoria:** Senador Magno Malta**EXTRAPAUTA****ITEM 10****REQUERIMENTO Nº 114, DE 2017***Convocação de Welison Luiz Candido para ser ouvido em reunião a ser realizada por esta CPI no Espírito Santo.***Autoria:** Senador Magno Malta**EXTRAPAUTA****ITEM 11****REQUERIMENTO Nº 115, DE 2017***Convocação de Elder Barros dos Santos para ser ouvido em reunião da CPI no Espírito Santo.***Autoria:** Senador Magno Malta**EXTRAPAUTA**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12**REQUERIMENTO Nº 116, DE 2017***Convocação de Mario Sergio Oliveira Cordeiro para ser ouvido em reunião da CPI no Espírito Santo.***Autoria:** Senador Magno Malta**EXTRAPAUTA****ITEM 13****REQUERIMENTO Nº 117, DE 2017***Convocação de Robson de Almeida Brambati para ser ouvido em reunião a ser realizada pela CPI no Espírito Santo.***Autoria:** Senador Magno Malta**EXTRAPAUTA****ITEM 14****REQUERIMENTO Nº 118, DE 2017***Convocação de Antonio Cesar Barbosa Pinto para ser ouvido em reunião da CPI no Espírito Santo.***Autoria:** Senador Magno Malta**EXTRAPAUTA****ITEM 15****REQUERIMENTO Nº 119, DE 2017***Convocação de Michael Lelis para ser ouvido em reunião a ser realizada pela CPI no Espírito Santo.***Autoria:** Senador Magno Malta

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA**ITEM 16****REQUERIMENTO Nº 120, DE 2017**

Convocação de Andreia Macedo Trindade para ser ouvida em reunião a ser realizada pela CPI no Espírito Santo.

Autoria: Senador Magno Malta

Três desses, Senadora Ana Amélia, foram relacionados ao adolescente que ficou na prisão no Piauí, na cela de um pedófilo, por 11 dias. Então, nós estamos chamando o Delegado e os agentes. O menino foi mantido lá por 11 dias. Sabemos das providências que já foram tomadas lá, estamos fazendo contato com o Ministério Público. A assessoria está fazendo contato com o Ministério Público, e penso que, na próxima semana, havendo um espaço, antes de vir a Brasília, eu vou a Teresina. Se a Senadora e o Senador quiserem me acompanhar a Teresina, nós iremos lá para, pessoalmente, tratar com o Ministério Público.

EXTRAPAUTA**ITEM 17****REQUERIMENTO Nº 107, DE 2017**

Requer que seja convidado à audiência pública o Delegado Marcelo Alexandrino, Chefe da Delegacia de Defesa Institucional da Polícia Federal (PF) de Campo Grande/MS.

Autoria: Senador Magno Malta

Esse se refere ao caso dos bebês estuprados, incluído um bebê de 23 dias.

EXTRAPAUTA**ITEM 18****REQUERIMENTO Nº 108, DE 2017**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que seja convidada a Delegada Juliana Tuma, da Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente de Manaus/AM.

Autoria: Senador Magno Malta

Também queremos ouvi-la aqui. Eu quero ler a justificativa.

A Delegada Juliana Tuma prendeu, no Município de Manaus, um homem e uma mulher acusados de terem estuprado um bebê de sete meses de idade em um motel. O suspeito é médico peruano e atendia em hospital da cidade, o que leva a acreditar que seja provável que ele tenha abusado de outros bebês. É claro! Não existe pedófilo de uma criança. Pedófilo não é pego. Ele é revelado. Quando ele é revelado, proceda-se à investigação, e se vai encontrar um rastro de sangue, um rastro de sofrimento, de lágrima, de dor, uma fila de crianças abusadas.

Nós vamos lá, nós vamos lá!

Eu me lembro de que, quando fui a Manaus pela última vez, prendi o Deputado Estadual Wallace, Presidente da Comissão da Criança da Assembleia Legislativa de Manaus, pedófilo.

E fui a Coari, em busca do Prefeito Adail Pinheiro, esse vagabundo, pilantra, abusador de criança, esse resto, esse esgoto chamado Adail Pinheiro, que ainda sai e volta, sai e volta à cidade.

O povo do Brasil, Senadora Ana Amélia, Senador José Medeiros, o povo que nos vê e que nos ouve, os assessores não conseguem compreender. Quarenta e nove mulheres foram estupradas por Roger Abdelmassih. Eu não vejo, nem no Senado nem na Câmara, o *hashtag* #mexeucomumamexeucomtodas. Esse vagabundo está em casa, determinado por um Ministro de Tribunal Superior. São os mesmos Ministros de Tribunal Superior que soltaram Rocha Loures e que, no outro dia, negaram *habeas corpus* para uma mulher que roubou um pacote de biscoito. É o mesmo Ministro que autorizou a Marcha da Maconha, é o mesmo Ministro que deu uma liminar para levantar o salário do Judiciário – há desembargador ganhando R\$480 mil com a liminar do Ministro Fux –, é o mesmo que criou meia prisão, como se houvesse meio emprego, meia barriga, meio gol.

Em que a sociedade vai acreditar? Em que vai acreditar, se Roger Abdelmassih está em casa, tomando leitinho esperto? É um vagabundo, que abusou de 49 mulheres! E não vejo reação nenhuma nem da mídia, nem do povo da esquerda, defendendo essas mulheres. Não vejo ninguém indo para as redes sociais, não vejo ninguém indo para as tribunas, não vejo nada, não vejo nada. E, depois, eu é que sou o intolerante, que compro essas brigas, que vou para cima.

O troço está tão feio, que, depois que os dentes do Senador Hélio José caíram, eu só falto ver chover para cima.

Eu já li este aqui? Até perdi tudo. (Pausa.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz essa brincadeira, mas eu já pedi desculpa ao Senador Hélio José sobre isso. Não, eu disse a ele o seguinte... No dia em que os dentes dele caíram, eu brinquei, e ele não gostou. Eu pedi perdão e disse: "Desculpe-me, V. Ex^a é mais do que meu amigo, V. Ex^a é meu 'corega'".

EXTRAPAUTA**ITEM 19****REQUERIMENTO Nº 121, DE 2017**

Requer convocação de Manfred Stoffl, Diretor do Goethe Institut, de Salvador/BA, para ser ouvido nesta Comissão.

Autoria: Senador Magno Malta

Esse povo de sobrenome da "estranja" é tudo doido, não é? É tudo doido. Pois, então, vocês vão ver um Pereira doido também.

Ele é Diretor do Goethe Institute. O que esse cidadão faz? Ah, não, ele é o homem da *performance*, do La Bête, A Besta, 666! La 666! Que bom! Vamos ver a besta.

EXTRAPAUTA**ITEM 20****REQUERIMENTO Nº 122, DE 2017**

Requer diligência ao Estado de Santa Catarina, nas cidades de Florianópolis e Criciúma, para realização de audiências públicas com oitivas e interrogatórios.

Autoria: Senador Magno Malta

EXTRAPAUTA**ITEM 21****REQUERIMENTO Nº 123, DE 2017**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer diligência ao Estado de São Paulo para realização de audiências públicas e reuniões com oitivas e interrogatórios.

Autoria: Senador Magno Malta

EXTRAPAUTA**ITEM 22****REQUERIMENTO Nº 124, DE 2017**

Solicita da Secretaria de Justiça do Estado do Piauí informações sobre a ocorrência da criança que foi deixada pelos pais no presídio em cela de um condenado por crimes sexuais.

Autoria: Senador Magno Malta

EXTRAPAUTA**ITEM 23****REQUERIMENTO Nº 125, DE 2017**

Requer envio em diligência do consultor José Augusto Panisset Santana e da assessora Damares Regina Alves para o Estado de São Paulo.

Autoria: Senador Magno Malta

EXTRAPAUTA**ITEM 24****REQUERIMENTO Nº 126, DE 2017**

Convocação do Sr. Sérgio Rial, que foi Presidente do Santander Cultural.

Autoria: Senador Magno Malta

Vou informar outra coisa, para vocês acharem bonito. Por que nós estamos reconvocando esse cidadão? Foi convocado. Depois, o advogado veio e pediu para trocar o nome dele, porque tinha de dar o nome da pessoa que entendia do assunto, nós convocamos a pessoa errada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia anterior, eu estava vendo o jogo do Flamengo, sofrendo com o Cruzeiro, e um telefone toca, toca, o de número 061061484861. E telefone que não tem nome não atendo. Insistiu demais, eu falei: "De repente, é um flamenguista querendo ser solidário." Atendi. Era um colega nosso – não vou dar nome – dizendo: "Magno, amanhã, não há nada." Falei: "Como não há nada?" "Por causa desse problema do Aécio, suspendeu tudo." "Não, a CPI vai ter." "Ah, tá! Quem é que vai ser ouvido, hem?" "O cara do Santander." "Meu amigo, qual vai ser sua linha?" Eu falei: "Eu não estou entendendo é sua linha. Por quê? O cara cometeu um crime, irmão. Eu estou investigando. Vou fazer tudo como manda a lei." E aí, Senadora Ana Amélia, ele me disse: "Não, é meu amigo, gente boa. Coitado dele, rapaz! Ele está tão amedrontado, porque ele não sabe nada disso. Só faz três semanas que ele assumiu." "Como assim? Ah, não, diga a ele que fique tranquilo!" E desliguei o telefone. Fiquei imaginando: se faz três semanas, nem foi ele que participou do negócio da exposição, nem ele autorizou, nem viu, porque já passaram três semanas. Como assim? Liguei uma ponta na outra e descobri. Ligo para o Senador José Medeiros de noite: "Senador José Medeiros, eles estão achando que nós somos idiotas."

Quando o advogado trocou o nome, a assessoria tentou falar com ele para pegar o endereço para notificar quem ele pediu para trocar o nome. Ele não atendia. Quando atendeu, falou que não tinha... Como que você não tem o endereço de alguém de quem você tem procuração? Tentou falar com o indivíduo, não conseguiu. E o que eu descobri com isso? É que o sujeito que tinha o comprometimento, o que autorizou, o que era foi tirado, e colocaram um que não era, para chegar aqui e dizer: "Eu não sei, eu não vi, não fui eu."

Agora, nós estamos reconvocando os dois: tanto o que aceitou ser laranja como o que saiu. Besta mesmo é só o nome da exposição; aqui não há nenhum. Então, nós estamos reconvocando o que não sabia de nada, estamos reconvocando aquele que nós retiramos o nome de boa-fé e estamos trazendo os dois.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Estão aprovados os requerimentos.

Nós definiremos, Srs. Senadores, a data das oitivas amanhã.

Por favor, Senador José Medeiros!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senador Magno, só há um detalhe: está uma verdadeira sanha da turma do chamado politicamente correto, dizendo que o Brasil está criminalizando a nudez, que o Brasil está criminalizando a arte e a cultura, e, na verdade, o que nós temos visto é que eles estão invertendo o debate, eles não dizem nada sobre as crianças. O que nós estamos fazendo é cumprir a lei. A lei diz que, onde houver sexo explícito, onde houver cenas de nudez, você não pode colocar as crianças. E aí, para completar, eles ainda tentam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passar uma ideia como se nós estivéssemos tendo um retrocesso no Brasil, como se nós estivéssemos tendo uma onda conservadora. Mas, só para deixar bem claro, na França, que é o berço cultural dessa turma, o Louvre, o Museu do Louvre, hoje, acabou de indeferir uma exposição de uma obra lá, porque eles acharam que ela não tinha um conteúdo aceitável, adequado, justamente por cenas de sexo explícito.

Então, o que ocorre? O que a gente nota é que há muita gente querendo ser moderninha, mas, na verdade, está com licenciosidade, porque ninguém que eu encontrei esses dias estava combatendo a arte ou a cultura. Não há combate, até porque quem quiser assistir a um filme pornográfico – há os canais pagos aí, há os canais fechados – que assista. Mas não vejo ninguém, pai nenhum indo assistir a filme pornográfico com as crianças na sala, ninguém faz isso. Agora, querem fazer isso nas exposições públicas, querem levar as crianças das escolas. Você imagina: o pai está em casa. Veja se ele vai aceitar que seus filhos, que foram para a aula, de repente sejam levados para uma exposição em que há gente nua, gente incentivando as crianças a tocarem...

Quer dizer, na verdade, por que eles tentam levar para o campo da arte, para o campo da cultura, e não tocam nada nas crianças? Porque a população brasileira não aceita, ninguém aceita, a lei não aceita, e ninguém quer uma coisa dessas.

Mas isso foi só um parêntese que eu fiz, porque achei interessante a posição do Museu do Louvre, que é importante, que, talvez, seja o ícone máximo quando se fala em museu, supassumo da qualidade, e que, hoje, falou: "Essa exposição passou na Alemanha, tudo bem, isso é com os alemães. Aqui nós não a queremos."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Antes de encerrar, para complementar, Sr. Medeiros, digo o seguinte: não falam nas crianças e não falam na lei. Eles atropelam, desrespeitam a lei, e essa lei só vale quando é do interesse deles.

No debate da redução da maioria penal, nego evocou o Estatuto da Criança o tempo inteiro. E olha, criança chora, criança faz xixi em berço, chupa chupeta, toma mamadeira; criança não põe escopeta, diz "perdeu, vagabundo" e sai dando tiro aleatoriamente. Parece que eles estão vivendo no Fantástico Mundo de Bobby.

Mas eu sei que isso é só um discurso para uma claqué, um discurso para uma tribo, para poder manter o reduto eleitoral. No fundo, no fundo, eu duvido que alguém, em sã consciência, uma mãe, uma tia, uma avó... Ora, se essas pessoas gostam tanto disso e não respeitam a lei, façam suas festas na sala de casa, filmem – hoje, pode-se filmar tudo –, mostrem ao vivo no Facebook, no YouTube, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paguem as consequências da lei, paguem as consequências da lei, e não queiram enfiar isso goela abaixo, cobrando caro e fazendo isso com dinheiro público, em uma maioria.

Informo que nós levantamos também a participação do Santander, digo, a participação do Itaú no episódio de São Paulo. Soube até que a mãe da criança era servidora do Itaú. Concretizando isso, de hoje para amanhã... Amanhã, nós vamos ouvir os depoimentos da Sr^a Helena Ramos, convocada pelo Requerimento 63, de 2017; de Thais Ferreira, Requerimento 77; de Natalia Iencarelli, Requerimento 76; de Luana Batista, Requerimento 96. Antes disso, confirmando o que estamos levantando, amanhã nós votaremos convocação dos diretores do Itaú.

Está encerrada a reunião, em nome de Deus.

(Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 34 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA CPI DOS MAUS-TRATOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia cinco de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Magno Malta, reúne-se a CPI dos Maus-tratos com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro e Ana Amélia. Deixam de comparecer os Senadores Simone Tebet, Marta Suplicy, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, José Medeiros e Lídice da Mata. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Depoimento.** **Finalidade:** Prestar depoimento. Oitiva do Helena Ramos, em atendimento ao requerimento 63/2017; do Thaís Ferreira Alves, em atendimento ao requerimento 77/2017; do Nataia Iencarelli, em atendimento ao requerimento 76/2017; do Luana Batista dos Santos, em atendimento ao requerimento 96/2017. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, **juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senador Magno Malta

Presidente da CPI dos Maus-tratos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/05>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Declaro, em nome de Deus, abertos os trabalhos que visam investigar os maus-tratos infantis no Brasil.

Abro esta reunião na obrigação de informar sempre ao Brasil, às pessoas que nos veem e que nos ouvem, pelas redes sociais... Quero cumprimentar a todos e dizer: está detectada uma movimentação mundial e com foco no Brasil a partir dos museus. Eles descobriram que poderiam abrir caminho para a legalização de pedofilia no mundo, incutindo na mente das pessoas a partir da arte. E, no Brasil, a coisa está sistematizada, organizada, como no mundo inteiro, com um ataque terrorista que se programa para atacar em diversas frentes ao mesmo tempo.

A bandida exposição de Porto Alegre, em seguida a bandida amostra artística do MAM, de São Paulo, e agora em Belo Horizonte. E há aqui também, na Câmara Legislativa de Brasília – pasmem os senhores. Na Bahia. E a coisa vai se alastrando pelo interior.

A minha palavra às autoridades: eles não estão fazendo apologia ao crime; eles estão praticando o próprio crime. Essas amostras imorais violam o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é lei. Elas enfrentam, de maneira acintosa, o crime hediondo. Está no texto da lei.

Então, conclamo que os conselhos tutelares cumpram o seu papel de ir ao local. Chamo a atenção do cidadão para denunciar pelo telefone, ir ao Ministério Público, à delegacia. Se for na escola dos filhos, vá, reúna os pais, entre na escola. Se necessário for, troque o seu filho de escola, não aceite. Se está na escola pública, está pago com o seu suor e o seu imposto. Se a escola é particular, você está pagando outra vez. Então, vá à polícia, vá ao Ministério Público, preserve seus filhos, preserve a moral, o psicológico e o emocional dos seus filhos, a formação dos seus filhos para o adiante.

No Brasil inteiro, na menor cidade do interior, onde estiver, há uma movimentação. Quero conclamar Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais. Quero conclamar as pessoas de bem, de família, que repudiam essa indignidade moral contra o emocional, o psicológico e o físico das nossas crianças. Reajam.

Por outro lado, vai a minha preocupação. Eu não quero amanhã dizer: não falei, eu não disse? Vai a minha preocupação. Nós temos uma sociedade de família, e, na reação de uma sociedade de família em defesa dos seus filhos, pode haver violência nas ruas. Para tanto, eu conclamo...

Ontem as autoridades tomaram a iniciativa de dizer que, no museu, em Paris, não vai acontecer a mostra. Como eles usam Paris como a capital da arte para poder justificar os seus malfeitos, então, nós estamos, neste momento, alertando a sociedade brasileira: o que aconteceu ali em Porto Alegre não foi um caso isolado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns a Marcelo Crivella, Prefeito do Rio, que tomou a atitude, mesmo debaixo de críticas de uma mídia esquerdopata e conivente com esse tipo de crime, de não permitir no museu no Rio de Janeiro.

Por isso, eu faço essa comunicação e declaro que esta reunião será fechada. Ouvirei reservadamente as mães.

Tenho dois minutos para evacuar a sala para começar os meus trabalhos.

Está suspensa a reunião.

Peço a todos que se retirem.

Transformo a presente reunião em reunião secreta. Dessa forma, determino que seja interrompida a transmissão pela TV Senado, pela internet, pela Rádio Senado, e que permaneçam, no plenário, apenas os Senadores e secretários da Comissão, consultores, aqueles que eu designar da assessoria desta CPI, a taquigrafia e o técnico.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é tornada secreta às 10 horas e 27 minutos e é reaberta às 11 horas e 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Está reaberta a reunião. Encerramos, neste momento, as quatro oitivas. Acabamos de ouvir as mães e vamos seguir o nosso trabalho investigativo. Não somos produtores de denúncia. Investigamos a denúncia, mas, na defesa das crianças, certamente cumprimos o nosso papel determinadamente, determinadamente. Criança nasceu para ser amada, e não para ser abusada.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, tornada secreta às 10 horas e 27 minutos e reaberta às 11 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI DOS MAUS-TRATOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quinze horas e dois minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Magno Malta, reúne-se a CPI dos Maus-tratos com a presença dos Senadores Simone Tebet, Marta Suplicy, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Ana Amélia, Cidinho Santos, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Valdir Raupp, José Pimentel, Dário Berger, Vicentinho Alves e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Amorim e Lídice da Mata. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 127 de 2017** que : "Requer que seja convidada a Conselheira Tutelar Srª. Joyce Aparecida da Paz." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 128 de 2017** que : "Requer que seja convidada a Srª. BERNADET MARIA TAVARES RIBEIRO" **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 129 de 2017** que : "Requer que seja convidado Juiz Gabriel Pires de Campos Sormani." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 130 de 2017** que : "Requer seja convidada a Dra. MARIA PAULA CASSONE ROSSI para ser ouvida em Audiência Pública em São Paulo/SP." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 131 de 2017** que : "Convite à Dra. Maria Domitila Pardo Mansur para ser ouvida em Audiência Pública em São Paulo/SP." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 132 de 2017** que : "Convite à Dra. Margareth Ferraz França para ser ouvida em Audiência Pública em São Paulo/SP." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 133 de 2017** que : "Convite à Dra. Fatima Liz Bardelli Teixeira para ser ouvida em Audiência Pública." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 134 de 2017** que : "Convite à Dra. Fernanda Beatriz Gil da Costa para ser ouvida em Audiência Pública da CPI." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 135 de 2017** que : "Requer seja convidada a Dra. Valeria Diez Scarance para ser ouvida em Audiência Pública da CPI." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 136 de 2017** que : "Convite ao Dr. Mario Sergio Sobrinho para participar de Audiência Pública na CPI." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO Nº 137 de 2017** que : "Convite à Sra. Simone Bellomo de Oliveira para ser ouvida, de forma reservada, na CPI." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO Nº 138 de 2017** que : "Requer seja convidado o Sr. Edmundo dos Santos para ser ouvido, de forma reservada, por esta CPI" **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO Nº**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

139 de 2017 que : "Requer seja convidada a Sra. PAMELLA MANNERS MOURA para ser ouvida, de forma reservada, na CPI." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO Nº 140 de 2017** que : "Requer envio dos consultores GUILHERME ZANINA SCHELB, FLÁVIO AUGUSTO PALMA SETTI E THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA para a cidade de São Paulo, em diligência." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO Nº 141 de 2017** que : "Requer realização de uma diligência na cidade de Janaúba/MG." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO Nº 142 de 2017** que : "Requer realização de uma diligência para a cidade de Altos no estado do Piauí." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO Nº 143 de 2017** que : "Convocação de Alessandro da Silva Santos para ser ouvido na CPI." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO Nº 144 de 2017** que : "Requer seja convidado o delegado da Polícia Civil Ricardo Viana para ser ouvido na CPI." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 145 de 2017** que : "Requer seja convidada a Sra. Livia Maria Chaves para ser ouvida, de forma reservada, na CPI." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, **juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senador Magno Malta

Presidente da CPI dos Maus-tratos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/17>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Havendo quórum regimental declaro, em nome de Deus, abertos os trabalhos que visam apurar, investigar maus-tratos infantis de toda ordem no Brasil.

Quórum: Simone Tebet, Marta Suplicy, Flexa Ribeiro, Paulo Rocha, José Medeiros, Ana Amélia e Magno Malta.

Consulto os Srs. Senadores se dispensam a leitura da ata.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Gostaria de sugerir, Sr. Presidente, que a gente pudesse votar os requerimentos em globo, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – A ata está aqui. Havendo número regimental, antes dos requerimentos, a gente tem que aprovar. Então, V. Ex^a aprova que aprovemos a ata sem a leitura?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Concorde.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Está aprovada.

A proposta do Senador José Medeiros é que fiquem aprovados os requerimentos englobadamente.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Registro que nesses requerimentos aprovados estão a viagem da CPI dias 23 e 24, próxima semana, para São Paulo com a presença dos Srs. Senadores.

A assessoria...

São os seguintes: Requerimento 144, Requerimento 143, Requerimento 142, Requerimento 141, Requerimento 140, Requerimento 139, Requerimento 138, Requerimento 137, Requerimento 136, Requerimento 135, Requerimento 134, Requerimento 133, Requerimento 132, Requerimento 131 e Requerimento 130.

Nós nos instalaremos, já previamente reunidas as assessorias do Ministério Público, da Secretaria de Segurança de São Paulo, das polícias de São Paulo, para nossas oitivas no auditório do Ministério Público em São Paulo, dias 23 e 24.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 23, nossa agenda, Senador José Medeiros: nós ouviremos a Dr^a Maria Paula Cassone, Juíza de Direito da 9^a Vara Criminal; Dr^a Maria Domitila Prado Manssur, Juíza de Direito do SANCTVS (Setor de Atendimento de Crimes contra Infante, Idoso, Pessoa com Deficiência e Vítima de Tráfico Interno de Pessoas). Ainda ouviremos a Dr^a Margareth Ferraz França, Promotora de Justiça; Dr^a Fátima Liz Bardelli Teixeira, Promotora de Justiça e Assessora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude; Dr^a Fernanda Beatriz Gil da Costa, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Infância, Juventude e Idoso; Dr. Gabriel Pires Campos, Juiz de Direito Assessor da Corregedoria-Geral do Fórum de São Paulo; Dr^a Valéria Diez, Promotora de Justiça responsável pelo Núcleo de Gênero de enfrentamento à violência contra a mulher; e a Dr. Mário Sérgio, Procurador de Justiça. Esses todos são convidados nossos, não convocados.

Os convocados falarão reservadamente à CPI. São mães de crianças abusadas: SB.Y, LM.H, E.DSL, P. MM Moura.

Essas siglas são de Código Morse...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Está parecendo Código Morse.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – ... para poder preservar a identidade das crianças, até porque violência familiar... Essas crianças não podem ser expostas nem também algumas das mães aqui, que falarão reservadamente.

Para a questão indígena: Cristiano Vieira Gonçalves Hutter, Coordenador-Geral da Funai, e Dr. Matheus Baraldi, que estará como convidado.

Convocados: Wagner Schwartz, artista da exposição Panorama da Arte Brasileira, o peladão; Luiz Camillo Osório, Curador; Sr^a Elisabeth Finger, mãe da menina que tocou o peladão; e o Curador do Museu de Arte, Felipe Chaimovich. Esse pessoal todo tem um nome...Não tem um Souza, não tem um Pereira, não tem um Zé.

Requerimentos aprovados, esclareço, da pauta: de 127 a 129; extrapauta: de 130 a 145.

O conteúdo de todos os requerimentos está disponibilizado na internet. Só peço que o conteúdo dos nomes sejam as siglas, que coloquei para a preservação dessas mães e dessas crianças, que falarão de forma reservada. Ainda, para que possa, como se diz...

O requerimento que fiz e gostaria de assinar agora ou já no final é para que os meios de comunicação da Casa acompanhem a CPI nas suas oitivas em São Paulo.

Os Requerimentos de nºs 130 a 145, como eu disse, extrapauta, também foram aprovados. O conteúdo está disponível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente, eu devo encaminhar a V. Ex^a requerimento para uma audiência no Estado de Mato Grosso e explico o porquê. O jornal *A Gazeta*, principal jornal do Estado de Mato Grosso, ontem divulgou num balanço que no ano de 2017, de janeiro até agora, setembro passado, houve 6.400 casos de maus-tratos, incluindo abusos diversos de crianças no Estado de Mato Grosso. Então, diante desse número exorbitante, nós requeremos também uma audiência da CPI dos Maus-Tratos Infantis no Estado do Mato Grosso, que fique agendada. Encaminharei a V. Ex^a o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Gostaria que formalizasse, então, para o dia 26. De lá nós vamos... Fica formalizada e requerida à CPI a minha ida e a do Relator ao Piauí. Essa semana passada deveria ter ido ao Ministério Público. Acordei com o Ministério Público – e quero agradecer ao Procurador, aos Promotores, ao Delegados do caso – providências para aquele garoto que ficou dentro do presídio com aquele estuprador. Nós iremos lá.

Também fica aberto aqui... Está havendo muita MP agora e, no PSDB, uma reunião muito dura. Então, correram todos para lá. Não sei o que está acontecendo, mas tem uma reunião lá. Não é hora de brincadeira. Até me esqueci do que estava falando. Mas falo aos assessores que, se houver interesse de algum Senador de nos acompanhar ao Piauí...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Sim. Mas aí já fica formalizado. Aqueles que forem...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Vamos aprovar o requerimento ainda.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Certo. E, inclusive, o seguinte... Você está assessorando o Paulo Rocha?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – A Liderança do PT.

Então, se Paulo resolver também, diga isso a ele, porque a CPI tem de providenciar as passagens de Paulo para São Paulo. Acho que para o Piauí é muito interessante que ele nos acompanhe, neste caso lá, que é emblemático e absolutamente sério, até porque o Estado do Paulo passou por um problema seriíssimo desses.

Eu vi uma matéria na Record sobre essa menina que foi abusada dentro daquele... Por ordem de uma delegada, de uma mulher. O despacho da juíza, nunca vi nada mais esdrúxulo na minha vida. Aquilo não pode se repetir. É sobre aquela menina jogada dentro de uma cela, e a mãe chorando,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo um apelo, porque ela se tornou adulta e ninguém sabe onde ela anda. Esse é um negócio que, assim, não dá para descrever. Eu estou vivendo um tempo na minha vida que não sei como convivo com isso.

Faço o registro de que fui, em nome desta CPI, para Janaúba. Cheguei em Montes Claros e fui para Janaúba. É tristeza por todo lado. Por que tristeza por todo lado? Porque chegar a um lugar daquele e não ver um político em um Estado daquele tamanho! Todas as crianças são pobres; creches de bairro, creche de gente pobre. Ver aqueles velórios e saber que essas crianças, na hora em que isso passar, todo mundo vai se esquecer!

O hospital de Janaúba está cheio de necessidade. O Governo deve 10 milhões ao hospital. E o hospital de Montes Claros, que recebeu, num segundo momento, os queimados, porque o maior hospital entre Minas e a Bahia é a Santa Casa – a necessidade de nós salvarmos essas santas casas, essas filantrópicas é urgente –, recebeu todo mundo. Os meninos, aqueles que sobreviveram... Não sei quantos acompanharam os vídeos que eu postei lá dentro, com as crianças. O choro, o grito daquelas crianças queimadas é um negócio que, depois que você ouve, se sente um verme. Você não é ninguém, você não é nada quando você sai dali e vê aquelas crianças queimadas, o desespero, a impotência, sem saber o que fazer. E aí você vê os caras falando em bilhão, em milhão, que devolveu 200 milhões, que um pegou 30 bilhões e devolveu para não sei quem, que trocou para não sei quem, que deu um bocado para não sei quem. Esses filhos de uma égua! Esse monte de cabra safado! Monte de vagabundo, ladrão de dinheiro público! É uma revolta! É uma revolta!

A Santa Casa se reuniu comigo, Senador José Medeiros, a liderança da Santa Casa. É um negócio de doer: "O senhor vá lá ver. Nós estamos precisando construir uma área aqui de queimados que custa R\$400 mil."

Ora, eu pergunto: cada Deputado Federal, cada Senador tem 15 milhões de emenda, pessoal, dele. E a maior parte tem que ser para a saúde. Como R\$400 mil, de R\$15 milhões, ninguém coloca?

Eu falei: ó, vocês me desculpem! Estou tão revoltado que vou fazer uma pegadinha aqui. "Que pegadinha o senhor vai fazer?" Não, vou fazer uma pegadinha aqui. No meio de todo mundo, eu liguei para o Senador Anastasia e coloquei no viva-voz. Falei: Anastasia, tudo bem? E ele: "Ô Magno, tudo bem?" Eu falei: tudo joia, mas está ruim. Eu estou aqui em seu Estado, em tal e tal lugar, com essas crianças queimadas. Tanto sofrimento, e aqui não tem ninguém! Estou aqui reunido com os caras, que precisam de 400 mil para fazer uma ala de queimados. Quatrocentos mil! Tem dois anos isso. E eu falei com eles aqui agora que você vai colocar uma emenda, que você vai dar agora em outubro. Ele falou: "Não, eu vou dar mesmo, pode falar que eu vou dar." Eu falei: então, você não se lascou não, porque está ao vivo aqui. Aí, realmente, o Senador Anastasia conversou e tal, falou que iria colocar a emenda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, o Senador Anastasia era o único que eu poderia chamar mesmo, que poderia ir lá em Minas Gerais. As pessoas não têm reclamações dele como governador, naquele exercício lá.

Mas vejam os senhores que estão me vendo agora, que estão me ouvindo, nós vamos fazer, Senador José Medeiros... Esta CPI está no meio, porque eu a presido e não dá para descolar. Ainda no mês de novembro, no final do mês, não sabemos se na penúltima ou na última segunda-feira, nós vamos fazer um grande *show* em Montes Claros, junto com o Ministério Público de Janaúba. Estive com a promotora. Quando você vê um promotor, uma promotora acostumada a lidar com dureza, com um delegado, entrar em velório de uma criança daquela, desabar de choro e precisar ser segurada, é porque o negócio é muito ruim. Nós vamos fazer. E está confirmada a presença de Zezé de Camargo, está confirmada a presença de Rick, a presença de Giovani, está confirmada a presença de Fernanda Brum, a presença de Lauriete, de artistas do Gospel. Nós queremos colocar 100 mil pessoas lá na segunda-feira. E esse ingresso, esse dinheiro irá para o Ministério Público – sabe por quê? Porque essas famílias serão esquecidas depois, pode ter certeza! –, para ver o que fazer, porque são crianças pobres, que vão levar lesões para a vida inteira. Ninguém sabe o que elas vão sofrer, porque a maioria está com o rostinho todo queimado, com queimaduras de terceiro grau. É um negócio louco, um negócio louco!

Nós temos que reafirmar que criança nasceu para ser amada, não para ser abusada, violentada, para passar despercebida.

E agora estamos com esse ataque, um ataque vil daqueles que acham que têm autoridade, que o que eles falam viraliza e o povo faz, da chamada classe artística do Brasil. Estão querendo mudar o foco: que estão querendo calar a arte. Não, ninguém está querendo calar a arte. Arte é arte. Continuem fazendo arte. Nós só não queremos é artimanha com criança. Uma coisa é arte, outra coisa é colocar criança para tocar um homem nu, porque se ela estivesse tocando aquele homem nu ...

Estão narrando um jogo de futebol aí? (*Pausa.*)

É a medida provisória, acho que estão é brigando. Está parecendo um enxame de abelhas aí do outro lado.

Se aquilo fosse feito em uma sala fechada, tinha que ser preso em flagrante porque era pedofilia, mas foi em um museu: é arte!

Agora você veja, o Sr. Caetano Veloso, recebeu de prima uma menina de 13 anos de idade, depois que eu vim a saber disso, aos 40. A Bíblia diz que a boca fala do que o coração está cheio. Ele está verbalizando o que está dentro dele, ele quer mais, ele quer abrir tudo.

A Sr^a Fernanda Montenegro, de quase 100 anos de idade... Por que a senhora não se deita nua na rua e chama os meninos para bolinarem a senhora? Seria uma obra de arte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém está falando disso, nós estamos falando é de criança, de respeito à criança.

Quando você lê o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando você lê o texto que tornou isso crime hediondo, eu sei, porque fui eu que escrevi, eu fui o Relator, parece que o texto do crime hediondo é o *script* invertido daquilo que eles fizeram. E eles não tem mais medo de nada. Eles estão enfrentando, eles querem enfrentar a lei, sabe?

Agora o cara foi para a frente de uma catedral, tirou a roupa e começou a mijar para ser fotografado porque era arte. O outro ficou nu, se botou dentro de uma bola e saiu se jogando por aí. Aqui o vagabundo é preso nu afrontando as crianças, na frente de criança. O Governador do Distrito Federal manda dar um esporro no cara e pede perdão para o peladão, o que prendeu.

Nós somos um País majoritariamente cristão. Nós somos gente que nasceu para proteger criança, como nós fomos protegidos. E ninguém precisa ser doutor em Psicologia para saber que isso cria um malefício, uma lesão psicológica, moral para a eternidade na mente de uma criança. Por que a Organização Mundial de Saúde pede aos adultos para não fumarem perto de criança? Por causa da lesão psicológica.

Eu quero parabenizar o Conselho de Medicina do Brasil, que emitiu uma nota dizendo que aquilo é prejudicial às crianças, que aquilo é crime.

Como eu estou na televisão, eu quero pedir às pessoas de bem que acreditam nisso – quem não acredita faça a sua reação porque nós estamos prontos para poder reagir também –, a qualquer pessoa: grave um vídeo. A televisão antigamente só tinha uma mão, a Globo falava parecia que era lei, agora não é. Rede social é mais, nós somos mais.

Quero parabenizar aquele artista da Globo, até me esqueci do nome dele, que disse que é discriminado porque é hétero, o Igor. Então, daqui a pouco, nós vamos ter vergonha de dizer que somos héteros? Daqui a pouco, nós vamos ter que fingir que somos homossexuais para arrumar um emprego? Daqui a pouco, uma filha da gente tem que fingir que é lésbica porque, senão, não arruma emprego? Então, você, que gosta de artes cênicas, que sonha um dia fazer artes cênicas ou finge que é homossexual ou prostituta, senão não vai arrumar... Quem falou isso foi o Igor, um ator premiado, Ricardo Macchi. Disse: "Eu sou discriminado porque sou hétero".

Por muito menos Deus destruiu Sodoma e Gomorra. Se nós não reagirmos, Deus terá que se desculpar com Sodoma e Gomorra.

A minha parte eu vou cumprir. Que venha a Globo, que venha Caetano Veloso, que venha Santander, que venha Fernanda Montenegro. Eu não sou ninguém, só acredito na vida, sou filho de Dona Dadá e não vou afrouxar – não vou afrouxar!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou revoltado, indignado e quero ser movido na minha indignação. Alguns já me procuraram aqui, alguns artistas. Quer dizer, procuraram a mim não, porque eles não têm coragem de vir a mim. Procuraram terceiros para vir. Se está convocado, vai vir. Acabou, acabou!

Quando eu virei 4º Secretário da Mesa, Senador, o senhor não estava aqui, estava em uma estrada dessa qualquer aí como policial rodoviário federal, os senhores assessores me pediram para que, entre as pessoas que eu ia demitir, não demitisse uma cineasta que estava nomeada na 4ª Secretaria. Nunca falei isso, mas agora eu vou falar. Sabe quem era nomeada aqui na 4ª Secretaria aqui só para pegar um salário de quase R\$12 conto? Tizuka Yamasaki. Eu falei: não. Depois ela mesma me procurou para pedir para não ser demitida. Depois político é que é safado. Mas eu demiti a cineasta aqui, nomeada na 4ª Secretaria, "na godela". Quer dizer, eu aprendi esse termo, "na godela", com mãe, quando era menino. "Na godela" é a mesma coisa que 0800. Tizuka Yamasaki. Pode entrar aqui, na Casa, e ver lá. Quando foi que eu cheguei aqui? Meu primeiro mandato foi em 2002. Lá no meu... O Presidente era saindo de Sarney para Renan. Estava na 4ª Secretaria. Eu quero saber qual foi o trabalho que a cineasta fez aqui para a TV Senado. Nada. Tinha um salário aqui normalmente e acho que os filmes, tudo do mamatório da cultura. Essa reação toda é porque essa gente fez fortuna e mora na Vieira Souto, em coberturas lindas, com o dinheiro da Lei Rouanet, e ainda cobram ingressos.

Faço esse registro da minha ida à Janaúba. E o povo de janaúba, quero parabenizar mais uma vez, Senador José Medeiros, em nosso nome, e o Ministério Público pelo trabalho rápido, a promotora e os promotores também de Montes Claros, o delegado. E parabenizar aquele hospital com tanta deficiência. Até soro fisiológico não tem – soro fisiológico! Precisa de tudo!

Como eu estou na televisão, se eu não estou ao vivo, isso vai repetir depois, mas, pelo menos aqui, no meu telefone, eu estou ao vivo para vocês, do Brasil todo, digo a qualquer empresário: ligue para o Ministério Público. Você tem condição de ajudar? Ligue para o Ministério Público. Eles montaram uma estrutura.

Encerro dizendo que a cena mais triste da minha vida, Vereador, você que é de Santa Catarina, do Paraná... Qual é o seu Município?

O SR. FILIPE BARROS (*Fora do microfone.*) – Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Você é de Londrina mesmo, no Paraná. Vão instalar lá uma CPI de maus-tratos. Conte conosco, com a nossa assessoria. Faça isso. Estamos conclamando o Brasil inteiro, todas as câmaras de vereadores. Muitas assembleias legislativas estão instalando também, porque estão perto do problema. Nós faremos uma grande corrente no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns! Conclame o povo lá, o cidadão mais simples para gravar um vídeo, o porteiro, o taxista, o profissional liberal, mãe, pai, filhos, cidadão, qualquer cidadão. Todo mundo tem um telefone. Grave um vídeo, revele a sua indignação, mostre que o seu tamanho é um pouco acima do daqueles artistas. Alguns falam aquilo para poder agradar, para não perder o emprego. Devem estar morrendo de vergonha. Se não têm mãe, ela está mexendo no túmulo lá, ou o pai. Ligue para lá, para o Ministério Público, para que o Ministério Público possa orientar como fazer.

Parabéns, viu, Vereador?! Deus abençoe você! Realmente conte conosco aqui, pelo seu exemplo e de outras Câmaras do Estado de São Paulo que estão fazendo também.

Nós vamos continuar. Nós vamos para cima! CPI não existe para condenar ninguém; CPI é uma comissão parlamentar investigativa. Nós investigamos o que é denunciado. Se é inocente, será inocente. Ponto. Ninguém vai lidar com injustiça, mas se é culpado, pode ter padrinho onde quiser, comigo não tem conversa.

Antes de encerrar, quero cumprimentar os amigos que acabaram de chegar aí agora. São de onde mesmo?

O SR. JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Prefeito de Nova Xavantina, Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Prefeito de Xavantina.

O SR. CLAUDINEI SINGOLANO (*Fora do microfone.*) – Claudinei Singolano, Prefeito de Alto Garças, Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Tudo de Mato Grosso?

O SR. LUCIANO DOURADO RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Luciano Dourado Ribeiro, Chefe de gabinete de Alto Gaças, Mato Grosso.

O SR. VALCIR DONATO (*Fora do microfone.*) – Valcir Donato, Prefeito de Itajubá, Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Mato Grosso e de Cuiabá. Eu também, na próxima, vou trazer o pessoal tudo do meu Estado para sentar aí.

Encerro, Senador José Medeiros, dizendo o seguinte: nós não encerraremos esta CPI sem que nada tenha sido aprovado. Com os avanços que fizemos tornando pedofilia crime hediondo, ainda há esse acinte ousado tentando pisar na lei e cuspir de qualquer maneira? É preciso que nós criemos uma legislação com enfrentamento rápido, muito mais eficaz, que produza efeitos na prevenção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse incidente de Janaúba nos ensina que precisamos colocar uma legislação chamada de "responsabilidade humana", porque o que temos é Lei de Responsabilidade Fiscal, não de responsabilidade humana. Por exemplo, os conselhos tutelares. De cada dez, no Brasil, oito não valem nada, porque são responsabilidade da prefeitura, e a prefeituras não fazem nada. Você chega ao Conselho Tutelar, que é lugar para atender criança, e fica com vergonha do lugar para sentar, da geladeira velha dando choque. Não tem um lugar para a criança ser ouvida num depoimento sem dano, não tem ninguém qualificado para isso. Porque uma criança abusada é vitimizada pelo menos onze vezes. Por quê? O carro é responsabilidade da prefeitura, o telefone também eles não dão. Quando tem – desculpe – é um Uno velho, com pneu careca. E precisamos mudar a lógica também. A lógica é de que o conselheiro tutelar disputa uma eleição e normalmente, com todo respeito, é uma pessoa que não tem preparo nenhum, e disputa porque é o candidato do vereador do bairro e porque, se ganhar, tem um salário.

Então, precisamos tomar cuidado com todas essas coisas. Fica o aprendizado lá em Janaúba. Não é qualquer um que pode ser vigia de creche, porteiro de creche. O aprendizado de Janaúba é que não pode se alugar uma casa qualquer para colocar uma creche só porque se quis fazer a creche. É preciso que nós votemos um padrão de creche. Vocês viram as fotos de Janaúba? Sabem por que aquelas crianças morreram? Por que a casa tem um muro, você entra no portão e tem um beco e a entrada da casa é dentro do beco. Quando você entra, as salas estão lá dentro; para você sair, você passa no beco. O beco é mais ou menos dessa largura aqui. Quando o fogo pegou lá dentro, que elas tentaram correr aqui, sem saber para onde ir, os que tentaram ajudar tentaram entrar aqui. Aqui não saía. E pior: a professora morreu – e aqui presto minha homenagem. Quando aquele irresponsável tocou fogo nele, colocou gasolina nele, ele jogou nas crianças também. Ao jogar nas crianças, ele abraçou quatro crianças e foi para o fogo com quatro debaixo do braço. As que morreram, morreram carbonizadas, porque ele segurou. A professora entrou em luta corporal com ele, já estava com gasolina, virou uma chama. Ela tomou uma dele, levou lá para fora, se viu em chamas; voltou para dentro da chama, pegou outra, colocou lá fora; voltou para dentro da chama, pegou outra; voltou em chamas, pegou outra, até ela aguentar. Quando ela pegou a última criança, ela não tinha mais roupa, não tinha mais pele, não tinha mais cabelo. Literalmente, ela deu a vida dela consciente para salvar aquelas crianças.

E não somos nós que vamos permitir que pessoas sem compromisso com a vida violem direitos de crianças.

Gostaria de votar esse projeto aqui, nesta CPI. Gostaria de votar e dar a ele o nome dessa professora, porque essa mulher não pode ser esquecida.

Ninguém pode fazer mais creche nem asilo com forro de PVC. Eu não sabia disso. Eles estavam preparando a festinha deles do Dia da Criança, com muito papel no chão. Quando pegou fogo, fez a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combustão, e o PVC desceu pingando feito pingaço de vela em cima das crianças. Toda creche tem que ter uma porta larga de fuga com abertura para fora, como há em cinema e teatro. Abertura para fora, de fuga. Eles teriam saído. Quando a maioria das pessoas tomaram conhecimento, eles já tinham sido carbonizados, porque se saem correndo, mesmo em chama, haveria mais gente para ajudar.

Aqui eu quero agradecer aos católicos, porque aonde eu fui havia muita gente, muito católico simples lá, chorando, solidário, abraçado, fazendo suas preces.

E quero aqui falar da minha decepção. Eu não vi um crente lá.

Nós, Senador José Medeiros, nesta CPI, temos que ser movidos pelo coração. Nós não temos que ser levados pela razão. Coração, porque tudo o que o coração sente consegue chegar aqui. Mas essas pessoas que só pensam aqui, nunca chega ao coração delas.

Declaro, em nome de Deus, encerrados os trabalhos da CPI.

(Iniciada às 15 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 15 horas e 30 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI DO BNDES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a CPI do BNDES com a presença dos Senadores Airtón Sandoval, Elmano Férrer, Romero Jucá, Roberto Rocha, Davi Alcolumbre, Lasier Martins, Jorge Viana, Paulo Rocha, Pedro Chaves, Armando Monteiro, Wilder Moraes, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, José Pimentel, Paulo Paim, Vicentinho Alves, José Medeiros, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Ronaldo Caiado, Ivo Cassol, Lindbergh Farias e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Oitiva com base no Requerimento 9/2017-CPIBNDES. Oitiva do Luciano Galvão Coutinho, em atendimento ao requerimento 9/2017. **Resultado:** Oitiva Realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 25 de 2017** que : "Requer a realização de reunião conjunta da CPI do BNDES e da CPMI-JBS para a tomada do depoimento dos Srs. Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 26 de 2017** que : "Requer a transferência de sigilo de todas as operações do BNDES referentes à construção do Aqueduto do Chaco, na Argentina, obra liderada pela Construtora OAS." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 27 de 2017** que : "Requer a transferência de sigilo das operações do BNDES referentes à construção da segunda ponte sobre o Rio Orinoco, na Venezuela, pela Odebrecht." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 28 de 2017** que : "Requer a transferência de sigilo das operações do BNDES referentes à construção da Hidrelétrica de Chaglla, na Venezuela, pela Odebrecht." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 29 de 2017** que : "Requer a transferência de sigilo das operações do BNDES referentes à construção da Barragem de Moamba Major, na Província de Caputo, em Moçambique, pela Andrade-Gutierrez." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 30 de 2017** que : "Requer a transferência de sigilo de todas as operações do BNDES referentes à construção da Hidrelétrica de San Francisco, no Equador, pela Odebrecht." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 31 de 2017** que : "Requer a transferência de sigilo de todas as operações do BNDES referentes à construção do Aeroporto de Nacala, em Moçambique, pela Odebrecht." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da CPI do BNDES

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 375, de 2017, para investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

Antes de iniciarmos os trabalhos, coloco em votação a Ata da 8ª Reunião e solicito a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Luciano Galvão Coutinho e à apreciação de requerimentos.

No transcorrer dos depoimentos, serão obedecidas as seguintes normas: a palavra será concedida aos Senadores na ordem de inscrição, com preferência para o nobre Relator, o Presidente, o autor do requerimento, os demais membros e os não membros. Quanto ao tempo de fala, serão dez minutos para o Relator e cinco minutos para os demais, além de dois minutos para réplica e dois minutos para a tréplica.

Determino à Secretaria que conduza à mesa o Sr. Luciano Galvão Coutinho. *(Pausa.)*

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente, pela ordem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – É só enquanto estou vendo que V. Exª está organizando o início dos trabalhos. Queria cumprimentar o Relator, Senador Roberto Rocha, que eu admiro bastante, desta Comissão, que eu acho importante que aconteça, inclusive para que se esclareça de uma vez por todas qual é o papel de um banco como o BNDES, que instrumento a gente pode ter de um banco que talvez seja um dos maiores do mundo. Eu espero que o Dr. Luciano, inclusive, quando puder, possa falar e dar a dimensão do que é esse banco, do que representa. Mas eu queria cumprimentar, independentemente da motivação, de os Senadores terem pedido, porque é uma oportunidade que nós temos de dar transparência a tudo que aconteceu. Acho que o Senador Sandoval espera, o Senador Armando, e eu também.

Por fim – eu sei que V. Exª já vai começar –, só quero cumprimentar o Dr. Luciano, agradecer a presença dele aqui, lamentar que um Senador como o Senador Luiz Henrique não esteja mais junto conosco, falecido e bom amigo, porque ele certamente estaria aqui do lado para acompanhar V. Sª aqui e contar os tempos que trabalharam juntos. Ele tinha uma admiração extraordinária pelo Dr. Luciano Coutinho, como nós temos também. Eu e os colegas certamente vamos tentar colaborar para que os trabalhos desta Comissão, da CPI do BNDES, possam ocorrer como vêm ocorrendo, dentro dessa relação respeitosa, mas ao mesmo tempo tendo uma oportunidade de se aprofundar e esclarecer temas que são de interesse da sociedade e de colegas Senadores e Senadoras.

Obrigado, Sr. Presidente, por ter me dado a oportunidade de pelo menos cumprimentar o Dr. Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Antes de começarmos os nossos trabalhos, quero registrar a presença do nosso Senador Ailton Sandoval; temos aqui a presença do Senador Roberto Rocha; temos a presença do Senador Jorge Viana. Já tivemos aqui a presença do Senador Lindbergh e a presença do nobre Senador Armando Monteiro.

Traçamos aqui a seguinte metodologia de ordem das perguntas: primeiro pergunta, lógico, o Relator; em segundo, o Presidente; em terceiro, o autor do requerimento; e os demais membros e não membros.

Concedo a palavra ao nosso depoente, no prazo de dez minutos. Se houver necessidade de uma prorrogação, não vejo nenhum problema.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Quero agradecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, nas pessoas de todos os Senadores aqui presentes, especialmente do nosso Vice-Presidente,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Petecão, e do Senador Roberto Rocha. Quero agradecer também as palavras do Senador Jorge Viana e as presenças do Senador Armando Monteiro e do Senador Airtton. É com muita satisfação que eu participo.

Eu vou fazer uma breve apresentação sobre o BNDES – certamente, parte conhecida dos senhores.

Por favor, podemos passar.

Eu queria lembrar aqui o papel do BNDES como instituição de financiamento do desenvolvimento. A lei que criou o BNDES estabeleceu o BNDES como a principal ferramenta de financiamento de longo prazo do Estado brasileiro. Isso está na lei de criação. O Brasil nunca teve, ao longo de sua história, um sistema de financiamento de longo prazo com base em mercado, e para resolver essa questão, que é uma questão – boa tarde, Senador – historicamente desafiadora, não só para o Brasil, mas para várias outras economias, o então Presidente Getúlio Vargas, em 1952, enviou ao Congresso Nacional a criação do BNDES e do Banco do Nordeste do Brasil. Foi uma mensagem conjunta.

Então, a lei estabelece o banco como uma grande ferramenta de financiamento e estabelece também que ele tem de estar aderente às políticas nacionais de desenvolvimento.

Eu quero aproveitar também e falar sobre o período no qual eu fui Presidente, que correspondeu a um ciclo de expansão dos financiamentos do banco historicamente relevante, porque nós conseguimos auxiliar a elevação da taxa de investimento no País. O Brasil investia em torno de 16,5%, 17%, nós conseguimos subir isso para acima de 20%, agregando 3,5 pontos de percentagem ao ano durante um longo período, um ciclo que foi de 2004, 2005 até 2014, um acréscimo nos investimentos nacionais.

E isso não teria sido possível sem o suporte do Tesouro Nacional, porque os recursos do FAT se tornaram insuficientes. Então, o banco recebeu um volume de recursos do Tesouro Nacional, mas ele viabilizou os 480, em termos nominais, recursos recebidos, viabilizaram 1 trilhão no período 2008/2014, que foi o período em que o banco recebeu esses recursos, ele viabilizou um acréscimo de investimentos no valor de 1,3 trilhão. Então, na verdade, todos sabemos o seguinte: as grandes obras de hidroeletricidade no País foram todas financiadas, porque não há – e é raro mesmo em outros países – entidade financeira capaz de financiar em 20, 30 anos obras de grande porte. Então, é um exemplo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*)
– Esse 1,3 é de 2000 até 2014?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Eu fui Presidente do banco de 2007 a 2015.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Em 2016.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Início de 2016. Esse é o período em que houve aporte de recursos do Tesouro.

Vamos em frente, por favor.

Eu quero também lembrar que o banco é uma entidade relevante por si, mas ele precisa aderir às políticas nacionais. O banco foi, durante esse período, orientado por três políticas: a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, de 2004 a 2008; a Política de Desenvolvimento Produtivo; depois o Plano Brasil Maior; e depois o Plano Nacional de Exportações, que foi a grande prioridade do Ministro Armando Monteiro.

Podemos passar adiante.

Quero me deter nesta figura aqui, porque ela retrata a governança e os processos decisórios do BNDES.

Como é que um apoio financeiro ou uma participação societária é analisada na instituição?

Tudo começa com a carta-consulta, que é apresentada pelo empresário, pela empresa, pelo cliente. Essa carta-consulta está no portal do banco, com a orientação de como prepará-la. Muitas vezes, técnicos do banco ajudam a elucidar para o cliente a melhor forma, ajudam a suprir a melhor forma. Mas, uma vez que o projeto está delineado, ele passa por duas avaliações: pelo Departamento de Prioridades, que analisa a correspondência desse projeto às linhas de crédito e produtos – entre aspas – "financeiros" do banco e a aderência desse projeto às políticas e aos programas do banco. Se estiver aderente, perfeitamente, não há razão para que o projeto não siga adiante. Poucos casos de pedidos exclusivos de capital de giro ou pedidos que não se encaixam nos programas do banco, porque estariam supridos pelo setor privado, por exemplo, podem ser direcionados de volta para o cliente pelas razões devidas. Mas, simultaneamente, há uma análise de crédito feita por uma área segregada, que vai olhar as demonstrações financeiras, a capacidade de oferta de garantias, o grau de alavancagem, o *rating* da instituição, ou seja, vai verificar se aquele proponente tem condições mínimas de bancabilidade.

Em existindo essas duas condições, o relatório unificado sobre as condições, a capacidade financeira, a adequabilidade e a elegibilidade do projeto, passa por um primeiro comitê colegiado, que é o Comitê de Enquadramento e Crédito, o CEC, que é essa caixinha aqui, onde cerca de 20 superintendentes, pessoas experientes que estão no terceiro nível da hierarquia do banco – porque há diretoria, presidente, diretores e os superintendentes logo abaixo –, todos funcionários de carreira, experientes, entre os seus pares, discutem a aprovação dessa consulta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Supondo que essa consulta seja aprovada, ela é dirigida a uma análise em profundidade do projeto, muitas vezes, feita de forma multidisciplinar, envolvendo mais de um departamento ou mais de uma área do banco. Hoje frequentemente...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – ... em função de várias temáticas – a temática ambiental, a temática, dependendo se é um projeto de agronegócio, se é um projeto industrial, se o projeto é um puro crédito, se é um projeto que tem algum componente de mercado de capitais –, esse projeto envolve, dependendo da sua complexidade, mais áreas.

Feita essa análise e uma vez que essa análise está concluída e a equipe técnica considera o projeto meritório e robusto, ele é encaminhado para aprovação por um dos diretores ou por mais de um diretor, quando é mais de uma área, à diretoria do banco. Então é um outro colegiado que vai aprovar o projeto ou a operação. Isso vai passar pelo crivo de assessores, dos diretores e do presidente.

Uma vez que passe pela diretoria, e, às vezes, a diretoria impõe condições mais rigorosas ou exige aperfeiçoamentos, mas supondo que o projeto seja aprovado com esses aperfeiçoamentos etc., ele vai para uma área jurídica, que vai elaborar a contratação do projeto, e, uma vez contratado, o projeto será implementado e volta para a área técnica. A parte da implementação não está descrita aqui, porque ele volta para a área técnica, que vai supervisionar a execução do projeto, inclusive liberação de recursos etc., que é feita contra a comprovação dos efetivos dispêndios em investimento.

Pois bem, o processo de análise e aprovação de projeto no banco é um processo técnico, colegiado, porque essas equipes são equipes técnicas, ninguém trabalha sozinho, não existe parecer monocrático em nenhum momento, são todos pareceres assinados por vários técnicos, passando por dois colegiados, e envolve, no mínimo, 50 pessoas – quando o projeto é mais complexo, pode ser até mais gente.

Essa governança é que assegura ao BNDES, pelo rigor, pelo zelo com que trata os seus recursos, a mais baixa taxa de inadimplência do Sistema Financeiro Nacional. Se compararmos a taxa de inadimplência do BNDES com o sistema financeiro privado ou mesmo com o resto do sistema financeiro público, o BNDES é a instituição que tem a taxa de inadimplência mais baixa e isso lhe permite cobrar os *spreads* mais baixos e ser uma instituição eficiente.

É claro que toda instituição merece aperfeiçoamentos etc., mas a governança do BNDES é uma governança que foi se formando ao longo da sua história e é uma governança que tem elementos de exemplaridade, porque é uma governança – e eu queria que passasse adiante, por favor – baseada na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impessoalidade, na segregação de funções, no conceito de decisão colegiada e – eu queria sublinhar – , mais recentemente, na total transparência.

Nós, em 2008, iniciamos um processo de tornar o BNDES transparente. Todas as operações do banco eram públicas no sentido de que todas as aprovações, projetos se tornaram públicos, mas era difícil consultar.

Depois, ao longo do tempo, essa transparência foi sendo aperfeiçoada. E eu quero até aproveitar aqui e lembrar que um dos passos relevantes no processo de aperfeiçoamento da transparência foi dado pelo então Ministro Armando Monteiro, quando ele determinou que algumas das operações de comércio exterior, de exportações que ainda eram mantidas sob sigilo fossem plenamente colocadas à disposição. E coincidiu com esse momento também a introdução de um *software* extremamente amigável, de consulta a qualquer operação, inclusive todas as operações de comércio exterior ficaram visíveis.

Eu convido o cidadão brasileiro ou qualquer um que queria que entre no *site* do BNDES, e ele vai poder clicar, com muita facilidade, ou num Município, ou num país, ou no nome da empresa, por várias entradas, e ele vai poder encontrar o projeto, a descrição detalhada do projeto, as taxas de juros, os prazos etc. E se a pessoa quiser uma informação detalhada, ou seja, quiser um contrato, ele vai encontrar em qual cartório, etc., e pode inclusive, no limite, olhar o contrato.

Ou seja, sinceramente, nós cotejamos o BNDES com vários outros bancos de desenvolvimento do mundo e não existe, pelo menos de que eu tenha conhecimento, instituição que tenha o grau de transparência que o BNDES tem entre os seus pares, bancos de desenvolvimento.

Além disso, além da transparência, o banco está – e tem que ser – supervisionado, fiscalizado pelo Banco Central, pela Comissão de Valores Mobiliários, especialmente a BNDESPAR, que está submetida, como empresa da área de mercado de capitais, à CVM, mas a todos os órgãos de controle e ao Congresso Nacional, onde, por inúmeras vezes, tive a honra e a oportunidade de vir aqui prestar esclarecimentos, com muita satisfação, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal em várias oportunidades.

Vamos em frente, por favor.

Eu queria, aqui nessa figura, mostrar uma coisa interessante. Primeiro, o BNDES é um banco que tem um grande espectro de atividade: do agronegócio à exportação, à indústria, à área de comércio e serviços, que é uma área que cresceu em importância na economia brasileira e também no banco, à micro e pequena empresa através do cartão BNDES. Então, um banco...

Mas eu queria chamar a atenção aqui a duas coisas interessantes que são pontos mais sensíveis. Uma é a política de apoio à exportação do banco. Aqui está a comparação com o CDB, que é o China





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Development Bank; o KfW, que é o banco alemão de desenvolvimento, que é um banco muito grande, muito importante; o BNDES; o banco coreano, o KDB; o banco japonês, que é o JFC; o banco francês; o banco italiano.

E nós vamos ver que o BNDES é um banco bastante completo. Ele preenche todas as linhas, ele talvez seja comparável ao KfW. O KfW não apoia agricultura, é a única diferença, mas é bastante paralelo.

Em relação à exportação, todos os países fazem. Eu queria esclarecer aqui que, por exemplo, na China, o CDB, o China Development Bank, não financia exportação. Por quê? Porque existe um banco dedicado só à exportação que é o China Exim Bank que, sozinho, é quase do tamanho do BNDES, sozinho dedicado à exportação o China Exim Bank.

Da mesma forma, na Coreia, o Coreia Exim é inclusive maior do que o KDB, porque a Coreia é uma grande economia exportadora de equipamentos, de maquinário, de equipamento naval. Então, quando não está dentro do banco de desenvolvimento, que é também o caso do Japão, é porque o assunto exportação é tão importante que ele merece uma instituição à parte, mas em boa parte dos casos está dentro do banco de desenvolvimento.

Boa tarde, Senador.

Eu queria chamar a atenção também, no caso do mercado de capitais, para o fato de que a BNDESPAR não é uma excentricidade no Brasil; não é uma excentricidade ter uma empresa de participações societárias. Todos os bancos de desenvolvimento têm um braço de participações societárias que atua no mercado de capitais, sendo que em alguns casos, como no caso da França, por exemplo, ou da Itália, essas instituições remontam até o século XIX algumas delas. São Estados que, por razões de necessidade do seu desenvolvimento, precisaram apoiar e capitalizar grupos empresariais de capital nacional, e o Estado participou. Lembramos na Itália a importância do IRI e outras entidades que eram financiadas. O desenvolvimento da indústria intensiva em capital, que exigia montantes de capital muito elevados para o desenvolvimento da burguesia nacional, exigiu a complementação através de participação do Estado. Essa é uma realidade da história. Então, a BNDESPAR faz parte, ela não é uma excentricidade, e o fomento ao mercado de capitais, além da capitalização de empresas e grupos nacionais, faz parte da filosofia dos bancos de desenvolvimento.

O KfW alemão, que é mais recente, foi criado depois da Segunda Guerra na nova arquitetura. Existe uma arquitetura antiga, enfim, mas que emergiu da Alemanha federal depois da Segunda Guerra Mundial. É uma instituição exemplar nesse aspecto.

Podemos ir adiante, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer algumas considerações finais e não queria, deliberadamente, falar muito para termos oportunidade de poder interagir com os senhores. Eu tenho outros eslaides para temas específicos e poderei apresentar.

Em resumo, o papel principal do BNDES, em lei e com todos os seus congêneres, é financiar ao longo prazo, é financiar o investimento, especialmente o investimento de longa maturação.

O banco é também, por lei, um instrumento de execução de políticas públicas de desenvolvimento. Ele precisa, por isso, ter uma visão de longo prazo. No nosso caso, aquela figura que eu mostrei sobre os processos decisórios, fica claro que o BNDES tem uma estrutura decisória marcada pela impessoalidade dos processos, pela conformidade dos processos, pelo caráter técnico dos processos. Todo o quadro técnico do banco é de carreira, apenas as posições na diretoria e a prática sempre tem sido de que uma parcela da diretoria seja inclusive da casa, da carreira. E essa governança colegiada ela assegura lisura, rentabilidade e, como eu disse, baixa inadimplência, mas assegura também rentabilidade. Ele é um banco rentável e pagou dividendos ao Tesouro Nacional, é uma entidade eficiente e rentável. E, como eu disse, tenho também orgulho de ter participado desse processo, embora ele sempre possa ser aperfeiçoado. É um banco mais transparente, comparativamente entre os seus pares.

Essa é a apresentação que eu queria fazer, lembrando pontos que são até conhecidos dos senhores. Por isso, lhes peço eventualmente escusas pela paciência de às vezes apresentar pontos já conhecidos, mas é isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, a minha exposição inicial. Estou aqui à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Agradecemos a exposição feita pelo Sr. Luciano Galvão Coutinho.

Antes de passar a palavra a S. Ex^a o Relator desta Comissão, eu gostaria de registrar a presença do advogado do depoente, Dr. Rodrigo César Nabuco de Araújo.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Prof. Luciano Coutinho, desde já quero revelar o meu respeito por V. S^a e agradecer muito a presença nesta Comissão.

Meus cumprimentos a todos que estão aqui acompanhando esta reunião e àqueles também que à distância acompanham através dos veículos de comunicação do Senado.

Quero tentar ser o mais breve possível para dar oportunidade aos nossos colegas Senadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de fazer algumas perguntas bem objetivas, Prof. Luciano, ouvi aqui em relação, por exemplo, ao banco da Alemanha, banco de desenvolvimento da Alemanha que é um banco muito grande e que inclusive tem escritório em Brasília.

Eu vejo que o BNDES tem escritório no Rio, tem escritório em Brasília e me parece que tem um escritório em Recife, só. O BNDES empresta para empresas, empresta para entes federados também, para Estados. O meu Estado, por exemplo, teve autorização desta Casa para contrair um empréstimo de R\$4 bilhões junto ao BNDES. E o BNDES, não sei por que razão, nós estamos muito distantes da Alemanha, mas a Alemanha está perto da gente, pelo menos o seu banco de desenvolvimento, mas o BNDES não tem acompanhado a aplicação dos recursos nesses Estados como deve ser feito por qualquer banco.

Eu fico muito intrigado em saber por que razão o banco faz isso, ou seja, na minha visão, o banco, para conceder um crédito, ele exige basicamente duas coisas: o cadastro e a garantia, fundamentalmente isso. O cadastro, entre nós, pessoas físicas, está no nosso CPF, está no nosso RG, está na nossa capacidade de endividamento; e nos entes, nos Estados, por exemplo, o que define o cadastro é a LRF, é a capacidade de endividamento, a capacidade de comprometimento com a folha de pessoal. E o meu Estado, o Maranhão – justiça seja feita, até é incrível –, tinha uma gestão fiscal muito responsável a ponto de comprometer menos de 40% com a sua folha, menor do Brasil talvez comparado ao Rio de Janeiro à época. Por essa razão, pegou R\$4 bilhões emprestados, e a gente não vê isso acontecendo nos outros Estados. Estados brasileiros que esgotaram sua capacidade de investimento e só têm dinheiro para investir através de empréstimo, infelizmente. Mas esses empréstimos, eu fico curioso, não com relação ao cadastro, isso foi superado, mas em relação à garantia.

Quero dizer a V. S^a, desde já, que ontem esta Casa do Senado Federal, não é que aprovou, a leitura será feita hoje – não é, Senador? –, apresentou um requerimento ampliando o escopo desta Comissão para investigar, além de empréstimos a empresas privadas também empréstimos a Estados. Eu acho que tem chegado muito a esta Comissão questionamentos a respeito de empréstimos a Estados, e o Senador Sandoval apresentou um requerimento ampliando o escopo desta CPI que teve assinatura mínima de, atendida a exigência de 27 assinaturas, chegou a ter, segundo não me falha a memória, 35, 37 assinaturas.

Esse requerimento será lido para ser incorporado ao nosso escopo a partir das próximas audiências e, por essa razão, penso que talvez, abusando da boa vontade de V. S^a, para discutir assuntos em relação a Estados, talvez V. Ex^a seja convidado novamente a colaborar com esta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, enfim, deixo aqui inicialmente esse registro em relação ao zelo do banco da Alemanha – que está aqui com os olhos perto –, mas o BNDES tem essa dificuldade de olhar o que acontece com o dinheiro que empresta, talvez por uma situação *sui generis*.

A garantia que o BNDES tem para esses Estados é exatamente o FPE, não é isso? O FPE garante. Quem é que tem o maior FPE do Brasil? É o Maranhão. Quem é que tem o menor FPE do Brasil? São Paulo. O FPE, ao contrário do FPM, que é diretamente proporcional à população, Senador Armando, a gente tem a tabela populacional, a faixa populacional que define o tamanho do FPM, mas o FPE, não. O FPE é a população *versus* o inverso da renda *per capita*. Ora, como o Maranhão tem uma população muito grande e a pior renda *per capita* do Brasil, o Maranhão tem o maior Fundo de Participação dos Estados, e São Paulo tem o menor.

E aí quem é que garante, então, esses financiamentos? Aquele miserável que tem a pior renda *per capita* do Brasil. Então, era preciso ter muito zelo na aplicação desses recursos, que são recursos para investimento, que promovem o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, social. E isso me incomoda muito saber que não acontece.

Eu quero me dirigir a V. S^a para questionar o seguinte, talvez seja mais prudente eu fazer uma a uma e dar a V. S^a a oportunidade de responder, para não acumular muito:

A lei que criou o BNDE, não tinha o s, atualmente BNDES, limitava a concessão de financiamento a determinadas áreas da economia que especificava, tais como, reaparelhamento de portos e sistemas de transporte.

Como se vê, é da natureza de um banco de desenvolvimento o financiamento de projetos considerados estratégicos, cujo retorno não se traduz apenas no recebimento de juros, mas, sim, no desenvolvimento econômico e social do País.

Pois bem, V. S^a entende que a legislação deve limitar as áreas em que o BNDES pode financiar projetos ou essa definição de política econômica deve ficar a cargo do Poder Executivo?

Quais as áreas estratégicas durante a gestão de V. S^a no BNDES?

Eu sugiro, Presidente, que a cada pergunta ele tenha a oportunidade de responder para ir interagindo talvez melhor. Acho que facilita mais, dará uma dinâmica melhor e oportunidade para que a gente possa trocar ideias.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Com o consentimento do Plenário, ele irá fazer uma pergunta de cada vez, e o senhor responde a cada pergunta feita pelo Relator.

Compreendeu essa primeira?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Perfeitamente.

Eu faço, em atenção ao Senador, obviamente.

Primeira questão, Senador, sobre a presença do BNDES e o papel do BNDES em relação aos Estados da Federação.

O BNDES, eu ampliei a representação incluindo a Região Norte. Não sei se essa representação ainda está aberta ou não, porque entendia que, além de haver uma representação no Sul, no Sudeste, no Centro-Oeste, no Nordeste, precisaríamos no mínimo também cobrir a Região Norte.

Eu entendo a sua preocupação da presença mais descentralizada de estar mais perto dos Estados. Eu quero chamar atenção, porém, para o seguinte: a possibilidade de o BNDES emprestar a um ente federativo, Estado, está subordinada a uma aprovação prévia do Tesouro Nacional. O BNDES não pode emprestar direto, precisa ter autorização do Tesouro Nacional.

Nós, na nossa gestão, desenvolvemos uma capacidade própria de avaliação de risco de crédito dos Estados. Ou seja, anteriormente, o Tesouro, que tem a sua capacidade de avaliação do risco dos Estados e tem a sua própria metodologia, fornecia para nós, mas eu entendia que o BNDES deveria ter a capacitação própria de elaborar, conhecer em profundidade as finanças estaduais e ser capaz de elaborar a sua própria opinião em relação às condições de financiamento dos Estados, inclusive porque eu vislumbrava que, em algum momento, o banco pudesse ter a liberdade, que não tem, mas pudesse ter a liberdade de fazer empréstimos voluntários com a garantia desde que o *rating* daquele Estado e as garantias oferecidas pelo Estado como unidade federada pudessem ser satisfatórias, mas, para isso, a gente precisaria ter capacitação própria.

O fato é o seguinte: embora o Fundo de Participação dos Estados seja uma excelente garantia, e nós queríamos poder ter acesso direto ao FPE para uma eventual garantia, ela é juridicamente, segundo opinião do Tesouro, exclusiva do Tesouro. Ou seja, apenas o Tesouro teria a faculdade de garantir diretamente, se contragarantir diretamente, melhor dizendo, porque o Estado obviamente, ao assinar um crédito, assina uma garantia, ele se compromete com a solvência daquela operação, mas o Tesouro pode garantir diretamente contra o FPE daquele Estado e, portanto, está totalmente coberto. Mas o BNDES não tem essa faculdade. Ele depende de um aval do Tesouro, ele depende de uma autorização do Tesouro. E eu diria...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – ... esmagadora maioria das operações...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu acho que foi muito importante a pergunta do Relator, e pode ser que demore, mas eu acho muito interessante,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque é uma oportunidade que nós temos de dar transparência. O que nós fazemos aqui... Se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – A gente poderia encerrar a resposta...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas um esclarecimento dentro da própria pergunta, porque acho que ela é muito importante, por gentileza.

Se V. Exª permite.

Eu agradeço, Presidente Davi.

É porque nós aqui temos a prerrogativa permanente de aprovar empréstimos para Estados e Municípios. É muito importante esse esclarecimento do Dr. Luciano. Há um agravante, eu fui governador durante oito anos e prefeito, quase não peguei empréstimo, porque eu estava tentando criar as condições para o Estado ficar legalizado para depois ter crédito. Mas há a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é draconiana no aspecto das garantias que o Estado tem que mostrar para andar. E, depois, há a passagem aqui no próprio Senado, onde nós temos, na Comissão de Assuntos Econômicos, um debate sobre essas condições, com relatoria e, depois, vai a plenário da Casa.

Realmente é importante essa pergunta que o Senador Roberto Rocha traz não só para esclarecer, porque nós temos um papel nessa cadeia antes de chegar ao BNDES, o Senado se impõe também.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Mas a resposta direta à sua questão é que o BNDES não tem acesso direto ao FPE e ele depende do Tesouro. E a grande maioria das operações do BNDES com os Estados está autorizada e tem aval do Tesouro Nacional.

Então, essa é a realidade.

Durante alguns momentos, a política anticíclica levou o Governo Federal a autorizar programas de suporte aos Estados. Houve o PEF, que era o programa de financiamento a Estados, houve o PEF, versão 2, depois houve – está me falhando a memória aqui –, em 2011 para 2012, um terceiro... Nós tínhamos uma linha BNDES de Estados, mas o Governo Federal criou mais um programa. Esses programas patrocinados pelo Governo Federal tinham o aval do Tesouro embutido. Então, você teve gerações... Isso foi também objeto de uma regra de distribuição proporcional à população e inversamente proporcional à renda *per capita*, razão que permitiu ampliar as linhas de crédito do BNDES para os Estados. E como o Senador bem disse, o Maranhão, pelo seu tamanho, etc., fez jus a um volume cujo uso requer projetos sólidos, bem estruturados. E eu me lembro que a gente sempre tinha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a preocupação de que os Estados pudessem desenvolver capacitação própria de planejamento de forma a poder apresentar uma carteira de projetos hígida.

Então, esse tema do planejamento no nível estadual é um tema muito relevante, um tema, acho que o Senador Davi também...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Acho que era o Proinvest.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Era Proinvest. Muito obrigado, Senador. A gente vai esquecendo às vezes. O Senador me salvou aqui. E o Senador também conhece o seu Estado, o Amapá, a questão do financiamento aos Estados.

Eu acredito que nós temos que refletir mais sobre o tema para aperfeiçoar a questão do financiamento aos Estados.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Prof. Luciano, a propósito, não posso perder a oportunidade, quero deixar bem claro o seguinte: nós compreendemos que dever não é problema, dever não é problema. Talvez seja até problema não dever, no sentido de que a questão é a relação dívida PIB. O Brasil, por exemplo, em 2010, tinha menos de 40% da dívida com relação ao PIB; hoje está em mais de 70%. A promessa é acabar o Governo atual com 80%. Não há nada parecido no mundo. O que existe parecido está caindo, e aqui está aumentando. Esse é o problema.

Então, se a pessoa ganha R\$10 mil, pode fazer um consignado de mil, dois mil, problema nenhum; mas se ela passa para R\$15 mil, ela pode até aumentar a dívida. Mas se o PIB dessa pessoa, ou seja, a renda cai para R\$5 mil, já comprometeu o endividamento.

Aí eu tenho um Estado, Senador Armando, meu amigo, que tem a economia estatal maior do Brasil. O Estado tem a menor arrecadação *per capita* de IPI, a menor arrecadação *per capita* de ICMS, que tem os piores indicadores econômicos, sociais e tributários, um Estado que está devendo bilhões e bilhões de reais. E onde não há crescimento econômico, sobretudo no modelo atual que tem um Governo comunista que é contra o capital privado e contra as empresas, que são tratadas como vilãs. De modo que não há crescimento econômico. Quando há crescimento econômico, cada 1% do PIB cresce 3% da arrecadação. Cada vez que cai 1% do PIB também cai 3% a arrecadação. Então, o problema é a relação dívida PIB.

O que quero dizer é que o Maranhão tem um débito... Não quero trazer aqui nenhuma discussão apenas para um Estado, longe de mim.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Estou com essa preocupação da dinâmica...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – De jeito nenhum. Já estou encerrando esse assunto para poder ir para uma...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Se a gente ficar assim – embora respeitando muito a preocupação...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Mas não quero trazer aqui o problema de um Estado. Eu apenas quero colocar que desse Estado...Nós temos vários problemas nos Estados. Se não fosse isso, não tinha sido aprovado ontem, por 37 Senadores, uma ampliação do escopo da CPI. Mas apenas para dizer que o BNDES, ao emprestar tanto dinheiro para um Estado, tem de ter uma garantia. Se não é o FPE, qual é a garantia? Se não é o FPE, qual é a garantia que o banco tem? É claro que isso tem de ficar questionado.

Vou à segunda questão. Já fiz uma questão?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Não. A segunda nem cheguei a responder. Era sobre a questão da...Posso responder à segunda questão. Vou ser breve porque...

A lei original que criou o BNDES tinha um foco em infraestrutura, fundamentalmente, lá em 1952. O grande problema do Brasil era viário, energético e o reaparelhamento econômico. Então, foram esses os focos principais que emanaram. Curiosamente, o BNDES emanou da Comissão Econômica Brasil-Estados Unidos que, no fim da guerra, o sugeriu. Da cooperação Brasil-Estados Unidos. Foi idealizado, na verdade, em parte, pelo Roberto Campos. Isso é história, às vezes a gente esquece. O objeto era dar suporte, exatamente, à grande infraestrutura.

Agora, à medida que o tempo evoluiu, o banco foi ganhando outras atribuições, foi ampliando o leque. Assim é, por exemplo, durante o segundo PND, no Governo Geisel, indústria pesada, os polos petroquímicos, a indústria de bens de capital, a siderurgia. Essas áreas foram sendo incluídas. Depois, no Governo...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – A origem do BNDES com a Embramec.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – A Embramec, Ibrasa... Eram empresas de participação acionária que depois foram aglutinadas na BNDESPAR. Então, essa evolução foi levando a adendos na lei, a mudanças na lei.

Há, depois, acho que antes do Governo Geisel, a criação do s do BNDES. Acho que foi ainda no período, se não me engano, do próprio Costa e Silva, lá atrás, que criou o s do BNDES. Então, o BNDES passou a ter de olhar a infraestrutura urbana: saneamento, transporte urbano, metrô e redes viárias. Naquele tempo metrô era ainda um sonho. Enfim, houve uma evolução.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu diria que as evoluções mais recentes incluíram ênfase na inovação tecnológica e na questão ambiental. Diria que, se eu, no meu período, busquei temas – que são temas até transversais – para enfatizar foram o da inovação tecnológica, como uma das missões do BNDES, e a questão ambiental, que é uma questão universal.

Mas é natural, Senador, digamos assim, que como ferramenta de desenvolvimento, o banco olhe a evolução econômica do País e acompanhe a evolução econômica do País e sua complexidade. Seria ilógico que ele ficasse adstrito àquela fórmula inicial. Então, houve sim uma evolução.

Acredito que a amplitude... Por exemplo, a potência e a relevância do agronegócio brasileiro. O BNDES é o principal financiador da formação de capital no agronegócio. Quem financia todo equipamento, máquina, silo, ou seja, a parte de capital fixo, que não é o giro, que está muito concentrado no Banco do Brasil, é o BNDES. E deve ser. Então, a relevância, também, recente do agronegócio no BNDES tem sido sentida pela pujança e pelo fato de o agronegócio ser um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira. Então, eu acho que essa correspondência é saudável. É natural que tenha havido essa evolução. Não sei se era esse o sentido da pergunta.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Vamos adiante.

Prof. Luciano, houve algum tipo de ingerência política para a concessão de financiamento para a execução de obras em países como Cuba, Angola e Venezuela? Se sim, quais foram e de que tipo? Como foram realizadas as tratativas com os governos soberanos?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Sr. Relator, aqui cabe uma explicação prévia. É a seguinte. A definição de prioridades no relacionamento entre países está no campo diplomático e na cúpula econômica do País. Quer dizer, ela está dentro de um conselho interministerial que é a Camex – Câmara de Comércio Exterior que, por sua vez, é tecnicamente suportada por um comitê de financiamento onde há secretários executivos, que é o Cofig, uma comissão de financiamento, e tem outras subcomissões técnicas. Ela depende de que uma empresa brasileira ganhe um contrato, uma concorrência, de alguma forma, e o governo estrangeiro ou o governo pleiteie, dentro das normas de garantia, essa operação.

O BNDES não participa com poder de voto, ele não vota nesses conselhos. Ele acompanha para que, tecnicamente, estar sabendo o que está se passando. Ele tem assento, vamos dizer assim. Não na Camex, porque o Presidente do BNDES não é Ministro de Estado, mas no Cofig ele tem um assento, ele acompanha as comissões técnicas etc. Mas esse processo é um processo que combina a iniciativa privada com uma decisão que está feita no campo da diplomacia e da política.

Ao Banco incumbe viabilizar a exportação brasileira e ao Banco incumbe fortalecer, ao máximo, as garantias e as estruturas de garantia, de tal forma a minimizar o risco que um eventual aval do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tesouro Nacional à operação acarretaria. Por exemplo, buscando ter contas de reserva ou, no caso de alguns países, uma conta petróleo. No caso da Aladi, América do Sul, fazer recursos ao convênio de créditos recíprocos, que é um convênio extremamente importante entre os bancos centrais de todo o sistema Aladi e que nunca permitiu um inadimplemento aos seus participantes. Então, os títulos de dívida nacional que cursam, através do convênio de crédito recíproco, têm liquidez. O BNDES faz o papel técnico com aquela missão de viabilizar uma exportação brasileira.

É importante ter em mente o seguinte: nesse apoio não há transferência de dívidas do Brasil para o país estrangeiro. Ninguém mandou dólar para Cuba ou para Angola. O que aconteceu? Uma empresa brasileira, dentro de um consórcio, está realizando um projeto num desses países, o que o BNDES pode financiar? Única e exclusivamente conteúdo nacional produzido no Brasil. Essa exportação de bens e serviços... Por exemplo, o desenvolvimento do projeto de engenharia, que é uma coisa sofisticada, e o suporte de alto nível ao desdobramento do projeto. Por exemplo, os equipamentos de construção, dutos, matérias-primas importantes, siderurgia, máquinas ou até coisas mais simples, como o capacete, a bota, o uniforme. Essas coisas que geram emprego, no Brasil, ao serem exportadas, o exportador recebe em reais no Brasil e a prazo o devedor, que pode ser uma empresa privada... No caso, por exemplo, de uma exportação para os Estados Unidos de uma aeronave ou mesmo de uma obra. Empreiteiras brasileiras fizeram obras nos Estados Unidos. O país ou o Estado – às vezes é um Estado ou uma cidade – pagam ao BNDES. Então, o devedor paga em moeda forte, mas não há remessa de divisas. Essa é uma operação que só é desembolsada aqui... Também não é que o BNDES adiante o dinheiro para o exportador. Não! É preciso que o exportador, de fato, execute a exportação; que o importador, lá fora, ateste que recebeu o equipamento, e dê quitação; que passe por uma empresa de auditoria de primeira linha para verificar isso, e aí o BNDES pode fazer o pagamento, em reais, aqui no Brasil. Desculpe-me estender-me sobre esse ponto, porque ele é um ponto mal compreendido. Então, ele é, na verdade, um mecanismo de suporte à exportação.

O BNDES, conservadoramente, diferentemente de outros bancos de exportação daquela lista de países que estava ali, o BNDES não financia gastos locais; ele não financia equipamentos, etc., produzidos fora do Brasil e nem financia gastos locais. Tipicamente, por conta dessa restrição, em média o BNDES financia só metade dos projetos – às vezes um pouquinho mais e às vezes um pouco menos; mas em média, porque... Ou seja, a fantasia é que o BNDES financiou 100% de um projeto lá fora, que transferiu dinheiro para lá. Não é assim. O BNDES financiou uma parte, e em geral o projeto tem outras fontes: o orçamento, recursos orçamentários daquele país, recursos de outras fontes. Porque há uma competição muito forte nesse mercado. Esse mercado de exportação de serviços e de equipamentos é um mercado – era um mercado – de US\$550 bilhões anuais, e há uma concorrência muito forte. Era muito comum, em um determinado projeto, você ter equipamento chinês, equipamento alemão, equipamento não sei o que, e equipamento brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, enfim, me desculpe ter extrapolado um pouco a resposta, mas eu creio o seguinte: a função do BNDES é circunscrita a essa missão de gerar exportações, gerar empregos no Brasil. E a política é feita por quem tem um mandato para fazê-la, que é o governo, com um conselho de ministros.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Muito bem, eu entendi...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – E não há ingerência nesse... Desculpe, é porque a sua pergunta foi a seguinte... Não há uma pressão, uma ingerência. Há todo um processo que, uma vez atribuídas as garantias, o BNDES as executa. Desculpe...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sim, entendi. Eu entendi também, Presidente, que uma empresa que vai fazer um investimento, por exemplo, em Cuba ou Venezuela, ela não recebe lá de Cuba nem de Venezuela, ela recebe aqui, no Brasil, do BNDES, não é isso?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Quando ela faz a exportação, sim, ela recebe em reais. Quando ela exporta comprovadamente a exportação, então ela faz jus a receber pelo produto que vendeu.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sim. Não, uma obra: a Odebrecht fez o porto de Cuba – US\$1 bilhão, ou US\$800 milhões, tem vários números –, a Odebrecht recebe aqui. Mas aí há uma lógica, é evidente: Cuba não ia pagar a Odebrecht, como não paga a nenhuma empresa. Venezuela também não paga; aliás, já disse que não vai pagar o empréstimo do BNDES. Então, é evidente que, para poder fazer o investimento de US\$1 bilhão lá fora, a empresa, é melhor receber aqui do que receber da Venezuela ou de Cuba, eu entendi assim a resposta de V. S^a. Aliás, resposta semelhante já tinha sido dada pelo diretor anterior, aqui, do BNDES, o atual diretor: que eles não recebem lá no país; eles recebem, as empresas, aqui no Brasil, em real.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, o Roberto me permite aqui.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Claro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu participei, já, em alguns momentos de debates aqui no Senado, e percebo que esse ponto que é importante para compreender o papel muitas vezes dá margem a interpretações equivocadas.

É importante dizer, Roberto, que, a rigor, o BNDES não tem idiossincrasias do ponto de vista ideológico. As empresas estão onde existe obra, onde existe mercado, onde existem oportunidades. Em economias maduras, não há grandes projetos de infraestrutura. Os países que estão em processo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de formação econômica, como Angola, como Venezuela, é que demandam obras como metrô, como hidroelétricas, então as empresas brasileiras estiveram nesses mercados brigando com outras empresas internacionais – com empresas espanholas, com empresas americanas –, e todas, Roberto, sem exceção... Você há de convir que, quando você participa de uma concorrência desse porte, você tem que agregar, você tem que oferecer um esquema de financiamento. Essa venda não prescinde de um arranjo de financiamento. E aí, cada país, quando faz... Quando a empresa espanhola apresenta uma proposta, ela agrega uma fonte de financiamento.

Então, as empresas brasileiras só puderam, a rigor, estar presentes nesse mercado, que, aliás, lamentavelmente, o Brasil está perdendo, por conta dos problemas que envolveram as empresas brasileiras; nós estamos perdendo esses mercados, que são esses, não são mercados maduros – nem poderiam ser, embora as empresas brasileiras tenham feito até obras em Miami, nos Estados Unidos. Então, o importante que se diga é o seguinte: exportação de serviços agrega o fornecimento de serviços e de bens produzidos no Brasil.

Veja, por exemplo, no caso da exportação de Cuba, do Porto de Mariel, eu vou dar depois a informação precisamente a V. Exª, mas eu tive, ao tempo que estava no Ministério... Esse projeto não foi feito... Não é contemporâneo da minha gestão, é anterior, todos eles. Mas eu tive o cuidado de verificar, esse fornecimento... Esse caso de Cuba, agrega mais de 5.200 fornecedores brasileiros, que estiveram agregados a esse pacote: equipamentos de segurança, grupos geradores, parafusos. Então, é importante que se saiba que isso é algo que corresponde à geração de empregos no Brasil, desde os serviços de engenharia, a concepção do projeto, do fornecimento.

Então, eu queria só agregar essa modesta contribuição para que se entenda que exportar serviços não é algo exótico. Todo país exporta serviços e, ao exportar serviço, agrega bem. E em mercado não cabem idiosincrasias ideológicas. Cabe saber o seguinte: há obra, há possibilidade de vender e há garantias suficientes para dar à operação segurança? Essa é a questão. Que eu acho que pode até ser tratada aqui. O Brasil perdeu dinheiro, a rigor, com esses fornecimentos em Angola, na Venezuela e em Cuba? Era um esclarecimento que eu acho que poderia ser feito.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Não, está certo. Eu acho que nesse ponto não há controvérsia nenhuma em relação à necessidade de exportar, e tal. Eu estou só fazendo uma, iluminando o meu entendimento, Presidente, naquilo que diz respeito à forma de pagamento para as empresas. Eu estou me referindo a países especialmente não democráticos. Se a gente estivesse falando de países democráticos, evidentemente que talvez não tivesse preocupação de essas empresas brasileiras receberem lá fora. Mas é evidente que, tratando-se de países não democráticos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Me permite uma correção? Se nós remetermos essa discussão à discussão de modelo de governo, de forma de governo, aí que nós vamos introduzir um elemento complicado e estranho aos negócios. Há democracias de países que estão com a economia arrasada, e há regimes...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Bom, V. Ex^a vai me permitir: há um debate que remete a nossa realidade. Eu não posso admitir, como brasileiro, que a gente teve um momento da economia que avançou muito, depois o movimento do social. O Brasil entrou em frangalhos depois que não investiu em infraestrutura, não investiu necessariamente em infraestrutura, é como se criar uma linha imaginária onde é proibido passar dali em diante; o Brasil crescia só em função do consumo, não crescia em função do investimento. Depois que o consumo não respondeu mais, do ano de 2013 em diante, aí o Brasil entrou em colapso, porque ele não tinha investimento em infraestrutura: portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e hidrovias. Mas o Brasil investiu em infraestrutura fora do País, sobretudo em países não democráticos. E aí a gente está discutindo essa questão de opção? Não, não está discutindo. A gente está discutindo claramente que o Brasil, simplesmente, quando não teve mais a resposta da economia no consumo, não houve investimento, o Brasil entrou em colapso. Para suportar até as eleições de 2014, o Governo se viu obrigado a fazer desonerações: da linha branca, de automóveis, da folha de pagamento, e o Brasil entrou como que numa metástase do seu tecido social. E aí, suportou até 2014 e depois chegou ao ponto onde chegou.

Mas essa, me parece, que é uma outra discussão. A discussão que eu coloquei não foi para contrariar ou ir contra a resposta do Prof. Coutinho, de jeito nenhum. Eu apenas disse que compreendo que, quando uma empresa brasileira... Se fosse minha, eu não queria receber da mão de Maduro, porque ele não paga. Pronto. Nem de Cuba, porque não vai pagar. Ou de um país da África, que não vai pagar também, se é ditador. É melhor receber aqui no Brasil, então isso tem uma lógica. Pronto, apenas isso.

Mas eu quero partir para a pergunta seguinte, para dar oportunidade para os meus colegas, inclusive, ao Senador Armando. Prof. Coutinho, como relatado na audiência pública da CPMI da JBS, V. S^a teria se sentido desconfortável ao ser chamado pelo Ministro Guido Mantega para uma reunião em seu gabinete com o empresário Joesley Batista. A recepção de empresários que solicitem audiência é uma atribuição que parece comum para o presidente do banco, mas, durante seu mandato como presidente do BNDES, era comum que tais encontros fossem promovidos pelo ex-Ministro da Fazenda? É comum que ocorram, fora das dependências do BNDES? O BNDES possui algum regramento de condução e divulgação desses encontros?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Sr. Relator, olha, este encontro, do qual não me recordo exatamente, eu o atribuo a uma coincidência. Não é, nunca foi, usual receber. Até porque, como presidente do banco, impus a mim mesmo o dever de receber a todos que me procurassem. E sem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intermediários, porque a gente, eu pedia, a qualquer pedido de qualquer autoridade, qualquer escalão ou de qualquer governo, etc.: "Por favor, eu queria que recebesse fulano de tal." Não!

"Por favor, peça para ligar para a Presidência do banco, mandando um *e-mail* dizendo o assunto, que eu recebo." Eu preferia trabalhar doze, treze, quatorze horas por dia e receber todo mundo.

Eu quero dizer o que eu disse na CPMI que o Ministro nunca me fez nenhum pedido ilícito que estivesse vinculado a nenhum projeto do banco. Nunca recebi da parte do Ministro nenhum pedido, de forma nenhuma.

Obviamente, como recebia todo mundo, eu preferia que tratasse do assunto direto comigo, no meu gabinete. E recebia sempre. As regras são de receber, o que eu fazia normalmente, e receber junto com a equipe técnica. Antes, normalmente, quem estava pedindo a audiência precisava dizer o assunto, qual era o assunto para eu poder mobilizar e até para ser eficiente, para você receber, ouvir e não ter até às vezes uma decisão e dizer: "Olha, esse assunto pode ser resolvido assim ou assado ou não pode". Obviamente, sempre tudo isso ia baixar depois para o nível técnico. Então, já convocando a área técnica, a gente ganhava tempo para endereçar, dentro daquele fluxo: "Olha, vai fazer uma carta-consulta etc., etc."

É essa a minha resposta.

Agora, em relação... Só me desculpe. Eu não tenho notícia de que Cuba esteja inadimplente. Cuba está adimplente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Eu não falei Cuba.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Eu não tenho notícia de que Cuba esteja inadimplente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Também não temos notícia da Venezuela.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Eu falei Venezuela.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Cuba está adimplente. Eu tive apenas a notícia de inadimplência de Moçambique.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – E a Venezuela?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – É a única inadimplente. E Venezuela tem atrasos. Mas, quando você...

A informação que eu tenho, a ser confirmada, porque não estou mais no banco – acho que essa informação deve ser pedida à atual gestão do banco – é de que, uma vez colocando no convênio de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito recíproco, no CCR, ela tinha liquidez. Então, você tinha... Uma coisa é você ter atrasos; outra é você ter calote. Vamos dizer assim.

Agora, é importante chamar a atenção para o seguinte: essas garantias, dadas a determinados empréstimos pelo Fundo Garantidor de Exportações (FGE) geram um prêmio para o FGE. O FGE já arrecadou um 1,3 bilhão, se não me falha a memória (posso ser traído pela memória), de prêmios; e ele pagou, se pagou 30, 35 milhões de sinistros, de insucesso, é muito. Então, na verdade, nós temos um sistema de garantia que é alimentado pelo devedor. O devedor paga ao fundo garantidor brasileiro para poder ter o seguro. E o BNDES fica protegido por esse seguro.

Desculpe, mas esse é um ponto importante. Isso não é invenção da roda. Isso é praticado por todos os países. Eles têm seguros, sistemas de seguro etc., para se garantir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu queria pedir permissão ao Senador Roberto Rocha, pois estamos, a qualquer momento, com a possibilidade de iniciarmos a Ordem do Dia no plenário e, na reunião desta Comissão, também temos alguns requerimentos apresentados para apreciação.

Eu queria sugerir ao Plenário que nós suspendêssemos rapidamente as indagações do Relator, havendo quórum, e, assim, pudéssemos apreciar os requerimentos e que também fossem pautados para votação em globo. Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança nº 33.340, que salienta que operações financeiras que envolvem recursos públicos não estão abrangidas por sigilo bancário a que alude a Lei Complementar nº 105, de 2001, apreciaremos os requerimentos mediante processo simbólico, na forma regimental.

O Plenário concorda com que a gente possa fazer a votação antes da Ordem do Dia?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Desculpe-me. Eu não ouvi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu sugiro que a gente faça a votação dos requerimentos, porque, caso se inicie a Ordem do Dia daqui a pouco, a gente não vai poder votar mais.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Concordo inteiramente, porque, se perdermos a oportunidade de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... vai atrasar ainda mais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Ainda mais.

Vou fazer a leitura de todos e colocar em votação em globo.

ITEM 1**Requerimento Nº 25/2017**

Requer a realização de reunião conjunta da CPI do BNDES e da CPMI-JBS para a tomada do depoimento dos Srs. Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista.

Autoria: Senador Roberto Rocha.

ITEM 2**Requerimento Nº 26/2017**

Requer a transferência de sigilo de todas as operações do BNDES referentes à construção do Aqueduto do Chaco, na Argentina, obra liderada pela Construtora OAS.

Autoria: Senador Lasier Martins.

ITEM 3**Requerimento Nº 27/2017**

Requer a transferência de sigilo das operações do BNDES referentes à construção da segunda ponte sobre o Rio Orinoco, na Venezuela, pela Odebrecht.

Autoria: Senador Lasier Martins.

ITEM 4**Requerimento Nº 28/2017**

Requer a transferência de sigilo das operações do BNDES referentes à construção da Hidrelétrica de Chaglla, na Venezuela, pela Odebrecht.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Lasier Martins.

Requerimento nº 29...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Barragem de Moamba.**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Vamos ao próximo.**ITEM 5****Requerimento Nº 29/2017***Requer a transferência de sigilo das operações do BNDES referentes à construção da Barragem de Moamba Major, na Província de Caputo, em Moçambique, pela Andrade Gutierrez.***Autoria:** Senador Lasier Martins.**ITEM 6****Requerimento Nº 30/2017***Requer a transferência de sigilo de todas as operações do BNDES referentes à construção da Hidrelétrica de San Francisco, no Equador, pela Odebrecht.***Autoria:** Senador Lasier Martins.**ITEM 7****Requerimento Nº 31/2017***Requer a transferência de sigilo de todas as operações do BNDES referentes à construção do Aeroporto de Nacala, em Moçambique, pela Odebrecht.***Autoria:** Senador Lasier Martins.Consulto o Plenário se há algum Senador que deseje encaminhar a votação. *(Pausa.)***O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador Alcolumbre, casualmente, esses seis últimos requerimentos são de minha autoria, porque entendo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, com tantas carências de infraestrutura no Brasil, é um absurdo esse extraordinário número de obras no estrangeiro, com verba que nós poderíamos ter usado aqui.

Eu concordo, em parte, com o meu eminente amigo e colega que eu muito admiro por ser um dos Senadores mais preparados deste Senado, Armando Monteiro. Exportar empregos é uma coisa; agora, mandarmos essa quantidade de recursos para países semiditatoriais, com o risco de não receber, em vez de avançarmos em tantas obras de que nós carecemos, eu tenho uma total discordância.

Por isso, acho que convém a esta Comissão tomar conhecimento de todos os detalhes dessas operações, dessas inúmeras operações com mais de uma dúzia de países da África, da América Latina e, em praticamente todos eles, com a Odebrecht... *(Falha na gravação.)*

... relações públicas nessas obras o Sr. Lula da Silva. *(Fora do microfone.)*

Por isso eu requeri esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Colocamos em votação os requerimentos mencionados.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os Requerimentos de nºs 25 a 31.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Eu queria só registrar aqui a minha...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... absoluta discordância com a justificativa que foi apresentada.

Eu falo... O Senador Lasier não estava presente quando o Presidente Luciano Coutinho registrou que, na minha passagem pelo Ministério, eu dei uma contribuição para que fosse mais transparente o processo – tomei uma iniciativa concreta no sentido da transparência. Agora, quero discordar inteiramente da justificativa.

Eu gostaria de que o Brasil estivesse não em 15 países, mas em 30, em 40 países. Esse sentimento de que a obra que se faz lá fora vem de detrimento da obra do Brasil... O BNDES é um banco. Não se aplicam recursos a fundo perdido; é um banco. Banco pressupõe a análise de projeto. Quando se apoia um empreendimento na Venezuela, isso não é um projeto concorrente com o projeto de infraestrutura no Brasil, porque, naquele momento, não há um projeto no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente, se o banco tivesse que ser confrontado, num momento específico, com a concorrência, evidentemente caberia discutir a prioridade que pudesse se atribuir a um projeto.

Agora, eu não sei se passou percebido ao Senador Lasier uma pizza que foi apresentada há pouco e que eu gostaria que pudesse ser colocada: o total dos desembolsos nas linhas de pós-embarque durante 18 anos. O que isso representou? Veja V. Ex^a, Senador Lasier, nós temos uma participação dos Estados Unidos nesse desembolso, dos Estados Unidos da América. Sabe o que é isso? V. Ex^a sabe? Financiamentos de venda da Embraer, da GE feitos pelo BNDES para o mercado americano. Mas, por conta dessa forte idiossincrasia ideológica, vamos tirar dessa pizza a parte dos Estados Unidos e vamos pegar Venezuela, Cuba e Angola. Quanto é que isso representa desse total de desembolsos aí? Nós vamos encontrar um número parecido, na minha estimativa, com US\$10 bilhões ou US\$ 12 bilhões, num período de 18 anos.

E, agora, Presidente Luciano, eu queria relativizar. Por que apresentar dados de forma absoluta nada significa? Qual foi o orçamento de investimento do banco no período de 18 anos – orçamento global? Eu me arrisco a dizer: não deve ter sido menos de 700, do equivalente a US\$700 bilhões, o que significa dizer que toda essa carteira de Angola, Venezuela, etc. e tal, ao longo de todo esse período, não alcança sequer 2% dos desembolsos do banco.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Permita-me, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Portanto, essa ideia de que foram colocados recursos lá fora e de que, ao final, se subtraíram recursos da formação da infraestrutura no Brasil é uma ideia absolutamente falsa; não é verdadeira.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador, o problema que nós enfrentamos aí são as suspeitas, as grandes suspeitas das licitações, licitações fajutas em governos... Licitação para fazer uma obra. Não há obras! Vai lá, senta com o presidente do partido, com o ditador de Moçambique e acerta um valor. Uma obra que poderia custar US\$800 milhões vai para US\$1,2 bilhão. De onde saiu essa verba que a Odebrecht, depois, veio oferecer para financiar campanhas para o governo? De onde... Por que o Marcelo Odebrecht está preso?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Veja bem, discutir esses fatos *a posteriori* é muito simples, até porque aqui nós não estamos num conselho que vai discutir essas questões. Nós estamos falando do papel do BNDES – é este o contexto...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – O dinheiro saiu do BNDES.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... na promoção do desenvolvimento do País.

As licitações internacionais seguem regras próprias. As empresas concorrem nesses mercados. O Brasil não disputa essas licitações sozinho. Isso é um processo de mercado. O que eu estou sentindo aqui – e me preocupa esta compreensão – é um viés antimercado e com um timbre, com uma idiossincrasia ideológica. É como se dissessem: "Para esse mercado o Brasil não deveria vender."

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – O problema é de falta de transparência.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – "Porque isso é Lula". Isso não é Lula! Isso foi a promoção dos interesses de empresas brasileiras. E volto a dizer: Embraer, GE, empresas...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Não misturemos a Embraer. A Embraer não tem nada...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Veja bem: eu estou dizendo...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Agora, 90% das obras conquistadas pela Odebrecht.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – V. Exª seria capaz de discutir, por exemplo, a capacitação técnica da Odebrecht? V. Exª seria capaz de discutir? V. Exª, há cinco anos, questionaria o fato de que a Odebrecht era uma empresa que estava presente nas mais complexas obras de engenharia lá fora?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Então V. Exª poderia me dizer por que...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Ela atuava...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... o Marcelo Odebrecht está preso?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Veja bem: eu não vim aqui para lhe dar essa resposta, mas vim para lhe dizer que a Odebrecht era financiada por agentes privados, porque era, até a existência dessa ocorrência, considerada uma empresa que gerava empregos no Brasil, uma empresa capacitada tecnicamente e que se desenvolveu ao longo de 50 anos. Não foi uma empresa que se sacou da vontade de um governante, de um amigo de ocasião. Era uma empresa brasileira... Aliás, a engenharia brasileira...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos num momento, no Brasil, em que se nega tudo e em que se desqualifica tudo. Mas essas empresas têm e tiveram, indiscutivelmente, um reconhecimento internacional de capacitação, de qualificação; formaram brasileiros, formaram corpo técnico no Brasil, formaram capital humano. E, agora, tudo está errado porque o BNDES apoiou empresas brasileiras que estavam adimplentes, que tinham cadastro, que tinham capacitação e que, portanto, podiam... O BNDES é um banco; o BNDES não emprega os recursos a fundo perdido a partir de avaliações de que tal Município precisava mais de recursos do governo. O BNDES responde a projetos, concretamente.

Então, eu quero insistir nesta tese, Senador Davi: ao apoiar uma empresa que vendeu para um país, nós não estamos deslocando financiamento de uma obra no Brasil. Isso não é verdadeiro. Eu queria só deixar esse registro.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Presidente...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente, só para concluir a minha parte. Eu quero reforçar o meu requerimento no sentido de que se requisitem todos esses contratos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Já aprovamos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... que estão aí enumerados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Já está aprovado.

Eu queria retomar a oitava do convidado.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pois não, Senador.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Eu preciso me manifestar neste momento, porque eu estou aqui completamente contrariado com o que está acontecendo.

Eu acabei de vir, há pouco tempo, de uma outra CPI em que estava o Presidente da Caixa Econômica, que repetiu, mais de uma vez, que não tinha nenhuma responsabilidade do que acontecia da porta da Caixa Econômica para fora, e nós estamos falando de corrupções das mais absurdas que foram comprovadas em dinheiro vivo.

Eu não posso assistir aqui a gente não aprofundar nas questões que são importantes, não tenho nada contra a atuação do banco, como também não tenho com a governança da Caixa e a governança do BNDES, mas a gente tem que ter consciência que a partir dos recursos e a partir do trabalho desses





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

50 técnicos aqui, em que houve ocasiões que as coisas foram decididas em vinte e poucos dias, nós não podemos ficar sem nos preocupar com o que aconteceu dali da porta para fora. Nós temos que nos preocupar sim, porque pessoas enriqueceram, pessoas dilapidaram o patrimônio brasileiro que saiu dos recursos do BNDES e que poderiam ir para outras obras aqui dentro do Brasil, para outros investimentos aqui dentro do Brasil, foram para fora e todo mundo sabe o que acontece, porque a cadeia não está cheia à toa, se existe gente na cadeia é por que cometeram crimes.

E lá na minha cidade, na minha região, sou um caipira do interior e V. S^a sabe disso, nos conhece desde o tempo do antigo MDB, que o senhor tanto ajudou nos nossos primeiros documentos. Lá eles costumam dizer o seguinte: quando você solta um porco sujo no meio da porcada, toda porcada acaba ficando suja. Isso pode acontecer em qualquer lugar, até mesmo aqui acontece, na Câmara acontece, as coisas acontecem, o que nós não podemos é admitir que essas coisas fiquem sem ser esclarecidas de uma forma muito transparente e clara para todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Com a palavra o Senador Roberto Rocha para prosseguir a sua oitiva.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Eu acho que eu preciso responder a essa questão.

Eu posso aguardar, mas eu acho que o nobre Senador fez uma questão com uma ilação com a qual eu não concordo de forma nenhuma e eu gostaria de responder.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Após a...

Senador Roberto Rocha, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Eu não fiz uma ilação; eu fiz uma afirmação que ouvi de um outro lado e que não gostaria que acontecesse também do outro lado.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Afirmação...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Pois não.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Srs. Senadores, eu tinha muitas outras perguntas, mas eu vou me dar ao direito de apresentá-las pessoalmente ao Prof. Luciano e pedir a ele que, se possível, possa depois enviar as respostas e quero me encaminhar para a minha última pergunta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde já agradeço a S. S^a e concluo com o mesmo conceito que tenho dele, como disse no início da minha fala, como um bom técnico, mas eu quero perguntar, de forma muito objetiva, como disse há pouco: para poder ter acesso a crédito, depende-se fundamentalmente de cadastro e de garantia.

Em relação ao cadastro, alguma vez o BNDES emprestou dinheiro, fez alguma operação para a JBS sem a CND – Certidão Negativa de Débito?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Não, não é possível fazer uma operação sem CND.

O que pode ter é uma CND positiva com o efeito negativo; agora, sem CND... É constitucional.

Às vezes, é normal empresas terem algum litígio, empresas de primeira terem... Aí ela tem a CND, ou seja, enquanto ela tem um litígio, a Receita dá a certidão positiva com efeito negativo.

Agora, sem ter CND... Está na Constituição Federal.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Perfeito.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Nenhum banco público pode emprestar.

Eu queria deixar isso bem claro.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Perfeito.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero deixar aqui uma palavra ao Senador Armando, agradecendo muito aqui a sua participação nesta sessão de hoje, e dizer, Senador Armando, da nossa parte, da minha, do Senador Davi, dos membros que aqui, desde o começo, estão atuando nesta Comissão... Tanto que esta Comissão não tem holofotes. Aqui ninguém está querendo fazer circo; nós temos o melhor conceito do BNDES e do seu papel para o desenvolvimento nacional. Nós temos o melhor conceito das empresas privadas do mercado. Nós dissemos aqui, no primeiro momento, eu quero reiterar, que eu vou lá à China, no exemplo de um país comunista: lá há 100 mil chineses presos por corrupção, nenhuma empresa fechou e nenhum emprego foi perdido.

Há que se separar a pessoa jurídica da pessoa física. Se, eventualmente, uma pessoa que dirige uma empresa comete um desvio, ele que vá responder pelo desvio, mas a empresa tem que ser minimamente preservada. Ora, se nós temos a compreensão na defesa da pessoa jurídica, porque ela não depende só... Não é só o dono da empresa que tem a ver com a empresa; tem a ver com a Previdência, tem a ver com o fisco, tem a ver com os funcionários, tem a ver com a Nação, tem a ver com a civilização, sem isso não tem civilização. Eu acabei de dizer: quanto mais cresce a economia, mais cresce a arrecadação, mais crescem os tributos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não há nenhum tipo de intenção de criminalizar ou prejudicar a imagem nem da empresa privada e muito menos do BNDES. O que nós queremos é esclarecer alguns fatos que eventualmente possam estar obscuros para que o País possa saber exatamente o que acontece.

Quando eu pergunto aqui sobre a CND é para que não pare nenhuma dúvida em relação a um empréstimo em uma empresa que está aí investigada em duas CPIs – tanto aqui quanto na CPMI.

Então, eu deixo aqui essa palavra final, Senador Armando, consignando aqui o respeito que tenho por V. Ex^a, como toda esta Casa tem, e não tenha o conceito de que esta Comissão tem alguma coisa contra o mercado, absolutamente. Quem é contra o mercado? Quem é que pode ser contra o mercado? O que é mercado? São sete bilhões de pessoas. Imagina quem pode ser contra.

Então, Presidente, eu agradeço ao nosso Prof. Luciano Coutinho e dou-me por satisfeito com as questões já formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Lasier Martins.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Eu preciso...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – O Dr. Luciano gostaria de...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Eu acho que eu devo responder porque foi feita uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – É porque, pela ordem de inscrição, aqui em nossa Comissão, estaremos...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Em respeito ao ...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – ... com o Senador Lasier Martins e, em seguida, o Senador Airton Sandoval.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – ... Senador Airton Sandoval, que temos ...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – V. S^a pode...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – ... nos conhecemos a tantos anos, mas eu não posso deixar de responder.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pois não.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Eu queria, Senador, esclarecer duas coisas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, não há operação de 20 dias, de 10 dias etc. Isto é uma incompreensão de como funcionava a metodologia da BNDESPAR.

Entre as operações com o grupo que foi citado aqui, a primeira durou quinze meses; as seguintes, quando o banco já o conhecia, seis meses, cinco meses.

Portanto, o que é que acontece? Operações com empresas abertas, se são vazadas, mexem com o mercado e a CVM é muito severa em punir vazamentos. Então, por precaução, todo registro de tratativas era mantido à parte e a formalização era feita só quando o projeto estava maduro para o enquadramento.

E aí registrava no orçamento do OPE, que é o sistema operacional que dava a visibilidade, quando registra no OPE o banco inteiro vê.

Isso foi explicado detalhadamente, posteriormente nós aperfeiçoamos o *software* do banco de maneira a ter um registro formal antecipado para mostrar a tramitação, como aperfeiçoamento já de uma auditoria. Inclusive a equipe técnica que auditou tudo isso verificou perfeitamente que não existe aprovação em 20 dias.

Então, eu queria, primeiro, esclarecer essa falsa impressão que tem sido repetida e que não corresponde à realidade.

Este é um ponto, quer dizer, não houve esse ... Isso não é fato.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Isso foi declarado aqui por funcionários do Tribunal de Contas. Isso consta em processo do Tribunal de Contas de que uma das operações da JBS transcorreu em tempo recorde, 23 dias, se a minha memória não falha.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Não corresponde aos fatos e nós temos evidências para demonstrar através de reuniões, tratativas, fornecimento de documentação, troca de correspondência, está documentado.

Não estava registrado formalmente por razão de... Agora, está documentado.

Agora é, a partir de já, 2012, está tudo documentado.

Então, é importante estabelecer a verdade a respeito disso porque prospera uma falsa impressão. Então, eu queria, me senti na obrigação de esclarecer esse ponto, mas esse tipo de tratamento não foi dado porque eles só olharam o caso JBS, foi dado a vários, todos os outros casos de participação societária em empresas relevantes, abertas, empresas tradicionais, etc., em todos os casos a mesma metodologia de precaução foi utilizada. Não há nada de anormal na metodologia que era





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usada anteriormente e que se referisse. Toma-se esse aspecto do caso JBS para alegar um favorecimento que não houve, quando isso era uma prática usada em geral.

Bom, então, esse era o ponto, eu não poderia deixar de colocar.

E o outro ponto é o seguinte, não há, como eu expliquei aqui, transferência de divisas do Brasil para financiar uma obra de infraestrutura lá fora. O que há é uma exportação de um serviço ou a exportação de vários equipamentos, máquinas, etc., que é recebida, quitada, auditada e, depois, o desembolso é feito.

E diferentemente, Senador Lasier, essa operação de financiamento de exportação gera empregos no Brasil. Ela não gera emprego no exterior porque o BNDES não financia o gasto local no exterior. Então, ele não financia o gasto local.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – É uma coisa, Dr. Luciano...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – E do projeto todo, quando estamos falando de um avião, de uma aeronave, a gente financia até em média 85% da aeronave – há um *down payment* e tal. Quando estamos falando de uma obra de serviço de engenharia, em média o BNDES financiava no máximo 50%. Então, há outra origem de recursos.

Então, não há como atribuir ao BNDES que ele tenha sido fonte. Por que é o dinheiro do BNDES, que foi desembolso em reais aqui no Brasil contra uma exportação comprovada, que atribui a ele eventual desvio? É difícil, porque a gente tinha aqui uma regra rígida e bem clara de origem no Brasil de bens e serviços, comprovada.

Desculpe, mas eu não poderia deixar de esclarecer.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Não, é que eu ia fazer...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – V. Ex^a tem a palavra agora para fazer... Senador Lasier.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Desculpe, Senador, me desculpe. Eu estava respondendo ainda ao Senador Aírton.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu vou querer trazer um pouquinho a discussão para as nossas relações internas, domésticas, como na relação BNDES/Minas Gerais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas antes, em razão do que V. S^a estava dizendo, uma coisa é construir um aeroporto ou uma usina lá em Moçambique, que dá algum emprego aqui no Brasil; agora, outra coisa é construir a usina ou o aeroporto aqui no Brasil. A dimensão do emprego é imensa, é muito diferente.

Agora, eu queria fazer uma pergunta a V. S^a sobre essa notícia divulgada em todos os órgãos de imprensa, no *Estadão*, por exemplo, há quatro dias, dia 22: "Polícia Federal conclui que Pimentel favoreceu Casino e indícia Coutinho e primeira-dama de Minas". E aí, a notícia:

De acordo com a Polícia Federal, Pimentel e Coutinho se articularam para impedir um empréstimo do BNDES ao empresário Abílio Diniz. Em relatório encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça no âmbito da Operação Acrônimo, a Polícia Federal concluiu que o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, do PT, atuou com o auxílio do ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Luciano Coutinho para favorecer o Grupo Casino ao não liberar empréstimo para viabilizar a fusão do Pão de Açúcar com o Carrefour. Na época dos fatos investigados, Pimentel chefiava o Ministério da Indústria, Comércio (...) e presidia o Conselho de Administração do banco público.

Isso é uma coisa muito séria. Isso, pelo menos até agora, compromete muito o seu nome. O que foi que houve, afinal de contas, nessa relação?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Olha, eu agradeço, Senador Lasier, por essa pergunta porque ela me permite esclarecer que esse relatório não tem fundamento. Ele está baseado estritamente em uma hipótese, eu diria, em uma conjectura, sem qualquer fundamento. Nunca houve ingerência de minha parte em qualquer decisão do Comitê de Enquadramento e Crédito da instituição, que tem autonomia técnica e a qual respeite, sempre.

Eu quero repelir essa hipótese levantada porque eu jamais... Eu tenho uma biografia, sou uma pessoa correta. O País sabe disso, os empresários sabem disso. E o dano moral que causa a uma pessoa é inaceitável, inaceitável.

Não houve tal fato que é atribuído à minha pessoa ou ao ministro, até porque não é atribuição do ministro, de nenhum ministro, se imiscuir em assuntos de decisão operacional do banco, nem mesmo do Presidente do banco, em interferir no funcionamento de um comitê técnico, que tem autonomia.

E essa operação não passou sequer do estágio técnico. E ela foi desenquadrada por conta de uma obviedade, porque o BNDES não poderia apoiar uma operação onde os sócios principais da empresa proponente estavam em agressivo litígio entre eles. Então, é uma cláusula de prudência, de bom senso, tão óbvia, que ela carece de sentido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor me desculpe, mas eu não poderia deixar de expressar com toda veemência a minha inconformidade com essa decisão, que eu espero seja devidamente ponderada nas próximas etapas do processo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – O senhor conhece a Sr^a Carolina de Oliveira, esposa do governador de Minas e ex-ministro do Desenvolvimento e Indústria? O senhor conhece?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Superficialmente fui apresentado a ela à época.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Não houve reuniões?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Não tenho reunião; ela nunca participou de processos decisórios na instituição. Não tenho relação de amizade pessoal com o casal. O meu relacionamento com o ministro era de natureza institucional.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Por ocasião do... Essa já foi feita pelo meu colega aqui.

Em razão de operação decorrente do financiamento do BNDES à JBS, como V. S^a mencionou perante a CPMI da JBS, a JBS quintuplica de tamanho ao adquirir a Swift e se torna uma empresa de escala internacional. Pergunta: qual o nome das pessoas que assessoraram a JBS por ocasião das tratativas com o BNDES para obtenção dos vultosos financiamentos? Por que outras empresas brasileiras do setor de proteína animal não foram contempladas com financiamentos tão altos, semelhantes? Seria o Sr. Joesley um homem de negócios tão genial, tão melhor que os concorrentes?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Senador, o senhor fez duas perguntas. Eu vou responder bem objetivamente.

Quem liderava as tratativas eram os próprios gestores da empresa, o próprio Sr. Joesley, que participava das tratativas com a área técnica do banco, com a assessoria de um grande banco internacional de primeira linha, que era o J.P. Morgan. É do que eu me lembro.

Eu não participava das reuniões no plano técnico. Então, não tenho recordação de nomes de pessoas nas reuniões técnicas, mas foram discutidas tecnicamente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Mas sabe que a JBS levava uma grande vantagem na obtenção dos financiamentos?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Não. O banco apoiou quatro empresas na área de proteína bovina: apoiou a Marfrig, que se transformou em uma empresa internacionalizada; apoiou a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

JBS; apoiou o grupo Bertin, que depois não andou bem e foi fundido ao grupo JBS; e apoiou também o grupo Independência, que, infelizmente, foi um investimento que não foi bem sucedido por razões imprevistas – eu respondi também na CPMI a respeito do caso Independência –, e o BNDES também, na área de proteínas, apoiou a formação da BR Foods, da BRF.

Então, o BNDES ajudou a transformar o perfil das empresas no setor. Foi uma das forças importantes em formalizar o setor, em aumentar os requisitos socioambientais, o cumprimento de requisitos socioambientais e, tanto a formalização como o respeito ao meio ambiente e ao trabalho, o compromisso de jamais contratar algo que tenha a ver com trabalho escravo, pecuária originada de desmatamento – foram cláusulas impostas às empresas e isso deu resultado positivo, eu mostrei na CPMI –, além da formalização. A informalidade no setor caiu de mais de um terço para menos de 7%. Isso representa não só um ganho de qualidade, mas um ganho tributário para os Estados extremamente expressivo.

Então, eu creio que não houve...

Agora, se a JBS se fez assessorar por um grande banco americano e, no período da grande crise financeira americana – começou em 2007 e se agravou em 2008 e 2009 –, o setor de proteína nos Estados Unidos entrou em séria crise, a maior parte das empresas estava em concordata e oportunidades de aquisição com preço muito convidativo de empresas que tinham dívidas e que foram reestruturadas depois, permitiram uma expansão, uma integração ao sistema empresarial e uma reestruturação muito bem-sucedida posteriormente e permitiram que a empresa se transformasse em uma grande empresa internacional

Então, eu não estou aqui, isso aqui não tem nada a ver com os aspectos de natureza criminal, etc., eu estou falando apenas do desempenho empresarial. Falando do desempenho empresarial, foi um desempenho bem sucedido.

O investimento da BNDESPAR nessas empresas, nessa carteira, foi um investimento lucrativo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Queria, para finalizar, uma pergunta relacionada à Operação Lava Jato.

Houve dois depoimentos que mencionaram o seu nome. O ex-Senador Delcídio Amaral e o empresário Marcelo Odebrecht afirmaram na operação, nas investigações da Lava Jato, que Luciano Coutinho cobrou doações de empresários que tinham financiamentos do banco para a campanha de Dilma Rousseff, em 2014.

Estão lá esses depoimentos nas investigações da Polícia Federal.

O que o senhor responde a isso?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Eu respondo com muita simplicidade, Senador, nos depoimentos...

No depoimento do Senador Delcídio, ele diz que ouviu falar, mas não sabe se isto aconteceu. É um disse que me disse. É isso aí, não foi levado em conta. Se o senhor lê é isso que está dito, número um.

Número dois, no depoimento do Sr. Marcelo Odebrecht não há nenhuma linha implicando a mim ou ao banco. O que houve é vazamento falso que foi reproduzido num grande veículo de mídia e que eu, imediatamente, respondi e, no dia seguinte, eu disse que jamais tive com o Sr. Marcelo Odebrecht qualquer tratativa relativa a financiamento político.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – E o fato é o seguinte, se o senhor se der ao trabalho de ler toda a delação, o senhor vai ver que não há nenhuma referência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Airton Sandoval, V. Ex^a está inscrito, gostaria de fazer...

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Só uma pergunta, eu acabei passando, como nós dizemos lá no interior, o carro adiante dos bois, e esperei a minha vez.

Eu só tenho uma pergunta, qual o prazo médio para pagamento de financiamento de grandes obras de infraestrutura no exterior?

É verdade que o financiamento para a execução do Porto de Mariel contou com um prazo mais alongado do que o usual?

Isso ocorreu em razão do valor total financiado ter sido considerado muito alto?

Só essa pergunta.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – O prazo, em geral, no BNDES, é, entre aspas, “customizado pela natureza do retorno do projeto”.

O Porto de Mariel é um empreendimento cujo processo de amadurecimento econômico se julgava que seria mais lento, em parte pelo isolamento ...

Veja bem, o Porto de Mariel é um ativo estratégico para conectar Cuba ao comércio internacional, inclusive com a possibilidade de que esta conexão ao mundo, através do comércio, contribua para a evolução política. Agora, no governo Obama, restabeleceram-se os laços





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diplomáticos e foram atenuadas as restrições comerciais. Nós não sabemos... À época, essas restrições estavam vigentes. A ideia de que esse porto, que é um porto industrial, voltado à exportação, possa atrair investimentos, gerar divisas e, ao longo do tempo, suprir recursos, além dos recursos de que o governo cubano dispõe, foi então objeto de um cálculo econômico. Então, ele tem racionalidade em si. Eu estou lhe respondendo pela racionalidade do projeto. Como disse o Senador Armando Monteiro, o BNDES financia projetos, e ele olha a consistência e a capacidade de pagamento do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu quero cumprimentar o Prof. Luciano Coutinho e queria aqui, muito mais do que fazer um questionamento pontualmente, dar um testemunho sobre o BNDES e sobre a liderança do Prof. Luciano Coutinho durante o tempo longo em que esteve à frente da instituição. Eu conheço Luciano Coutinho. Conheço a sua família, conheço a sua circunstância, conheço a sua origem, conheço a sua trajetória. Nós somos conterrâneos. Convivemos até pouco, relativamente, mas nos conhecemos muito, as nossas famílias, etc. Depois, eu comecei, de longe, a conhecer o Prof. Luciano Coutinho como uma referência na Unicamp, um professor, um profundo conhecedor da economia industrial do Brasil, que produziu trabalhos importantes.

Ouvi nesta Casa um testemunho que valorizo muito, meu caro Prof. Luciano Coutinho, do nosso saudoso Senador Luiz Henrique, que trabalhou consigo, à época, no Ministério de Ciência e Tecnologia, e que dava sempre um testemunho do apreço que tinha a V. S^a, do reconhecimento que tinha a V. S^a, e que sempre teve.

Nós convivemos mais recentemente, Prof, Luciano – eu, como Ministro, durante um período curto de um ano e meio. Eu quero dar um testemunho aqui da sua correção, do seu comportamento, sempre marcado por uma postura invariavelmente correta e comprometida com os interesses do País. E quero também dizer que o BNDES é uma instituição que se notabiliza, neste contexto aqui do País, por ter formado quadros, por ter indiscutivelmente áreas de excelência, por ter um caráter de absoluto rigor técnico nas suas avaliações, e por ter um aspecto de colegialidade nas suas decisões. Essa ideia de que o Presidente do BNDES possa mandar fazer uma operação é própria de quem não conhece o BNDES. As cisões do BNDES... E uma queixa até generalizada da comunidade empresarial é que os processos do BNDES são lentos, são muito escrutinados em todos os níveis, no nível técnico, no nível da superintendência, e em outros níveis. Então, neste momento em que no Brasil tudo é colocado como se quisessem criminalizar condutas, lançar a suspeição sobre todas as pessoas, produzir julgamentos a partir de notícias e do vazamento da imprensa, neste momento é importante que a gente possa afirmar, e eu quero afirmar aqui nesta Comissão, Prof. Luciano: eu duvido que qualquer dessas acusações que estão sendo feitas de maneira absolutamente superficial, eu duvido que algo desse tipo prospere em relação a V. Ex^a.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era esse o testemunho que eu queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Jorge Viana.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Obrigado, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Davi, colegas Senadores, Prof. Luciano Coutinho, eu tive a oportunidade de fazer um breve comentário antes, quando estava presidindo o Vice-Presidente da Comissão, Senador Sérgio Petecão.

Eu queria dizer que me incomoda muito um ambiente como este, no Senado da República. Me incomoda. Nem gosto de participar, mas também não posso fugir das minhas responsabilidades, porque não tenho medo das minhas responsabilidades, mas me incomoda. De alguma maneira, com todo o respeito ao propósito da criação desta CPI, que eu respeito, eu sei que tem bons propósitos, e com todo o respeito àqueles que procuram esclarecer aspectos importantes para a vida nacional, me incomoda, porque nós vamos fazendo perguntas em cima de matérias jornalísticas, de suposições de verdadeiros crimes que estão acontecendo no nosso País em nome de justiça ou de combate à corrupção.

Uma figura como o Prof. Luciano Coutinho, que tem uma biografia, que tem uma história, ter que sentar aqui para uma espécie de inquisição? Quem hoje, no Parlamento... Eu não estou diminuindo. Nós temos aqui que responder – nós todos, estou me incluindo – à opinião pública. Por isso eu falei que acho que é uma oportunidade que nós temos de esclarecer. Espero que os colegas tenham esclarecido vários pontos. Lamentavelmente, o nosso Senador Roberto Rocha não está aqui, mas ele certamente vai ler as respostas às perguntas e vai considerar – eu espero – no seu relatório, porque é um colega que tem importância.

Até por que eu estou falando isso? Porque eu não sei quem de nós aqui já não foi vítima, Senador Sandoval. Eu não sei quem de nós, Senadores, já não foi vítima disso, de tentarem nos destruir.

V. Ex^a, Senador Lasier, foi vítima recentemente, porque venderam coisas, e o senhor agora tem uma decisão judicial que lhe repõe. Eu já fui vítima. Mas veja só: V. Ex^a foi acusado, passou por um sofrimento – eu acompanhei – e depois saem três linhas dizendo que o senhor não é culpado mais. Eu já fui vítima de várias situações parecidas, e outros colegas também. Agora, acho que nós devemos apurar tudo, esclarecer tudo, dar transparência a tudo, mas acho terrível...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Só me permita...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por gentileza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – O senhor é muito democrático. As perguntas que eu fiz não foram baseadas em notícias de jornal, mas em relatórios do Tribunal de Contas e da Polícia Federal. É diferente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não, eu não questionando as perguntas. Essa última mesmo foi rebatida aqui, porque não há, na declaração do Sr. Marcelo Odebrecht, referência ao Prof. Luciano Coutinho, mas foi vendida por um veículo de comunicação, de que havia, num vazamento criminoso. Então, não está no relatório da Polícia Federal. Não está. Foi um vazamento criminoso que acontecia, aconteceu e segue acontecendo no País. Hoje, está lá o Presidente Michel Temer dizendo que é vítima disso – logo ele, logo ele! Mas é assim que é a vida: hoje, alguns apontam o dedo; amanhã, tem uma mão apontada contra quem apontou o dedo. Por isso, eu sou cauteloso. Incomoda-me estar neste ambiente, mas é parte do nosso ofício. Deve incomodar também os colegas, que têm a responsabilidade de fazer as perguntas, os questionamentos. Por isso, em respeito à instituição CPI, estou fazendo as minhas perguntas, os meus questionamentos.

Eu queria que aqui estivesse o Senador Luiz Henrique. Foi citado. Conhecia com profundidade o Prof. Luciano Coutinho e era respeitado nesta Casa, mas ele morreu. Ele morreu e, menos de um ano antes de sua morte – eu era amigo dele –, foi vítima de um processo terrível deste País, que está parecendo uma maldição, que eu amo tanto, que é o Brasil. Eu liguei o Jornal Nacional e vi lá: foi aberto um inquérito contra ele no Supremo Tribunal Federal por algo em que ele não teve participação nenhuma, porque um membro do Ministério Público do Estado dele acreditou em uma conversa de rádio, em uma notícia de um programa; o juiz acreditou e mandou para o STJ, que mandou para o Supremo; o Procurador da República Dr. Janot acreditou; o Ministro acreditou. E aí, quando foram ver, não tinha acontecido nada, mas o nome do Senador Luiz Henrique já estava no País inteiro misturado com lama. Isso foi um pouco antes de ele morrer. E o nosso País está seguindo nessa marcha da insensatez.

O Prof. Luciano deve ter cometido erros, certamente, mas é uma pessoa que deu uma contribuição extraordinária ao País. Eu espero que esta audiência hoje aqui possa ter deixado isso bem claro.

Eu peço desculpas, porque eu estava atendendo um índio marubo e uma pessoa que é responsável pelos índios isolados na Funai. Sabem por quê? Porque esses povos isolados, que o Brasil sedia, que são patrimônio, que são populações originárias, estão agora morrendo e vão morrer, porque nós aprovamos a maldita PEC do teto de gastos. Agora, não é que a Funai não tenha recursos, é que os índios isolados, que não têm voz, que nem contato fizeram ainda com a gente, não têm recursos... Estou falando de uma área de 8 milhões de hectares no Vale do Javari. São 600 mil no Estado. Estou, segunda-feira, indo ao BNDES, no Fundo Amazônia, tentar ver se consigo alguma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colaboração junto com Sebastião Salgado, fotógrafo, junto com o índio marubo. Então, desculpe-me, Prof. Luciano, mas eu tive que atendê-lo e voltei em tempo. Eu estava acompanhando, fui informado e ainda cheguei em tempo aqui de pelo menos respeitar os colegas, na hora em que estavam fazendo as perguntas, porque tenho respeito pelo Senador Lasier – ele sabe disso –, pelo Senador Sandoval e, obviamente – não preciso repetir –, pelo Senador Armando, assim como pelos colegas que estão aqui presidindo, Senador Davi.

Eu queria fazer algumas perguntas que penso que podem, de alguma maneira, constar nos Anais desta CPI.

O Brasil viveu um período de prosperidade. O Presidente Fernando Henrique assumiu, criou uma política de estabilidade econômica – e olhem que sou do PT, mas... –, houve um Plano Real, o Brasil criou algumas condições. Quando o Presidente Lula assumiu, num momento muito difícil, o PIB nosso era de R\$1,1 trilhão, e iniciou-se ali um processo de crescimento econômico, cuja média, durante os oito anos do Presidente Lula, foi de 4,5% ao ano, e houve ano em que foi mais de 7%. Nesse período foram gerados mais de 15 milhões de empregos, salvo engano, que, somados com mais os gerados no primeiro mandato da Presidente Dilma, passaram de 20 milhões os empregos gerados.

O BNDES participou desse esforço? Participou desse crescimento? O senhor pode apresentar algum número que nos ajude a entender se esse crescimento foi apenas algo que aconteceu por conta de investimentos estrangeiros ou se foi a partir de uma política nossa de investimentos públicos, do uso do S do banco BNDES, e até mesmo da parte rentável do banco, porque o banco tomou prejuízo ao ajudar nesse esforço, se ajudou? Houve crescimento do banco nesse período? Saiu de que número e passou para que número?

Eu queria também fazer uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Jorge, nós adotamos aqui o procedimento de uma pergunta. Se V. Exª não tiver muitas perguntas, eu acho pode fazê-las em globo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu faço em globo... Eu desrespeitei os colegas, porque eu fiz um comentário mais longo do que as perguntas. Eu peço desculpas. Para não me alongar, eu faço a pergunta, e ele responde o conjunto, se V. Exª concordar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pois não. Claro!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só queria fazer uma pergunta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos últimos tempos, temos debatido muito aporte do Tesouro no banco, no BNDES. Eu queria que V. Ex^a, que já apresentou... Eu vi a sua explanação toda sobre os aportes do Tesouro, mas agora estamos falando do revés, da retirada de recursos ou da devolução para o Tesouro de recursos que o BNDES usava para promover desenvolvimento, geração de emprego e negócios no Brasil.

Eu acho que isso tem sentido, porque é muito importante ouvir um comentário ou uma posição de V. S^a no sentido de saber isso. Primeiro, vamos relatar quanto foi devolvido pelo BNDES – agora o Governo está querendo a devolução de mais 100 bilhões para o próximo ano; e se isso implica a diminuição de recursos para o Banco da Amazônia, para o Banco do Nordeste, para os bancos regionais aplicarem no sentido de promoverem desenvolvimento, geração de emprego e fortalecimento da atividade empresarial no Brasil.

Queria também um comentário: nós debatemos aqui a mudança dos critérios, a TJLP passando para TLP – isso ficou confuso, porque eu não gosto muito de siglas. Mas eu gostaria de ouvir um comentário seu sobre essa questão, sobre o que isso implica, se isso realmente facilita para o BNDES, que implicação isso tem. Ouvi o próprio Senador Serra combatendo essa iniciativa que veio do Governo. Eu queria um comentário de V. S^a sobre isso.

Por último, nós tínhamos um programa chamado PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. Em 2014, o PAC apresentou uma proposta de investimento de R\$53 bilhões; para 2018, a proposta orçamentária do PAC é de R\$2 bilhões. Sobre diferença abissal de investimento através de diferentes instituições e órgãos públicos, ao se fazer esse tipo de mudança o que pode vir como consequência disso?

Obrigado.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Senador Jorge, primeiro, obrigado pelas suas palavras.

O BNDES tem estudos sobre a geração de empregos, usando a metodologia clássica de matriz de insumo/produto, uma técnica, que mostra a contribuição para a geração e para a manutenção de empregos a partir do investimento novo suportado pelo banco. Eu me recorro de que esses números eram muito expressivos no período em... Aí voltemos um pouco à minha exposição inicial. O BNDES ajudou, não foi o único fator, mas ajudou a subir a taxa agregada de investimento do Brasil que mediava em torno de 16%, 17% para mais de 20%, 20,5%. Essa subida do investimento representou, ao longo de 2008 a 2014, que foi aquele período em que o banco recebeu recursos do Tesouro Nacional, por exemplo, só naquele período, 1,3 trilhão adicionais de investimento. A parcela desse adicional de investimento diretamente atribuível ao BNDES, a gente pode calcular isso pegando a carteira de projetos aprovados naquele período, girou algo como 4,5 a 5 milhões, se não me falha a memória, de empregos/ano, entre empregos novos e empregos gerados. É possível fazer um cálculo então de que essa subida de investimento ajudou o processo não apenas de aumento do emprego,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas também de aumento do emprego formal. Então, existe uma metodologia, terei muito prazer... A gente sempre vem para uma Comissão Parlamentar preparado para perguntas, mas os números são esses, e acho que merece enviar ao Senador um relatório técnico para que fique nos *Anais* porque isso está registrado no banco. Eu o farei chegar. Realmente, houve uma contribuição importante à geração de emprego no País.

A questão da devolução de recurso ao Tesouro Nacional. Pelo que eu entendo, até agora foram 130 bilhões, e o Governo, o Ministério da Fazenda pleiteia mais 180, me parece que uma parte este ano e uma parte no ano que vem. Seriam 60 ou 70 este ano, eu não me lembro dos números agora, e uma parte no ano que vem. O que me preocupa é o seguinte: que a motivação do Ministério da Fazenda é cumprir a chamada regra de ouro.

Nós estamos no meio de uma crise fiscal séria. Em grande medida, essa crise fiscal veio de uma queda forte da receita resultante de uma recessão econômica muito severa, ou seja, uma parte da crise fiscal vem da própria crise, ela é autoalimentada. Eu acredito que, às vezes, a rigidez de determinadas regras leva a decisões não racionais.

Eu creio, e aí é minha visão, pessoal, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico deveria ser preservado como uma força muito relevante para uma futura retomada do crescimento do País em bases sustentáveis. Quando falo em bases sustentáveis, eu penso em uma taxa real de juros perenemente muito mais baixa do que a taxa que vigorou até há pouco tempo – isso durante um longo período; não estou me referindo aqui a governo A ou governo B.

Então, eu creio que... Preocupa-me que esse processo passe do ponto, porque o Brasil vai precisar de um banco com grande escala, capacitado para financiar o longo prazo. Eu não vejo... Eu sou absolutamente favorável à parceria, ao desenvolvimento do mercado de capitais, a que o sistema bancário privado e fontes privadas de financiamento concorram para o desenvolvimento do Brasil, mas eu não vejo que, em curto prazo, o financiamento de longa duração, de longo prazo possa ser suprido estritamente sem a presença do BNDES. Então, eu me preocupo que esse processo passe do ponto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*)
– E os bancos regionais?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Os bancos regionais, idem. Os bancos regionais são fundamentais. Nós tivemos uma parceria muito forte com bancos regionais. Trabalhamos... O Fundo Amazônia foi um processo importante – lamento muito certo retrocesso, no caso do Fundo Amazônia.

E eu vejo o seguinte: nós estamos num círculo vicioso. A crise comeu a receita, e você corta mais, e esse processo às vezes é vicioso. Mas isso é um debate macro, Senador. E, dado o momento, eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teria prazer em lhe enviar alguns dos meus artigos mais recentes – isso me honrará muito – porque eles respondem de uma maneira mais precisa os pontos que V. Ex^a levantou. E agradeço as suas questões.

Ah, sim! Eu não falei da TJLP *versus* TLP.

Eu acho que essa foi uma decisão precipitada, porque eu tenho um medo... A TLP é uma taxa de mercado, mas é uma taxa muito volátil. E, como a dívida pública está crescendo muito rapidamente por conta dessa conjuntura, e ela é uma taxa muito afetada pela opinião do investidor externo – porque ela é baseada em uma NTN que está indexada ao IPCA, mas o risco dela é dado pelo investidor externo –, eu tenho medo, por exemplo, que um *downgrade* do Brasil ou algum tipo de mudança na política, na situação internacional... A situação internacional hoje é extremamente favorável: há uma superliquidez global; vai tudo muito bem, obrigado. Mas ela pode mudar. Uma mudança adversa na conjuntura internacional vai afetar essa taxa, e ela pode transformar essa taxa em uma taxa onerosa para financiamentos de prazo muito longo. Eu acho que a gente deveria, na verdade, refletir. E eu temo que essa taxa possa se tornar incompatível com o retorno de investimentos infraestruturais de prazo muito longo. Mas essa é uma opinião, e também eu terei prazer de lhe enviar artigos já escritos a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu gostaria de fazer um esclarecimento para a Comissão.

Nós recebemos uma solicitação, um documento oficial encaminhado a esta Presidência, do Sr. Guido Mantega, que solicitava o adiamento de sua oitiva, que estava marcada para a próxima semana, registrada como o documento de nº 14.

O convocado, Sr. Guido Mantega, encaminhou para esta Comissão uma declaração médica em que alega que sua esposa se encontra internada no Hospital Albert Einstein e necessita do seu acompanhamento diário. Nesse sentido, compreendendo a situação do Sr. Guido Mantega, esta Presidência relata para os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que nós atendemos a solicitação encaminhada por esse documento e decidimos pelo adiamento do seu depoimento para uma data oportuna, a fim de que o convocado consiga organizar melhor a sua vinda para esta Comissão e que nós possamos tirar bom proveito de sua participação.

Então, gostaria de dar essa informação a todos os membros da Comissão. Foi uma decisão desta Presidência.

Queria agradecer a participação de todos os Parlamentares presentes a esta oitiva do Prof. Luciano Coutinho, cumprimentar os Parlamentares que participaram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria também, haja vista que já começamos a Ordem do Dia e há votação nominal no plenário do Senado, de entregar ao Prof. Luciano Coutinho algumas indagações que faço a S. S^a para que tenhamos as respostas posteriormente e possamos colocá-las no escopo da nossa Comissão Parlamentar.

Agradeço a presença de V. S^a e pergunto-lhe se gostaria de fazer algum esclarecimento no encerramento de sua participação. Se não desejar fazê-lo, nós vamos encerrar esta oitiva.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Senador, eu quero apenas agradecer à Comissão Parlamentar, colocar-me à disposição para colaborar eventualmente para o desenvolvimento de seus trabalhos e dizer que estou, como sempre estive, à disposição do Senado Federal e desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Faço o registro também de que, assim que foi encaminhado o ofício para o Prof. Luciano Coutinho, de pronto ele nos atendeu e está aqui hoje participando dos trabalhos desta Comissão. Então, agradeço também a presteza do nosso convocado no atendimento desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e informo que a próxima reunião, a realizar-se na quarta-feira, dia 1º de novembro, às 14h30min, será destinada à oitiva do Sr. Eike Fuhrken Batista.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 46 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DE REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DA JBS (12ª REUNIÃO) E PELA CPI DO BNDES (10ª REUNIÃO), EM 08 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúnem-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS e a CPI do BNDES com a presença dos Parlamentares Airtón Sandoval, Hélio José, Roberto Rocha, Lasier Martins, Sérgio Petecão, Paulo Rocha, Eduardo Lopes, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Carlos Marun, Jones Martins, Celso Maldaner, Valdir Colatto, Wadih Damous, Paulo Pimenta, João Gualberto, Miguel Haddad, Rocha, Laerte Bessa, Heuler Cruvinel, João Rodrigues, Jose Stédile, Alfredo Kaefer, Juscelino Filho, Marcelo Aguiar, Pedro Fernandes, Paulo Paim e José Pimentel. Deixam de comparecer os Parlamentares João Alberto Souza, Ronaldo Caiado, Acir Gurgacz, Fausto Pinato, Renzo Braz, Hugo Leal, Arnaldo Faria de Sá, Marcelo Squassoni, Félix Mendonça Júnior, Delegado Francischini e Professor Victório Galli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva. Finalidade:** Realizar a Oitiva de Wesley Batista com base nos Requerimentos nº 14 e 25/2017-CPIBNDES e 6, 45, 63, 65, 113, 149 e 266/2017-CPMIJBS. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bom dia a todos! Cumprimentar os nossos ouvintes daqui da TV Senado, da Rádio Senado; cumprimentar também toda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a nossa imprensa, aqui hoje. E é bom que se diga, a imprensa credenciada no Congresso Nacional, ou seja, no Senado Federal e na Câmara Federal. Cumprimentar também toda a Secretaria desta douta Comissão. Em especial, cumprimentar os Srs. Parlamentares, o Senador Roberto Rocha, que é Relator da CPI, aqui no Senado, que está investigando as ações do BNDES e do grupo JBS.

Na semana passada, foi aprovado por este Plenário um requerimento para que os irmãos Batista – Wesley e Joesley – fossem ouvidos na CPMI da JBS, criada por nós, juntamente com a CPI do Senado, com a Presidência do Senador Davi Alcolumbre e Relatoria do Senador Roberto Rocha, esse competente Senador da República.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2017, para investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações realizadas com o BNDES e o BNDESPAR ocorridas entre os anos de 2007 a 2016, que geraram prejuízos ao interesse público, além disso, investigar os procedimentos do acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e os acionistas das empresas JBS e J&F – realizada em conjunto – realizada em conjunto, ratifico – com a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, daqui do Senado Federal, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 375, de 2017, para também, aspas: "investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas a partir do ano de 1997".

Comunico também que o Senador Davi Alcolumbre está a caminho desta CPMI e ratifico que ele é o Presidente da CPI que investiga esses empréstimos junto ao BNDES. Portanto, faço também este registro.

A presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Wesley Batista.

Solicito à Secretaria da Mesa que conduza o depoente até a mesa. Peço esse especial favor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, enquanto o depoente chega, eu queria fazer uma indagação a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Foi marcada já a oitiva do Marcello Miller?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Quando será?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Se não me falha a memória, mas vamos consultar, parece-me que é dia 27 ou 28 do corrente mês. Vinte e nove do corrente mês, acabei de ser informado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. WADIIH DAMOUS (PT - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem.

O SR. WADIIH DAMOUS (PT - RJ. Pela ordem.) – É um pedido de informação: e a convocação do Procurador Pelella?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Para o dia 22. Também já está agendada.

O SR. WADIIH DAMOUS (PT - RJ) – Perfeito. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a presença do Sr. Wesley Mendonça Batista, que, atendendo ao nosso pedido, está aqui hoje conosco, também retornando a esta Comissão esse jovem advogado, competente, Ticiano Figueiredo, também esse jovem advogado, Pedro Ivo. Agradeço aqui a presença dos senhores. E os senhores já sabem como é que funciona, já estiveram aqui outras vezes. Sejam bem-vindos.

Wesley Mendonça Batista ocupa o cargo de Diretor-Presidente da empresa JBS S.A. e Vice-Presidente do Conselho de Administração da companhia. A empresa JBS S.A. recebeu aporte de recursos bilionários, na forma de participação acionária, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, por intermédio da sua subsidiária BNDESPAR, no contexto do programa de internacionalização de empresas nacionais.

Outrossim, Wesley Mendonça Batista foi um dos executivos do Grupo Econômico J&F Investimentos S.A., que aderiu ao acordo de colaboração premiada proposto pela Procuradoria-Geral da República, em 2017. Atualmente, Wesley Mendonça Batista encontra-se preso pelo uso de informação relevante, desconhecida do mercado, na realização de operações atípicas nos mercados de câmbio e de ações, nos meses de abril e maio do corrente ano, conduta essa conhecida como *insider trading*.

Esses seriam, em síntese, meus colegas Deputados e Senadores, alguns dos fatos que justificam a convocação do Sr. Wesley Mendonça Batista para depor nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito juntamente com a CPMI – no Senado Federal – do BNDES.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu passo a palavra ao Sr. Wesley Mendonça Batista para as suas considerações preliminares, se assim julgar necessário.

O SR. WESLEY MENDONÇA BATISTA – Bom dia a todos.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

Srs. Congressistas, gostaria, antes de mais nada, de aproveitar esta oportunidade para dizer que não me arrependo de ter decidido colaborar com a Justiça brasileira. Quando resolvemos fazer um acordo de colaboração, por sinal o mais eficaz que já se viu até agora no País, nós não tínhamos noção e ideia do quanto isso afetaria a nossa vida, a vida de nossas famílias e de nossos filhos. Foi um processo de profunda transformação pessoal e empresarial. Tornar-se um colaborador não é uma decisão fácil. É solitário, dá medo e causa muita apreensão.

Hoje, na condição em que me encontro, descobri que é um processo imprevisível e inseguro para quem decide colaborar. Mas eu continuo acreditando na Justiça brasileira. Acredito que estamos vivendo agora um imenso retrocesso daquilo que eu esperava ser um profundo processo de transformação do nosso País. O que vejo, neste momento que estamos vivendo no País, são colaboradores sendo punidos, perseguidos pelas verdades que disseram.

As delações dos últimos anos fizeram o País se olhar no espelho, mas como ele não gostou do que viu, o resultado tem sido este: colaboradores presos e delatados soltos.

Neste momento, por orientação exclusiva dos meus advogados, ficarei em silêncio, principalmente tendo em vista a complementariedade da minha colaboração, ainda sob análise na Procuradoria-Geral da República. Em um eventual depoimento, sem autorização expressa do Ministério Público Federal, eu poderia estar colocando em risco o meu acordo e prejudicar a minha situação.

Eu estou preso por um crime que jamais cometi. Jamais descumpri o acordo de colaboração celebrado com o Ministério Público Federal. Tão logo essa situação seja resolvida, com autorização expressa da Procuradoria-Geral da República, eu me comprometo a prestar todos e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários para continuar colaborando com a Justiça brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. S^a, Sr. Wesley, mas eu gostaria inclusive de chamar também a atenção dos senhores advogados que o acompanham, Dr. Ticiano e Dr. Pedro Ivo. V. S^a está num momento, salvo melhor juízo evidentemente, especial, com uma tribuna, um microfone, dezenas de jornalistas – ou seja, com toda a nossa imprensa presente –, para que V. S^a faça a sua defesa. Eu vejo que é um momento ímpar que V. S^a está tendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesta manhã de hoje, para fazer a sua defesa e responder aqui aos Srs. Parlamentares, principalmente diante daquela declaração do executivo, do ex-executivo, do executivo Ricardo Saud, que disse que deu propina a mais de 1.890 políticos no País.

V. S^a também coloca que está sendo injustiçado por ter colaborado e estar hoje em regime fechado. Portanto, eu vejo que é uma oportunidade ímpar, e, se V. S^a quiser fazer também uma sessão reservada conosco, Sr. Wesley, nós também... Eu proporia aqui ao Plenário desta Comissão, e, se o Plenário assim julgar que devemos fazer uma sessão reservada, para que V. S^a possa falar conosco, responder às nossas indagações, nós a faremos.

Então, até pergunto, antes de passar ao Relator, se V. S^a toparia fazer uma sessão reservada. A gente pede educadamente à imprensa, à TV Senado, à Rádio Senado e às notas taquigráficas... A gente fecha esta sessão para que a gente possa, então, dar sequência...

O SR. SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sr. Presidente, bom dia. Mais uma vez, saúdo V. Ex^a pela presidência desta CPMI e os demais Congressistas que aqui estão.

A decisão do Wesley Batista de invocar a garantia constitucional ao silêncio parte da defesa técnica. Há um respeito enorme por todo este Congresso, da parte da defesa, do Wesley e de todos os demais que aqui estiveram. Mas o fato é que essa situação, esse imbróglio seja resolvido, não é possível que se dê qualquer tipo de depoimento ou declaração, inclusive porque uma das coisas que a defesa alega em outra esfera é que houve debate sobre informações da colaboração em público e sigilosas quando jamais se poderia tê-lo feito.

Então, por orientação da defesa, isso é exclusivamente da defesa, Wesley não vai se valer dessa oportunidade, rendendo novamente as honras a todos os Congressistas. Mas, como disse ao final, tão logo tudo isso se resolva, porque também há que se ter uma segurança jurídica respeitada, ele irá comparecer, com a expressa anuência do Ministério Público e dos órgãos investigatórios, para esclarecer tudo, absolutamente tudo. Mas o que se destaca da fala dele e tem que ficar é que este jamais praticou qualquer tipo de crime, qualquer tipo de delito.

Em razão de todo esse cenário, respeitando este Congresso, mas respeitando a orientação da defesa técnica, ele vai invocar a garantia constitucional ao silêncio para toda e qualquer pergunta que lhe for feita.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Permita-me só...

Uma questão de ordem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Pois não. Eu acho que a sua intenção é válida, já descartada pelo advogado, mas, de qualquer forma, acho que com todo... Aliás, não me permito dizer com respeito, Wesley, não diria isso a você. Você desrespeitou o povo brasileiro de uma forma, você humilhou as pessoas, você utilizou indevidamente o dinheiro desse povo sofrido, de uma indústria falida, de um pequeno empresário quebrado, se envolveu promiscuamente com alguns homens públicos, generalizou a classe política como se fosse um bando de bandido.

Então, é importante que o senhor fique aqui, mesmo que não queira falar. Vai ouvir tudo o que precisa ser ouvido diante da imprensa. É importante que o senhor saiba.

Quanto à sua colaboração, há fatos novos, Sr. Presidente, eu tenho fatos novos que talvez o depoente não saiba, fatos novos que surgiram de ontem para hoje, fatos importantes, relações promíscuas lá no Estado do Ceará, fatos novos. E depois haverei de questioná-lo. E terá ainda a oportunidade de se arrepender, porque não se arrependeu, não. Esse não está arrependido de nada, de absolutamente nada. Mas isso será questionado hoje aqui.

É importante olho no olho com todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A questão de ordem de V. Ex^a é que o nosso depoente permaneça aqui, então...

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Fique aqui até o último minuto, até o último Parlamentar perguntar tudo o que tem que ser perguntado. Ele fala o que ele quiser. Agora, que não saia daqui enquanto o último não fizer seu questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A questão de ordem de V. Ex^a está acatada por mim.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Ex^{mo} Sr. Presidente, só sobre essa questão de ordem: a defesa vem requerer que, em face da manifestação reiterada pela defesa técnica de que ele vai permanecer em silêncio, em face de reiterados precedentes da Suprema Corte, em face também da própria decisão de V. Ex^a, que garantiu o direito ao silêncio, e considerando que há nas decisões da Suprema Corte a previsão de que a pessoa que use a sua garantia constitucional do silêncio não seja constrangida, não seja submetida ao repetido constrangimento de ter que "remanifestar" a sua opção, que já foi manifestada, inclusive há precedente do Ministro Luiz Fux, do Ministro Celso de Mello, no sentido de que, no caso de constrangimento reiterado, pode ser interrompido a qualquer momento o depoimento, inclusive com a saída do próprio depoente. Requer-se a V. Ex^a então que não seja submetido a esse constrangimento de a cada momento ter que responder que está em silêncio e que seja dispensado de ouvir perguntas repetidas.

Agradeço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. S^a e, conforme o Dr. Ticiano colocou, o Sr. Wesley e agora, por derradeiro, o advogado Pedro Ivo, realmente o direito constitucional de o depoente permanecer em silêncio está aqui na Constituição Federal. Agora, o que nós não podemos aqui, que eu não farei de forma alguma, é vedar, é proibir, é atrapalhar que algum Parlamentar aqui se manifeste. Não há nenhuma jurisprudência, com toda vênia, Dr. Pedro Ivo, que venha a coibir que os nossos Parlamentares neste momento venham se manifestar diante do depoente Wesley Mendonça Batista.

Portanto, eu repito, é constitucional o direito de permanecer calado, mas é um direito de todos nós aqui desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o de nos manifestar, fazer perguntas.

Portanto eu passo a palavra para o Relator, Senador Roberto Rocha.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu ia pedir para fazer uma questão de ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Para uma questão de ordem, Deputado Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Tanto no depoimento passado, do Sr. Ricardo, quanto agora, na manifestação inicial do Sr. Wesley, eles fizeram uma acusação muito grave, que não tem nada a ver com a delação deles particularmente.

Ambos disseram que se falar a verdade no Brasil vai preso. Ele repetiu o que o Ricardo disse.

Eles foram delatores, falaram a verdade – é o que estão dizendo, e também o Ricardo disse a mesma coisa – e aqueles que falaram a verdade estão presos e os delatados estão soltos.

Por isso que eu fiz questão de perguntar essa questão da marcação do depoimento do Ministério Público, do caso do Marcello Miller, porque nos *e-mails* trocados entre eles há uma relação muito promíscua, nada republicana, tendo em vista que todo o trabalho foi feito com o Sr. Marcello ainda como Procurador.

Então, eu acho que isso aí não interfere na relação dele propriamente. Eu gostaria que ele se manifestasse quanto a essa acusação grave que ele fez, de que falou a verdade e está preso. Da mesma forma que o Ricardo, quer dizer, não tem nada a ver com essa delação, mas pelo menos para dizer o que ele quis dizer com isso. Para saber o que aconteceu que ele se manifestou exatamente como o Ricardo. E me preocupa muito isso de ter alguma coisa por trás de tudo isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Essa questão de ordem do Deputado Izalci, Sr. Wesley, é com relação ao que V. S^a disse, que está sendo injustificado, que disse a verdade e está preso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra ao Relator, V. S^a poderia manifestar com relação...

Por que que o senhor está preso falando a verdade?

O SR. WESLEY MENDONÇA BATISTA – Excelência, eu mantere o silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Esse discurso de que falou a verdade e foi preso, esse discurso não cola mais.

A verdade... A verdade... A verdade liberta. A verdade não prende.

Passo a palavra ao Senador Relator Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Deputados, Sr. Wesley, senhores advogados, senhores da imprensa.

Eu ouvi aqui atentamente as manifestações do nosso depoente. Parece que vamos ter mais uma sessão de banho de sol. Ou seja, é óbvio que nós compreendemos o direito constitucional. É óbvio que nós compreendemos, Sr. Wesley o direito constitucional de V. S^a de...

Deixa... Eu não sei se os estou atrapalhando ali.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Nós compreendemos o direito constitucional de V. S^a não produzir provas contra si mesmo. Mas eu não consigo compreender como é que V. S^a perde a oportunidade de, diante do povo brasileiro aqui representado, poder dar alguma satisfação do que o povo estarrecido acompanhou recentemente. Mas é um direito, apesar de reconhecermos que oitiva literalmente significa audição, no sentido de ouvir.

Portanto, um requerimento de oitiva é um ato de ouvir uma testemunha ou uma parte de um processo. E me parece que aqui, mais uma vez, vamos apenas falar. Tudo bem. Parlamento é para falar. Parlar é falar. Mas seria bom se houvesse interatividade.

Muito bom. Espero, Presidente, que... Nós tivemos todo cuidado, eu mesmo tive o cuidado de conversar com V. Ex^a e com o Senador Davi, que preside a CPI do BNDES no Senado, que também investiga empréstimos a empresas, não só à JBS, mas a diversas outras, empréstimos a empresas, investimentos no exterior. E agora, com o requerimento aprovado nessa semana passada, lido ontem em plenário e publicado hoje no *Diário do Senado*, a CPI do BNDES vai também investigar empréstimos a Estados, Estados brasileiros, não apenas a empresas.

De tal modo que nós estamos aqui cumprindo a nossa função precípua, de legislar e fiscalizar. É evidente que uma fiscalização ou inquérito pode ser feito e deve ser feito, tem que ser feito e é feito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Executivo, no Judiciário, na polícia, etc. E por que é que existe CPI, se lá eles podem fazer igual ao que nós estamos fazendo aqui? É porque, ao final do que a gente investigar aqui, a gente tem a competência, que eles não têm, de fazer leis para evitar que novos fatos venham a acontecer. E o que for apurado aqui, a gente encaminha para o Ministério Público.

Da nossa parte, enquanto Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES, eu quero produzir um relatório que seja rigorosamente dialogando com a realidade dos fatos. E eu aqui produzi, com muito trabalho, com muita isenção possível, alguns questionamentos. Eu vou fazê-los e darei oportunidade ao Sr. Wesley para que ele possa selecionar esta ou aquela pergunta para, enfim, oferecer algum tipo de contribuição a esta Comissão.

Sr. Wesley, temos agora uma oportunidade para esclarecermos fatos que têm sido altamente comentados pela mídia – até em decorrência das ilações do Sr. Joesley, o irmão de V. S^a –, e que nos preocupam como Parlamentares, especialmente em relação ao que está acontecendo no BNDES.

Nossa preocupação é fundamentalmente avaliar os processos de concessão de crédito ao banco, especialmente a existência de influência política externa sobre seus trabalhos. Então, eu gostaria de começar questionando sobre a interferência política na liberação rápida de recursos para seus pedidos de financiamento no BNDES, assunto que obteve ampla divulgação na mídia a partir de suas delações.

É de conhecimento público que houve pagamento de propina ao ex-Ministro da Fazenda Guido Mantega para exercer pressão na obtenção de aval do BNDES, para financiamento de uma fábrica de celulose da Eldorado, a empresa de celulose do grupo no Mato Grosso do Sul. O objetivo era a liberação de um empréstimo de R\$1 bilhão. Com o veto da área técnica do banco, em 2009, o Sr. Joesley Batista teria procurado agentes públicos com influência para garantir a verba, para que a verba entrasse nos cofres da empresa. As intervenções fizeram com que o projeto caminhasse a passos largos dentro do banco. Após obtido o financiamento, o Sr. Joesley teria pago em torno de 4% de propina do contrato para Mantega e 1% para João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT. Gostaria de ouvir diretamente de V. S^a suas considerações, especialmente sobre a veracidade dos fatos aqui relatados.

Temos a impressão de que o Sr. Joesley era o responsável pela relação com o BNDES. Qual foi a sua participação nas operações junto ao banco?

Já sabendo em que base ocorria a relação do Grupo J&F com o Governo, o senhor considera que, sem o pagamento de propinas, o Grupo J&F teria obtido a mesma facilidade que teve na análise de seus pedidos no banco?

Sr. Presidente, eu sugiro, porque estou contextualizando e, em seguida, perguntando, que a gente faça uma de cada vez, para não acumular muito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Nós temos adotado esse procedimento, Senador Roberto Rocha, porque fica mais fácil essa pergunta e resposta concomitantemente.

O SR. WESLEY BATISTA – Excelência, com todo o respeito, eu sigo orientação dos advogados e me mantereis em silêncio.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Eu não sei se por uma economia processual, Sr. Presidente, fico até na dúvida agora, confesso, porque tenho duas, três ou quatro perguntas que são fundamentais para o esclarecimento do nosso trabalho na CPI. Mas eu vou seguir adiante.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – V. Exª está com a palavra e fique à vontade.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Outra questão, Sr. Wesley, diz respeito à afirmação do ex-Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho, aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES, em relação às tratativas com a JBS para o aporte de recursos da BNDESPAR. Foi nos dito que a análise da operação não ocorreu em apenas 20 ou 22 dias, mas que foi um processo que se iniciou muito antes do que foi formalmente registrado no banco. Na ocasião, mencionou apoio documental em comprovação disso, tais como *e-mails*. Segundo argumentou o depoente, a operação envolvia uma empresa de capital aberto como a JBS, situação que exigiria a divulgação de fato relevante e que poderia atrapalhar a operação.

O fato acima descrito diz respeito à liberação de R\$1,1 bilhão, para aquisição da empresa de carnes americana National Beef, a australiana Tasman Group e a divisão de carnes da Smithfield Beef Group. O apoio foi pedido em 11/02/2008. Nove dias depois, o enquadramento da operação já havia sido feito pela área técnica. No dia 4 de março, a diretoria aprovou o aporte.

Em relatório sobre o caso, o TCU observou que essa tramitação desse processo ocorreu em apenas 22 dias – disse o TCU à CPI –, portanto fora dos padrões do BNDES, que, em média, leva 210 dias para operações desse porte. Esse fato foi aqui relatado e reiterado pelo auditor do TCU numa das primeiras audiências desta Comissão.

Portanto, gostaria de ouvir diretamente de V. Sª uma explanação das tratativas ocorridas para essas operações e se aquela versão apresentada pelo Sr. Coutinho procede.

Segundo. O senhor participou diretamente com as tratativas com o banco. Qual o prazo real em que ocorreram as tratativas com o BNDES?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro. Houve a contratação de empresas de consultoria para intermediar operação com o BNDES?

Quarto. Com quem o BNDES tratava essa operação?

O SR. WESLEY BATISTA – Excelência, me manterei em silêncio.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Bom, eu vou pular aqui algumas, Sr. Presidente, e vou caminhar para o final para dar oportunidade para os nossos companheiros Senadores e Deputados, uma vez que é absolutamente inócuo eu continuar com um trabalho que me deixou parte da noite às claras fazendo, esses questionamentos.

Fiz algumas à mão, agora há pouco, e queria me encaminhar a elas.

Sr. Wesley, saiba que aqui sei que, nem da nossa parte, do Senado, nem da parte da Câmara, há nenhuma intenção de constrangê-lo. O processo está em curso e nós estamos participando dele. Nós estamos fazendo aqui o nosso papel. Não há nenhum sentido V. Ex^a imaginar que aqui estejamos querendo arrancar sangue de quem quer seja, mas nos cabe perguntar.

V. S^a sabe por que o escritório TRW saiu do caso JBS 24 horas antes da assinatura do acordo de leniência da JBS? Houve alguma interferência da PGR?

O SR. WESLEY BATISTA – Excelência, me manterei em silêncio.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Essa é uma questão a que chamo a atenção dos Srs. Deputados e Senadores.

Ou seja, há um escritório de que o ex-Procurador Marcello Miller ficou sócio – deixou a Procuradoria para se associar a esse escritório –, e esse escritório fez o acordo de leniência. E, 24 horas antes de esse acordo ser assinado, a JBS saiu do escritório. Daí, eu pergunto novamente: como o então Procurador Marcello Miller conduziu o processo que resultou no acordo de leniência? Essa condução foi feita pelo Procurador Marcello Miller ou pelo advogado e empresário Marcello Miller?

O SR. WESLEY BATISTA – Excelência, por orientação dos advogados, me manterei em silêncio.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sr. Presidente, por fim, eu quero, deixando aqui de lado inúmeras perguntas, fazer apenas uma última nessa primeira etapa, pelo menos.

V. Ex^a, Sr. Wesley, tinha conhecimento se o então Procurador Marcello Miller costumava usar termos de baixo calão do tipo – peço permissão para usar, uma vez que foram publicadas essas declarações – abro aspas: "Para ser delator, você tem que vir aqui e ficar nu, se despir para ver se nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queremos você fazer 'sexo' [entre aspas]. Você tem que ficar pelado e se purificar, tem que fazer um total *strip-tease*. Não é só tirar a blusa e mostrar os seios."

Esses termos eram de costume no vocabulário do Sr. ex-Procurador Marcello Miller nos depoimentos e/ou negociações de acordo. O senhor tinha conhecimento desses termos de baixo calão utilizados pelo então Procurador Marcello Miller, para pressionar as pessoas de quem ele exigia delação?

O SR. WESLEY BATISTA – Excelência, por orientação dos advogados, eu me manterei em silêncio.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Estou satisfeito, Sr. Presidente, nessa primeira etapa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^ª.

Passo a palavra ao Deputado Wadih, que é Relator Parcial de Vazamentos de Informações e da parte legislativa. Com a palavra, Deputado.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Presidente, eu não vou tomar o tempo desta Comissão de forma inútil, dirigindo perguntas ao depoente que, sabidamente, não as irá responder, é um direito assegurado constitucionalmente.

É uma pena, acho que o silêncio, em casos como este, embora, repito, com amparo constitucional, não deixa de ser um ato de covardia, não deixa de ser um ato de mostrar que, de fato, já que se alega arrependimento – eu acho que nenhum delator está arrependido de coisa nenhuma –, mas é o que se alega, poderia demonstrar aqui um ato de contrição, um ato de arrependimento, e revelar, e responder às perguntas. Mas, enfim, eu não vou tomar o tempo de V. Ex^ªs formulando perguntas que já sei que não serão respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^ª.

Eu tenho aqui algo em torno de 40 perguntas a fazer ao Sr. Wesley. Eu vou fazer somente uma e passo a palavra ao próximo orador.

Sr. Wesley, se os senhores não tivessem tido efetivamente participação nesse processo de colaboração, nesse acordo de colaboração premiada, não tivessem tido a efetiva participação do ex-Procurador Marcello Miller, essa colaboração teria ocorrido da forma que ocorreu?

O SR. WESLEY BATISTA – Presidente, com todo o respeito, continuarei seguindo a orientação dos advogados e manterei silêncio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O senhor conheceu o Marcello Miller quando? O senhor poderia somente dizer a nós quando foi que o senhor conheceu pela primeira vez o ex-Procurador Marcello Miller, somente isso?

O SR. WESLEY BATISTA – Excelência, mais uma vez, com todo o respeito, seguirei orientação dos advogados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Passo a palavra, então, ao Deputado Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente, poderia nos dizer qual a ordem dos que vão fazer perguntas, só antes de...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Deputado Izalci; depois João Rodrigues, que também é autor do requerimento, como o Deputado Izalci, também o João Rodrigues; depois o Deputado João Gualberto, que também é autor do requerimento; Deputado Paulo Pimenta, V. Ex^a, que também é autor do requerimento; e o Deputado Miguel Haddad, que também é autor do requerimento. Aí, depois vem o Deputado Valdir Colatto, o Senador Lasier Martins, Senador Pedro Chaves e o Deputado Heuler Cruvinel.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sr. Presidente, é evidente que no Judiciário há uma tendência – e é característico do Judiciário – ao sigilo, ninguém fica sabendo abertamente das coisas, dos detalhes, diferentemente da CPMI, que toda a população acompanha, porque quer saber a verdade e acompanhar as coisas que acontecem no Brasil. E esse tema da JBS é um tema que acho que interessa a todo mundo porque nunca se fez uma delação nessa proporção e com esses benefícios e com a urgência e com a relevância e de uma forma tão rápida.

Diante do que foi falado pelo Ricardo e agora pelo Sr. Wesley, isso só confirma as dúvidas que nós temos. V. Ex^a falou bem, tem mais de 50 questões aí, eu também tenho mais de 50 aqui, mas o que a gente precisa desvendar, para o bem e para a credibilidade das instituições, é essa relação com o Ministério Público quanto ao que foi dito aqui e interceptado, inclusive nos *e-mails*.

Essa questão do Marcello Miller é uma questão gravíssima. Por que Marcello Miller não está preso? É uma questão que não dá para entender. Onde está tudo isso, essa armação toda?

O Sr. Wesley, num determinado momento, diz para o advogado Francisco, que também já esteve aqui: "Francisco, amanhã o Marcello vai estar lá em Brasília conosco." Isso tudo no dia 27 de março, lá atrás. A delação, a colaboração foi dia 7 de abril. Dia 4 de abril houve diálogos quase que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manhã toda. "Amanhã ele tem expediente no atual emprego dele e ele não pode, não." "Ah, não, mas é importante ele ir amanhã." Ou seja, todo mundo sabe hoje, sabia e sabe que o Marcello, ainda Procurador, participou ativamente de tudo isso. E houve, estão aqui as negociações, propostas de valores, de recursos, o Sr. Wesley mesmo negociou com ele.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – *Media trainer*.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Tudo, tudo. Então, essa questão é gravíssima. Nós já vimos aqui alguns depoimentos que foram dados pelo Procurador Angelo, pelo advogado Willer, que ficaram presos setenta e tantos dias sem serem ouvidos. Foram presos imediatamente. O Angelo foi preso e pronto, ninguém falou mais... Ele não teve nem direito de falar. E o Marcello Miller está aí, solto. Coisas absurdas.

E as indagações, então, seriam essas, que ligações são essas, se Janot sabia, se não sabia. Agora o Pelella também está aqui nessas interceptações. Eu, sinceramente, só vou fazer uma pergunta, que eu fiz na outra: já que V. S^a acha que também está sendo prejudicado porque falou a verdade e está preso, V. S^a está disposto a fazer a delação da delação ou não? Porque alguém tem que fazer isso. O Brasil precisa saber. Não é só o Legislativo que está nesse questionamento. O Executivo é questionado, o Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal, todos estão neste momento sendo questionados. E a população precisa saber, precisa confiar nas instituições. Ela precisa saber que aqui, como foi dito pelo Deputado, existem Deputados e Deputados, Senadores e Senadores; como em qualquer organismo, você tem pessoas corruptas e outras não. O que não pode é generalizar, como V. S^a, juntamente com o Ricardo e o Joesley, fez. Mil e oitocentos, sei lá quantos mil. Então, que mostre, que prove isso.

Agora, V. S^a prestaria um serviço muito grande ao Brasil, para que a gente possa continuar acreditando, como disse V. S^a que acredita ainda na Justiça. A gente precisa... Não tem nada a ver com a sua delação. O que nós queremos saber aqui é até que nível de comprometimento com esse diálogo, com esses *e-mails* trocados aqui, de que forma... Porque vocês compravam tudo! Pelo que a gente vê e pelos depoimentos, compravam Deputado, Senador, Presidente da República! Compravam todo mundo! E aí, provavelmente, compraram também o Ministério Público, pelo que está aqui. Pelo que está nos *e-mails*, V. S^a, juntamente com seu irmão e com o advogado, chegaram inclusive a comprar também o Ministério Público, através de um dos procuradores. Por isso eu estou dizendo que não pode generalizar!

De acordo com os diálogos que estão aqui nos *e-mails*, V. S^a inclusive sabe – participou – da participação de Marcelo Miller. Eu gostaria de pedir... Porque senão vamos acabar esse negócio de CPI. Para que isso? Se todo mundo chegar aqui e dizer que não pode falar nada... Nós sabemos o que está na Constituição. Ninguém pode realmente se incriminar, declarar e se incriminar, mas nós estamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perguntando coisas aqui que não têm nada a ver com a delação dele, muito pelo contrário. Nós queremos aqui cada vez mais preservar as instituições. Na hora em que o brasileiro perder realmente a credibilidade em todas as instituições, acabou! Então, nós devemos resguardar isso. Não queremos aqui sacrificar ninguém, mas queremos colocar de uma forma clara, separar o joio do trigo. E V. S^a pode, de fato, pelo menos dizer alguma coisa relacionada a isso, que não tem nada a ver com a sua delação!

Marcello Miller, quando foi contratado por V. S^a, pela empresa de V. S^a, V. S^a tinha consciência de que ele estava lá, que era servidor, que era procurador? Já fizeram com esse propósito mesmo de comprar alguém do Ministério Público? Qual foi a participação de Marcello Miller na negociação de leniência nos Estados Unidos, que foi condição estabelecida aqui nas negociações? A primeira coisa que se tinha de colocar é a delação nos Estados Unidos. Pelo menos isso. A população... Está todo mundo assistindo aqui e querendo saber pelo menos se pode confiar ou não nas instituições.

V. S^a disse que ainda confia na Justiça. Eu também confio. Agora, não vamos generalizar, como vocês fizeram com o Legislativo. Ou será que todo mundo agora vai achar que toda a Procuradoria também está comprometida? Então, V. S^a tem um papel importante e a população está acompanhando isso e quer saber! Porque nós sabemos que tem gente com problema em todos os segmentos. A Câmara aqui, o Congresso é o espelho da sociedade. O que está aqui está lá fora.

Então, Presidente, eu fico assim... Ou a gente acaba com esse negócio de CPML e tira esse troço do... Para não ficar perdendo tempo aqui... Porque se todo mundo que chegar aqui disser que não vai falar nada, não precisa de CPML. Então, vamos alterar a Constituição, vamos alterar a legislação de forma que a CPML tenha sentido. Nós já perdemos tempo aqui, não sei quanto tempo. Se não sair nada daqui, eu não venho nem mais aqui nesse negócio. Para quê?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Deputado Izalci, eu discordo, com toda vênua, de V. Ex^a porque mesmo o depoente permanecendo em silêncio, nós temos, aqui no nosso banco de dados, a quebra de sigilo. Por exemplo, aqui no caso em epígrafe, do Sr. Wesley, nós temos a quebra de sigilo telefônico, telemático, bancário, nós temos tudo. Temos o Relator, temos três Sub-Relatores...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Nós temos que acabar com os depoimentos, então, porque isso é que frustra todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu, Deputado Izalci, tenho feito um trabalho diário, juntamente com três assessores, um trabalho que eu o consolido diariamente. Eu já estou aqui me aproximando de duzentas páginas, laudas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo que, até então, nós tivemos aqui vários depoentes, o caso do Deputado, perdão, do advogado Willer, do ex-procurador, ou ainda Procurador Angelo Goulart, do Dr. Francisco e outros mais. Então, eu não tenho dúvida de que esta Comissão – e agora também a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado que analisa os empréstimos do BNDES –, ao final dos nossos trabalhos, esse relatório irá, sem dúvida nenhuma, indicar vários indiciamentos que nós iremos remeter às autoridades competentes, como a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Poder Judiciário.

Eu também lamento os nossos depoentes não poderem, neste momento, fazer as suas defesas deles e responder às nossas indagações, mas eu não tenho dúvida...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Só para encerrar isso. V. Exª falou há pouco do advogado, do procurador, e nós percebemos aqui nos depoimentos que seria necessária acareação, e todos toparam acareação. Já foi marcada a acareação entre o Procurador Angelo e o advogado Francisco?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Nós precisamos dos requerimentos para submeter à decisão do Plenário. Aí, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Era importante...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA. *Fora do microfone.*) – Já protocolei o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – De repente, a gente já votaria logo isso, Sr. Presidente. A acareação é importante.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k. Eu vou verificar, então, com a Secretaria.

Você chegou a fazer alguma pergunta, Deputado Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Já fiz muitas perguntas, mas toda hora ele vai dizer que não vai poder responder. Então, é melhor não fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Passo a palavra ao Deputado João Rodrigues.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, eu quero fazer um apelo aqui ao depoente. Se puder responder minimamente algumas perguntas, nós vamos ter um tratamento; se não responder nada, nós vamos ter um outro tratamento. Então, eu vou fazer basicamente perguntas que não te comprometem em nada, que não vão te envolver em absolutamente nada, apenas que o depoente possa nos dar uma orientação. Se porventura colaborar minimamente, e que não comprometa em nada a sua delação, vamos seguindo diante daquilo que é possível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu farei a seguinte pergunta ao depoente: a relação do grupo JBS, J&F com o Governo na captação de recursos das mais diversas formas, na interpretação dos senhores, ela foi uma relação honesta da empresa? Ou seja, na sua concepção, quanto a todo o recurso captado junto às instituições financeiras ligadas ao Governo, foram legais esses recursos? O senhor poderia me dizer se foram ou não?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com a palavra o Sr. Wesley.

O SR. WESLEY BATISTA – Com todo o respeito, mas eu seguirei a orientação dos meus advogados.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Bom, o senhor fez uma opção, a opção é sua. Então, vamos lá a um tratamento um pouco diferenciado. O senhor era ligado diretamente a uma empresa, via Cascavel Couros Ltda., no Estado do Ceará. O senhor não precisa responder que é. Eu sei que é, porque o senhor é o responsável por essa empresa. A sua relação era direta.

Mas, para que os colegas aqui entendam, essa empresa tinha um tratamento, no que se refere a créditos de impostos no Estado do Ceará, que era um direito que ela tinha por uma determinada legislação. E me foi passada uma planilha muito curiosa, e aí se comprova a ação promíscua como o senhor, diretamente, juntamente com os demais integrantes da sua quadrilha, agia, de forma espúria.

Eu tenho aqui uma tabela que diz que, no dia 14 do mês 8 do ano de 2014, o senhor, através da via Cascavel Couros, recebeu de crédito do Governo do Estado R\$15,578 milhões; e, no dia 18, quatro dias após, o senhor faz um repasse de R\$3 milhões para a conta de campanha do candidato ao Governo daquele Estado.

No dia 26, o senhor recebe R\$20,640 milhões, mas, no dia 28, o senhor repassa R\$2 milhões. E a planilha vai, somando um total R\$7,337 milhões. Cada dinheiro que o senhor recebia, o senhor fazia um novo aporte. Era meio que um *bypass*, era um bate e volta. Então, obviamente, aqui tem uma digital gigantesca da sua ação, juntamente com seu grupo, na distribuição de recursos que, segundo o senhor disse, eram recursos fruto de corrupção, de propina, pela qual o senhor cooptava homens públicos.

O senhor vai dizer a mesma coisa? O senhor não tem nada a dizer e vai manter-se no silêncio? É isso?

O SR. WESLEY MENDONÇA BATISTA – Excelência, com todo o respeito, eu vou seguir a orientação dos advogados e vou me manter em silêncio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Assim como o Deputado Izalci, eu vou continuar. Não vou desistir.

Na sua delação, o senhor falou das operações envolvendo o fundo Proti, em que propinas eram pagas: 1%, segundo o senhor, para o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, o Vaccari; 1% para Guido Mantega; para o Presidente da Petros, 1%; e para o Presidente da Funcef.

O senhor poderia nos esclarecer a motivação da criação desse fundo? Em quais oportunidades foi usado a praticar ilícitos e em que valores?

O senhor poderia nos informar sobre isso?

O SR. WESLEY MENDONÇA BATISTA – Deputado, continuarei seguindo a orientação dos meus advogados e me mantereí em silêncio.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Evidentemente, o senhor está muito bem orientado juridicamente.

Mas o que nós podemos extrair, por mais que façamos aqui uma centena de perguntas, é importante que as pessoas olhem nos seus olhos e na sua face... Talvez, neste momento, o senhor esteja querendo ser o açougueiro do seu frigorífico do que ser dono desse grupo, que já foi orgulho para este País.

O senhor se aproveitou de toda a possibilidade que tinha de crescimento. Em parte, até pode ser do seu trabalho, mas, em parte, quando o senhor se envolve em relações promíscuas no campo político, o senhor comete um crime grave. Utiliza-se de dinheiro público, que poderia financiar centenas e milhares de pequenas empresas, que gerariam tantos quantos empregos o senhor em tese geraria, mas de forma lícita e decente. O senhor pegou esse dinheiro, e está provado que foi ilícito. Se não fosse, o senhor não pagaria propina. Se o dinheiro fosse limpo, honesto, decente, nem o senhor, nem os membros da sua quadrilha utilizariam recursos para dar propina para ladrão.

O maior crime que o senhor comete, além disso tudo, o senhor e o seu grupo, o senhor e a sua quadrilha, é generalizar, como todos os homens públicos, quer do Senado, quer da Câmara, quer homens públicos pelo País, foram cooptados pelo senhor, fala-se em 1.800.

Então, vejo que a sua delação é extremamente frágil. Se ela fosse correta, o senhor não estava na cadeia. Mas eu acredito que, pelo comportamento e pela forma de deboche nas autografações que os senhores fizeram, tratando o Judiciário como se fosse o porão da casa de vocês, cuidando do Ministério Público como se fosse um bando de bandido e tratando o Legislativo brasileiro como um bando de canalhas e de ladrões. É assim que vocês trataram este País, tanto é que, no dia após a sua





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

delação, os senhores pegaram o seu jatinho, foram a Nova York curtir a vida, dando risada dos palhaços daqui deste País.

A justiça tarda, mas não falha. Isso é só o começo. Os senhores e os demais integrantes da sua quadrilha vão pagar absolutamente por tudo o que fizeram a este País. E lhe digo com muita tranquilidade porque nunca recebi, e creio que boa parte dos Parlamentares ou quase todos que aqui estão, absolutamente nada do que venha dos senhores. Dinheiro sujo, dinheiro mal cooptado ou captado, dinheiro ilícito, vai de forma rápida para o ralo.

Os senhores brincaram com a economia do País, os senhores fizeram absolutamente tudo o que puderam para destruir o País que deu as melhores oportunidades para os senhores.

É óbvio que eu perguntaria como brasileiro: os senhores não têm vergonha de tudo o que fizeram por este País ou contra este País? O senhor poderia responder a essa pergunta?

O SR. WESLEY MENDONÇA BATISTA – Excelência, com todo o respeito, eu me mantere em silêncio por orientação dos advogados.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Isso está muito claro: que o senhor não se arrepende em momento algum, porque o senhor disse que as suas delações foram as melhores delações e as mais completas, que os senhores acreditariam que estariam mudando este País. Não, vocês contribuíram para piorar este País. Se assim fosse, o senhor criaria coragem e seria homem de verdade, colocaria as calças aqui na frente do povo brasileiro, abriria o seu coração, seria honesto uma vez na sua vida, desce uma vez na sua vida para contar absolutamente tudo, nem que esteja aqui no meio alguém que tenha sido beneficiado diretamente pelo esquema bandido e criminoso montado pelo Grupo JBS, pelo Grupo J&F, que tem sob a coordenação o senhor e os demais integrantes da sua família, que, me perdoem, os demais integrantes dessa grande quadrilha.

Sr. Presidente, só resta dizer em nome do povo brasileiro: que vergonha, quem nos orgulhou nos decepcionar de tal forma, mas a justiça tarda, mas não falha.

Eu sei que daqui o senhor retorna à sua cadeia, e todos nós que aqui estamos, e o povo sofrido lá fora, pagando uma conta cara para poder manter este País de pé.

Boa hospedagem, e que ela dure por muito tempo até que os senhores abram e falem a verdade para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^ª.

Eu repassei aqui a lista dos oradores, mas o Deputado Relator desta CPMI, Deputado Carlos Marun, por motivo de força maior, não pôde estar conosco aqui no início da abertura dos trabalhos desta sessão de hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de passar a palavra a ele, como Relator...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Se o Relator não se incomodar, eu poderia ser o próximo, pois eu tenho reunião do Partido, falaria por cinco minutos e depois me retiro. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas me permita fazer uma pergunta que eu acredito que o Sr. Wesley pode nos responder e acredito que o Dr. Ticiano e o Dr. Pedro vão concordar, que é uma coisa assim bem pessoal, fora do contexto aqui.

Eu conheço a família Batista. O Heuler Cruvinel é de Goiás. Eu tive... No início da minha vida profissional, eu conheci o José Batista Júnior, o Júnior Friboi, por quem eu sempre tive muita admiração e respeito, pela competência e pela agressividade de fazer negócios, Sr. Wesley.

Eu percebo que antes da chegada do BNDES no grupo dos senhores, os senhores já estavam muito bem financeiramente, já eram uma empresa consolidada, que já gerava milhares de empregos no nosso País.

Então a pergunta é muito pessoal. Eu acredito que o senhor pode nos responder. O senhor se arrepende de ter tido o BNDES como sócio, ou seja, o Brasil como sócio das suas empresas?

Será que aquela empresa que eu conheci, administrada pelo Júnior Friboi, será que ela, sem essa participação da coisa pública, do dinheiro público, será que não teria sido melhor aos senhores? Evidentemente que hoje, se não fosse a participação desse dinheiro público, V. Sãs – Joesley e Wesley – não estariam hoje presos. A pergunta é muito simples: O senhor se arrepende de ter contraído o Brasil como sócio do seu grupo? Uma coisinha bem pessoal

O SR. WESLEY BATISTA – Sr. Presidente, mais uma vez, com todo o respeito, eu vou seguir a orientação dos advogados e vou me manter em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Passo a palavra então ao Deputado João Gualberto.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Sr. Presidente, eu queria iniciar perguntando quando é que nós vamos colocar os políticos, o senhor já tem alguma resposta para me dar?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu percebo que a preocupação de V. Ex^a é sempre a mesma de chamar os políticos. Claro que nós vamos chamar os políticos, sim. Nós estamos num processo no qual eu, juntamente com o Relator e os Sub-Relatores – nós temos conversado sempre em reuniões, incluindo o Delegado Francischini, com todo o conhecimento de investigação que ele tem – estamos indo por etapa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O processo é a delação superpremiada do grupo JBS. Agora, nós sabemos que o verdadeiro corrupto é o político, nós sabemos disso, ele está na ponta. Isso nós sabemos. O que nós não podemos neste momento é politizar esta CPML.

Mas V. Exª pode aguardar que vai chegar o momento. Nós estamos fazendo uma coisa com muita responsabilidade e buscando informações para chegar onde V. Exª está querendo chegar.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Presidente, V. Exª falou que o objetivo era a delação.

Foi isso que eu entendi?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O objetivo principal.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O objetivo não é a delação. O objetivo principal é exatamente os empréstimos...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas, quando eu falo da delação, evidentemente que nós estamos falando dos empréstimos, da participação do BNDESPAR, com os seus R\$8,1 bilhões, e os empréstimos...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu quero encerrar para deixar o Marun falar. Para a semana, não há sessão aqui na Casa. Depois, até o recesso faltam cinco semanas apenas – cinco semanas.

O senhor acha que vai dar tempo de trazer? O senhor é o Presidente da CPI. Vai ser uma decepção, uma frustração para muita gente.

Como falou o Deputado que falou antes de mim, que chamou a JBS de quadrilha, a quadrilha era feita de políticos e empresários. E quem é o pior? Eu acho o político. É o político que vai para a rua, que vai para a rede social para prometer ser justo, ser honesto, trabalhar pelo Brasil. Esses são os piores.

E nós não vamos chamar os políticos? É isso mesmo?

Como sempre, aqui nunca é chamado.

O Izalci falou que não tem sentido a CPI. Não tem mesmo. A CPI está na imprensa. Todas as CPIs ou a grande maioria das CPIs são para extorquir empresário ou para, neste caso aqui, agora, tentar fazer uma nova lei contra a delação premiada, que é o terror dos corruptos no Brasil. É a delação premiada. Sem a delação premiada, não se teria descoberto nem 1% dos crimes cometidos pelos políticos, insisto.

E olhe que estou aqui no papel de Deputado. Sou empresário, mas estou no papel de Deputado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O grande problema do Brasil não são os empresários, são os políticos. Esse é o problema do Brasil. E nós não vamos fazer nada? Vamos ficar aqui, fazendo o quê? Absolutamente nada.

O senhor falou que o grupo JBS, lá em 2002, por aí, já faturava, se não me engano, próximo de R\$3 bilhões. Já era um grupo de sucesso, de fato.

Onde ele enveredou para o crime? Quando conheceu um Presidente da República, um partido político que queria, juntamente com ele, roubar o Brasil. Os dois juntos. E só vamos ouvir o Wesley, o Joesley, etc.?

Toda a razão de ser foram os políticos, para pegar dinheiro, para roubar dinheiro público. E aí não é a hora certa de chamar nunca os políticos...

Presidente, eu tenho certeza absoluta...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Qual é o requerimento? Permita-me... Permita-me... Permita-me, Deputado.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Permita-me terminar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Qual o requerimento que V. Ex^a protocolou?

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O de Lula, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O de Lula.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Eu protocolei um aqui, para acareação da última...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Quando veio aqui o Dr. Francisco, se não me engano, o Willer e o Goulart...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O Angelo?

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Exatamente. Falaram que há uma acareação. Inclusive, os Deputados do PT não fizeram pergunta. "Não, tem que haver acareação."

Protocoliei no dia 18 de outubro, e o senhor não tem conhecimento? O senhor não tem conhecimento de que foi protocolada acareação nessa data, 18 de outubro? Faz mais de 20 dias. E todos aqui falaram: não vou fazer pergunta, porque não adianta. Então, a acareação eu vi que era necessária.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E o senhor diz que não tem conhecimento ainda?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Nessas duas últimas reuniões, nós não tivemos quórum.

Hoje, Deputado, hoje, por se tratar de uma reunião conjunta, nós não podemos deliberar com relação a requerimento.

Mas volto a perguntar a V. Exª: aqui, na CPMI, o senhor só colocou a convocação do ex-Presidente Lula ou de outros políticos?

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Vários. Vários.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vários?

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Vários.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pois, então, serão todos eles pautados.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Mas quando? O senhor acha que vai dar tempo?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Por que o tempo? O tempo quem vai fazer somos nós. Este Plenário é soberano. Se V. Exª quiser que esta Comissão, se o Plenário julgar que esta Comissão Mista...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Mas o senhor não pauta. O senhor não pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... Parlamentar de Inquérito dure durante 36 meses, durará. Durará.

Então, calma, vamos por etapa. Estamos buscando informações. Ainda faltam muitas informações chegarem ao nosso banco de dados.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Presidente, veio o advogado e veio o Procurador. Chegamos à conclusão de que precisávamos da acareação.

Quando eles vão acarear? Quando o senhor vai pautar para fazer a acareação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Na próxima semana, nós vamos pautar o requerimento ou os requerimentos de V. Exª.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Na próxima semana?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Na próxima semana.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Olha, eu sei que ele não vai responder.

Eu sinto pena mesmo, principalmente do povo brasileiro. É que você é um empresário competente, trabalhador, que tinha *expertise*. Quebrou muita gente, graças ao dinheiro fácil do BNDES a que os outros não tinham acesso.

Vocês sabem que eu tive frigorífico também, lá nos anos 1980, quando vocês também estavam começando. Eu conheço um pouco do setor, mas o problema do Brasil é o problema sempre é a relação promíscua empresário e político, esse que é o grande problema do Brasil. E o político não aceita ouvir uma verdade. Todos acharam que foram desafiados quando eles falaram que corromperam 1.800 políticos. Ele corrompeu 1.800 porque não conseguiu corromper 2 mil. A verdade é essa, nua e crua. Não adianta espernear aqui. A verdade é essa mesmo, infelizmente. Não estou dizendo, nominando ninguém, mas a verdade é que muitos estão aí dispostos a serem corrompidos, e neste momento – neste momento.

Ontem mesmo, no meu Estado, na Bahia, três prefeitos – uma quadrilha, marido, mulher e cunhado, irmã de uma prefeita – presos lá, presos na condução coercitiva e vários presos. Continuam roubando o Brasil todos os dias, todos os dias do ano. Não aprendem, não aprendem mesmo. Isso é o mal do Brasil, que se chama político.

E por isso que eu entrei na política, para tentar contribuir com o Brasil. Eu já assinei a carteira de mais de cinquenta mil funcionários na minha empresa, mas eu sentia que, como empresário, você não vai conseguir contribuir com o Brasil, e, sim, como político, desmascarando aqui os métodos que os políticos fazem. O mal do Brasil está exatamente nas políticas, não é nos empresários. Aqueles que hoje falam que ele é criminoso, muitos o bajulavam no passado. Acredito que sim, formou uma quadrilha, sim, políticos e empresários. Essa é a quadrilha que houve. Tenho certeza de que ele se arrepende disso hoje.

Espero que isso seja uma lição, não só para você, mas para os milhares de empresários que existem no Brasil, que são pessoas trabalhadores, que acordam cedo para trabalhar, que produzem, que geram empregos, que geram impostos, que não entrem por esse caminho.

Eu estou aqui e posso falar o que quiser, porque não tenho nada, absolutamente nenhuma relação com a política, com governos, não presto serviços, não vendo, não compro, não quero saber de nada, só pago meus impostos. Por isso que eu tenho independência de falar aqui o que eu quiser e bem entender. E tenho certeza de que, pela minha postura, sou muito investigado, mas é essa postura que eu quero para contribuir com o meu País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito difícil ser político, estar misturado nesse meio, as pessoas lhe colocam na vala comum, a sociedade brasileira, não consegue distinguir, até porque determinados políticos, tidos como salvadores da pátria, daqui a um ano, aparecem os podres dele também. Então, a sociedade não acredita mais na gente.

Então, Presidente, o senhor, que é do meu partido, vamos chamar os políticos, sim, aqui. Que tal uma acareação do Joesley com o Presidente Lula? Já pensou como seria bom? Essa aí é a principal. Mas não adianta protocolar, que vocês não vão chamar ninguém. Vão acabar as cinco semanas e os senhores vão ver se vão trazer os principais corruptos do Brasil aqui nessa mesa. Não vão vir. E desafio e tomara que eu pague a língua.

Então, Presidente, isso aqui é um circo. Vários Deputados e Senadores já saíram desta CPI. Não vou sair, vou ficar até o final para protestar. Essa é minha posição, que estou aqui para protestar, porque nada disso vocês querem apurar. O problema do Brasil está nos políticos, repito, lógico que com a convivência dos empresários também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Duas coisas, Sr. Deputado, que não dá para a gente, que não dá para eu permanecer calado diante da sua fala.

A primeira é que V. Exª disse que, como empresário, não dá conta de contribuir com o País. O senhor sabe que eu sou empresário há trinta anos neste País dando emprego, e nós temos empresários honestos neste País, muitos empresários honestos.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA. *Fora do microfone.*) – Não falei nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Falou. Está nas notas taquigráficas.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Não falei que era empresário desonesto. Não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O senhor não falou que é desonesto, o senhor falou que não contribui, por isso que o senhor hoje veio para a política.

Então, eu quero dizer que os nossos empresários contribuem, sim, muito com o País.

Segundo, V. Exª falou que isto aqui é um circo. Eu peço a V. Exª que respeite os colegas e respeite esta Presidência, Deputado João. Isto aqui não é um circo. Se é um circo, V. Exª está fazendo um papel de palhaço aqui dentro.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA. *Fora do microfone.*) – Estou também. Estou também.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu não estou. Eu não estou. Eu não estou.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA. *Fora do microfone.*) – O.k., está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então eu pediria a V. Ex^a, com todo o respeito, que doravante se manifestasse – V. Ex^a tem toda a liberdade e a prerrogativa –, mas que respeitasse esta Presidência e que respeitasse os colegas. E não chamasse isto aqui...

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Nós temos que respeitar o povo brasileiro em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas eu estou respeitando. V. Ex^a sabe que eu sou um homem sério, que eu também venho da iniciativa privada e estou querendo contribuir com o meu País. Mas não vamos chamar isto aqui de circo, não, porque eu não admitirei doravante que V. Ex^a se manifeste dessa forma com este Plenário. Eu peço a V. Ex^a, carinhosamente, que não se manifeste mais dessa forma, chamando isto aqui de circo.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Presidente, quando mudar a atitude desta CPI, eu vou elogiar, eu vou elogiar. Por enquanto não tenho motivo para elogiar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, eu não estou lhe pedindo elogios. Mas estou lhe pedindo respeito. Eu acho que isso eu posso. Respeito com esta CPMI, com este Plenário e com esta Presidência. Isto aqui não é um circo.

Passo a palavra ao Deputado Relator Carlos Marun.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Sr. Presidente, nobres pares, esta CPI na verdade está surpreendendo e desagradando a muitos, porque ela mantém um rumo. Nós já enfrentamos aqui os mais diversos tipos de pirotecnia, certo? No primeiro dia um Senador sapateou, foi embora. A porta da rua é a serventia da casa, para quem não quer efetivamente, quem não tem coragem de avançar nesta investigação. Tivemos um outro Senador também que fez as suas pirotecnias, entrava por uma porta, falava, saía pela outra, xingando a CPI, que também bateu em retirada.

E por que batem em retirada? Porque eles vieram para cá com um objetivo que não está se cumprindo. Qual é o objetivo que não está se cumprindo? De proteger aqueles que, mesmo na antiga cúpula da Procuradoria-Geral da República, agiram de forma indevida e até criminosa neste processo. Hoje já se revela. Alguém aqui tem dúvida de que a organização capitaneada também pelo Sr. Wesley cooptou um procurador da República da estrita confiança da cúpula da PGR para organizar e avançar nessa delação? Alguém tem dúvida aqui? Será que essa informação não é relevante? Será que nós sabemos o que aconteceu nas entranhas dessa tentativa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque a tentativa de anistia absoluta aconteceu. Depois até puxaram a escada e deixaram essa turma agarrada no pincel. Mas tentaram mandá-los lá para o exílio dourado em Nova York, dentro do iate em que saíram daqui, com pompa e circunstância. Quase que uma tentativa, um crime tentado. Tentaram. Depois circunstâncias fizeram com que o ex-Procurador-Geral da República recuasse.

Mas não é coisa que ele não sabia. Por que é que ele não investigou essa questão do Miller? Eu quero perguntar para ele, já que desde maio, dia 20 de maio, um expediente da Procuradoria-Geral da Câmara foi para a Procuradoria-Geral da República pedindo a investigação da participação do Sr. Miller, do Sr. Marcelo Miller nesse imbróglio. Sabe onde é que foi parar isso? Na gaveta. Isso não deve ser revelado? Será que estão aqui para proteger esse tipo de situação?

Ora, existem dezenas de operações da Polícia Federal em andamento. Vários políticos já foram denunciados. Colegas foram denunciados ao STF, e as investigações avançam. Então, quem vier aqui fazer essa pirotecnia não quer que as investigações avancem sobre aqueles que até hoje foram absolutamente protegidos pela sua condição e por suas prerrogativas funcionais.

Esta CPI já avançou muito e vai, sim, chegar a uma conclusão que revelará que nesse mato tem muito coelho e exigirá talvez, se for o caso, alguma alteração em legislação para que absurdos como esse não voltem a acontecer.

Sr. Wesley, não me agrada, sinceramente, vê-los hoje nessa condição de presos, empresários que, há alguns meses, eram expoentes da economia brasileira e até mundial. Não me agrada. Não pense que nós temos aqui felicidade nisso. Pessoalmente, eu nada tenho contra o senhor.

As circunstâncias do que vocês acabaram fazendo nos levam a essa necessidade que temos de ir atrás da verdade. Não pense que eu estou faceiro com isso. Se eu quisesse estar aqui para investigar ou para acusar, eu teria sido policial, promotor, teria passado num concurso. Isso para nós é uma missão.

Agora, vocês caíram no conto do vigário e não viram isso ainda? Os advogados não estão orientando vocês? Vocês caíram no conto do vigário.

Logo que começou essa situação, eu conversava – e vou me reservar o direito de não dizer com quem, porque ele me passou em sigilo – com um promotor, questionando o dano para a imagem do próprio Ministério Público que era causado por essa decisão do Janot de enviar vocês naquele voo da alegria para Nova York, questionando esse dano... E sabe o que me disseram? "Espera para tu veres. Daqui a pouco, o Janot puxa a escada e deixa essa turma agarrada num pincel. Tenho certeza de que ele não vai deixar isso para a próxima Procuradora, a Drª Raquel Dodge. Antes de ele sair, ele vai querer botar esses Batistas na cadeia." Eu duvidei, mas, dali a pouco, quando eu vejo, acontece exatamente o que tinha sido previsto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês foram orientados a tomar determinadas atitudes que hoje – quer que diga uma verdade? – fazem de vocês mais bandidos do que vocês realmente são. Vocês não são tão, tão, tão, tão bandidos quanto colocaram nessa delação. Acharam que eram malandros, fizeram uma molecagem e estão agora nessa situação deprimente. Vocês têm de reavaliar. Vocês estão confiando que o Ministro Fachin vá manter essa delação, esse acordo de colaboração para vocês. Vocês estão confiando nisso. Você, o Saud, o Francisco, que estiveram aqui... Não há mais condição para isso, independentemente da relação que exista entre vocês. Se existe uma relação – até agora nós não conseguimos – especial entre vocês e o Ministro Fachin, ele não vai ter condições mais de fazer o que vocês estão esperando que ele faça.

Hoje se revelam, estão revelados aí *e-mails* trocados entre vocês e o Procurador – no exercício das suas funções de Procurador – onde vocês orientam, tem que pegar esses, onde são orientados, "vocês têm que na delação fazer isso, fazer isso, fazer isso, que daí vai dar certo". De quem ele ouviu? Esse Miller ouviu de quem para dizer isso para vocês? É isso aqui que nós ainda não pegamos certinho, mas vamos pegar.

Então, eu não vou fazer uma pergunta para você, até porque você vai dizer que não pode responder. Agora, vocês estão aí presos, vão ficar 30 anos na cadeia. Pô! Vocês estão aí na iminência de ficar 30 anos na cadeia. Vocês confessaram milhares de crimes e perderam o benefício da delação. Vocês estão...

Então, eu acho que você tem que reavaliar, zerar, tentar, quem sabe, um outro acordo de delação, um acordo agora real, falando a verdade, doa a quem doer. Doa a quem doer! Não vai ser mais a moleza que foi o outro, "vamos para Nova York". Não. Vai ter aí uns cinco anos de cadeia, uns dez anos de cadeia, porque fazer o que o Janot fez por vocês é só o Papai Noel, e eu não acredito em Papai Noel. Agora, vocês podem buscar uma situação que não leve vocês, daqui a pouco, a ficarem 30 anos presos, porque a condenação do que vocês são réus confessos dá 300 anos de cadeia! Com toda a benevolência da nossa legislação, daí a pouco, 30 anos, e você é um jovem, deve ter... Tem 40 anos?

O SR. WESLEY MENDONÇA BATISTA – Quarenta e sete.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Quarenta e sete, até aparenta menos.

O SR. JONES MARTINS (PMDB - RS. *Fora do microfone.*) – Respondeu uma.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Respondeu uma. Até aparenta menos. Imagine você saindo com 77 anos? Então – aqui, o advogado, está sempre aqui –, vocês estão errados. Vocês têm que reavaliar. A casa caiu! O gato subiu no telhado! A molecagem deu errado! Partam para outro tipo de situação, encarem isso dentro de uma nova realidade. Não acreditem em Papai Noel. Vocês não chegaram no mundo a bordo de uma cegonha. Papai Noel não existe. Ministro Fachin,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independentemente de qualquer coisa, não vai poder fazer o que vocês acham que ele vai fazer, dizer que não aconteceu nada, que a delação de vocês está o.k. e vocês podem embarcar num avião de novo e vazar para os Estados Unidos. Isso não vai acontecer. Ainda está em tempo de vocês reavaliarem isso, e é esse o apelo que faço. Esta CPI pode ser um canal para isso. Nós queremos saber a verdade. Esta CPI pode ser um canal para isto, para nós irmos à Procuradoria negociar, tentar buscar uma nova delação para os senhores, certo?

Não mais, repito, naquela moleza que foi a outra, porque isso aí... Almoço grátis não existe. Mas uma coisa que seja justa, que vocês paguem por parte dos males que fizeram e que seja valorizado, porque tem coisa boa no que fizeram, não estou aqui para dizer que... Não estou dizendo...

Vocês confessaram ao Brasil que são mais bandidos do que vocês realmente são, acreditando que todo mundo ia acreditar que vocês estavam no arrependimento, coisa que ninguém acredita. Então, é esse o apelo que faço a vocês como Relator desta CPMI. Vejam esta CPMI como uma oportunidade. Existem setores que até agora não foram atingidos e estão assustados, e pela primeira vez a água está batendo... Não está batendo no nariz, mas já está batendo no queixo de alguns setores da vida funcional brasileira. Contribuam com isso. Se vocês contribuírem com isso, eu acredito que vocês, aí sim, estarão prestando um serviço ao País.

É isso que eu queria dizer. Eu, sinceramente, vou me retirar, porque nós todos temos aqui o que fazer. Cada um faça as perguntas que fizer, mas o que nós vamos fazer? Vamos segurar aqui 20 Senadores, 30 Deputados ouvindo-o dizer que não.

Jones, assume aqui um pouco para mim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, eu confesso a V. Ex^a que a minha disposição hoje era... Vamos esperar ali o advogado. Não sei se ele está nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pode continuar, Deputado Paulo Pimenta, o nosso depoente está atento.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu até não pretendia... Minha expectativa era de que o Sr. Wesley não ia falar, eu achei que ele não ia falar. Eu até vim para esta reunião hoje com a intenção de não falar também. Na medida em que ele não ia falar nada, eu também não ia falar nada. Mas, como ele leu aquela carta ali, fazendo uma espécie de comunicado à Nação, eu resolvi então também fazer o meu comunicado, porque o tom da carta do Sr. Wesley na realidade revela exatamente aquilo que eles imaginam sobre o que está acontecendo no País e a maneira como eles enxergam o Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o grande problema da tese dos irmãos Batista? Os irmãos Batista têm uma concepção de que, através do dinheiro, eles conseguiriam tudo o que eles quisessem; comprariam concorrentes, comprariam primeiro fiscais agropecuários, depois iam comprando prefeitos, governadores, bancos. E imaginaram: "Vamos botar dinheiro nas campanhas eleitorais!" Aquilo que eles falam eu acho que, de certa maneira, eles acreditavam tipo: "Todo mundo a quem nós dermos dinheiro para a campanha nós vamos tratar como se fossem nossos empregados". Então, os irmãos Batista criaram uma tese: "Com dinheiro, a gente faz o que a gente quiser".

Na medida em que esse negócio foi se desmoronando...

Com todo o prazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Gostaria de fazer um aparte, porque faz parte da primeira página desse meu grande relatório – abro aspas: "No final, a realidade é esta: Nós não vai ser preso. Nós sabemos que nós não vai. Vamos fazer de tudo, menos ser preso" – Joesley Batista.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – É isso. Então, o que acontece? Num determinado momento, os irmãos Batista, diante da circunstância que começou a surgir processo de tudo quanto é lado, investigação de tudo quanto é lado, eles começaram a se socorrer das relações que tinham: "Mas nós ajudamos a botar o fulano no Tribunal tal. Nós temos um fulano de tal lá que é nosso, deve favor para nós, andou no nosso jatinho. Nós marcávamos audiência com Senadores, demos dinheiro para o Senador. Senador, temos um cara nosso aqui, que nós estamos apoiando. O senhor tem que nos receber". Faziam jantares, carne eles tinham bastante, churrasco à vontade. Aí eles tiveram uma ideia: "Vamos comprar uma delação. Nós compramos todo mundo, porque não vamos comprar uma delação?". A moda agora é delação.

E delação é um baita negócio. "A gente vai lá, conta uma partezinha da verdade, recebe imunidade, 80% dos nossos negócios já estão nos Estados Unidos. É muito mais barato comprar uma delação do que comprar outras coisas que nós já compramos". E como é que faz para comprar uma delação? Existe um mercado de delações. Infelizmente, no Brasil, se criou uma indústria de delações. Para conseguir delação precisa ter o quê? Contratar um escritório que tenha acesso ao esquema, à panela. Encontraram um procurador, o Marcelo Miller, que tinha relações com o escritório. Contratarem o escritório. O delator tratou os termos do que seria a delação. O procurador montou a proposta de delação, orientou, estão aí os *e-mails*. Como é que faz para pagar o procurador? Paga como advogado, não como procurador. E deu tudo certinho. Deram dinheiro para o procurador, já como advogado, fizeram a delação, no outro dia foram embora para os Estados Unidos. Era o crime perfeito, receberam imunidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imaginem um negócio mais bem-sucedido do que este? Já tinham transferido 80% das operações para os Estados Unidos, já tinham 56 plantas nos Estados Unidos. Pagaram o procurador, ganharam imunidade, se livraram de todos os crimes, não podem mais ser processados por nada, foram embora. O que deu errado, Presidente? A ganância. Não satisfeitos em terem dado o golpe perfeito, resolveram ainda, depois da delação, ganhar mais um pouquinho manipulando o mercado de ações e o mercado de dólar. Só eles e o Ministério Público sabiam da delação, não se aguentaram: "Vamos dar mais um golpezinho, vamos ganhar mais um dinheirinho. Já que nós vai ter que pagar uma multa, nós vai dar mais um golpezinho no dólar e na ação agora. Nós provocou um vazamento e tirou mais um naco de dinheiro público", roubando no mercado de dólar e no mercado de ações.

Mesmo assim, ainda não tinham perdido os privilégios concedidos pelos amigos que eles conquistaram no Ministério Público, no Poder Judiciário. E como é que se mataram? Se mataram de novo pela prepotência e pela presunção. Fizeram uma farra bebendo, dizendo bobagem, se autogravaram e revelaram para o Brasil o que realmente eles eram, o que tinham feito. Por que perderam os benefícios, por que estão na cadeia? Não foi porque falaram a verdade.

Isso aí é uma bobagem dita pelo Saud e, hoje, pelo Dr. Wesley. "Ai, estou preso porque falei a verdade." Isso é conversa para explicar na reunião da família o porquê de estar na cadeia, não para explicar para nós. Estão presos porque escolheram coisas para contar e coisas para esconder.

Então, o Presidente tem razão. Nem o Dr. Fachin vai poder garantir isso aí. Nem o Dr. Fachin! Por quê? Porque é tão escandaloso, está tão escrachado... E, hoje, estão revelados os *e-mails*. Mas como é que pode? O procurador federal, o 02 do Janot participava do grupo do WhatsApp com eles; orientou os termos da delação. E como é que não está na cadeia esse procurador? Mas alguém me explica por que o Marcelo Miller está solto? E aí o Janot fez um *mise-en-scène*, pediu a prisão, o Fachin negou, e o Ministério Público nunca recorreu. O Ministério Público nunca recorreu contra a negativa do Fachin em prender o Marcelo Miller.

Eu quero concluir, Presidente, dizendo a V. Ex^a que esse é o *modus operandi*. Essa operação é muito semelhante à que foi feita na delação da Odebrecht, de que o Marcelo Miller participou também. Eu não sei se o senhor viu hoje: o *site* que está acompanhando essa denúncia do Paradise Papers traz uma matéria mostrando que dois dos principais delatores da Odebrecht, Fernando Migliaccio e o tal de Olívio... Acharam contas deles escondidas nas Bermudas que eles não tinham declarado na delação. Ou seja, eles tinham mentido na delação, da mesma maneira do esquema da JBS.

Então, o que é a delação? A delação é um negócio: você conta uma parte da verdade, que é aquilo que os procuradores querem ouvir; eles te autorizam a esconder uma outra parte da verdade; você dá um pouquinho de dinheiro; eles te autorizam a ficar com grande parte do que você roubou; e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o País perde milhares de empregos, mercados internacionais conquistados com suporte de dinheiro público do próprio BNDES, e os empresários que se envolveram com corrupção saem mais ricos do que entraram.

Então, eu acho que é muito importante, Sr. Presidente, essa nossa Comissão, porque ela está investigando aquilo que ninguém investigou, que é o que está por trás desse mercado das delações que se criou no Brasil e a forma como isso subverteu de maneira vergonhosa o Direito Penal brasileiro, em que os criminosos viram heróis. Está errado o Deputado que veio aqui, fala e vai embora, quando ele diz assim: "Nós não vamos investigar os poderosos?" Eles são os poderosos!

Concluo, Presidente, antes de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Permite-me, Deputado Paulo Pimenta, porque de repente pode facilitar para que V. Ex^a faça a pergunta. Eu acabei de ser informado agora... Eu quero indagar especialmente o Dr. Ticiano se esse acordo de delação, colaboração premiada do Sr. Wesley, foi rescindido ou não.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Ele não foi rescindido?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Não. **O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pois bem, olha isso: a Lei 12.850, a Lei da Delação, no seu art. 4º, diz o seguinte:

Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:

Veja, Dr. Ticiano, o §14 do art. 4º da Lei 12.850:

§ 14. Nos depoimentos que prestar, o colaborador renunciará, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós estamos aqui, salvo melhor juízo, diante de um depoente que tem a obrigação de dizer a verdade e responder às nossas indagações, sob pena – e aí nós vamos, então, questionar mais uma vez – de este contrato de colaboração ser rescindido o mais rápido possível.

Veja só, Sr. Wesley Batista Mendonça, esse seu silêncio pode lhe trazer prejuízo ainda maior, de acordo com a resposta do Dr. Ticiano, que este acordo não foi rescindido. A Lei é claríssima, é insofismável, ao dizer, no §14 do art. 4º da Lei 12.850, que V. Exª tem a obrigação de falar. V. Exª tem que renunciar ao direito do silêncio.

Então, eu tive essa informação agora, e eu não sabia dela.

Continue com a palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu concluo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos ouvir aqui...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu só vou concluir com uma frase.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Eu vou dizer uma coisa, para concluir: O Dr. Wesley, o Dr. Saud, os delatores da Odebrecht, nenhum deles poderá dizer a verdade, porque, no dia em que eles falarem a verdade, as delações deles serão anuladas, porque as delações não se sustentam na verdade, as delações são um negócio, um esquema criminoso do qual eles fazem parte. Por isso que ele não pode falar, por isso que ele é obrigado a ficar em silêncio.

O SR. SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sr. Presidente, então, pela ordem, só esclarecendo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com a palavra, Dr. Ticiano.

O SR. SR. TICIANO FIGUEIREDO – Não sei quem informou V. Exª, mas não há nenhum acordo de colaboração, seja do Wesley, do Joesley, do Ricardo, do Francisco, rescindido, nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k.

O SR. SR. TICIANO FIGUEIREDO – O que está acontecendo, como foi muito bem dito pelo Wesley desde o começo, é que, tendo em vista que a complementaridade do acordo ainda está sob análise da PGR, desde que haja uma expressa autorização da PGR, tão logo se resolva toda essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação, ele estará à disposição para esclarecer qualquer um, inclusive V. Ex^{as}, que muito têm honrado o País com o trabalho realizado no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^a.

Veja só, o Dr. Ticiano ratifica...

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Sr. Presidente, o senhor me permite um aparte nesse debate?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Só um segundinho.

O Dr. Ticiano ratifica que o acordo realmente está em vigor.

Assim sendo, eu vou sugerir – é claro que eu quero conversar um pouco mais com o nosso Plenário –, Deputado Wadih, que esses contratos de delação premiada do Dr. Francisco que esteve aqui, e não falou conosco, e do Sr. Wesley, sejam rescindidos. Vou sugerir a rescisão desses contratos de delação.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO. *Fora do microfone.*) – E do Saud também.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E do Saud também.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mais uma informação importante aqui, Deputado. Uma decisão do Ministro Edson Fachin, na Ação Cautelar 4352, cabível, portanto, nos termos pleiteados pelo Ministério Público Federal, a parcial suspensão cautelar da eficácia dos benefícios acordados entre o Procurador-Geral da República e os colaboradores para o fim de se deferir medidas cautelares com a finalidade de se angariar eventuais elementos de prova que possibilitem confirmar os indícios sobre os possíveis crimes ora atribuídos a Marcelo Miller.

Ou seja, aqui não tem a ver ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Do Joesley e não do Wesley.

Então, até que me provem o contrário, o Wesley teria que abrir mão, abster-se do silêncio e responder às nossas indagações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu passo a palavra agora para o Deputado Miguel Haddad.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu queria primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas primeiro deixe-me dar as boas-vindas para o nosso Senador Lasier, que assumiu a Relatoria no lugar do Deputado Marun.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Eu queria pedir vênica até porque tenho um compromisso às 11h30min, do PSDB. Eu queria primeiro fazer uma consideração. Eu já participei de CPI, participei da CPI do BNDES, integro neste momento esta CPMI, e, com todo respeito aos trabalhos que vêm sendo dirigidos por V. Ex – sei da sua lisura e do seu empenho –, nós em certo momento, e me refiro ao Congresso como um todo, temos que repensar as CPMLs, as Comissões de Inquérito. Nós temos que rediscutir isso, porque todas as vezes que um depoente é convidado ou convocado para vir aqui e permanece em silêncio, o que é um direito garantido pela Constituição, isso na verdade não permite o andamento dos trabalhos. Nós temos que criar mecanismos efetivos, senão fica o sentimento de que a CPI termina em *pizza*, quando o objetivo não é esse. Sei que não é esse o desejo de todos nós que integramos a CPML, mas os mecanismos, os instrumentos de que nós neste momento dispomos, não são suficientes e não nos permitem ampliar as investigações. Acho que esse é um tema que não cabe aqui agora, mas vale a pena uma reflexão para que a gente possa, num futuro próximo, avançar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas aí nós vamos ter que mexer na Constituição Federal.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Sem dúvida. Se necessário, Senador, teremos que fazê-lo, porque os instrumentos que as Comissões de Inquérito nos permitem atuar são limitadores. Nós precisamos repensar esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O Juiz Sergio Moro também tem as suas limitações. Eu lamento, eu também lamento.

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – Não, e aí não é nenhuma crítica. Eu acho vale a pena nós...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Estou entendendo, Deputado. Estou entendendo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB - SP) – ... reavaliarmos isso. Vale a pena reavaliar, Senador, porque há limitações. Não que ela não seja um instrumento importante; ela é um instrumento importante, mas ela tem que ser aperfeiçoada. Queria deixar claro isso.

Queria só fazer uma consideração ao Sr. Wesley. Vocês foram empresários de sucesso durante todos esses últimos anos. Naturalmente, tiveram essa relação com as instituições e com o BNDES mais especificamente. Queria só indagar, queria só que você me respondesse de forma objetiva, se for possível. Você acredita que vocês teriam o mesmo sucesso – eu aqui não entro no mérito de se essas relações tinham qualquer viés de legalidade ou ilegalidade – se não tivessem esse vínculo com o Poder Público?

O SR. WESLEY BATISTA – Com todo o respeito, eu vou me manter em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto. (*Pausa.*)

Não se encontra.

O Senador Lasier Martins, neste momento, assume a Relatoria. Com a palavra, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, diante da leitura que V. Ex^a fez há pouco, do art. 4º da lei da delação, §14, eu queria que V. Ex^a perguntasse ao Sr. Wesley se ele se mantém na decisão tomada, ou, diante desse artigo, se ele renuncia ao direito de silêncio, e sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pois bem, então eu pergunto a V. S^a, Sr. Wesley, diante dessa informação preciosa aqui, desse §14 do art. 4º da Lei nº 12.850, onde está muito claro que V. S^a tem que renunciar ao silêncio e dizer a nós a verdade, se V. S^a quer, a partir deste momento, responder as nossas indagações ou permanecer calado. Por favor, é ao Sr. Wesley.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sr. Presidente, eu vou pedir...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, por favor.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Eu vou pedir a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, não. Não estou perguntando a V. S^a.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Tem até o representante da Ordem que está aí para garantir que seja respeitado o direito do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, não, não. Não estou perguntando a V. S^a. Por favor, Dr. Ticiano.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Só esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, não, por favor. V. S^a não tem direito a palavra agora. Eu pergunto ao Sr. Wesley se permanece calado diante disso aqui, que isso aqui pode trazer problema muito grave. Eu vou sugerir ao Plenário, vou sugerir que cancele imediatamente, que rescinda esse contrato de delação de V. S^a, imediatamente.

Eu pergunto: permanece em silêncio ou V. S^a quer responder as nossas indagações? Por favor.

O SR. WESLEY BATISTA – Sr. Presidente, continuarei seguindo a orientação dos meus advogados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com a palavra, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Uma participação importante hoje do Sr. Wesley aqui, nesta reunião, Sr. Presidente, foi o seu pronunciamento inicial, que nem foi ouvido por todos, afinal as pessoas que estão acompanhando isso pela transmissão direta, as pessoas se substituem.

E nesse pronunciamento do Sr. Wesley há alguns posicionamentos e conceitos muito interessantes. Então, eu não faço uma primeira pergunta ao Sr. Wesley; eu faço um pedido: que o Sr. Wesley apresente de novo aquele pronunciamento, porque ele foi muito rápido, e não conseguimos apanhar tudo aquilo que ele pretendia e que tem um conteúdo muito interessante para avaliação, para reflexão desta Comissão.

Eu acho que ele não vai se negar, porque ele não está respondendo a perguntas, mas acho que ele não vai se negar a responder a um pedido de apresentar de novo seu pronunciamento do início, que me parece de um conteúdo de muita profundidade.

O SR. WESLEY BATISTA – Senador, com todo o respeito, eu continuarei mantendo silêncio. Eu fiz a fala inicial. Deve estar registrada aí. Eu me manterei em silêncio.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – É uma pena. Eu acho que, para o próprio interrogando, seria interessante repetir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero fazer alguma, acho que duas perguntas que acho que não teria por que se negar.

Quando ele foi preso, em setembro, Sr. Wesley, o senhor colocou... Uma cena que foi descrita pelos jornais: "o Sr. Wesley colocou a mão à cabeça, deu um chute no chão e disse o seguinte: 'Que País é este?'"

Então, eu queria saber o que significou essa frase. Qual o sentido dessa frase? Se era com relação ao País ou se era com relação ao que estavam fazendo com ele.

O SR. WESLEY BATISTA – Senador, com todo o respeito, continuarei em silêncio, por orientação dos advogados.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Vou lhe fazer uma pergunta... Vou fazer a ele uma pergunta mais benévola.

Numa reportagem realizada pela *Folha de S.Paulo*, concluiu-se que o Sr. Wesley foi um dos grandes responsáveis por elevar a JBS ao posto de maior empresa de carne do mundo nas últimas décadas. E, segundo a reportagem da *Folha*, ouvindo vários executivos importantes do setor, disseram que o Sr. Wesley tinha uma grande visão empresarial, um trabalhador com uma visão de que a JBS precisava melhorar sua governança, sendo um eficiente gestor.

Eu pergunto: isso que apurou a *Folha de S.Paulo* é verdade ou não?

O SR. WESLEY BATISTA – Senador, mais uma vez, com todo o respeito, me mantere em silêncio.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Quer dizer, nem o que é bom ao depoente ele, nem isso ele admite, não é?

Eu queria saber como é que o Sr. Wesley está sendo tratado na prisão. Se ele tem alguma reclamação, se ele está em cela isolada ou com quem ele convive na mesma cela.

O SR. WESLEY BATISTA – Senador, com todo o respeito, continuarei seguindo a orientação dos meus advogados e me mantere em silêncio.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu pergunto se o depoente é mudo apenas aqui na Comissão ou se ele, durante o dia, também só fala o que os advogados autorizam.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Ex^{mo} Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O Senador está...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu espero que não seja cerceado na minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O Senador está dirigindo a pergunta ao Sr. Wesley.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sim, pois não. É só pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Após a resposta eu passo a palavra...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – É só para que não haja constrangimento ou ironias com o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, não, não, não está havendo.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não vejo constrangimento por enquanto.

Poderia responder, Sr. Wesley?

O SR. WESLEY BATISTA – Senador, com todo o respeito, me mantereis em silêncio, por orientação dos advogados.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Então, como última pergunta e associando àquela pergunta que eu falei sobre os seus méritos, o faturamento da JBS aumentou 3.400%, nos últimos dez anos, o que confirmaria que realmente é um grande gestor. Agora, foi de maneira honesta? É possível que uma empresa cresça tanto em tão pouco tempo, além de usar recursos do BNDES e deixar este com um prejuízo de R\$711,3 milhões, conforme cálculo do TCU, e é também ainda a maior devedora da previdência pública do Brasil, com uma dívida no valor de R\$2,390 bilhões?

O que pode nos dizer o Sr. Wesley?

O SR. WESLEY BATISTA – Senador, com todo o respeito, me mantereis em silêncio por orientação dos advogados.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS) – Também não tenho mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^ª.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Deputado Heuler Cruvinel e, posteriormente, ao Deputado Alfredo Kaefer.

Com a palavra.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Sr. Presidente, Senador Ataídes, Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhor depoente Wesley, primeiro, quero aqui inicialmente poder colaborar com os trabalhos de todas as CPMLs e CPLs, tanto do Congresso Nacional, da Câmara Federal e do Senado Federal, com relação à Constituição Federal. Que nós tivéssemos um trabalho de alteração e de mudança de uma proposta de emenda à Constituição que todos os depoimentos que aqui viessem tivessem obrigação em poder responder as suas perguntas. Que nós realmente trabalhássemos nesse sentido para que déssemos realmente um sentido à CPML, para que nós não ficássemos aqui e perdéssemos essa conotação que a população brasileira, a sociedade brasileira espera dos nossos trabalhos.

O trabalho sério que tem sido feito aqui pelo Sr. Senador Ataídes, também pelo nosso Relator, nosso Deputado Marun, e todos os membros desta Comissão, onde nós estamos tratando de um assunto sério, no momento em que o Brasil espera, a sociedade brasileira espera que o Brasil seja passado a limpo de verdade em toda essa relação promíscua que foi feita entre a JBS e entre vários políticos brasileiros, não de forma genérica, não de forma generalizada, como foi dito aí pelo Joesley e pelo Wesley, pelos irmãos Batista.

Nós conhecemos a história desse grupo. O senhor como goiano também – hoje, no Estado do Tocantins, mas também goiano, de Anápolis – conhece toda a história e a trajetória da família Batista, desde os primórdios, na década de 50, do Sr. José Batista, quando iniciou a sua história com a empresa frigorífica, até agora, já no século XXI, com os irmãos Batista.

A gente sabe da sua história e da sua trajetória, onde eles, de forma agressiva agora, imaginavam que podiam comprar a tudo e a todos, independente de como seria, mas, mesmo fazendo através do monopólio, da cartelização do setor frigorífico, onde eles iniciaram comprando plantas frigoríficas, fechando frigoríficos, deixando várias famílias desempregadas e achatando o preço do gado gordo para o pecuarista brasileiro de forma geral e, em especial, no nosso Estado de Goiás, onde realmente o produtor pecuarista teve prejuízos com as ações da empresa JBS, com a J&F.

Então, nós sabemos de todo o *modus operandi* do grupo JBS, de tudo que eles operacionalizaram em todos os sentidos que sejam de forma com os pecuaristas, em poder fazer o monopólio, a cartelização e, depois, com recurso vindo do BNDES com vários bilhões de reais, de recursos públicos, onde nós tínhamos essa ligação direta, onde eles recebiam esse recurso público e faziam doações de campanha, principalmente para o Partido dos Trabalhadores, principalmente com essa ligação direta que tinha com o ex-Presidente Lula, com a ex-Presidente Dilma, onde realmente eles passavam esses recursos para as campanhas do PT, principalmente, nos últimos anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que a JBS sempre teve essa relação e essa ligação com vários políticos. Não sei a quantidade. Eles disseram aqui mais de 1.800 políticos. Não acredito que tenha sido essa quantidade, mas prefeitos foram envolvidos, vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais, governadores, Presidente da República, onde realmente tiveram essa ligação.

Quero fazer aqui duas perguntas. Sei que ele não está respondendo aqui a várias dessas perguntas. Em delação, o senhor afirmou que Guido Mantega operava para favorecer os negócios da J&F junto ao BNDES. Pode-se afirmar que uma dessas ajudas resultou no enquadramento, análise e aprovação de operação de aporte de capital para aquisição da Swift, nos Estados Unidos, no curto espaço de tempo de 22 dias. Isso é verdade?

O SR. WESLEY BATISTA – Deputado, com todo respeito, continuo seguindo a orientação dos advogados. Manterei silêncio.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – A JBS cresceu assustadoramente nos últimos anos – como disse aqui o Senador Lasier, nos últimos 10 anos, mais de 3.000% –, chegando a se tornar a maior empresa de proteína animal do mundo. No Estado de Goiás, observaram-se efeitos negativos com o fechamento de frigoríficos de bovinos e demissão em massa de trabalhadores. Seria possível esse crescimento vertiginoso da empresa sem o aporte de recursos públicos?

O SR. WESLEY BATISTA – Deputado, com todo respeito, continuarei seguindo a orientação dos advogados. Manterei silêncio.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Não é à toa que hoje os irmãos Batista são conhecidos em todo o Brasil como Joesley Malandrão e Wesley Safadão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Só para completar a pergunta de V. Ex^a, Deputado Heuler, só como informação, no ano 2016, a fortuna do Sr. Wesley foi avaliada em R\$3,1 bilhões, sendo listado, inclusive, entre os 70 homens mais ricos do mundo, do Brasil, melhor dizendo.

Na opinião do senhor, Sr. Wesley, o senhor acha que essa alavancada dessa sua fortuna se deu pelos benefícios ou pela sociedade do Brasil nos seus negócios?

O SR. WESLEY BATISTA – Presidente, com todo respeito, continuarei seguindo a orientação dos advogados. Manterei silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Concedo a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer, esse competente e grande empresário do nosso País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO KAEFER (Bloco/PSL - PR) – Obrigado, Presidente.

Não quero dirigir nenhuma pergunta ao Wesley. Até porque nós, em outros momentos, convivemos juntos, em defesa pelo setor. Atuo há muitos anos no setor de carnes, de aves. Então, a gente trabalhou aí pelo bem do setor.

Quero dizer que eu, pessoalmente, com o meu trabalho parlamentar, Presidente, proporcionei grandes ganhos para o grupo JBS. Mas como Parlamentar, bem como para outras empresas do setor. Refiro-me especialmente a um processo que nós criamos, na Câmara, enfim, no Congresso Nacional, por meio do qual desoneramos a folha de pagamento dos setores produtivos. A área que tem hoje a menor alíquota é a de frigoríficos. Foi um grande avanço.

Lamentavelmente, o Governo mandou uma medida provisória, que nós derrubamos aqui – ela caducou. Mas hoje há, novamente, um projeto de lei onerando a folha de pagamento. Isso vai reduzir a competitividade, vai tirar, em um ano, de R\$8 bilhões a R\$10 bilhões do setor produtivo de 50 setores que foram beneficiados por esse sistema, não se discutindo maior ou menor alíquota, mas um sistema absolutamente racional que nós implantamos. É muito mais fácil você fiscalizar contribuição previdenciária através de faturamento do que de folha de pagamento. Mas quero dizer que o meu trabalho foi parlamentar e nunca tive nenhuma relação com os Batista, nem qualquer relação pecuniária.

Queria fazer aqui um registro, Presidente, e enfatizar que o senhor insiste em colocar no relatório algo que é tácito e explícito. Nós percebemos nas CPLs, enfim em todos os processos que versaram sobre a Lava Jato, sobre a JBS, esses problemas todos, sem entrar no mérito de erros e acertos, de juiz ou não juiz. Não me cabe, sou Parlamentar, não sou juiz. Mas temos de mudar a lei de delação e de leniência por uma razão muito simples: CNPJs não cometem crimes, em absoluto. Nós tivemos o caso das empresas da Lava Jato, seus titulares. O Presidente da Odebrecht está preso, mas o que tem a ver um pedreiro, um engenheiro que foi formado dentro da empresa ao longo da história com qualquer malfeito que os seus diretores tenham feito? As empresas hoje...Não vamos também entrar nessa discussão sobre se deveríamos ter alavancado as super empresas no Brasil, mas elas existem e devem ser preservadas. O que tem a ver, por exemplo, um simples... O Wesley vai se lembrar disso.

O que tem a ver um sujeito que pendura frango lá na Lapa, lá em Jacarezinho. Lá no meu Estado a JBS é muito forte. E essas situações todas prejudicam o capitalismo, prejudicam as empresas. Mistura-se leniência e delação, e isso afeta as empresas. Eu fui contra esse processo desde o primeiro momento. E dos Deputados aqui – dentre os quais, eu – que se manifestavam nessa linha, Deputado Pimenta, se considerava o seguinte: olha, vocês estão querendo... Quem defende essa tese quer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defender malfeitos ou criminosos ou coisa assim. Mas não. As empresas têm que ser preservadas. Os empregos têm que ser preservados. Se os acionistas hoje estão respondendo, vão responder...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O caso da Samsung, na Coreia. O seu Presidente está preso, mas a empresa continua a todo vapor, gerando os empregos e pagando os impostos. Eu coaduno com V. Ex^a.

O SR. ALFREDO KAEFER (Bloco/PSL - PR) – Exatamente. A empresa não foi afetada em nada absolutamente. Se há uma penalidade pecuniária, ela terá que ser estabelecida pelas ações que os donos têm, mas as empresas têm que ser preservadas. Não tem nada a ver. E elas apanham. Elas sofrem. As empresas do grupo JBS – não vamos discutir aqui todas as mazelas que foram criadas – geram empregos. Lá no meu Estado, o frigorífico de boi em Mato Grosso não pode prejudicar essa operação, como não poderia prejudicar. Nós criamos empresas exemplares, por exemplo, na área. Essas empresas da Lava Jato, as empreiteiras, por exemplo – não se pode discutir se a Odebrecht cometeu delitos – são empresas primorosas, que fizeram obras vultosas, extraordinária e tecnicamente benfeitas no mundo inteiro, e que perderam os contratos em função da situação, porque na legislação nós não separamos, efetivamente, a delação dos que cometeram, eventualmente, delitos ou malfeitos do CNPJ das empresas.

Eu queria que o senhor registrasse isso para que a CPMI produzisse magnificamente esse efeito de a gente mudar essa Lei nº 12.850 nesse quesito. É preciso mudar. Houve um erro desde o começo. Açodadamente foi produzida essa legislação. Ela tem que ser modificada. As empresas são umas, e os seus diretores, enfim, são...

Nós tivemos esse problema lá atrás, em 1995 e 1996, por exemplo, no Sistema Financeiro do Brasil, porque alguns diretores cometeram erros. Estruturas bancárias seculares, construídas no Brasil, foram jogadas na lata de lixo, porque se misturou atitude dos diretores – muitas vezes, até não foram nem donos – que cometeram erros, mas as empresas não foram preservadas.

O Banco Econômico, por exemplo, quando teve a sua intervenção e liquidação decretada, tinha quase 100 anos de fundação. Isso não é pouco. É muita coisa. Os frigoríficos da JBS que vieram de outras gerações... O caso Seara, por exemplo, que foi fundada por família de italianos lá em Santa Catarina, passou por outros grupos e, no final, acabou indo para a mão da família Batista.

Esses empregos de produtores rurais simples, de trabalhadores, produtores integrados. Muitas dessas operações hoje são prejudicadas porque se joga tudo na lata de lixo. A JBS é tudo a mesma coisa, houve erros e tal. E nós não conseguimos separar o CPF – para ser claro. Nós não conseguimos separar o CPF do CNPJ. Queria que o senhor colocasse isso no relatório da CPI. Já havia pedido isso em outras CPIs das quais participei, mas não tive sucesso. Para que a gente colocasse isso como resultado do relatório da CPI da JBS: a mudança da lei de delação e de leniência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^a.

Deputado Alfredo Kaefer, enquanto V. Ex^a estava fazendo a sua bela exposição, o Relator parcial da área legislativa, esse competente Deputado Wadih, estava literalmente olhando para V. Ex^a. Tenho certeza de que ele captou a mensagem. Aqui eu usei – inclusive me lembrei na hora – essa grande empresa, a Samsung, coreana, que representa mais de 26% do PIB daquele Estado. O Presidente está preso e a empresa continua gerando empregos e riquezas.

O SR. WADIIH DAMOUS (PT - RJ) – Agora, Presidente, se lá tivesse uma Lava Jato, quebrava a Coreia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pois bem, não temos mais nenhum orador.

Percebo...

O SR. WADIIH DAMOUS (PT - RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Deputado Wadih.

O SR. WADIIH DAMOUS (PT - RJ) – Não quero atrapalhar, V. Ex^a vai concluir.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Imagine! V. Ex^a nunca atrapalha.

O SR. WADIIH DAMOUS (PT - RJ) – Quero fazer um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Só quando fala no Lula.

O SR. WADIIH DAMOUS (PT - RJ) – Como V. Ex^a sabe, eu o e Deputado Paulo Pimenta estivemos na Espanha onde tomamos o depoimento do advogado Rodrigo Tacla Duran, que já está inclusive protocolado em áudio aqui nesta Comissão. Ele faz revelações muito sérias, graves. Inclusive, Presidente, algumas delas jogam luz sobre aquilo que estamos aqui investigando e na linha da intervenção brilhante do Deputado Alfredo Kaefer.

Nesse sentido, Senador Presidente, como já foi aprovado o requerimento de oitiva, por teleconferência, do referido advogado, peço a V. Ex^a a prerrogativa de designar a data. Que designe a data para o depoimento do advogado Rodrigo Tacla Duran por teleconferência. Se V. Ex^a me permitir, sugiro a data de 28 de novembro. Até porque temos de ter tempo, Presidente, para detalhes técnicos,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

já que vai ser por teleconferência. Enfim, há procedimentos, parece-me, de natureza técnica que devem ser adotados. Então, peço mais uma vez a gentileza de V. Ex^a para que designemos imediatamente, ante a gravidade do que revela Rodrigo Tacla Duran. Que seja designada essa data para sua oitiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Só queria informar a V. Ex^a que nesse mesmo dia, 28, devemos ouvir o Sr. Joesley Batista.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – No dia 30, Presidente, na quinta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Acho que no dia 30 porque no dia 29 o ex-Procurador Miller.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – E no dia 30?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – No dia 30 não. Então, acho que dia 30 seria bom, seria...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Se puder ser na data de 30.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Seria a melhor data, não?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k.? Pode ser dia 30?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Fica marcado, então, o dia 30.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Fica marcado o dia 30.

Pois bem, eu percebo que, diante dessa informação de que esse contrato de delação do Sr. Wesley continua em vigor, como também do executivo Ricardo Saud, eu me vejo, como Presidente desta Comissão, na obrigação de sugerir – eu vou consultar os nossos consultores; nós temos dois doutores aqui: o Dr. Daniel e Vicente, na área criminal; vou consultá-los, porque eu pretendo, Senador Lasier, sugerir ao Ministério Público Federal, Deputado Paulo Pimenta, que rescinda de uma vez por todas as delações tanto do Ricardo Saud como também do Sr. Wesley, e que deveria, salvo melhor juízo, hoje ter colaborado com esta CPML.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem. Não havendo mais quem queira fazer perguntas, eu agradeço a presença do Sr. Wesley Mendonça Batista, tão jovem. Espero que saia dessa e volte a gerar emprego no nosso País, mas de uma forma diferente da desses últimos anos, dessa última década.

Agradeço a V. Ex^a e agradeço também o advogado Ticiano, esse jovem e competente advogado, também o advogado Pedro Ivo, e encerro a referida reunião.

(Iniciada às 9 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DE REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DA JBS (14ª REUNIÃO) E PELA CPI DO BNDES (12ª REUNIÃO), EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúnem-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS e a CPI do BNDES com a presença dos Parlamentares Airton Sandoval, Roberto Rocha, José Medeiros, Paulo Rocha, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Carlos Marun, Celso Maldaner, Valdir Colatto, Wadih Damous, Paulo Pimenta, Renzo Braz, João Gualberto, Izalci Lucas, Rocha, Laerte Bessa, Heuler Cruvinel, João Rodrigues, Jose Stédile, Marcelo Aguiar, Wilder Moraes e Dário Berger. Deixam de comparecer os Parlamentares João Alberto Souza, Hélio José, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Eduardo Lopes, Jones Martins, Fausto Pinato, Miguel Haddad, Hugo Leal, Arnaldo Faria de Sá, Juscelino Filho, Marcelo Squassoni, Félix Mendonça Júnior, Delegado Francischini e Professor Victório Galli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva. Finalidade:** Realizar oitiva em reunião conjunta da CPMIJBS com a CPIBNDES. Oitiva de Joesley Batista, em atendimento aos requerimentos 4/2017, 45/2017, 63/2017, 68/2017, 110/2017 e 142/2017. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/28>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bom dia a todos e a todas! Cumprimento os nossos colegas Parlamentares, Deputados e Senadores. Cumprimento também toda a nossa imprensa aqui presente, sempre com um trabalho extraordinário prestado ao nosso País, e também as dezenas de fotógrafos aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 1, de 2017, para investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações realizadas com o BNDES e BNDESPAR, ocorridas entre os anos de 2007 a 2016, que geraram prejuízos ao interesse público. Além disso, investigar os procedimentos do acordo de colaboração premiada, celebrada entre Ministério Público Federal e os acionistas das empresas JBS e J&F.

... envolvendo as empresas JBS e J&F em operações realizadas com o BNDES e com o BNDESPAR, ocorridas entre os anos de 2007 e 2016, que geraram prejuízos ao interesse público; além disso, investigar os procedimentos do acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e os acionistas das empresas JBS e J&F, realizada em conjunto com a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 375, também do corrente ano, para investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do Programa de Globalização das Companhias Nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas a partir do ano de 1997, ou seja, em conjunto com a CPI do BNDES.

A presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Joesley Mendonça Batista, ex-presidente do Grupo JBS.

Solicito, portanto, o especial favor à Secretaria de conduzir o depoente até a mesa. *(Pausa.)*

Agradeço a presença do Sr. Joesley Batista, que, atendendo a convocação desta douta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, está aqui hoje conosco.

Agradeço a presença de V. Sª e agradeço, também, a presença dos Srs. Advogados que o acompanham: o Dr. Ticiano Figueiredo e o Dr. Pedro Ivo Veloso. e também o Dr. Pedro Ivo Velloso.

Sr. Relator e demais colegas, eu tenho feito – e tenho dito aqui em cada reunião –, tenho consolidado um relatório dia a dia sobre os documentos que hoje já se encontram aqui conosco nesta CPMI. Tenho feito, portanto, essas minhas reflexões, que tenho levado para este relatório que hoje já está muito próximo de 500 páginas, de 500 laudas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje aqui, Sr. Relator e demais colegas, eu montei aqui uma cronologia de acordo, ratifico, com toda essa documentação hoje em posse desta CPMI e também diversos depoimentos, como o do ex-advogado do Grupo J&F, da Eldorado, Dr. Willer Tomaz; do Dr. Francisco de Assis e Silva, Diretor Jurídico do Grupo JBS; do ex-Procurador, ou Procurador ainda, Angelo Goulart; e outros mais. Portanto, eu gostaria de pedir a tolerância de V. Ex^{as}, porque eu acredito que seja de bom alvitre, de grande valia a gente fazer aqui um breve relato sobre essa cronologia desses fatos. Logo depois eu passo, então, a palavra ao Sr. Joesley Batista.

Pois bem. Para a investigação da CPMI da JBS, há três personagens que são fundamentais, a saber: Sr. Joesley Batista; Marcello Miller, ex-Procurador; e o Procurador, Dr. Eduardo Pelella – Joesley Batista, por ser o principal articulador das ações por parte dos colaboradores; Marcello Miller, por ser o estrategista do acordo de colaboração e o canal de interlocução com a equipe da PGR; e Eduardo Pelella por ser os olhos e ouvidos do ex-Procurador Rodrigo Janot no processo de colaboração.

Infelizmente, o Procurador, Dr. Eduardo Pelella, não pôde ser inquirido pela CPMI da JBS. Quanto ao Joesley e ao Sr. Miller, tudo indica que estarão, e aqui já está o Sr. Joesley, e falarão conosco neste dia de hoje.

É bom que se diga que ao Procurador Eduardo Pelella, a princípio, *a priori*, foi aprovado por este Plenário um convite. Lamentavelmente ele não atendeu a nenhum dos nossos funcionários da CPMI, tampouco a mim, que tentei falar com ele, fazendo o convite para que ele viesse aqui dar algumas explicações para nós sobre esse contrato desse acordo de delação premiada.

Pois bem. Então,

desse acordo de delação premiada.

Pois bem, então, resolvemos mudar o convite para convocação de testemunha. Assim o Plenário aqui deliberou, e foi aprovada, então, a convocação do Dr. Eduardo Pelella. Entretanto, ele judicializou a vinda dele aqui, entrou com um mandado de segurança, e o Supremo Tribunal Federal, o Ministro Toffoli, deferiu o pedido do Procurador, dizendo que, por se tratar de Procurador da República, ele não poderia vir a esta CPMI. Inclusive, pede a nós, pede a mim, como Presidente, explicações. Eu passei o caso, então, para a Advocacia-Geral do Senado Federal, uma equipe extremamente competente, como nós sabemos. Já foi feita a resposta ao Ministro Toffoli, e nós estamos pedindo que ele reconsidere essa decisão dele. E, se ele não a reconsiderar, também pode levar ao Plenário da nossa Suprema Corte, porque vejo que é de grande valia para nós ouvir o Procurador Eduardo Pelella.

Pois bem, desse modo, para demonstrar a importância desses três personagens na investigação da CPMI da JBS, segue cronologia contendo uma síntese de fatos que fizeram parte do presente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inquérito parlamentar. Para além dos fatos relacionados ao processo de colaboração dos irmãos Batista, são ainda explicitados fatos relativos ao caso Ângelo Goulart.

Vamos, então, à cronologia.

No dia 24/05/2016, o Ministro Teori Zavascki, o saudoso Ministro Teori Zavascki, homologou a colaboração premiada de Sérgio Machado. Marcello Miller e a advogada Fernanda Lara Tórtima estiveram envolvidos na colaboração de Sérgio Machado. Marcello Miller atou pelo Ministério Público Federal, e Fernanda Tórtima, como advogada de Sérgio Machado. Houve gravações clandestinas no curso do procedimento. Aliás, Marcello Miller e Fernanda Tórtima também tiveram algum tipo de contato com os processos de colaboração envolvendo Delcídio do Amaral e Nestor Cerveró. O filho de Nestor Cerveró também gravou, de maneira clandestina, o Senador Delcídio do Amaral.

Entre agosto e setembro de 2016, no âmbito do caso Ângelo Goulart Villela, Francisco de Assis e Silva conheceu o advogado Juliano Costa Couto. Quem o apresentou ao advogado Juliano Costa Couto teria sido André Gustavo, publicitário e amigo do Sr. Joesley Batista. Nesse período, foi firmado um termo de compromisso de oferecimento de garantia da empresa J&F com o Ministério Público Federal. No segundo semestre de 2016, o Procurador Ângelo Goulart Villela foi convidado para fazer parte da força-tarefa da Operação Greenfield.

No segundo semestre de 2016, o Procurador Angelo Goulart Villela foi convidado para fazer parte da Força-Tarefa da Operação Greenfield.

No dia 5 de setembro de 2016, no âmbito do caso do Procurador Angelo Goulart Villela, a Operação Greenfield foi deflagrada.

No dia 9 de janeiro de 2017, no âmbito do caso Angelo Goulart Villela, houve uma audiência no Ministério Público Federal com a participação do Diretor Jurídico do grupo JBS Dr. Francisco de Assis e Silva, Joesley Batista, e o Procurador Anselmo Lopes para tratar da Operação Greenfield.

No início de fevereiro de 2017, no âmbito também do caso Angelo Goulart Villela, Angelo Goulart Villela recebeu um telefonema do Procurador Anselmo Lopes indagando-o se não poderia antecipar o seu ingresso na Força-Tarefa da Operação Greenfield.

Em fevereiro de 2017, o Procurador Anselmo Lopes voltou a pedir o bloqueio de bens e restrições de direitos de Joesley Batista. Nesse contexto, surge a contratação do advogado Willer Tomaz, que esteve aqui conosco.

No dia 9 de fevereiro de 2017, Marcello Miller, ex-Procurador, redigiu um *e-mail* que traçava uma estratégia para a condução do processo de colaboração e/ou leniência, onde sugeriu, inclusive, honorários de R\$15 milhões. Tal estratégia era composta de seis etapas:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1) Entrega da lista de assuntos no Ministério Público Federal e a deflagração da ponta externa, R\$2 milhões;

2) Celebração do acordo de confidencialidade, propondo a cobrança de mais R\$2 milhões;

3) Entrega inicial dos anexos, também cobrando mais R\$2 milhões;

4) Aprovação final dos anexos, também mais R\$2 milhões;

5) Celebração do acordo, propondo mais R\$4 milhões;

6) Homologação do acordo, R\$3 milhões.

Esse *e-mail* foi enviado para ele próprio. E a nossa imprensa tem divulgado de forma muito responsável – eu coloco assim. Todas essas informações já são sabidas pelo povo brasileiro.

Continuo.

No dia 10 de fevereiro de 2017 – portanto, no dia 9, o ex-Procurador já estava trabalhando –, Marcello Miller recebeu mensagem da Dr^a Esther Flesch, do escritório TRW Advogados (Trench, Rossi e Watanabe), que o informou acerca dos dados de uma passagem aérea.

No dia 12 de fevereiro de 2017, a advogada Fernanda Lara Tórtima apresentou Marcello Miller a Francisco de Assis ...apresentou Marcello Miller a Francisco de Assis e Silva, jurídico do grupo econômico J&F. Aliás, dias depois, Francisco de Assis e Silva contratou Fernanda Lara Tórtima para assessorá-lo no processo de colaboração dos irmãos Batista.

No dia 13 de fevereiro de 2017, Marcello Miller foi ao escritório TRW Advogados – vou abreviar para facilitar um pouco – e lá permaneceu por três horas e cinquenta minutos. Esteve reunido com a advogada Esther Flesch. No âmbito do caso Ângelo Goulart, nesse dia Francisco de Assis e Silva foi apresentado a Willer Thomaz. Nesse dia houve a primeira reunião, ocorrida no escritório de Willer Tomaz, com a presença de Willer Tomaz, Juliano Costa Couto e Francisco de Assis e Silva.

No dia 14 de fevereiro...

Eu acho que é importante – não é, Sr. Relator? – que os nossos companheiros tenham essa cronologia.

Cumprimento aqui o Relator da CPI do BNDES, Senador Roberto Rocha.

Sigo.

No dia 14 de fevereiro, Marcello Miller enviou um *e-mail* a Esther Flesch, no qual esclareceu o tema "improbidade administrativa nos financiamentos do BNDES". Ao enviar o *e-mail*, Marcello Miller





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registra – abro aspas – o seguinte: "Sobre o caso que discutimos ontem" – fecho aspas –, no âmbito do caso Ângelo Goulart Villela. Nesse dia houve uma audiência com o Procurador Anselmo Lopes para discutir os termos das cautelares. Nesse dia ainda houve outra reunião no escritório do Dr. Willer Tomaz. Estiveram presentes Joesley Batista, Juliano Costa Couto, Francisco de Assis e Silva e Willer Tomaz. Nesse dia Willer Tomaz foi contratado por R\$8 milhões.

No dia 15 de fevereiro de 2017, no âmbito também do caso do Ângelo Goulart Villela, ainda houve uma terceira reunião no escritório de Willer Tomaz. Foi nessa terceira reunião que apareceu em cena o Procurador Ângelo Goulart Villela, amigo do advogado, Dr. Willer Tomaz.

No dia 16 de fevereiro, Marcello Miller encaminhou ofício onde pedia exoneração do Ministério Público Federal, ou seja, mais de uma semana depois de já estar atuando, ele pede, através de um ofício, a sua exoneração.

Pois bem, no dia 17 de fevereiro, Marcello Miller recebeu mensagem de Fernanda Galante, também do escritório TRW Advogados, em razão de uma solicitação de voo feita por ele.

No dia 19 de fevereiro, Francisco de Assis e Silva telefonou para o Procurador Anselmo Lopes e disse que Joesley Batista e Wesley Batista decidiram fechar um acordo de colaboração premiada.

Já no dia 20 de fevereiro, Francisco de Assis se reuniu com Anselmo Lopes e com a Delegada Rúbia Danyla, na Procuradoria da República no Distrito Federal. Nesse mesmo dia, Francisco de Assis e Silva também foi à PGR...

(...) mesmo dia, Francisco de Assis e Silva também foi à PGR (Procuradoria-Geral da República) e conversou com Sérgio Bruno e Eduardo Pelella, dois procuradores. Ainda nesse dia, Marcello Miller voltou ao escritório TRW Advogados e lá permaneceu por cinco horas e vinte e um minutos.

No dia 21 de fevereiro, Marcello Miller enviou mensagem para Maurício Novaes, também do escritório TRW Advogados, quando solicitou o detalhamento da proposta do escritório. Nesse mesmo dia, Francisco de Assis e Silva fez contato telefônico com a PGR.

No dia 22 de fevereiro de 2017, Marcello Miller enviou mensagem para a advogada Esther Flesch, onde registrou algumas dúvidas quanto à proposta do escritório TRW Advogados. Nesse mesmo dia, Marcello Miller recebeu *e-mail* desse mesmo escritório com uma proposta anexada para ser sócio minoritário do escritório. Ainda nesse dia, Francisco de Assis e Silva recebeu um telefonema do Procurador Sérgio Bruno e agendaram uma reunião na PGR para o dia 2 de março do corrente ano.

No dia 23 de fevereiro, Marcello Miller comunicou ao ex-Procurador da República, Dr. Rodrigo Janot, sua intenção de deixar o Ministério Público Federal. Nesse mesmo dia, Marcello Miller foi – aspas – "contratado" – fecho aspas – de maneira informal, pelo escritório Trench Rossi e Watanabe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Advogados. Marcello Miller passou a prestar serviço ao mencionado escritório, notadamente em relação aos assuntos de interesse do Grupo J&F no acordo de colaboração e no acordo de leniência.

Ainda nesse dia, Marcello Miller recebeu uma mensagem de felicitação da Dr^a Esther Flesch, do escritório Trench Rossi e Watanabe Advogados, em razão de Marcello Miller ter aceitado ingressar no escritório. Aliás, Marcello Miller também recebeu uma mensagem de Hercules Celeueski, também do escritório TRW Advogados, felicitando-o por ter aceitado ingressar no escritório.

No dia 24 de fevereiro, no âmbito do caso Angelo Goulart Villela, o advogado Willer Tomaz ligou desesperadamente para Francisco de Assis e Silva, pois havia sido informado por Angelo Goulart Villela de que Joesley Batista estava fazendo um acordo com o Ministério Público Federal.

No dia 25 de fevereiro de 2017, a advogada Dr^a Esther Flesch, do escritório TRW Advogados, enviou *e-mail* a Marcello Miller com o seguinte título – aspas – "Confidencial" – fecho aspas. Perdão. Abro aspas: "Confidencial. BNDES/JBS" – fecho aspas, onde ela informa as diversas ações do TCU envolvendo o relacionamento entre o BNDES e a JBS.

No final de fevereiro e início de março de 2017, Marcello Miller esteve na casa de Joesley Batista (...)

No final de fevereiro, início de março de 2017, Marcello Miller esteve na casa de Joesley Batista. Foi levado por Francisco de Assis e Silva. Joesley Batista disse que esteve com Marcello Miller umas duas ou três vezes durante o mês de março.

Aqui, portanto, Sr. Relator, o ex-Procurador Marcello Miller atendia em domicílio.

No dia 1º de março de 2017, Marcello Miller enviou mensagem para Maurício Novaes, também do escritório TRW Advogados, onde anexou seu currículo. Nesse dia Marcello Miller também recebeu uma mensagem de Esther Flesch, do mesmo escritório, onde ele tomou conhecimento de que a divulgação da sua contratação só seria realizada após a efetivação da exoneração.

No dia 2 de março, houve a primeira reunião oficial entre Francisco de Assis e Silva e a Dr^a Fernanda Lara Tórtima com os Procuradores Sérgio Bruno e Eduardo Pelella. Nesse dia, Marcello Miller recebeu uma mensagem de Fernanda Galante do escritório já mencionado, em razão de uma solicitação de voo feita por ele.

No dia 03 de março de 2017, Marcello Miller voltou a se encontrar com a advogada e sócia do escritório TRW Advogados, Dr^a Esther Flesch, permanecendo no local cerca de 1h01.

No dia 5 de março, a advogada Esther Flesch, por intermédio de *e-mail*, indaga a Marcello Miller acerca do que ele achava de uma minuta que ela encaminhava em anexo. O texto continha os termos gerais da contratação, onde o escritório TRW Advogados informava que teria – aspas – "grande





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

satisfação" em assessorar a JBS na avaliação de riscos, referente a assuntos de *compliance* de diversos temas, inclusive anticorrupção.

No dia 06 de março, o contrato entre o escritório de advogados e a J&F Investimento S.A. foi assinado. Tal contratação, segundo tudo indica, foi conduzida por Marcello Miller. Neste mesmo dia, Marcello Miller recebeu uma mensagem de Francisco Assis e Silva com sugestões do jurídico da J&F.

No dia 7 de março, Joesley Batista fez a primeira gravação clandestina envolvendo o Presidente Michel Temer.

No dia 08 de março, Marcello Miller enviou e-mail ao escritório em referência, solicitando a emissão de uma passagem aérea do Rio de Janeiro para São Paulo para o dia seguinte, 9 de março, com retorno marcado para o dia 10 de março. Uma funcionária do escritório fez o seguinte registro: – aspas – as despesas devem ser retiradas do Projeto Ametista. Esther sabe o que é" – fecho aspas. Ainda neste dia, no âmbito do caso Angelo Goulart Villela, foi deflagrada a fase 2 da Operação Greenfield. Nesse dia, Mário Celso Lopes, ex-sócio de Joesley Batista nas empresas Florestal e Eldorado foi preso.

No dia 09/3, Marcello Miller foi apresentado a Ricardo Saud por Francisco de Assis e Silva. Nesse mesmo dia, Marcello Miller redigiu o *e-mail* que continha várias orientações aos colaboradores e citou, inclusive, os nomes de Michel Temer e Aécio, dando a entender que tinha pleno conhecimento das gravações clandestinas. Esse *e-mail* foi enviado para ele mesmo.

No dia 10/3, Marcello Miller retornou ao escritório TRW Advogados para uma reunião, permanecendo lá por 4h38min.

No dia 13/3/2017, Joesley Batista fez a segunda gravação clandestina e envolveu o Deputado Rodrigo Rocha Loures. Nesse dia, ainda, Marcello Miller recebeu uma mensagem de Fernanda Galante, do escritório, em razão de uma solicitação de voo feita por ele.

No dia 15/3, Marcello Miller integrou pela última vez o Grupo de Trabalho de Leniência e Colaboração Premiada da PGR. Nesse dia, ainda, Marcello Miller recebeu uma mensagem da Drª Esther Fresh, do escritório, quando foi informado acerca de um seminário em São Paulo. Também nesse dia, no âmbito do caso Ângelo Goulart Villela, houve a formalização do pedido para o ingresso de Ângelo Goulart Villela na força tarefa da Operação Greenfield.

No dia 16/3/2017, Joesley Batista fez a terceira gravação clandestina e envolveu, novamente, o Deputado Rodrigo Rocha Loures. Nesse mesmo dia, Marcello Miller recebeu *e-mail* da Trench, Rossi e Watanabe Advogados com um plano de investigação preliminar envolvendo a J&F anexado. A mensagem foi enviada por Camila Steinhoff.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 17/3, a Polícia Federal deflagrou a Operação Carne Fraca. Nesse dia, Joesley Batista e Ricardo Saud estavam bebendo juntos na residência do Sr. Joesley Batista e realizaram a autogravação que mudaria o destino dos dois. Nessa gravação, Joesley Batista e Ricardo Saud mencionam Ministros da Suprema Corte Federal, políticos, membros do Ministério Público Federal, autoridades do Poder Executivo etc., etc., etc.

Joesley Batista e Ricardo Saud citam reiteradas vezes Marcello Miller, dando a entender que se tratava de uma peça muito importante no processo de colaboração. Ricardo Saud chegou a dizer que estaria "sujeito" às coisas com Marcello Miller. Nesse dia, inclusive, Joesley Batista disse que Rodrigo Janot já estava sabendo de tudo, pois Marcello Miller estava fazendo a interlocução com a PGR. Joesley Batista confirmou, inclusive, que esteve com Marcello Miller duas semanas antes.

Joesley Batista disse ainda para Ricardo Saud que a delação seria trocada pela anistia. Na conversa com Joesley Batista, Ricardo Saud também disse que Rodrigo Janot iria sair do Ministério Público Federal para advogar com Marcello Miller. Nesse dia ainda, Marcello Miller recebeu uma mensagem de Fernanda Galante – acredito que seja uma executiva do Escritório TRW Advogados –, em razão de uma solicitação de voo feita por ele. Recebeu também uma mensagem de Fernanda Lara Tórtima sobre um seminário internacional.

Já no dia 20/03, Marcello Miller esteve mais uma vez no escritório TRW Advogados. Lá permaneceu por 3h37. Ainda nesse dia, no âmbito do caso Angelo Goulart Villela, foi publicada a portaria de designação de Angelo Goulart Villela para a força-tarefa da Operação Greenfield.

No dia 22/03, Marcello Miller recebeu uma mensagem de Fernanda Galante, da Trench, do mesmo escritório, em razão de solicitação de voo feita por ele. Nesse dia, Marcello Miller redigiu um *e-mail* onde ele discriminou as horas trabalhadas no caso JBS. Olhem isso aqui também: "Nos termos: horas, JBS, no dia 07/03, das 7h às 23h30; no dia 08, das 20h às 21h; no dia 09/03, das 7h às 20h15; no dia 10, das 7h às 9h; no dia 15/03, das 6h10 às 19h50; no dia 16/03, das 9h20 às 21h30; no dia 17, das 12h às 20h15; e no dia 21, das 7h30 às 19h51 e das 21h às 23h20. Esse *e-mail* foi enviado para ele próprio, ou seja, cobrando as horas trabalhadas. Também nesse mesmo dia, Marcello Miller recebeu uma mensagem de Maurício Novaes, também do escritório em referência, onde ele foi cobrado para enviar via do contrato assinado.

Já no dia 23/03/2017, no âmbito do caso Angelo Goulart Villela, Francisco de Assis recebeu uma mensagem do advogado, Dr. Willer Tomaz, informando-o de que a portaria que designava Angelo Goulart Villela para a força-tarefa da Operação Greenfield já havia sido publicada.

No dia 24/03, Joesley Batista fez a quarta gravação clandestina envolvendo o Senador Aécio Neves.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 26/03/2017, Marcello Miller redigiu o *e-mail* onde ele discrimina aspectos da negociação a ser discutida com o Ministério Público Federal acerca de Joesley Batista, Wesley Batista e Ricardo Saud. Esse *e-mail* foi enviado para ele mesmo.

No dia 27/03, Wesley Batista pediu ao Francisco de Assis e Silva que Marcello Miller comparecesse à reunião do dia seguinte na PGR para assinatura do termo de confidencialidade.

Francisco de Assis e Silva teria informado que Marcello Miller não poderia ir, pois ainda estava vinculado ao Ministério Público Federal. Ainda nesse dia, Marcello Miller recebeu mensagem de Fernanda Galante, do escritório, em razão de solicitação feita por ele – acredito que seja de passagem aérea. Nesse dia também, a advogada Dr^a Esther Flesch enviou três *e-mails* seguidos a Marcello Miller em que ela repassou informações envolvendo as negociações nos Estados Unidos.

No dia 28 de março de 2017, Joesley Batista, Wesley Batista e Ricardo Saud assinaram o termo de confidencialidade e formalizaram o compromisso de levar adiante a colaboração premiada. Nesse dia, as gravações clandestinas foram deixadas com os Procuradores Sérgio Bruno e Dr. Eduardo Pelella. Ainda nesse dia, Rodrigo Janot, ex-Procurador, teve contato com as gravações clandestinas. Do dia 28 de março até o dia 7 de abril, Francisco de Assis e Silva e Fernanda Tórtima mantiveram diversas tratativas com Sérgio Bruno e com o Dr. Eduardo Pelella. Ainda nesse dia, Marcello Miller recebeu mensagem de Fernanda Galante, do escritório, também a respeito de passagem aérea, e recebeu uma mensagem de Maurício Novaes também, do próprio escritório, onde Marcello Miller foi comunicado acerca dos procedimentos para o seu ingresso oficial no escritório.

No dia 29/03/2017, Marcello Miller recebeu mensagem de Fernanda Galante, tratando de reembolso de despesas.

No dia 30/03/2017, Marcello Miller recebeu mensagem de Fernanda Galante, também falando sobre a solicitação de voos.

No dia 31/03/2017, Marcello Miller se reuniu com Francisco de Assis e Silva, Fernanda Lara Tórtima e Wesley Batista para tratar da colaboração premiada. Nesse dia ainda, foi criado um grupo de WhatsApp com os seguintes membros: Wesley Batista, Joesley Batista, Francisco de Assis e Silva, Fernanda Lara Tórtima, Marcello Miller e Ricardo Saud. Ainda nesse dia, o escritório TRW Advogados, mesmo sem vínculo formal com Marcello Miller, autorizou a compra de uma passagem aérea em favor do ainda Procurador da República, para ele se deslocar até os Estados Unidos, no valor de R\$36 mil, ou seja, não é econômica, não. Marcello Miller iria, como de fato foi, aos Estados Unidos, no dia 5 de abril, para negociar os termos de acordo de leniência da empresa J&F Investimentos S.A.. Nessa viagem, Marcello Miller esteve acompanhado da Dr^a Esther Flesch. Marcello Miller só retornou ao Brasil no dia 8 de abril. Também nesse mesmo dia, a Dr^a Esther Flesch encaminhou *e-mail* a Marcelo Miller com um documento em anexo. Esse documento, que tem o nome timbrado, entre aspas, "SPDoc", fecho aspas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carimbado como confidencial, continha uma proposta de aditamento ao contrato que fora firmado entre o Grupo J&F e o escritório TRW Advogados.

A Dr^a Esther faz referência a – abro aspas: "aditar a nossa contratação da seguinte forma" – fecho aspas, enumerando alguns pontos.

Um desses pontos é denominado de princípio de funcionamento. Item a. Estratégia registrada. Abro aspas no item a. "Alcançada a etapa de negociação da premiação dos acordos de leniência e colaboração, as partes estabelecerão valor de referência para aferição do êxito da negociação, conforme critérios aqui estabelecidos." No item b, está consignado: "O êxito da negociação será aferido pela diferença entre o valor de referência e o valor global da premiação que abrangem o conjunto dos acordos de colaboração premiada e de leniência celebrado no mesmo âmbito de negociação." – fecho aspas.

Por fim, nesse dia, Marcello Miller recebeu duas mensagens de Fernanda Galante. Aqui também volto a falar sobre passagem aérea.

No âmbito do caso do Angelo Goulart Villela, nesse dia, Francisco de Assis e Silva enviou mensagem de texto e áudio ao Sr. Anselmo Lopes, o Procurador, em que dizia que alguém estaria vazando os termos da colaboração de Joesley Batista. O Procurador Anselmo Lopes ainda deu um despacho que permitiu à empresa Eldorado Celulose prosseguir com suas atividades normalmente, a fim de que não se chamasse a atenção do mercado.

No início de abril, no âmbito do caso Angelo Goulart Villela, Angelo Goulart Villela repassou uma série de documentos para o advogado Willer Tomaz, em razão de reuniões havidas entre os dias 30 e 31 de março.

No dia 1º de abril, Marcello Miller recebeu mensagem de Esther Flesch com proposta de alteração para a apresentação que seria realizada nos Estados Unidos.

No dia 3 de abril, Marcello Miller fez contato por telefone com o Departamento de Justiça americano para tratar do acordo de leniência. Joesley Batista embarcou para os Estados Unidos e só retornou no dia 7 de abril. Nesse dia ainda, Marcello Miller redigiu mensagem para ele mesmo, onde fez considerações sobre a Operação Carne Fraca; recebeu também mensagem de Fernanda Galante, informando o hotel em que ele ficaria nos Estados Unidos.

No âmbito do caso do Angelo Goulart, nesse dia, Francisco de Assis e Silva se reuniu novamente com o advogado Willer Tomaz, sendo que, nessa oportunidade, Francisco de Assis gravou a reunião.

No dia 4 de abril de 2017, Marcello Miller trabalhou pela última vez no Ministério Público Federal. Nesse dia, Marcello Miller repassou orientações importantes a Francisco de Assis e Silva e a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernanda Lara Tórtima sobre o acordo de colaboração. Wesley Batista trocou informações sobre o acordo de leniência com Francisco de Assis e Silva, tendo ressaltado a importância de Marcello Miller. Francisco de Assis também conversou com Marcello Miller sobre o acordo de leniência. Fernanda Lara Tórtima também conversou com Joesley Batista, Francisco de Assis e Silva, Wesley Batista, Ricardo Saud e Marcello Miller sobre o acordo de colaboração e de leniência. Tórtima manteve tratativas com Sérgio Bruno e Eduardo Pelella. Marcello Miller ainda recebeu mensagem de Camila Steinhoff, que encaminhava a versão do projeto Ametista JBS e um rascunho da apresentação que seria realizada nos Estados Unidos. Recebeu também duas mensagens de Fernanda Galante, que encaminhavam bilhetes de voo.

No dia 5 de abril, Marcello Miller deixava de ser Procurador da República oficialmente. Nesse dia, Marcello Miller se reuniu com Wesley Batista no Aeroporto de Guarulhos. Marcello Miller embarcou para os Estados Unidos para tratar do acordo de leniência e só retornou no dia 8 de abril. Ainda nesse dia, Wesley Batista conversou com Joesley Batista, tendo sido mencionadas vantagens financeiras a Marcello Miller. Também nesse dia foi realizada a primeira entrega de numerário a Francisco Pacheco. Essa entrega de numerário foi gravada por Ricardo Saud por conta da própria, após sugestão da PGR, vez que ainda não havia autorização judicial para a ação controlada. Marcello Miller também se manifestou no grupo de WhatsApp sobre o acordo de colaboração premiada. O Procurador Eduardo Pelella e Sérgio Bruno sinalizaram nesse dia que tinham pleno conhecimento do papel duplo exercido por Marcello Miller. Fernanda Lara Tórtima voltou a conversar com Joesley Batista, Francisco de Assis e Silva e Wesley Batista e Marcello Miller sobre o acordo de colaboração e de leniência. Fernanda Lara Tórtima manteve tratativas com Sérgio Bruno e Eduardo Pelella. Marcello Miller ainda fez um *call* com Camila Steinhoff nesse dia.

Estou quase concluindo, mas acho que é muito importante para todos nós, principalmente para os senhores... É uma leitura dos fatos, e aqui eu repito e ratifico que é com base em toda a documentação que hoje já temos em nosso arquivo aqui na CPMI e também nos depoimentos.

Pois bem, no dia 6 de abril, Marcello Miller participou de reuniões no Departamento de Justiça, o SEC, nos Estados Unidos, com o intuito de fazer avançar o acordo de leniência. Fernanda Lara Tórtima voltou a conversar com Joesley Batista, Francisco de Assis e Silva, Ricardo Saud e Marcello Miller sobre o acordo de colaboração e de leniência. Fernanda Tórtima também manteve tratativas com o Procurador Sérgio Bruno.

No dia 7/4/2017, Joesley Batista, Wesley Batista e Ricardo Saud "assinaram" – entre aspas – o pré-acordo de colaboração premiada. Nesse dia as ações controladas foram negociadas em troca da imunidade processual e penal dos colaboradores. Ainda nesse dia, a fase de depoimento foi iniciada e se estendeu até a primeira semana de maio. Ainda nesse dia, Joesley Batista deixou o País e só





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retornou no dia 17 de abril. De igual modo, Wesley Batista também deixou o País e só retornou no dia 12 de abril.

Já no dia 10 de abril, as ações controladas foram autorizadas pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse mesmo dia, Marcello Miller esteve novamente no escritório TRW Advogados, permanecendo lá por uma hora e dezessete minutos.

Marcello Miller ainda recebeu duas mensagens de Fernanda Galante, tudo a respeito de voo. Quando se tratava com essa senhora, com essa executiva, era com relação a custeios de despesa e estada, percebo.

No dia 11/4/2017, Marcello Miller passou a fazer parte, de forma oficial, do escritório TRW Advogados. Ele passou, então, a compor a equipe desse escritório. Nesse mesmo dia, Marcello Miller recebeu ainda duas mensagens de Adriana Werneck, também do escritório TRW Advogados, quando ela o informou acerca de reembolso de despesas.

No dia 12/4, Ricardo Saud participou da primeira ação controlada e gravou a entrega de numerário a Frederico Pacheco. Ainda nesse dia, Marcello Miller voltou a receber mais duas mensagens de Adriana Werneck, desse escritório.

No dia 13/4, Marcello Miller voltou a receber uma mensagem de Adriana Werneck sobre reembolso de despesa do Projeto Ametista JBS.

No dia 19/4/2017, Ricardo Saud participou da segunda ação controlada e gravou a entrega de numerário a Frederico Pacheco.

No âmbito do caso Angelo Goulart, nesse dia, Francisco de Assis e Silva recebeu uma ligação, via Face Time, de Willer Tomaz, sendo que Angelo Goulart Villela também estava presente.

No dia 20/4, Ricardo Saud participou da terceira ação controlada e gravou a entrega de numerário a Roberta Funaro, esposa de Funaro. Nesse dia, ainda, Eduardo Pelella esteve na casa de Angelo Goulart Villela e deixou transparecer que provavelmente até junho ou julho de 2017, época prevista para a indicação dos membros do Ministério Público Federal à lista tríplice e posterior escolha do nome pelo Presidente Michel Temer, não se tivesse mais o mesmo Presidente da República. Isso no dia 20/4/2017.

Já no dia 21/4, no âmbito do caso Angelo Goulart Villela, Willer Tomaz se reuniu com Francisco de Assis, em São Paulo.

No dia 23/4, no âmbito do caso Angelo Goulart, Joesley Batista prestou depoimento e disse que o "suborno" – aspas em suborno; fecho aspas em suborno – pago a um procurador da república era verdadeiro. Disse ainda que o advogado Willer Tomaz havia sido contratado com a promessa de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

influenciar o Juiz Substituto da 10ª Vara Criminal de Brasília, o Dr. Ricardo Soares Leite, e que Willer Tomaz pagava uma mesada de R\$50 mil para o Procurador da República Angelo Goulart Villela.

No dia 24 de abril de 2017, Marcello Miller recebeu duas mensagens de Francisco de Assis e Silva tratando de minuta do acordo de leniência.

No dia 26 de abril, Marcello Miller recebeu mensagem de Sandra Naves, da JBS, que encaminhava bilhete de passagem aérea.

No dia 27 de abril, no âmbito do caso Angelo Goulart Villela, Francisco de Assis e Silva se tornou um colaborador e prestou depoimento a PGR sobre o envolvimento de Ângelo Goulart Villela.

No dia 28 de abril, Ricardo Saud participou da quarta ação controlada e gravou a entrega de numerário a Rodrigo Rocha Loures.

No dia 30 de abril, Marcello Miller recebeu *e-mail* com um – aspas – "modelo de sumário executivo de termo de colaboração" – fecho aspas – anexado. Na verdade, a advogada Fernanda Tórtima enviou duas mensagens para Francisco de Assis e Silva e para Marcello Miller, onde ela encaminhava um modelo de sumário executivo e um modelo de termo de colaboração de pessoa física. Nesse dia ainda, Marcello Miller redigiu *e-mail* para ele mesmo, com um modelo de acordo de leniência.

No final do mês de abril ou início do mês de maio, no âmbito do caso Angelo Goulart Villela, Anselmo Lopes foi convocado por Eduardo Pelella para uma reunião na PGR. Nessa reunião, foi informado de que Angelo Goulart havia sido delatado pelos advogados da J&F como um agente – aspas – "infiltrado" – fecho aspas –.

No dia 1ª de maio, Francisco de Assis e Silva respondeu às duas mensagens de Fernanda Lara Tórtima, copiando Marcello Miller.

No dia 2 de maio, Marcello Miller compareceu novamente ao escritório TRW Advogados. Nesse dia ainda, Marcello Miller recebeu mensagem de Francisco de Assis e Silva sobre alternativas para negociação do acordo de colaboração.

No dia 3 de maio de 2017, Ricardo Saud participou da quinta ação controlada e gravou a entrega de numerários a Frederico Pacheco. Nesse dia, Joesley Batista, Wesley Batista e Ricardo Saud assinaram o acordo de colaboração premiada; Sérgio Bruno e Eduardo Pelella estavam presentes. Ainda nesse dia, Marcello Miller compareceu novamente ao escritório TRW Advogados. Também nesse dia, Marcello Miller recebeu mensagem de Adriana Werneck sobre a emissão de passagens aéreas no âmbito do projeto Ametista. Por fim, nesse dia, no âmbito do caso do Angelo Goulart Villela,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorreu outra ação controlada, envolvendo Angelo Goulart Villela, Willer Tomaz e Francisco de Assis e Silva.

No dia 04 de maio de 2017, no âmbito do caso Angelo Goulart Villela, Francisco de Assis e Silva recebeu uma ligação do advogado Willer Tomaz, informando-o de que ele estava sendo monitorado.

No dia 05 de maio de 2017, Angelo Goulart Villela passou a ter as suas ligações telefônicas monitoradas pela Polícia Federal.

No dia 07 de maio, Marcello Miller deixou o país e só retornou no dia 12 de maio.

Nesse mesmo dia, Marcello Miller recebeu *e-mail* com um documento anexo que discriminava todos os termos de colaboração, acompanhados dos respectivos anexos da colaboração premiada de Wesley Mendonça Batista, Joesley Mendonça Batista, Francisco de Assis e Silva, Ricardo Saud, o executivo Florisvaldo Caetano de Oliveira, Valdir Aparecido Boni e, por derradeiro, Demilton Antônio de Castro.

Já no dia 10/5/2017, no âmbito também do caso Ângelo Goulart, Francisco de Assis e Silva prestou depoimento na PGR sobre o envolvimento de Ângelo Goulart Villela. A sua colaboração foi homologada nesse dia.

No dia 11/5/2017, o Ministro Edison Fachin homologou o acordo de colaboração premiada.

No dia 12/5/2017, a Operação Bullish foi deflagrada.

No dia 15/5/2017, com a 50ª alteração do contrato social do escritório Trench, Rossi e Watanabe Advogados, Marcello Miller passou a deter duas cotas do capital social do escritório. Nesse mesmo dia, Marcello Miller recebeu um *e-mail* que continha uma minuta de petição para levantamento do sigilo da colaboração premiada, minuta esta elaborada por Francisco de Assis e Silva, uma vez que várias medidas cautelares haviam sido deferidas contra os colaboradores no âmbito da Operação Bullish.

No dia 17/05, o acordo de colaboração premiada foi vazado para o mercado. Nesse mesmo dia, Marcello Miller redigiu *e-mail* onde ele registrou os principais argumentos para a negociação do acordo de leniência. Este *e-mail* foi enviado para ele mesmo. Nesse dia ainda, no âmbito do caso Ângelo Goulart, o Procurador Anselmo Lopes recebeu uma ligação de Ângelo Goulart Villela, mas não o atendeu.

No dia 18/5, o Ministro Edison Fachin levantou o sigilo do acordo de colaboração. Nesse dia ainda, no âmbito do caso Ângelo Goulart Villela, o Procurador Anselmo Lopes recebeu novamente uma ligação de Ângelo Goulart Villela, mas não o atendeu. O Procurador Ângelo Goulart Villela foi preso nesse dia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 22/5/2017, Marcello Miller enviou *e-mail* para Camila Steinhoff, do escritório TRW Advogados, onde ele sugeriu o texto para o comunicado à imprensa.

No dia 26/5, Marcello Miller compareceu novamente ao escritório TRW Advogados.

No dia 30/5, Marcello Miller recebeu uma transferência de R\$277.290,86 do escritório Trench, Rossi e Watanabe Advogados.

No dia 1º/6/2017, Marcello Miller compareceu novamente ao escritório Trench, Rossi e Watanabe Advogados.

No dia 2/6, Marcello Miller compareceu novamente ao escritório em referência.

No dia 6/6/2017, Joesley Batista prestou depoimento na Polícia Federal e foi acompanhado por Fernanda Lara Tórtima. Nesse mesmo dia, Marcello Miller compareceu novamente ao escritório Trench, Rossi e Watanabe Advogados.

No dia 12/6, Marcello Miller enviou mensagem para Adriana Werneck, da Trench, Rossi e Watanabe Advogados, em que ele solicita a emissão de passagem aérea.

No dia 3/7/2017, Marcello Miller enviou a Adriana Werneck, do escritório em referência, mensagem onde ele solicitou emissão de passagem aérea. Nesse dia, Marcello Miller enviou mais duas mensagens a Adriana Werneck.

No dia 5/7, houve a 51ª alteração do contrato social da Trench, Rossi e Watanabe Advogados, onde, após decisão unânime e sem reservas, decidiu-se pela retirada unilateral do sócio Marcello Miller. Interessante.

alteração do contrato social da Trench Rossi Watanabe, onde, após decisão unânime e sem reservas, decidiu-se pela retirada unilateral do sócio Marcello Miller. Interessante.

No dia 31/06, Marcello Miller recebeu uma transferência de R\$170.800,19 do escritório Trench Rossi Watanabe Advogados.

No dia 31/08, a título de elemento de colaboração de novo anexo apresentado em relação ao Senador Ciro Nogueira, os colaboradores Joesley Batista, Ricardo Saud e Francisco de Assis e Silva encaminharam o arquivo de áudio "Piauí Ricardo nº 3 17032017.wav" à PGR. Após análise do áudio pela PGR, o Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, determinou a instauração de procedimento de revisão do acordo de colaboração premiada, uma vez que a análise do áudio sugeriu a possível prática de conduta criminosa pelo ex-Procurador da República Marcello Miller – só lá em agosto –, sobre quem pairava a suspeita de ter atuado em favor dos colaboradores antes de se exonerar do cargo. Ademais, o áudio em questão revelou possíveis omissões em relação a supostas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condutas criminosas de outras pessoas, além da existência de uma eventual conta no exterior de titularidade do colaborador Ricardo Saud, cuja existência não havia sido inicialmente informada.

E já em 01/09 do corrente ano, com a 52ª alteração do contrato social do escritório Trench Rossi Watanabe Advogados, a sócia Esther Flesch também se retirou do mencionado escritório de advocacia.

No dia 04/02, Rodrigo Janot abriu a investigação sobre o conteúdo desse áudio.

No dia 05/09, setembro, o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, por intermédio da Petição nº 50.479, de 2017, deu conhecimento ao Ministro Edson Fachin sobre a instauração de procedimento de revisão do acordo de colaboração de Joesley Batista e Ricardo Saud. Nesse mesmo dia, a Ministra Presidente Cármen Lúcia encaminhou ofício à Polícia Federal para requerer a imediata abertura de investigação. Ainda nesse dia, Marcello Miller enviou mensagem a Igor, Advogado de Ricardo Saud, Joesley Batista e Francisco de Assis, onde ele detalha o seu processo de desligamento do Ministério Público Federal.

Concluindo, no dia 07/09, Joesley prestou depoimento na PGR.

No dia 11/09, foi instaurado o Inquérito nº 002/2017-1 para apurar possíveis ocorrências de delitos previstos no art. 299 do Código Penal e no art. 2º, §1º, da Lei 2.850, de 2013, tendo em vista possíveis, aspas, "omissão dolosa de crimes praticados pelos colaboradores, terceiros e outras autoridades, envolvendo inclusive o Supremo Tribunal Federal", identificados a partir de áudios gravados pelo colaborador Joesley Batista e Ricardo Saud, entregues em sede ministerial.

No dia 14/09, Joesley Batista e Ricardo Saud prestaram depoimento na Superintendência Regional da Polícia Federal do Distrito Federal. Ficaram

No dia 14 de setembro, Joesley Batista e Ricardo Saud prestaram depoimento na Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal. Ficaram em silêncio. Nesse mesmo dia, Rodrigo Janot pediu a rescisão do acordo de colaboração.

No dia 9/10, o ex-Ministro José Eduardo Cardozo foi ouvido na sede da Polícia Federal em Brasília.

No dia 10 de outubro, Marcello Paranhos de Oliveira Miller também foi ouvido na sede da Polícia Federal em Brasília.

E, por derradeiro, no dia 11/10/2017, a advogada Fernanda Tórtima foi, igualmente, ouvida na sede da Polícia Federal em Brasília.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Relator e meus demais colegas Parlamentares, eu senti a necessidade de prestar esses esclarecimentos a V. Ex^{as} e também aos nossos telespectadores e a toda a nossa imprensa. Na verdade, pouco disto que aqui coloquei é novidade. Pouco disto aqui é novidade. A nossa imprensa tem, com muita competência, levado a informação ao povo brasileiro e até mesmo a nós Parlamentares.

Portanto, agradeço a paciência e a tolerância de todos e passo a palavra, então, ao Sr. Joesley Mendonça Batista, mais uma vez agradecendo a sua presença, para fazer suas considerações, se assim julgar necessário.

V. S^a tem todo o tempo, Sr. Joesley, como o Sr. Wesley também teve aqui. Ele fez toda a sua explanação, dizendo o que ele achava. Portanto, V. S^a está com a palavra.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas, em nome do Joesley, aqui, a Defesa, assim como alertou em petição, ressalta a situação jurídica que se permeia até hoje e que, tão logo essa situação se resolva, o Joesley se comprometerá a continuar colaborando com a Justiça e esclarecendo todos os fatos necessários. Mas, hoje, a orientação, assim como foi feita ao Wesley, é a de que, em respeito à ampla defesa e ao contraditório, ele invoque a garantia constitucional do silêncio. Então, para todas as perguntas, a orientação vai ser essa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço ao Dr. Ticiano.

Estou pedindo ao nosso Secretário da CPMI que nos traga aqui informação com relação à legislação, porque o Sr. Joesley está ainda em colaboração premiada e, assim sendo, salvo melhor juízo dos senhores advogados, do Sr. Joesley e dos nossos demais colegas, precisa colaborar com os trabalhos desta CPMI. O nosso Secretário nos trará aqui a legislação.

Pergunto aos colegas se querem fazer uso da palavra, até a informação chegar às minhas mãos.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Eu queria.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com a palavra o Relator, Deputado Carlos Marun.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Sr. Joesley, senhores advogados, nobres pares membros desta CPMI, vejo essas oitivas como uma oportunidade de defesa daqueles que se dispõem a responder as perguntas.

Não obstante algumas considerações no sentido de que a CPMI está obtendo poucos resultados, Sr. Presidente, relato...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultados, Sr. Presidente, o relato...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Só um minuto, Relator. Eu pediria aos advogados, por favor, que permaneçam sentados e deixem o nosso pessoal concluir o trabalho. Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço, agradeço, agradeço.

Continue, por favor.

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Não obstante essas considerações desairosas, com o relato cronológico que V. Exª acaba de fazer a respeito de tudo o que já se levantou sobre essas controversas circunstâncias presentes nesse acordo, por si só, se nós terminássemos aqui com o que o senhor colocou, já teria valido a pena a realização desta CPI.

Então, isso, no meu modo de ver, queima a língua daqueles que, por interesses dos mais diversos, bradam que a CPI não está obtendo resultados. Eu até entendo que a oitiva, em muitos momentos, é o menos importante de tudo. O mais importante são os documentos que nos chegaram e que nos permitem hoje, permitem inclusive a este Relator já ter estabelecido uma relativa convicção a respeito do que aconteceu. Eu vejo essas oitivas mais como uma oportunidade de defesa. É dessa forma que eu as vejo.

O que eu penso hoje de tudo isso, em conformidade com a cronologia, em conformidade com os depoimentos que aqui se fizeram, e em conformidade com os documentos que já analisamos? Primeiro, no início do ano, o senhor discutia internamente a delação e desconfiava que o Sr. Ricardo Saud já a negociava; discutia no âmbito das pessoas mais próximas e desconfiava que o Sr. Ricardo Saud já negociava, já se preparava para delatar.

No dia 12 de fevereiro, trazido por Fernanda Tórtima e Esther Flesch, Marcello Miller se transforma num contratado do esquema com o qual a JBS e os senhores especialmente pensavam enfrentar essa situação difícil que se avizinhava. O Sr. Marcello Miller foi contratado pela Trench e inclusive se transformou em um dos seus sócios. Mas, além disso, havia um outro contrato, um contrato de gaveta, este, sim, milionário – este, sim, milionário –, que, celebrado com a Srª Esther Flesch, era suficiente para, se não deixar milionário, deixar rica e bem acomodada muita gente pelos valores milionários desse contrato de gaveta. Falam em 27 milhões. Em um *e-mail* do Sr. Marcello Miller, ele fala em 15 milhões – talvez 15 milhões uma parte, 12 milhões a outra...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Reais ou dólares?

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Reais.

Cooptado o Sr. Marcello Miller, os senhores vão, no dia 17, ao Saud, cuja delação, já foi revelado aqui, estava pronta. Já estava tudo separadinho, ...foi revelado aqui que estava com a delação pronta, que já estava tudo separadinho, ordem cronológica... E, no meu modo de ver – salvo se o senhor quiser contestar –, a chegada do Marcello Miller trouxe ao Saud uma segurança, e ali houve o convencimento de que, no lugar de fazer a sua própria delação, fizesse conjuntamente com os senhores no bolo que se armou.

Por quê? Porque ali ficou evidenciada uma situação. Os senhores, pelo que se coloca, já têm um relacionamento privilegiado com um Ministro do STF, o Sr. Fachin. Não estou nem dizendo que isso tenha levado a atitudes equivocadas, mas, ao que tudo indica, o Sr. Saud é informado... E ele não quis dizer que não, porque percorreu vários gabinetes aqui defendendo, no horário de expediente, trabalhando então para o grupo JBS, defendendo a candidatura do Sr. Fachin ao STF... O senhor, inclusive, realizou um jantar que foi importante para essa articulação, ao qual compareceram – são essas informações que nós temos – o senhor – estava na sua casa –, o Sr. Saud, o Sr. Fachin e o Senador Renan Calheiros. O entendimento que nós temos é que isso foi importante para que o Sr. Fachin fosse, tranquila e rapidamente, aprovado para o exercício da função de Ministro do STF. E isso, somado à chegada do Miller, trouxe aquela informação: "Está tudo dominado, é por aqui o caminho. Através do Miller, nós temos a PGR; através de uma relação já existente, nós teríamos uma boa vontade, talvez, do Supremo Tribunal Federal."

Feito isso, apresentado dia 17, já no dia 19 começam as tratativas oficiais. O Sr. Assis liga para o... Dia 19 é um domingo, o Sr. Assis liga para o Procurador Anselmo e marca uma conversa para o dia seguinte, já para tratar da delação. Essa primeira reunião acontece no âmbito da Procuradoria da República no Distrito Federal no dia 20 e, no dia 21, já na Procuradoria-Geral da República. Acontecem reuniões no dia 21 de fevereiro para tratar desse assunto e, na sequência, já começa a participar dessas reuniões o Sr. Procurador Pelella.

Aí já começa a primeira controvérsia. O Procurador Janot insiste que, mesmo o Pelella sabendo – isso já está claro... E o Sr. Pelella não quis vir aqui negar essa informação que nós temos; ele não quis, ele se recusa, buscou no STF o direito, que eu tenho como muito controverso, de não vir aqui falar e, portanto, de se defender. A informação com a qual se tenta convencer alguns é que o Pelella sabia, mas o Janot não sabia, o Sr. Pelella sabia, mas o Sr. Janot não sabia.

Aí eu pergunto: o que poderia ter... Há duas informações: ou o Sr. Janot sabia ou o Sr. Pelella estava fazendo algo tão...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(...) sabia ou o Sr. Pelella estava fazendo algo tão errado que não queria que nem o chefe soubesse. Ou o Janot sabia, ou então o Pelella tinha um segredo tão grande nessa confusão, que ele não queria nem que o Sr. Procurador Janot soubesse, porque não estava negociando a delação de um carpinteiro ou de um desses mulas que levam dinheiro para lá e para cá. Não! Estavam negociando a delação de um dos maiores grupos empresariais do mundo. É difícil acreditar que o Sr. Janot não soubesse, como ele afirma. Tanto que ele se manteve na linha de defesa até três meses depois. Só em setembro é que ele alterou. Até lá, ele dizia que o Miller era inocente e não tinha nada a ver com isso. A Procuradoria só tomou conhecimento da vontade de delatar em 25 de março, quando se começou a discutir o tal acordo de confidencialidade.

Pois bem, o senhor entra nesse pacote, aparentemente bem alicerçado, bem calçado, e o meu entendimento é de que o senhor é convencido a gravar o Presidente, e o senhor é convencido – esse é o meu entendimento – a declarar que todas as suas contribuições para a política, em toda a sua vida, foram propina. Ou seja, o senhor deu o dinheiro porque estava ganhando em troca alguma coisa determinada.

O senhor se tornou um réu confesso de mais de 1.800 casos de corrupção e suborno. O senhor se tornou um réu confesso disso. E isso ficou bom para quem tinha um plano de destruir a política e um plano de derrubar o Presidente da República. Para eles ficou bom. Para o senhor, pode até ter parecido que no início ficou bom, mas hoje o senhor sabe que o senhor é um réu confesso e tem a grande probabilidade de que os benefícios que o senhor obteve na delação sejam suspensos.

O senhor passa, então, a ser parte dessa conspiração que buscava derrubar o Presidente. Cumprida a sua parte, o senhor recebe esse escandaloso presente que é a imunidade. Esse escandaloso presente que é a imunidade é que lhe permite partir com... O senhor, a sua trupe, o iate, o avião; e como dizem, para nunca mais voltar, que era a ideia inicial. Livre, leve e solto, nos States, para viver a vida. Era esse o seu planejamento.

Não obstante a gravidade do tema e o seu impacto na Nação, a sua empresa ainda aproveitou a informação privilegiada que tinha em relação à data do vazamento e resolve faturar um pouquinho a mais. Também, mesmo para quem é muito rico, um bilhãozinho a mais ruim não é. Então, fatura ali no câmbio, sua empresa fatura na compra e venda de ações, num outro aspecto nefasto. No âmbito dessas controversas circunstâncias, o senhor usa a informação privilegiada para faturar, para aumentar ou pelo menos tentar compensar um pouco essas multas que obviamente o senhor teria de pagar nesse processo.

A revelação do assunto, por esse (...)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há revelação do assunto por esse vazamento ao jornalista Lauro Jardim. Obviamente, resulta em grave crise política da qual o País agora começa a tentar se recuperar. A crise política atrapalhou o Brasil durante meses, trouxe prejuízo a muita gente.]

Na sequência, já falei que, não obstante as evidências, o então Procurador Janot se recusa a investigar a participação de Marcello Miller no caso. Recusa-se! Eu enviei a ele, como Procurador da Câmara, um pedido de investigação da participação do Marcello Miller. Enviei no dia 20 ou 21 de maio, e foi para a gaveta. Recusou-se a investigar coisas que no momento em que todo o Brasil sabia que ali havia algo errado. Foi para a gaveta.

Pois bem, o que nós temos hoje? Vamos mais adiante: o impacto da revelação dos benefícios é extremamente danoso à imagem do Ministério Público. Pela primeira vez, o Ministério Público é extremamente questionado, é extremamente questionado, e a população estranha o que aconteceu. Isso aqui, esta CPI existe muito em função disso, porque a população também estranhou os benefícios que o senhor e a sua turma receberam no âmbito desse acordo de colaboração extremamente premiado.

E agora, no final, em setembro, o Sr. Janot, a partir de um áudio que ele até já tinha... Parece que o áudio apareceu no primeiro momento, naquele gravador que chegou ao Procurador Janot e que ele não perdeu; a Polícia Federal depois faz uma perícia, pega alguns áudios que tinham sido apagados, que estiveram lá no gravador, e a casa começa a cair também para o senhor. O senhor já não abandona o barco, e eles lhes deixam nesta situação em que V. S^a se encontra.

Do que o senhor é acusado hoje, fora as diversas acusações que recaem sobre os senhores? Que o senhor, no âmbito dessas investigações, cooptou dois investigadores. O senhor teria cooptado dois procuradores, no mínimo: um, no âmbito da Operação Greenfield, que veio aqui, se defendeu, apresentou as suas considerações; e outro, no âmbito desta delação e que, a princípio, aqui virá amanhã. Mas, na sua delação, o senhor protege um deles; na sua delação o senhor esquece que o Sr. Marcello Miller teve toda essa participação tão bem historiada pelo eminente Senador Ataídes. O senhor esquece isso, o senhor se refere ao Angelo e protege o Marcello Miller.

... esquece disso. O senhor se refere ao Angelo e protege o Marcello Miller.

Eu entendo que, salvo alguém venha me dizer o contrário, o senhor fez isso também a pedido de alguém. O senhor também fez isso a pedido de alguém, porque é muito estranha uma cooptação evidente de dois e, no momento de denunciar, o senhor denuncia um, que até era uma situação menos gravosa a princípio, e o outro o senhor se esquece de delatar.

Pois bem; eu vou lhe dizer uma coisa que eu disse ao seu irmão: eu acho que o senhor não é tão bandido quanto o senhor confessa ser. Sério mesmo! Eu vejo aí. Eu penso seriamente que o senhor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é tão bandido quanto o senhor confessa ser. Empresário arrojado, com investimentos importantes para o País – e citei até um investimento importante no meu Estado –, que geram milhares de empregos; porém, o senhor chegou a um momento em que o senhor, que era um mafioso de terceira categoria, resolveu achar que era o Al Capone, e, daí, parece que todos... O senhor foi lá e confessou e disse coisas cooptado por essa ideia de correr logo para os Estados Unidos. É esta a minha impressão.

Eu quero lhe perguntar o seguinte: diante disso que aqui está, que está se mostrando o caminho que este Relator entende ser o correto... Salvo se alguém vier aqui se defender, porque está aqui. Se alguém quiser se defender disso, que compareça, que não corra para o STF tentando não falar. Considerando que é esse o caminho que está sendo percorrido pela convicção deste Relator, o senhor não quer dizer nada em sua defesa? O senhor não quer dizer nada em sua defesa? Se o senhor quiser, nós estamos disposto a ouvi-lo, aqui, que é o ideal, ou até em outra ocasião, desde que rápido, porque nós estamos aqui encerrando os trabalhos da CPI.

Então, eu lhe pergunto: o senhor não quer dizer nada em sua defesa? O senhor prefere ficar calado diante das colocações que lhe fez até agora o Senador Ataídes e que lhe faço eu neste resumo do caminho que estamos percorrendo?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O senhor me permite, Sr. Relator?

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Deixe-me esclarecer aqui para o nosso depoente, Sr. Joesley Batista, e também aos seus advogados, Dr. Pedro e Dr. Ticiano, e aos senhores.

A Lei nº 12.850, de 2013, que instituiu a delação, a colaboração premiada, no seu art. 4º, §14, diz o seguinte: "Nos depoimentos que prestar, o colaborador renunciará, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade". Ou seja, ele renuncia ao direito de ficar em silêncio.

Pois bem; trechos da decisão do Ministro Edson Fachin na Ação Cautelar nº 4352, do Distrito Federal, que converteu a prisão temporária do depoente em preventiva:

Cumprе ressaltar que, na decisão de fls. 19-24, decretei a parcial suspensão cautelar da eficácia dos benefícios acordados entre o Procurador-Geral da República e os colaboradores. Não há, portanto, pronunciamento satisfativo...

Não há, portanto, pronunciamento satisfativo acerca da ocorrência, ou não, da omissão dolosa de informações, tema que, a tempo e modo, será detidamente averiguado por esta Relatoria neste Tribunal. [Continua:] Como se vê, o cenário processual demanda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclarecimento maior, razão pela qual, na minha ótica, afigura-se escorreita, por ora, a suspensão cautelar da eficácia dos benefícios. [...] Diante do exposto, sem prejuízo de novo exame oportunamente, visando assegurar a ordem pública e por conveniência da instrução criminal, acolho o pedido formulado pelo Procurador-Geral da República e, nos termos do art. 312, CPP, converto as prisões de Joesley Batista e Ricardo Saud em preventivas.

Aí, então, vem a minha conclusão: salvo melhor juízo, o acordo de colaboração premiada do Sr. Joesley está então suspenso. Apenas os benefícios, desse modo, foram suspensos cautelarmente por decisão do Ministro Fachin. Suspensos, portanto, os benefícios do acordo.

Assim, permanece a obrigação do depoente de contribuir com a presente Comissão, renunciando ao direito ao silêncio, sob pena de se configurar nova hipótese para o cancelamento do acordo ora celebrado, da colaboração premiada.

Portanto, Sr. Joesley, o que aconteceu com o Sr. Wesley e com o Ricardo Saud, eu, diante da clara, da infismável legislação, pedi a rescisão deles, uma vez que eles tinham a obrigação de colaborar, abrindo mão do silêncio, e não o fizeram. Mais uma vez eu alerto V. S^a com relação a isso aqui. Evidentemente que esta Comissão deverá utilizar dessa legislação para tomar as providências se porventura V. Ex^a permanecer em silêncio, não é? Porque, aí, essa é uma decisão exclusivamente de V. S^a, também orientado pelos Srs. Advogados.

Eu só queria, Sr. Relator e demais membros, fazer menção à legislação. V. Ex^a...

O SR. CARLOS MARUN (PMDB - MS) – O que eu tinha que colocar já coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – V. S^a, Sr. Joesley, com a palavra.

O SR. JOESLEY MENDONÇA BATISTA – Bom dia.

Eu me mantenho em silêncio, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pois bem.

Então, vamos passar a palavra ao primeiro orador, que é o Relator da CPI do BNDES, Senador Roberto Rocha. Com a palavra.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputados, senhoras e senhores, Sr. Joesley Batista, eu, de fato, não tenho mais o que perguntar.

Eu admito, já disse aqui algumas vezes e repito, que é perfeitamente natural, compreensível que ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo, mas penso que este, como disse o Deputado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Marun, é um ambiente que poderia ser utilizado até para poder o Sr. Joesley demonstrar sua inocência. No entanto, ele prefere fazer, ter essa oportunidade em outro local.

Eu teria aqui algumas perguntas para fazer, fruto de um

No entanto, ele prefere ter essa oportunidade em outro local.

Eu teria algumas perguntas a fazer aqui, fruto de um trabalho que a gente vem desenvolvendo na CPI do BNDES. Em que pese também eu ser membro titular desta CPMI, eu estava focado, é claro, na condição de Relator da CPI do BNDES. Contudo, penso que é absoluta perda de tempo formular qualquer tipo de pergunta. Tal como nesta CPMI, nós temos muitas informações hoje, por exemplo, na CPI do BNDES, que, ontem e hoje, está trabalhando no Rio de Janeiro, na sede do Banco. Muitas vezes, a percepção é a de que o principal trabalho de uma comissão de inquérito é o das oitivas, e não o é. Penso que as oitivas são até muito mais importantes para as pessoas que vêm aqui para falar, mas que preferem não falar, do que propriamente para a Comissão.

O Presidente desta CPMI, Senador Ataídes, fez um rico relato do que já existe de informação até agora.

Eu poderia dar, talvez, uma oportunidade, uma chance, para o Sr. Joesley. Digo isso muito tranquilamente, Sr. Presidente, com muito respeito, defendendo o direito dele. É claro que temos de compreender isso. A lei das delações, que V. Ex^a até citou há pouco, de fato, trata da questão de não ser obrigado a ficar em silêncio. Data vênua, isso se dá em relação aos membros do Ministério Público. Dessa forma, sustento aqui o direito dele, mas quero aqui deixar apenas uma oportunidade para que ele possa esclarecer alguns fatos.

Sou do Maranhão. O Sr. Willer Tomaz foi preso no Maranhão pela Polícia Federal. Eu queria saber – talvez, não haja problema algum em que isso seja dito pelo Sr. Joesley – qual é a defesa que o Sr. Willer Tomaz faz em relação à empresa de V. S^a e quem eventualmente o recomendou.

Também em relação ao Maranhão, deixa-nos intrigados uma questão: a sua empresa, um grande conglomerado de empresas que emprega dezenas, centenas, milhares de pessoas, que por isso tem o nosso reconhecimento, é claro, como já foi dito, atua na ponta do capitalismo, do capitalismo mais avançado, mas essa empresa resolveu fazer doação para o Partido Comunista do Brasil, que só tem um governo no Brasil, que é o do Maranhão, que é um Estado em que, parece-me, data vênua, salvo melhor juízo, o grupo de V. S^a não tem nenhum açougue. Como estamos investigando as relações da JBS com o Ministério Público, tendo em vista que o Governador comunista do Maranhão tinha fortes ligações com o então Procurador-Geral da República, qual é essa relação de interesses que move um grupo tão poderoso num Estado governado por um partido comunista? Era





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em favor do Governador ou do irmão do Governador? Essa questão nos intriga, e, talvez, fosse o momento de o Sr. Joesley esclarecer.

O SR. JOESLEY MENDONÇA BATISTA – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA. *Fora do microfone.*) – Não tenho mais nada a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Está satisfeito? (*Pausa.*)

Não satisfeito?

Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Deputado Wadih Damous.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Deputado Wadih Damous.

Com a palavra...

Não se encontra. Deve ter dado uma saída.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, mais uma vez, a gente não consegue a colaboração dos depoentes num tema tão importante para o País, onde, inclusive, o depoente colocou toda a classe política em jogo, além de autoridades como as do Supremo, do Ministério Público... Acho que ele poderia esclarecer algumas coisas que, em princípio, não o incriminariam em nada, apenas colaboraria com o País.

É evidente que, nessa análise que foi feita por V. Ex^a, ficou muito clara a trama. Isso aqui dá um filme, uma telenovela de alguns anos. Eu nem sabia... Eu fiz a convocação da advogada Fernanda, que foi onde tudo começou... Não sei, mas espero que ela ainda venha também nos esclarecer, evidentemente sem comprometer a questão profissional. Nós sabemos que os advogados têm de manter realmente sigilo profissional como qualquer profissional liberal – eu, como contador, também sei disso, fiz o juramento quando me formei –, mas tem muita coisa que você pode falar que não compromete em nada a sua atuação profissional, o seu compromisso profissional.

Eu vou fazer algumas perguntas e vou perguntar coisas que de forma alguma comprometem V. S^a, Sr. Joesley. Eu respeito muito a questão do silêncio. Acho que a Constituição é muito clara, mas têm coisas que não prejudicam, e eu acho que pode colaborar muito conosco.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O grande mistério... Mistério não, porque já foi desvendado. Algumas dúvidas nossas são com relação a Marcello Miller. Eu acompanhei aqui a advogada Fernanda Lara. Até vi agora que, se não me falha a memória, pelo que está aqui, ela é inclusive irmã ou meia-irmã do Ministro Barroso. Eu não sabia. A Fernanda Lara Tórtima, pelo que vi aqui, é irmã do Ministro do Supremo Tribunal Federal, meia-irmã do Ministro Barroso. Essa advogada atuava e atuou como advogada do Sérgio Machado na delação premiada, atuou também na do Nestor Cerveró, e fez todo o encaminhamento no sentido de provocar as gravações clandestinas lá do Sérgio Machado e do filho do Nestor Cerveró. E quem atuava por parte do Ministério Público era o Marcello Miller. Então, houve, sim, durante algum tempo, esse relacionamento entre Fernanda e Marcello Miller. Evidentemente, eles devem ter conversado muito.

Houve aí, então, a bela ideia, a grande ideia de colaboração com a JBS no sentido de provocar ou propor uma delação premiada onde evidentemente mudaram as funções: o Marcello Miller deixa de ser imediatamente do Ministério Público e já entra rapidamente no envolvimento da delação premiada proposta para a JBS. São coisas que não interferem nisso. Eu perguntaria a V. S^a: a Fernanda, que atuou como advogada de V. S^a, já atuava há muitos anos na empresa de V. S^a, ou não? A Fernanda já era funcionária A Fernanda já era funcionária da JBS havia muito tempo, independentemente das questões de delação? Ou ela foi contratada depois disso, nesse episódio?

O SR. JOESLEY MENDONÇA BATISTA – Eu me mantenho em silêncio, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. S^a sabia que ela tinha algum vínculo com Marcello Miller? Foi ela que apresentou a V. S^a o Marcello Miller? Eu acho que isso não o compromete em nada, saber se foi ou não.

Eu gostaria de pedir ao advogado que deixasse ele... O nome de V. S^a...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Deputado, esse direito, essa prerrogativa, tanto o nosso depoente como seu advogado têm, de se comunicar. Então...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sim, mas eu pediria pelo menos... Porque são coisas que não afetam...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É um especial favor...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Cada hora que eu falo...

Tudo bem, mas eu vou continuar com as perguntas.

Para mim está muito claro. Isso aqui... Eu acho um absurdo o que aconteceu. Na prática, houve realmente um entendimento entre a Fernanda, que é advogada, com o Marcello Miller, que era do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público. Houve oferecimento e apresentação do Marcello Miller ao grupo JBS na pessoa do seu presidente, do seu sócio, Joesley, e houve a contratação de Marcello Miller, através do advogado Francisco, que foi apresentado por Fernanda. A Fernanda apresentou Marcello Miller para Francisco, que é advogado da JBS, que, por sua vez, o contratou e ofereceu vantagens, porque ninguém pede demissão, exoneração, do Ministério Público, sem uma contrapartida razoável. Então, está provado aqui...

V. Ex^a leu, inclusive, alguns valores que foram definidos aqui, no dia 9 de fevereiro. Ou seja, lá atrás, quando nem se pensava em... O acordo de delação, prévio, foi assinado em abril. Lá em 9 de fevereiro, lá atrás, Marcello Miller redigiu um *e-mail* no qual já sugeriu, inclusive, os honorários: R\$15 milhões. V. S^a disse muito bem: 2 milhões em tal etapa, mais 2, mais 2, mais 3, mais 4... Dia 9 de fevereiro, e só veio a se desligar oficialmente do Ministério Público no dia 5 de abril. Então, houve todo um trabalho e, evidentemente, utilizando todas as possibilidades de acesso a todas as informações e, pelo que percebemos... Vamos descobrir ainda se foi combinado ou não com os Procuradores-Chefes, no caso os Srs. Janot, Pelella e Sérgio Bruno. Então, isso é questão de tempo, nós vamos descobrir.

As coisas estão aparecendo aos poucos, mesmo sem a colaboração dos depoentes, que falaram muito e agora se calam completamente diante de coisas que não os afetam em nada, mas que poderiam realmente... O Brasil todo está atento a isso, o Brasil quer saber, a população hoje quer saber... Até porque, de uma forma irresponsável... E eu estou aguardando, não recebi ainda o documento que os advogados ficaram de nos apresentar. Não o apresentaram. Havia o compromisso de entregar aqui, para nós, algumas documentações por parte dos advogados, que não as entregaram, onde o Sr. Joesley simplesmente, através do Ricardo Saud, compromete mais de 1,8 mil políticos, jogando todo mundo na vala comum. E não é verdade, pelo menos vários aqui... Eu, particularmente, nunca recebi recurso algum do Joesley, nem de JBS nem de ninguém desse pessoal. Então, não se pode jogar todo mundo na vala comum e depois ficar com essa forma de...

(...) na vala comum e depois ficar dessa forma de não falar nada e nem ajudar em nada, absolutamente nada, com essa desculpa de que pode incriminá-lo.

Feita essa coisa, foi feita então toda uma armação, armação! Não foram coisas voluntárias, razoáveis, não, foi uma armação. As gravações clandestinas foram conduzidas, induzidas e promovidas pelo Sr. Joesley e companhia; e foi tudo pensado. Foi pensado. Foi induzido a isso, exatamente para comprometer... Não estou aqui... Nem vou fazer defesa de ninguém, mas está muito clara a forma como foi conduzido. Exatamente como foi feito com Sérgio Machado e Nestor Cerveró. E depois não se comprovaram algumas coisas. Não foram comprovadas. Mas de forma clandestina.

E havia sim o interesse de que a coisa fosse muito rápida. Está aí a declaração, agora, do novo delegado da Polícia Federal, que achou muito estranho, porque tecnicamente deveriam ter feito uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa mais prudente, com maior cuidado profissional. Mas, não. Havia a necessidade de ser uma coisa correndo, porque tinha de derrubar de qualquer forma alguém. E aí planejaram e não esperaram realmente as operações que fossem legais, as quais depois fizeram alguma coisa, mas antes proporcionaram muitas coisas, com total apoio de Marcello Miller.

Eu não sei como prenderam o Angelo e não prenderam na época o Marcello Miller, que comprovadamente participou... Antes, ainda atuando no Ministério Público, participou ativamente dessa trama feita com a JBS. Portanto, óbvio, por que será? Eu pergunto: por que será que não prenderam o Marcello Miller? Porque sabia demais.

Nós vamos recebê-lo aqui. Espero que ele diga alguma coisa e que inclusive se proponha a fazer uma delação premiada dele, a fim de esclarecer para o povo brasileiro toda essa trama que foi feita e prejudicou o País. Muito! Essas operações prejudicaram muito a economia brasileira. Está aí o nível de desemprego tamanho, os desvios bilionários, as pessoas aí com dificuldade e tudo isso que aconteceu.

Então, Presidente, eu não sei se está confirmado já o do Marcello Miller. Parece que já foi convocado também.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Para amanhã. Para o dia de amanhã.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Para amanhã. Vamos ver se ele vem e se ele fala alguma coisa. Mas a gente precisa realmente desvendar esse mistério aí.

É evidente, Presidente, que com essa cronologia que V. Ex^a falou, que está muito bem elaborada, ficou muito clara realmente a forma como foi conduzido esse processo. É lamentável que o Sr. Joesley... Eu só vou fazer uma pergunta que sei que não o compromete: V. S^a se sente injustiçado depois de ter colocado... Só isso. V. S^a faria novamente a delação como foi feita? Só "sim" ou "não". Não precisa nem entrar no mérito.

Só para dizer, porque o Sr. Wesley disse que o Ricardo Saud, quando esteve aqui, disse assim: "Nós estamos sendo punidos por falar a verdade". Ele disse isso aqui. V. S^a também acha que foi... V. S^a falou no sentido de colaborar e foi penalizado pelo Ministério Público? Só para saber se foi justo ou não, se V. S^a faria novamente essa mesma delação? Sim ou não?

O SR. JOESLEY BATISTA – Eu me mantenho em silêncio.

... Se V. Ex^a faria ou não novamente essa mesma delação? Sim ou não?

O SR. JOESLEY MENDONÇA BATISTA – Eu me mantenho em silêncio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, eu ainda acho que seria necessária também a convocação da Sr^a Fernanda. Eu sei que V. S^a também fez o requerimento, mas, pela cronologia que foi feita aqui, há participação inclusive de Marcello Miller como sócio da empresa. Depois, ele sai da sociedade, recebe recurso, inclusive... Bem, acho que ninguém tem dúvida nenhuma aqui dessa participação do Marcello Miller nesse processo. O que nós temos de desvendar são coisas como, por exemplo: em determinado momento alguém diz que o Sr. Janot trabalharia no escritório dele lá na frente. Então, precisamos descobrir isso, ver se o Marcello fala alguma coisa com relação a isso.

Eu gostaria de reforçar com os advogados, porque eu não recebi, eu não vi ainda a questão das contribuições de campanha, onde... Eu não sei qual dos dois aqui assumiu o compromisso comigo – e com a Comissão, porque foi público – de que entregaria toda essa documentação. Mas eu gostaria...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Deputado, só para esclarecer. Acho que não foi nenhum dos dois. Foi em outro depoimento.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Da JBS.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Não fui eu nem o Pedro.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas da JBS. Deve ser do escritório de vocês.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Não, não. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos puxar as notas taquigráficas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – E vamos pedir aos advogados que estiveram aqui para que cumpram aquilo que foi acertado.

Há outra coisa, Presidente. Embora eu não saiba se tem de aprovar o requerimento, na cronologia apresentada por V. Ex^a, nós temos conhecimento aqui de que o Sr. José Eduardo Cardozo, o Sr. Marcello Miller e a Sr^a Fernanda Lara Tórtima prestaram depoimento na Polícia Federal, nos dias 11/10, 10/10 e 9/10 – a Fernanda dia 11; o Marcello, dia 10; o Ministro José Eduardo, dia 09/10. Eu pediria que a Comissão solicitasse também da Polícia Federal, em caráter reservado, evidentemente, cópias desses depoimentos feitos por esses três membros – José Eduardo, Marcello Miller e Fernanda Tórtima – à Polícia Federal, em Brasília. Então, peço à Presidência que requisite esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Ainda não chegou em nosso banco de dados, mas vamos ratificar o pedido.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas acho tem de solicitar, tem de reforçar o pedido à Polícia Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Então, Sr. Presidente, quero lamentar mais uma vez, porque eu tenho certeza absoluta de que há muita coisa que o Sr. Joesley poderia falar que não comprometeria em nada e que poderia nos ajudar a passar um pouco a limpo essa história que o povo brasileiro tanto tem questionado e da qual estão ansiosos para saber a verdade de tudo isso. Então, eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^ª.

Passo, em seguida, para o próximo orador aqui inscrito, Deputado João Rodrigues, que também é autor do requerimento de convocação do Sr. Joesley Batista.

Com a palavra o Deputado.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar a todos e a todas.

Sr. Joesley Batista, senhores advogados, Sr. Presidente, antes dos meus questionamentos eu quero aqui, até porque é um momento no Brasil em que a sociedade está extremamente revoltada com tudo isso que está acontecendo e seria covardia da minha parte chegar aqui diante da principal figura...

... seria covardia da minha parte chegar aqui, diante da principal figura disso tudo, e tentar denegrir absolutamente toda a sua história. Eu não farei isso. As suas empresas, no Brasil, são extremamente importantes, geram empregos, movimentam a economia – não dá para negar isso. É óbvio que há um dado momento em que essa história, talvez mais pela ambição, acabou destruindo tudo de bom que vocês construíram, mas não dá para negar: as empresas dos senhores são importantes para o País pelos empregos que elas geram. Agora, vamos separar as empresas dos atos praticados, porque, se a gente desejar o mal como um todo, quem é que vai contratar esse povo que está aí fora trabalhando? Até haver uma sucessão vai demorar um tempo e haverá um sofrimento ainda maior do que já houve até aqui.

Eu quero fazer. Sr. Joesley Batista – e gostaria de olhar atentamente para o senhor... Pelo que me consta, todas as suas manifestações, desde o começo, são no sentido de se manter em silêncio, muito bem orientado que foi pelos seus advogados. Dá para perceber que o senhor não quer expressar nenhuma palavra com a preocupação de que isso possa traí-lo na sua defesa na área criminal, principalmente, e também em decorrência da sua delação. Eu tenho 14 itens para lhe perguntar e que são extremamente importantes. É basicamente sobre tudo aquilo que o senhor disse em suas delações, tal como os meus colegas já o fizeram.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como nós abordamos o seu irmão, eu quero aqui, de forma muito tranquila, fazer a mesma abordagem: o senhor pretende manter-se em silêncio em absolutamente tudo ou existem algumas questões que o senhor poderia nos responder?

O SR. JONES LEAL BATISTA – Eu vou me manter em silêncio, Excelência.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Bom; perfeito.

Eu me permitirei fazer alguns questionamentos pelo tempo que eu tenho.

Eu vou lhe perguntar para ouvir tantos "nãos" quantos forem necessários.

Na sua delação, o senhor falou nas operações envolvendo o Fundo Prot, propinas pagas de 1% para Vaccari, 1% para Guido e 1% da Petrus. O senhor poderia nos esclarecer a motivação da criação desse fundo e em quais oportunidades ele foi usado para praticar ilícitos e em que valores?

O SR. JONES LEAL BATISTA – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Para a fusão Florestal/Eldorado, foram pagas propinas para Guido Mantega?

O SR. JONES LEAL BATISTA – Eu me mantenho em silêncio?

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Quanto?

O SR. JONES LEAL BATISTA – Continuo em silêncio.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Se sim, qual o retorno esperado pelo custo do pagamento da propina?

O SR. JONES LEAL BATISTA – Com todo respeito, Excelência, eu me mantenho em silêncio.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Qual o benefício contratado com Guido?

O SR. JONES LEAL BATISTA – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Eu não vou prosperar em tantos questionamentos, mas vou apenas fazer aqui uma observação, Sr. Jones.

Eu acredito, Sr. Presidente, que os Grupos JBS e J&F não são os únicos do País, não. Nós devemos ter muitos outros grupos que também passaram pelas benesses e, em alguns momentos, de forma ilícita. Então, não é exclusividade. Torna-se exclusividade porque esse grupo, obviamente, acabou se atrapalhando demais na esperteza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir do momento que os senhores doam R\$300 milhões, de forma quente, para uma campanha eleitoral, percebe-se que algo está errado. Ai tem a forma fria, que, segundo consta, dito aqui pelo colega Izalci e como teve muita publicidade na imprensa, o grupo cooptou 1,8 mil políticos no Brasil. Eu disse na reunião passada e quero reafirmar: talvez até seja verdade que muitos os senhores...

reafirmar. Talvez até seja verdade que muitos os senhores cooptaram para comprar os favores dos governos ou do Governo, muitos se venderam e se atentaram para o dinheiro, para enriquecimento ilícito, até pode ser verdade. Mas quando se colocam todos os homens públicos na vala comum, há um certo exagero. O senhor manteria a mesma palavra? Na sua concepção, os investimentos que os senhores fizeram foram para comprar 1,8 mil corruptos, 1,8 mil ladrões, homens públicos? O senhor reafirmaria isso?

O SR. JONES MENDONÇA BATISTA – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Diante do exposto, Sr. Joesley, eu observo a sua aparência. Já dá para notar que o senhor emagreceu – é notável. E, olha, não seria diferente a qualquer ser humano. Imagino que o senhor deva viver um inferno. Tenho a convicção disso e não desejo para ninguém, nem para o senhor desejaria, jamais faria isso. Se o senhor pudesse voltar atrás, o que o senhor faria? Retornaria lá atrás, ao grupo JBS antes das relações promíscuas e apenas com o suor do trabalho, quando os senhores construíram um grande patrimônio? O senhor voltaria atrás? Faria isso?

O SR. JONES MENDONÇA BATISTA – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Sr. Joesley, por que se manter tanto em silêncio? É medo de tropeçar nas palavras, nas declarações?

Seria oportuno, num momento como este... O senhor está aqui conosco e ninguém está lhe pressionando, todo mundo, lhe questionando dentro de uma normalidade, de uma tranquilidade. Todos os questionamentos são baseados nas suas declarações. Ninguém está inventando nada. Ninguém está aqui jogando algo que não vem de uma declaração, patrocinada pelo seu grupo.

A declaração aconteceu por que razão? Por que os senhores fizeram essa declaração? O que houve de extraordinário para, repentinamente, o senhor, juntamente com a sua equipe e com a colaboração de outros, promover essa declaração? O senhor poderia nos dizer qual é a razão que levou o senhor a fazer isso?

O SR. JONES MENDONÇA BATISTA – Eu me mantenho em silêncio, Excelência.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Procede a informação de que Ricardo Saud estava com a declaração pronta, do grupo, razão pela qual o senhor o mandou morar nos Estados Unidos por um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período porque temia essa relação de trabalho que passou a ser uma relação ameaçadora? Procede essa informação?

O SR. JONESLEY MENDONÇA BATISTA – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – O senhor tem alguma preocupação de que o Ricardo Saud faça uma delação novamente, porque quem ameaçou no passado, em liberdade, imagine o que, na cadeia, não faria? O senhor teme que Ricardo Saud faça uma nova delação?

O SR. JONESLEY MENDONÇA BATISTA – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Sr. Jonesley, certamente o que lhe disse volto a reafirmar: este Congresso Nacional não é feito de santo. Aqui tem de tudo. Aqui tem bandido, tem gente séria, tem gente humilde, tem trabalhador, tem padre, tem pastor, tem de tudo aqui dentro, tem de tudo, mas a maioria absoluta eu acredito que seja gente comprometida com este País. A partir do momento em que o senhor faz tal manifestação, da cooptação de 1,8 mil políticos, aproximadamente, o senhor atingiu a todos, atirou em todos sem ter nem um pouco de piedade. É óbvio que o senhor não pode esperar essa piedade de todos nós diante do momento em que aqui estamos.

Este País deu muito para o senhor, lhe ofereceu tantas oportunidades! Repentinamente... Aliás, ao longo da sua história, há duas fases: a primeira, do trabalho. Talvez – eu não posso falar a história do grupo, porque eu não conheço, mas eu imagino –, venha do seu pai, depois dos filhos, construindo um patrimônio à custa de suor, de muito trabalho. De repente, o grupo se torna grande, compra muitas empresas no Brasil, se torna um grande grupo. E não é só na nutrição, não é só trabalhando com gado, com frango, com suínos; em outros ramos. De repente, os senhores, insatisfeitos com isso, partem para a promiscuidade política: cooptar, comprar, pegar mais, comprar fundos, pegar dinheiro de fundo de pensão. As ações praticadas por grupos como o do senhor

De repente, os senhores, insatisfeitos com isso, partem para a promiscuidade política: cooptar, comprar, pegar mais, comprar fundos, pegar dinheiro de fundos de pensão. As ações praticadas por grupos como o do senhor propiciaram a falência de muitos fundos de pensão, dos quais os funcionários hoje têm de pagar tudo de novo. Gente que ganha R\$1,5 mil ou R\$2 mil por mês tem de pagar de novo a sua previdência para ter direito à aposentadoria. É bem verdade que não é só o senhor, mas o senhor também participou disso.

Sei que o senhor quer falar, sei que o senhor tem vontade de abrir o peito e de chorar, gritar, falar, pedir perdão, mas o senhor não fará isso. O senhor não fará isso, porque o senhor está mais preocupado não com a imagem do grupo ou com a sua, mas simplesmente com a pena que pode receber. Isso não mudaria nada na sua pena.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor não quer aproveitar esta oportunidade para dizer alguma coisa para esse povo que lhe deu todas as oportunidades do mundo, para dizer algo a esse povo que consumiu todos os seus produtos, que, aliás, são de qualidade? O senhor não quer aproveitar esta chance, sem compromisso com ninguém, lembrando-se da sua família, da sua história, do seu pai, do seu irmão mais novo, dos seus filhos, ou filho? O senhor não quer aproveitar esta chance para abrir o coração e falar algo de importante para o País, nem que seja para confessar nada? Mas tem a chance de pelo menos pedir perdão para o Brasil, para tentar, quem sabe, agora, no decorrer do processo, completar essa delação, que foi malfeita, e para contar tudo o que tem de ser contado, não importa quem doa. Se tivesse de ser comigo ou com qualquer um que fosse, não importaria! Estamos ou na fase de limpar este País ou na de fazer de conta! Esta tem de ser uma operação de todos. Neste momento, a desvantagem é sua. O senhor não quer aproveitar esta oportunidade?

O SR. JOESLEY MENDONÇA BATISTA – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – Sr. Presidente...

Eu lamento, Sr. Joesley. Eu não o conhecia pessoalmente, é a primeira vez que o vejo, mas já o vi a distância em outros tempos. Por onde o senhor passava, o tapete vermelho era estendido. As pessoas abriam os corredores para cumprimentá-lo, porque ali estava um dos maiores empresários do Brasil, que era proprietário de um grupo que orgulhava o Brasil. Todos nós tínhamos orgulho do grupo JBS, porque era marca mundial. Era o maior grupo do mundo, mas mal sabíamos nós que, para alcançar esse triunfo, isso se deu à custa do suor e do sofrimento do trabalhador brasileiro.

Parte desse dinheiro que a sua empresa pegou, como eu disse na reunião passada e como reafirmo, faltou para centenas e milhares de micro e pequenas empresas que encerraram suas atividades porque o Governo não deu aporte de recursos e negou R\$10 mil, R\$15 mil, R\$100 mil ou, às vezes, até R\$1 milhão, o que era um exagero, para centenas e milhares de pequenas empresas. O senhor obteve os recursos. Se isso fosse feito de forma lícita, por que pagar propina? Se isso fosse feito de forma correta, conforme diz a regra, qual a razão de cooptar pessoas? Se estivesse tudo dentro da lei, por que comprar tanta gente?

Mas acho que o tiro de misericórdia dado se deu quando o senhor e Ricardo Saud, na gravação que fizeram de si próprios... Há um velho ditado que diz: "O diabo faz a panela, mas não faz a tampa." De tanto que os senhores armaram, caíram na própria armadilha. Naquela autogravação, os senhores projetavam a destruição do Brasil para irem embora deste País: "Um cuida do Judiciário, outro cuida do Legislativo, fulano cuida do Executivo." Só faltou dizer "beltrano abastece o avião, sicrano monta a logística em Nova York, que, depois de a gente estourar a bomba, a gente vai embora". Vocês estouraram a bomba e foram embora. Estão de volta, da forma mais triste com que poderiam retornar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que ainda, no decorrer do período, os seus advogados e os senhores possam fazer o que é preciso ser feito ainda, para terminar com isso de vez, porque está mal-acabado esse assunto. Espero que o senhor

para terminar com isso de vez, porque está mal acabado esse assunto. Espero que o senhor consiga fazer, juntamente com a sua equipe de advogados.

Sr. Joesley Batista, quem diria? Proprietário do maior grupo do mundo nesta situação em que aqui estamos nós: um homem bem apresentado, hoje um pouco mais magro pelo sofrimento obviamente, mas sofrimento causado lá atrás a centenas de milhares de trabalhadores que estão numa situação muito pior que a sua. Eles não estão detidos numa penitenciária, mas estão presos no desemprego.

Eu desejo que o senhor ainda, em dado momento, apele para a sua consciência e para a sua história e faça e fale, sob pena de outros falarem, e aí – quem sabe? – será tarde. O senhor se mantém em silêncio e não quer dizer absolutamente nada?

O SR. JOESLEY MENDONÇA BATISTA – Com todo o respeito, Excelência, eu me mantenho em silêncio.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD - SC) – O.k.

Sr. Presidente, eu me dou por insatisfeito. Satisfeito eu ficaria se a gente obtivesse do Sr. Joesley declarações importantes. Ele está onde está. O problema não é a mãe dele. Agora tem que ver os demais.

Desejo boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Deputado João Gualberto.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Joesley, eu me mantenho preocupado como desde o primeiro dia, principalmente depois da sua fala de aproximadamente uma hora e da do Relator. O senhor falou por uma hora e só fez comentários, leu um documento que o senhor redigiu falando dos últimos 12 meses, como se tudo da JBS se resumisse aos últimos 12 meses.

O que nós queremos investigar aqui, Sr. Presidente, é exatamente a relação promíscua da JBS com os governos, com os Deputados, com os Senadores e com o Judiciário. Talvez também vocês só queiram aqui apurar o caso da delação premiada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor falou por uma hora e não falou absolutamente nada do início da empresa JBS, quando ele começou a receber recursos no início do governo Lula, em 2003, e de toda essa relação. Nada disso foi falado, absolutamente nada.

Preocupou-me muito ainda quando o Relator Carlos Marun falou que ele já está satisfeito, ele já tem quase concluído, já tem todas as informações, e que já está no fim a CPMI da JBS. Já está no fim. Palavras dele poucos minutos atrás.

E eu pergunto de novo ao senhor: e os políticos? A corrupção não foi feita pela JBS apenas, mas foi junto com os políticos. Se não foram 800, como falou João Rodrigues, que sejam 500, 300... Isso é o que nós queremos saber. A relação dele com o Presidente Lula e com todos esses... O Marun falou que o Joesley, a JBS ajudou na confirmação da indicação do Fachin. Ele se esquece... Não conheço e não me lembro de uma indicação de um ministro do STF que tenha sido rejeitada ou não fosse confirmada pelo Senado. E ele só fala dos Senadores. Ele foi indicado pela ex-Presidente Dilma. e ninguém o rejeitou aqui. Há alguém que saiba na história de algum ministro indicado pelo Presidente da República que tenha sido rejeitado? Mas, não! Só querem saber da relação do Joesley e da sua empresa com o Ministério Público, com o Supremo... Nada da relação com os políticos.

Sr. Presidente, eu protocolei aqui dois pedidos de acareação: um de Francisco Assis e Willer Tomaz, e outro de Francisco Assis e Angelo Goulart. O senhor só está pautando pela manhã o de Angelo Goulart e me prometeu, na reunião passada, pautar também o de Willer Tomaz, mas não pautou. Não estou entendendo. Não pautou. Não estou entendendo. Quando é que o senhor vai pautar o Presidente Lula, os políticos? Faltam duas semanas, Sr. Presidente, faltam duas semanas para acabar o ano. Na última semana de dezembro, duvido que haja gente aqui, na semana do dia 20 de dezembro, e o senhor não sinaliza que vai pautar ninguém. Ou seja, a suspeita que todos nós tínhamos, nós, a imprensa, Senadores e Deputados que já abandonaram a CPMI, está se confirmando, infelizmente está se confirmando. Não faz dois anos que houve a CPI do BNDES. A tropa de choque do Sr. Joesley, comandada pelo Zarattini do PT e pelo PMDB, não deixou que ele fosse ouvido. O Sub-Relator, o Baldy, à época do PSDB, em seu relatório apontou irregularidades e corrupção na relação com o BNDES, mas o Zarattini disse que não, que não existia nada, nenhuma corrupção. Será que esse é o nosso destino agora, o mesmo destino da CPI do BNDES, de 2015? Eu acredito que sim, Sr. Presidente. Isto está se confirmando dia após dia, semana após semana: ninguém aqui quer apurar corrupção. E sabem por que não querem apurar corrupção? Porque vai entrar nos políticos. Foi o que falou João Rodrigues, e aí eu concordo com ele. Foi o único que falou aqui da relação de promiscuidade da empresa com os políticos. Se não é mil e oitocentos, Sr. João Rodrigues, pode ficar certo...

Falou ali o Senador Roberto indagando o Joesley sobre a relação que ele tem com o PCdoB do Maranhão. Ou mais, João Rodrigues: todos os Deputados Federais do PCdoB receberam dinheiro do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Joesley. Eu conheço vários Deputados sérios do PCdoB, inclusive do meu Estado, mas receberam dinheiro do JBS. Suspeito eu que foi alguém que mandou ele dar o dinheiro. Eu tenho certeza de que ele não conhece esses Deputados. Eles, talvez, não sejam corruptos, talvez não sejam, mas alguém mandou, e ele só deu por conta da conta corrente que ele tinha com o governo federal. Ele tinha uma conta corrente de propina e dava para quem o chefe mandava. A verdade é essa, nua e crua. Se foram mil e oitocentos ou quinhentos corruptos... Muitos receberam.

O Marun disse que já recebeu 50 mil ou sei lá quanto foi do JBS. Duvido que ele conhecesse o Joesley, que Joesley o tenha comprado. Mas alguém o vendeu, Marun, é do que eu suspeito; alguém vendeu os outros políticos. "Pode deixar que, do JBS, eu consigo dinheiro. Eu tenho tantos milhões lá de propina para distribuir com todos vocês." E o político, muitas vezes, recebeu inocentemente. Claro que ele tinha uma dúvida: "Por que JBS está me dando dinheiro? Porque ele é empresa, emprega, paga os impostos, não precisa dar dinheiro para político." Ele tinha que dar dinheiro para político que ele conhece, em quem ele confia, político sério que pode contribuir para o Brasil, não para vários políticos que receberam dinheiro. Todo mundo sabe que são corruptos os vários que receberam – não digo todos, não quero ofender todos. Há políticos sérios? Sim, mas que há muitos corruptos vagabundos também é verdade. Essa é a situação do Brasil.

Então, Joesley, quero me dirigir a você. Você, numa matéria, se não me engano da *Veja*, disse que queria contribuir com o Brasil. Você não contribuiu. O senhor fez uma delação cirúrgica incriminando uns, tomando muito cuidado para ter sua delação premiada homologada e ficar livre das garras da Justiça. Porém, o senhor mexeu com esses homens poderosos, na maioria corruptos, mas poderosos, que têm influência no Judiciário. Dificilmente o senhor vai se livrar. Esses homens estão com ódio do senhor. O senhor não sabe o que eles falam aqui nos corredores, estão com ódio do senhor, com ódio. Então, o senhor, de fato, pode contribuir para o Brasil: falando a verdade, dizendo como foi sua relação desde 2002 com esse governo.

Eu conheço você – você sabe disso – desde 1986, quando eu também tive um matadouro. Sei que você é uma pessoa trabalhadora, competente, mas você sabe que você sempre foi sonegador e corruptor. A verdade é essa.

(...) mas você sabe que você sempre foi sonegador e corruptor. A verdade é essa. Admiro você como empresa, mas você entrou nesse caminho fácil da corrupção, de corromper os políticos e com isso ganhar muito mais dinheiro!

Tenho certeza absoluta de que o senhor se arrepende, porque o senhor seria um empresário de sucesso mesmo sem se meter nesse mundo nojento da corrupção, esse mundo nojento dos políticos. O senhor seria um empresário de sucesso!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já que o senhor está nessa condição, entregue todos! Do meu partido, o PSDB; do PMDB, do DEM, de todos! Entregue todos! Pelo menos o senhor vai ficar com a consciência tranquila. O senhor sabe o mal que causou no Brasil. E não foi só o senhor, mas vários empresários que financiaram e financiam esses sistemas corruptos do Brasil.

Então, o senhor tem uma chance de agora mostrar para o Brasil quem são os verdadeiros corruptos. Não adianta o senhor falar de 1.840, porque não é esse o número. O senhor tem uns vinte, trinta, quarenta que comandam a corrupção neste Brasil. É desses que o senhor precisa falar, de fato. Não é dos 1.840 que receberam dinheiro, porque muitos deles receberam dinheiro fruto de corrupção, mas não estavam coniventes com o senhor. Então, o senhor tem uma oportunidade. O senhor é um homem trabalhador, sério, vai dar reviravolta. Porém, o senhor entrou num mundo em que não deveria nunca ter entrado! E isso é o que está prejudicando o Brasil! O Brasil dos nossos filhos e das próximas gerações!

O senhor deve ter parentes pobres, como eu tenho também. Não é possível que todos os parentes do senhor sejam ricos. Pense nessas pessoas e faça sua delação completa, entregando esses vagabundos que comandam o Brasil. Entregue todos eles, para que no futuro a gente tenha um Brasil de que realmente possamos nos orgulhar e que seja mais igual para todos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço V. Ex^a e concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Sr. Presidente; Sr. Relator; Senhor depoente.

Esta semana é uma semana que promete, não é, Presidente? A nossa CPMI hoje recebe aqui o Sr. Joesley Batista. Amanhã recebe o Procurador Marcello Miller. E na quinta-feira é o depoimento do advogado Rodrigo Tacla Duran, cada um deles nos trazendo... Ou pelo menos esperávamos que nos trouxessem luzes sobre episódios e fatos que a sociedade brasileira tem muito interesse em conhecer.

É estranho, Presidente, porque ao mesmo tempo que... Não sei se o senhor viu ontem uma carta, dos procuradores da Lava Jato do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, mais uma vez atacando a nossa CPMI? Vou até abrir um parêntese sobre isso.

Agora os procuradores da Lava Jato farão uma lista de candidatos que querem apoiar, em 2018. É uma espécie de DOI-Codi. O Geisel não respeitava nem o Figueiredo. O DOI-Codi da Lava Jato, da PGR se insurgiu agora contra a Raquel Dodge. Vão fazer lista de candidatos.

Esses dias, o Procurador Carlos Fernando colocou, no Facebook dele, assim: "Paulo Pimenta (...)

O Procurador Carlos Fernando botou no Facebook dele assim: Paulo Pimenta, 2018 vem aí. Não entendi se ele vai transferir o título para o Rio Grande do Sul para ser candidato lá ou...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é uma semana... Nós cansamos de falar aqui que havia uma indústria de delações que estava transformando advogados em milionários no Brasil. Ninguém dava bola. Agora, depois que a *Veja* estampou na capa um advogado com as pernas para cima no escritório, com um charuto, dizendo: "Sou um dos novos ricos do Brasil"... Que matéria lamentável, que matéria constrangedora! A gente saber que existe uma indústria de delações transformando as pessoas... Os caguetes, os dedos-duros agora estão transformando em novos milionários do Brasil escritórios de advocacia. Há advogados que chegam a dizer o seguinte: "Agora, eu nem procuro clientes; eles me procuram". É claro! Eles são indicados. O advogado para fechar delação tem de ter sido indicado por algum procurador, por algum juiz, que diz; "Olha, contrata o fulano, senão você não vai fechar a tua delação".

Então, uma semana que tem a história dos advogados que se enriqueceram com o indústria das delações; teve o Juiz Sérgio Moro ontem dizendo que não cumpre a lei, que rasga a Constituição, que ele tem impunidade, que contra ele não acontece nada – havia mandado uma carta, acovardado, para o Teori Zavascki, pedindo desculpas por ter grampeado de maneira ilegal a Dilma, e ontem mudou a sua versão; e houve a carta dos procuradores ontem, anunciando que agora pretendem fazer uma força-tarefa para a eleição de 2018, para que sejam eleitos Deputados e Deputadas que aplaudam o Sérgio Moro ou os procuradores. Se não os aplaudirem, não vão ter o voto deles, não vão ter o apoio deles; e uma semana em que a nossa CPMI está cumprindo um importante para o Brasil.

Eu sei que o Sr. Joesley é uma pessoa que conseguiu coisas que ninguém imaginada. O Sr. Joesley conseguiu fazer o Roberto Carlos comer carne! Um cara que consegue fazer o Roberto Carlos, que era vegetariano, comer carne em uma propaganda é um cara poderoso. Conseguiu botar o Tony Ramos de garoto-propaganda e a Fátima Bernardes. Mas veja que influência, que relação de proximidade com a Globo: o Tony Ramos não iria virar garoto-propaganda da Friboi sem o aval dos Marinho; a Fátima Bernardes não iria virar garota-propaganda de não sei qual das marcas – são tantas marcas que eu nem sei. Acho que no Jornal Nacional às vezes eram todas empresas do mesmo grupo, todas; só ia trocando de empresa. Até a CBF, que está junto com esses jogos de futebol, também tem proximidade.

Mas, se o Dr. Joesley fosse falar hoje – eu sei que ele não vai, e eu respeito o direito dele ficar em silêncio –, eu faria todas as minhas perguntas para tentar entender aquela operação dos dólares e das ações. Aquilo ali, para mim, é uma das coisas mais intrigantes...

Eu faria todas as minhas perguntas para tentar entender aquela operação dos dólares e das ações. Aquilo ali para mim é uma das coisas mais intrigantes desse processo das delações, porque aquilo ali, pessoal, é um jogo de altíssimo nível, aquilo ali é um esquema altamente sofisticado, aquilo ali é calculado milimetricamente. Imaginem os senhores e as senhoras que você tem de ter o controle de todos os atores. Fizeram o processo de compra de dólar, compraram bastantes dólares e venderam bastantes ações na alta. Paralelamente a isso, costuravam com o Ministério Público a delação. É





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidente que eles sabiam que, no dia em que a delação vazasse, isso teria uma enorme repercussão na Bolsa, que as ações cairiam e que o dólar subiria. Só há um detalhe: esse vazamento teria de ser milimetricamente calculado. Por quê? Porque ele não poderia ocorrer em horário em que as operações da Bolsa e o dólar estivessem funcionando. Ou seja, a PGR já sabia do acordo de delação que vinha costurando, e os Batista também. Quem é que vazou? Quanto ganhou quem vazou? Quanto ganhou quem publicou?

Aí vejam assim: por volta de 17h, logo depois de ter fechado o pregão da Bolsa, o jornal *O Globo* dá um furo histórico de reportagem: "Os Batista vão delatar, os Batista fizeram uma delação bombástica, gravaram o Temer, gravaram o Aécio." O Jornal Nacional conseguiu, de 17h30 até a noite, ficar com tudo pronto, conseguiu editar uma matéria em duas horas, ou não, ou não foi em duas horas. E aí atirou o assunto lá em cima. Abriu o pregão no outro dia, com o dólar lá em cima, e a Bolsa despencou, as ações se foram. Pegaram aquela quantidade enorme de dólares que tinham comprado barato e venderam caro. Transformaram isso numa fortuna e recompraram as ações por um preço muito menor do que o que elas valiam e conseguiram, com a delação, sair com mais ações do que com as que tinham antes do início da negociação com o Ministério Público Federal, ou seja, ganharam imunidade e saíram do processo mais ricos do que entraram, fazendo com que milhares de pessoas ficassem desempregadas. O Brasil perdeu o mercado da proteína animal no mundo, e os escritórios de advocacia ficaram mais ricos, inclusive com a participação de pessoas de dentro do Ministério Público Federal.

Olha, Presidente, bolar um negócio desses não é para amador, Presidente! Isso aí não é para amador! Isso aí tem repercussão nos Estados Unidos, tem repercussão no mundo inteiro.

Isso aí não é para amador. Isso aí tem repercussão lá no Estados Unidos, tem repercussão no mundo inteiro. Mas o cara que faz o Roberto Carlos comer carne consegue até mesmo uma operação com esse grau, com esse nível de sofisticação.

Eu quero concluir dizendo uma coisa para os senhores e eu quero ter que vir aqui nesta CPI dizer que eu estou errado. Eu vi hoje uma notícia de que já mandaram tirar a tornozeleira daquele tal de Fernando Baiano. Os procuradores com aquela bravata daquela carta ontem de combate à impunidade... Do Fernando Baiano mandaram tirar a tornozeleira. O Cerveró já está livre. E eu vi a notícia hoje que o Marcelo Odebrecht vai para casa antes do Natal. Os 77 delatores da Odebrecht vão receber salário por 15 anos, e o Marcelo Odebrecht vai para casa antes do Natal sem nunca ter passado uma noite num presídio comum.

Eu digo para os senhores – e me corrijam se eu estiver errado – que esses Batistas vão para casa antes do Natal. Eles vão para casa antes do Natal. Assim como o Marcello Miller não foi preso porque sabia demais, isso aí é um jogo de carta marcada. Essa gente sabe muito, sabe do Fachin, sabe do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Janot, sabe do Pelella, sabe do Marcello Miller... Essas pessoas têm condições de nos explicar como é que funciona esse esquema das delações, esse mercado subterrâneo que subverteu o direito penal no Brasil, que transforma bandido em herói.

Eu estou dizendo, eu estou dizendo que vai aparecer aqui algum Deputado desses que os aplaudem para propor que tenha no Brasil uma avenida... Trocar o nome do Tiradentes da avenida e mandar botar Joaquim Silvério dos Reis. Vai aparecer botando o nome de Judas. Por quê? Porque agora a lógica é transformar delator em herói. São pessoas que têm essa capacidade de se apaixonar e achar que delatores – por que são criminosos pegos com a boca na botija – devem ser tratados como os novos heróis do nosso País. Então, vão ser soltos. Escrevam o que eu estou dizendo: vão para casa antes do Natal. Isso deve estar no acordo, senão eles não tinham ficado quietos. O pessoal deve ter dito: "Olha, vocês fiquem aqui uns dias, nós vamos revalidar esse acordo de vocês; deem uma segurada, não entreguem ninguém porque vocês vão para casa logo. Já liberamos os bens, já não tem mais nada bloqueado, a imunidade vai ficar em pé, vocês vão poder ir embora para os Estados Unidos. Deem só uma seguradinha."

Pediram a prisão do Marcello Miller. O Janot pediu a prisão do Marcello Miller. O Fachin a negou, e nunca ninguém entrou com recurso. É o único episódio em que a PGR nunca entrou com recurso contra decisão do STF. Pediram a prisão do Marcello Miller, o Fachin a negou, mas não recorreram. É estranho, não é? É esquisito. Tão corajosos que são... ...tão corajosos que são, tão rigorosos que são.

Então, eu quero deixar aqui o meu registro. Se eu pudesse... Se há um negócio que eu queria entender, seu subterrâneo e sua lógica, é essa operação do dólar e da Bolsa. Espero que um dia ela possa ser esclarecida.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Pimenta está tentando entender, mas vai demorar um pouco, viu, Deputado?

Bem, eu posso dizer que o Estado de Mato Grosso foi um Estado extremamente prejudicado pelas operações que houve ali. V. S^a já disse que não vai responder as perguntas, mas eu gostaria de saber como foi a relação da JBS com o Governador Silval Barbosa. O que o senhor tem a dizer sobre a relação com o Governo Silval Barbosa?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JONES LEITE BATISTA – Com todo respeito, Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – V. S^a, além do Governador Silval Barbosa, manteve relação com algum outro político do Estado de Mato Grosso?

O SR. JONES LEITE BATISTA – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Pagou propina também para alguém lá do Estado de Mato Grosso além do Governo Silval Barbosa?

O SR. JONES LEITE BATISTA – Eu seguirei as instruções do meu advogado de me manter em silêncio.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Mais uma pergunta: se V. S^a repassou dinheiro ou manteve relação com alguém daqui, desta CPI.

O SR. JONES LEITE BATISTA – Eu me mantenho em silêncio, Excelência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Relator, outra coisa que também tem incomodado bastante a população brasileira como um todo – eu tenho acompanhado isso nas redes sociais – é que existe ainda nessa delação uma verdadeira caixa preta. E eu ainda tenho esperança de que todo esse novelo venha a ser desfiado no seguinte aspecto. Eu creio que os advogados do depoente já perceberam que eu não acredito na teoria que o Deputado Paulo Pimenta colocou. Eu penso que, na verdade, o depoente levou um balão – essa é que é a grande verdade –, venderam gato por lebre para ele, porque quando aquela casinha do Procurador-Geral da República veio a público, ali foi... Naquela entrevista dele, em que ele veio a público tremendo, com a voz trêmula, dizer que havia uma grave gravação a respeito do STF... Na verdade, essa gravação não apareceu e, de repente, pediu prisão, pediu rescisão do acordo de delação deles, pediu a prisão deles, pediu a prisão do Marcello Miller. Ali se demonstrou que havia alguma coisa muito estranha no nascedouro dessa delação, o que foi comprovado depois pelos...

(...) comprovado depois pelos *e-mails* e pelo esclarecimento de que não nasceu espontaneamente do nada, de que não foi assim que certo dia bateu na porta da Procuradoria-Geral da República o seu Joesley e disse: "Olha, eu tenho uma gravação aqui do Senador Aécio Neves e do Presidente da República, e gostaria de fazer uma delação premiada". Porque isso é o que foi passado para toda a população brasileira. Falaram que chegou à Procuradoria-Geral da República o pessoal da J&F, com uma gravação, e nós não tivemos outra alternativa a não ser ver que aquilo ali era muito grave mesmo, que havia indícios fortes, e começamos a partir daí uma operação controlada. E, daí em diante, transcorreu todo o desenrolar dos fatos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPI já comprovou, através de documentos que recebeu, que não foi por aí. A relação da J&F com a Procuradoria já havia transcorrido pelo menos desde o ano anterior, embora fosse em relação a outros fatos. Mas já havia essa relação. E também quanto ao Procurador Marcello Miller, bem antes de março. Portanto, não era verdade.

Em segundo lugar, a gente chega à conclusão, depois, que como disse aqui, se não me engano... Foi um dos Deputados que disse aqui que não tinha como... Ou o Procurador-Geral Rodrigo Janot era uma rainha da Inglaterra na Procuradoria-Geral da República ou ele simplesmente está fazendo a chamada cegueira voluntária. Ou então ele se fazia de morto e dizia: olha, eu não sei de nada, eu não sabia de nada. Porque isso não condiz com os fatos que estão chegando aqui.

O fato é que de repente rescinde-se o acordo de delação que ele dizia ser um ato jurídico perfeito a relação custo-benefício do que o depoente tinha entregado para a Nação; que isso compensava o que tinha sido oferecido pela Procuradoria-Geral da República e que ele defendia com unhas e dentes. E não mais do que de repente foi varrido do cenário jurídico e ele, mais do que de repente, pediu para aquilo lá não ser mais válido. E vinha todo o tempo reafirmando: "Mas as provas têm que valer; as provas têm que valer! O acordo não vale, mas as provas têm que valer!"

Bem, é por isso que eu digo, Sr. Presidente, que a CPI, independentemente da gritaria, independentemente de quanto está sendo atacada... Porque eu tenho visto o seguinte: Olha, a CPI está se transformando na CPI do MPF. Não. Na verdade, a CPI está colhendo dados. E CPI a gente sabe como começa, não sabe como termina. Mas os elementos que estão sendo trazidos aqui são que o roteiro anunciado não se está confirmando na tela, quando o filme começou a passar. Passaram uma sinopse, mas quando a gente começa a assistir na tela, não é aquilo que se confirma.

Então, eu não tenho dúvida de que o depoente foi enganado. Esse acordo de delação vocês podem esquecer, porque eles não vão (...) esse acordo de delação, vocês podem esquecer que eles não vão... Esse foi para o espaço.

Então, não cabe aqui a mim dar conselho, mas eu, se eu tivesse que sugerir, Presidente, depois num reservado, sugeriria ao depoente, aos seus advogados, aí, sim, um acordo de delação, para que possa ter oportunidade de delatar o acordo de delação e delatar – aí, sim, fazer uma delação completa para fazer o que o Deputado disse aqui, para que o Brasil tenha oportunidade de saber realmente o que aconteceu com tudo isso, porque, em relação a políticos, não. Eu não vejo que a CPI esteja protegendo políticos, não. Político não tem mais o que ser protegido, não. Já está tudo na vala comum. Eu, por exemplo, a minha ficha corrida é uma folha A4, em branco, mas eu estou acostumado aí a ser enxovalhado nos aeroportos, porque, hoje, falou que é político está tudo numa vala só. Essa que é a grande verdade, porque as pessoas não separam mais o joio do trigo. Simplesmente falou que é político está sendo enxovalhado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, a grande verdade é que nós precisamos avançar – e eu não vejo outra forma de avançarmos sem a colaboração do depoente e dos outros também, porque eles detêm informações e que, evidentemente, não vão passar por esta CPI sem que os seus benefícios, pelo menos parte deles, possam ser, vamos dizer assim, devolvidos, o que, se depender da situação que estão hoje, não vão estar.

Eu penso que o Relator e o Presidente têm um papel importante nisso, porque, pelo que eu vi aqui, inclusive na degravação de uma das gravações do depoente, a Srª Fernando Tórtima, quando ele citava alguma coisa do STF, ela falava: "Não, o STF não." E por que o STF não, Sr. Relator? Nós não temos que poupar ninguém. Nós temos que averiguar até para que, desse processo todo, se depure e a população possa sair, Deputado Izalci, desse processo confiando nas suas instituições. Essa que é a grande verdade, porque senão nós vamos chegar a um ponto em que – empresários que vão investir no País – só vai ficar quem tiver, quem topa fazer esse jogo aí, os outros vão embora. Porque falar: eu vou ficar num país em que está sob suspeita o Judiciário e eu não vou ter segurança jurídica; vai estar sob suspeita todo o sistema político e eu... Qualquer político, porque eu já vou olhar para ele e vou falar: "Esse cara está querendo me arrancar algum." Se eu sou empresário, eu vou para o Paraguai. Lá tem a Lei de Maquila, não preciso pagar nada para ninguém, pelo menos é a notícia que se tem.

Então, este momento serve de depuração para todos nós. Agora, a tarefa da CPI aqui é das mais ingratas possível, porque, pelo visto, nós temos agora, contra esta CPI, o MPF (Ministério Público), que eu estou vendo aqui uma sanha contra a CPI, achando que está querendo investigar o MPF e, pelo visto, se é do jeito que o Procurador-Geral da República

E, pelo visto, se é do jeito que o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot disse, que esse processo de delação, que essa delação que foi conduzida por ele, pelo Pelella e pelo Marcello Miller foi a mais ilibada possível, não há por quê. Se eu fosse procurador, viria aqui falar para... Agora, ele alegou a prerrogativa de que, com as funções do procurador no exercício da sua função, não pode ser inquirido pela CPI. E pediu ao STF que faça isso. Eu espero que a atual juíza, Drª Fernanda possa vir aqui também e, sem alegar a questão de advogado, possa nos esclarecer também alguma coisa.

Agora essa situação, Sr. Presidente, nos deixa com mais certeza ainda de que há algo de muito podre no reino da Dinamarca. Nós precisamos ir a fundo nessa caixa-preta, porque com certeza não foi do jeito que nos passaram. E aí não adianta querer trazer para cá e dizer: "Olha, esse ou aquele é santo e não deve ser ouvido." "Olha, só o MPF é culpado ou não." A gente tem que ver que existem, em todas as instituições, gente séria e gente que resolveu trabalhar contra a sociedade.

O senhor veja bem que, em determinado momento, o *Times* soltou uma matéria noticiando que o FBI estava fazendo o quê? Sabia que o sujeito era o culpado, e o que ele iria fazer? Não estava conseguindo prova. "Vamos lá!" E plantava uma prova. Achava plenamente normal isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não estou falando que o Ministério Público fez isso, mas há similaridade entre aquele negócio do Sérgio Machado, do Cerveró e essa delação da JBS; que os casos foram parecidos, foram.

Eu tinha um professor que contou para a gente uma vez sobre uma figura chamada flagrante preparado, que se assemelha muito a isso que foi passado aqui. Então, passaram-se a relativizar – e já concluo, Sr. Presidente – muito as coisas. E eu penso que nós estamos passando por um momento muito perigoso no Brasil pelo seguinte, quando você começa a gritar: "Crucificai!", tem que saber que vale para todos – tem que saber que vale para todos! No momento em que os pilares do Direito passam a ser relativizados, é bom que a gente saiba que isso vale para todos. No momento em que eu achar bacana pegar uma pessoa que está em fragilidade e usar como instrumento, para perseguir meus desafetos, é bom saber que isso aí vale para todos e que isso aí vai enfraquecer o tecido social do País, isso vai enfraquecer o tecido jurídico do País. E aí do país que não pode mais confiar nas suas instituições!

Então, neste momento, eu só tenho a lamentar que o Sr. Joesley não possa falar nada à CPI, porque o Brasil esperava muito que o senhor pudesse trazer aqui esclarecimentos; esclarecimentos que pudessem mitigar um pouco o mal que aconteceu tanto com Brasil

o mal que aconteceu tanto com o Brasil. Eu digo que, no momento em que o Brasil estava decolando, ligou-se um verdadeiro reverso no País com aquela delação. Lógico que do ponto de vista do indivíduo, é plenamente normal o senhor entender isso. Eu estou fazendo o meu lado. Agora, do ponto de vista do País, muita gente quebrou, muita gente se arrebentou, e o País inteiro ficou falando o seguinte: "Olha, vocês ganharam na Mega-Sena duas vezes. Um: ficaram imunes a qualquer perseguição penal; dois: ainda ganharam dividendos com aquela desgraça toda".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço V. Ex^a e concedo a palavra ao Deputado Laerte Bessa. Por favor.

O SR. LAERTE BESSA (PR - DF) – Obrigado, Sr. Presidente. Até que enfim chegou...

Presidente, será que V. Ex^a não poderia usar o Regimento nas próximas reuniões para que o tempo possa ser exato para cada um, porque nós estamos nos alongando muito no questionamento. O Sr. Joesley não quer falar e já declarou que vai usar a lei do silêncio. Eu acho que os colegas estão exagerando aqui. Nós estamos aqui desde 9h30. Já são 12h30, e nós não terminamos a reunião.

Eu – para não dar mais prosa para o assunto, mesmo porque o Sr. Joesley não quer falar – vou ser sucinto aqui no meu questionamento. Na verdade, já que ele não está ajudando, eu vou ajudá-lo e vou passar para ele um fato que eu acho que ele, Joesley, não sabe: o Ricardo Saud tem uma relação promíscua com o Tiago Lima. Essa relação promíscua gerou um faturamento muito alto para as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas que eles têm. Tanto o Tiago quanto o Ricardo são sócios na empresa Eldorado. Eles faturaram muito dentro de propinas pagas pela sua empresa Eldorado.

Na verdade, eu estou errando aqui. Eles tinham uma empresa chamada Farol, os dois. Eles usavam de propinas pagas pela Eldorado para para avançar nas suas falcaturas dentro da área de portos, dentro da Antaq. Essa informação é uma informação que não consta nas delações premiadas, Sr. Presidente.

E eu estou passando para ele, porque, segundo quem passou as informações – que é muito ligado à JBS, muito ligado aos Batistas –, a família não sabe dessa transação errada que existe entre Ricardo Saud e o Sr. Tiago Lima. Eu estou passando isso para você para tentar ajudar, para que você saiba o que passa por trás de muitas coisas.

Às vezes vocês acham que nós somos isso, nós somos aquilo, e não sabem o que está acontecendo para cá. Vocês têm que saber que há uma traição por trás e que o Sr. Ricardo Saud é um grande traidor, que foi o principal articulador da delação que foi principal articulador da delação que foi criada na escuta do Presidente da República, e quando ele fala que deu dinheiro pessoalmente para o Presidente da República. E quem conhece o Presidente da República sabe muito bem que o Presidente da República não é dado a esse tipo de coisa no sentido de conversar com pessoas e pedir dinheiro para pessoas. O Presidente pode até ter recebido dinheiro de uma forma mais implícita, não da forma que foi delatada pelo seu Ricardo Saud.

Então, eu estou passando isso para eles para que eles saibam, já que eles não colaboram com o Brasil, eu estou colaborando com a família deles, porque eles eram achacados pelo Sr. Ricardo Saud juntamente com o Tiago Lima dentro da empresa Farol. Vocês ficam sabendo disso dentro da Agência Nacional de Transporte Aquaviários, que eles usavam os portos para se locupletarem de dinheiro que as empresas... a empresa dos Batista, a Eldorado, pagava propina para os funcionários da Antaq, que cuidava dos portos.

A outra coisa que eu queria pedir para o Sr. Joesley, já que ele não quer falar: na primeira oportunidade que ele puder fazer a sua delação ou dar depoimento na Justiça, porque lá na Justiça ele está falando, ele contar para nós como é que foi a relação dele com o Governador de Brasília. Você ajudaria muito Brasília e o Brasil, porque o Governador de Brasília é o cidadão mais nocivo ao Brasil hoje, o Sr. Rodrigo Rollemberg é nocivo não só a Brasília, mas ao Brasil. E quando você for delatar o que você passou de propina para ele, você contasse realmente o que aconteceu: de que forma que ele exigiu essa propina; a troca de quê? Porque nós sabemos que ele já teve benefícios fiscais, que a empresa JBS teve benefícios fiscais aqui. Mas nós queríamos saber qual é a participação direta do seu Rodrigo Rollemberg e também do Sr. Ricardo Leal, que talvez teria sido um intermediário do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador com as empresas JBS. E esse Ricardo Leal é um parceiro muito ligado também ao Funaro, que é um dos delatores da Lava Jato.

Eu queria só pedir a ele que ele se refletisse nisso, que se ele contasse a verdade sobre a relação promíscua com o Governador de Brasília, ele estaria ajudando bastante o nosso País.

Era só isso, Presidente, que eu queria passar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^a, Deputado Laerte Bessa, um delegado de polícia de longa data, com grande serviço prestado aqui no Distrito Federal.

Aqui também nós temos hoje, lamentavelmente não está presente, o Delegado Francischini, delegado da Polícia Federal também com larga experiência em investigação.

Concedo a palavra ao Deputado Heuler Cruvinel.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, depoente Joesley Batista, chegamos ao ponto ápice desta CPML que era ouvir o grande artista aqui desse grupo JBS desta CPML, onde nós estamos aqui reunidos, já há várias sessões esperando esse tempo, essa oportunidade em que pudéssemos estar aqui ouvindo o Sr. Joesley.

em que pudéssemos estar aqui ouvindo o Sr. Joesley, mas, infelizmente, ele veio aqui com a justificativa de não estar produzindo provas contra ele e permanece o tempo inteiro calado nesta CPML. Era uma oportunidade que nós teríamos de poder ouvir as suas justificativas, as suas respostas, depois da sequência de ilicitudes que foram promovidas, provocadas pelo senhor, que realmente foi o grande arquiteto deste grupo, o grupo JBS, que, numa hora, foi orgulho para o nosso País, quando realmente se tornou a maior empresa deste País e uma das maiores empresas do mundo, tendo sido a maior empresa de produção de proteína animal de todo o Planeta, mas de que, realmente, hoje, nós nos envergonhamos, depois de saber como senhor chegou a esse ponto, a esse nível de ser tão grandioso depois de tantas coisas que realmente foram feitas de errado pelo seu grupo e também por você.

Eu quero aqui chamá-lo para reflexão. Nós que somos goianos – eu sou goiano, você é goiano, o Presidente desta Comissão é goiano – sabemos um pouco da história desse grupo. Seu pai, quando iniciou os trabalhos, ainda com a empresa sendo um açougue na cidade de Anapólis, apenas comercializava carne naquela cidade; depois da fundação de Brasília, teve oportunidade de vir para cá fornecer carne, num trabalho árduo do dia do dia, numa empresa familiar, como várias que há em todo o nosso País. Depois da sucessão natural, ela saiu do seu pai para os seus quatro filhos, que vieram a trabalhar dentro da empresa. Vocês têm o seu valor, realmente; geraram vários empregos; trabalharam no dia a dia; pagaram os seus impostos de maneira correta no início da formação dessa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa; cresceram gradativamente, como todas as empresas sérias no nosso País assim o fazem; vieram para cá para Brasília; forneceram carne; depois, compraram algumas outras unidades; começaram a trabalhar com unidade frigorífica, comprando gado em vários Estados do nosso País, fazendo sempre da maneira correta, quando senhor e o seu irmão Júnior iniciaram a presidir o grupo. Eu quero perguntar para o senhor depois dessa reflexão, de pensar em quantas vezes já vieram aqui, com seu pai, às vezes, dirigindo um caminhãozinho, trazendo carne para poder fornecer aqui em Brasília, na luta do dia a dia, carregando carne no ombro, com o senhor também da mesma forma, assim como seu irmão. O senhor, às vezes, pensando em tudo isso, tem uma oportunidade desta que o senhor tem para poder falar para todo o País, em poder trazer aqui a sua justificativa, depois de tudo que aqui ocorreu. Eu quero fazer algumas indagações. Eu tenho aqui mais de vinte perguntas, mas vou fazer apenas duas perguntas para o senhor, depois de o senhor pensar em tudo que aconteceu na sua vida. Agora, o senhor está aqui, desta forma, lamentável, preso, na cadeia, depois de tudo que o senhor fez de alguns anos para cá e de pensar em toda a sua história. Tudo que se planta colhe, não há jeito de plantar manga e colher tamarindo, tudo que se planta colhe. Então, é isso que o senhor está colhendo agora, de dez anos para cá, depois de tudo que o senhor fez de errado, à frente desse grande grupo, dessa grande empresa, que nós tínhamos em nosso País.

dessa grande empresa que nós tínhamos em nosso País.

Em delação, você afirmou que Guido Mantega operava para favorecer os negócios da J&F ao BNDES. Pode-se afirmar que uma dessas ajudas resultou no enquadramento, análise e aprovação da operação de aporte de capital para aquisição da Swift em curso espaço de tempo de 22 dias?

O SR. JOESLEY BATISTA – Com respeito, Excelência, eu me mantenho em silêncio.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – Houve pagamentos para que o BNDES adquirisse ações da JBS com ágio, conforme apontado pelo TCU?

O SR. JOESLEY BATISTA – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD - GO) – A gente sabe que o senhor não vai responder aqui diante de tantas perguntas, tantos questionamentos que foram feitos, mas o Brasil sabe que, depois de o senhor ter acesso a recursos públicos, depois de ter acesso a recursos do BNDES – bilhões e bilhões de reais –, para poder adquirir outras empresas, para poder ocasionar prejuízos a pecuaristas – que, depois da formação do monopólio, da cartelização do setor frigorífico do Brasil, não tinham opções em poder vender o seu produto, que viam o seu produto com preço mais baixo –, depois de comprar vários outros concorrentes, de quebrar vários outros concorrentes, com acesso a esses recursos públicos, depois de poder gerar prejuízos a vários funcionários de outras empresas que depois o senhor adquiriu, fechando essas empresas, demitindo funcionários, depois de ter acesso a esses recursos públicos, enquanto várias outras empresas, microempresas queriam ter acesso a R\$20





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil, R\$50 mil, e o senhor tendo acesso a bilhões de reais, repassando desses recursos mais de R\$300 milhões como doações oficiais de campanha para vários partidos políticos, o senhor recebia um dinheiro do BNDES, dinheiro público, e transferia esse recurso para partidos políticos que davam condições de o senhor ter acesso a esses recursos.

Depois de ter sido escolhida como uma das empresas campeãs no nosso País, para poder adquirir outras empresas em outros países também, podendo negociar delação premiada para poder reduzir a sua pena, depois de tudo que foi feito de errado pela sua empresa, com Procuradoria-Geral da República, com o Sr. Marcelo Miller, omitiu várias coisas dentro da sua delação.

Negociou aqui, depois de também acertar, fazer repasse para vários Deputados, Senadores, mas não de forma generalizada: o senhor coloca todos na vala comum, dizendo que deu para mais de 1.890 políticos recursos para campanha.

Mas o senhor deu condições para poderem ser negociadas medidas provisórias, influenciou bolsa de valores, com oscilação das suas próprias ações. Com a queda do dólar num dia, como já foi dito aqui, depois da sua delação, o senhor compra dólar num dia e depois vende no outro. Realmente tem que ser um artista. Nunca ouvi na história deste País pessoa que tivesse, além de ser sonegadora de impostos, depois de tudo que aconteceu, corruptor, essa ambição insaciável. O senhor já era rico, já tinha iate, já tinha avião jato, já tinha apartamento em Miami, em Paris, em Nova York, em todas as cidades principais do mundo, não tinha essa necessidade de ocasionar esse prejuízo para quem trabalha, para quem produz

necessidade de ocasionar esse prejuízo para quem trabalha, para quem produz neste País, para quem sabe o quanto custa cada gota de suor.

Então, eu quero aqui finalizar. Infelizmente, nós chegamos a esse ponto, depois de realmente a sua empresa, a sua história e a sua trajetória serem um orgulho para o nosso País. Hoje, infelizmente, nós temos a sensação de que sua família é uma quadrilha e a sua empresa, uma organização criminoso, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço V. Ex^a e passo a palavra ao Deputado Marcelo Aguiar.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V. Ex^a, o Relator Marun, o depoente, todos os advogados. Quero ser breve, porque acho que todas as colocações, todas as dúvidas e questionamentos a respeito de desvio, vazamento, compra de ações, dinheiro do BNDES, enfim, envolvimento do Miller nessa ação toda, já ficou muito claro aqui para o próprio Relator de que há um envolvimento muito grande em cima de tudo isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, hoje, Sr. Joesley, eu não sei se tem a consciência de que é a pessoa mais esperada hoje aqui nesta CPI. Eu sei que é difícil e duro ouvir algumas coisas, como foi colocado aqui por alguns Deputados, mas...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – ...nós temos às vezes poucas oportunidades na vida de mudar o rumo da nossa história e o rumo da nossa vida. E, hoje, eu acredito que Deus te deu a oportunidade de vir a este lugar para que você pudesse também limpar um pouco o seu coração e falar aquilo que é a verdade, todos os nomes envolvidos nessa história, todas as empresas, todos os Deputados, Senadores, Judiciário, pessoas que fazem parte da tua lista. E, com certeza, é a oportunidade de você trazer à luz a verdade aqui nesta CPI.

O Brasil inteiro e o mundo inteiro, hoje, a mídia internacional estão com os holofotes voltados para que você possa trazer a verdade aqui nesta CPI. Eu não sei até onde o silêncio vai beneficiar lá na frente. Ouvindo aqui cada momento em que o senhor falar que não ia responder, o direito de silêncio, eu ficava me perguntando: meu Deus, que Deus tenha misericórdia, porque... Que Deus não se silencie na tua vida nunca, porque você vai precisar da misericórdia dele. A gente, sem Deus, não é absolutamente nada. E aqui é a lei do homem. Use esse direito que você tem para poder trazer a verdade para o Brasil, porque com certeza isso vai ter um grande benefício para você lá na frente.

Era só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço V. Ex^a, Deputado Marcelo Aguiar. E V. Ex^a... Pela primeira vez, eu vejo um Parlamentar aqui nesta CPMI invocar o nome de Deus. Essa situação aqui realmente é constrangedora a todos nós – não só ao Sr. Joesley, mas a todos nós. E aí, quando V. Ex^a estava falando, eu estava me lembrando aqui de Hebreus, 4:13: todos nós, nenhum ser humano poderá se ocultar diante de Deus. E todos nós teremos que prestar contas a ele. Então, é muito interessante a fala de V. Ex^a, curta, mas muito profunda.

Passo a palavra ao Deputado Rocha.

O SR. ROCHA (PSDB - AC) – Sr. Presidente, eu quero iniciar aqui cumprimentando os Parlamentares, o depoente. E queria iniciar com uma constatação: é fato que o Brasil atravessa um momento novo. O Brasil vive uma fase que... Se, há três anos, alguém dissesse, alguém contasse para algum de nós que nós teríamos na cadeia corruptos e corruptores, certamente eu não acreditaria, assim como a maioria.

Certamente eu não acreditaria, assim como a maioria. E eu vejo aqui, Sr. Presidente, muita gente questionando os métodos e se atendo pouco aos fatos. Nós tivemos aí uma ação predatória no nosso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

País, que levou à bancarrota a Petrobras, quase quebrou o BNDES e fez com que o povo brasileiro amargasse o sofrimento que amarga hoje.

E aí eu quero, mesmo discordando de algumas posturas, mesmo discordando, mesmo tendo alguns questionamentos, reforçar aquilo que disse o Procurador Deltan Dallagnol: acho que a mudança deste País está nas mãos do eleitor. A mudança deste País está nas mãos daqueles que vão escolher seus representantes. Porque também é fato, Sr. Presidente, que durante muito tempo o Congresso brasileiro olhou para os pequenos criminosos – para o batedor de carteira, para o pequeno traficante, para aqueles que cometem, que ofendem, que agridem a sociedade de forma isolada –, mas esqueceu aqueles que causam mal a toda a sociedade, que são corruptos e corruptores. Aqueles que tiram a vida de muitos em um só ato, em uma só ação, pois retiram dinheiro que certamente seria empregado na saúde pública; retiram o futuro de muitos brasileiros quando o recurso que é desviado faz falta na educação dos filhos, principalmente, daqueles que mais precisam.

Então, Sr. Presidente, eu vejo esse novo momento com bons olhos, com bons olhos. Se me contassem há três anos que nós teríamos grandes empresários, como o Sr. Joesley Batista, como o irmão dele, Wesley Batista, como o Marcelo Odebrecht, na cadeia, pagando pelos crimes que cometeram, eu certamente não acreditaria. E graças a Deus vivemos esse momento.

Agora, eu quero aqui reforçar o que disse o Deputado João Gualberto: nós temos que voltar também para o outro lado dessa banda podre, que é a parte política. Acho que o Congresso brasileiro tem a responsabilidade de não só criminalizar, aumentar penas para os pequenos delinquentes, mas para aqueles que, como gafanhotos, acabaram com o nosso País, como corruptores e corruptos.

E aí, lamentar que o depoente está tendo hoje a chance de, de alguma forma, colaborar com o País que ele tanto prejudicou, com o povo para o qual ele, com sua ação empresarial e principalmente com sua atuação empresarial criminosa, trouxe tanto prejuízo. Ele está tendo essa chance hoje e mais uma vez ele vira as costas para o povo brasileiro; mais uma vez. Eu teria vergonha. Eu teria vergonha. Acho que o depoente, certamente, depois desse episódio todo, não vai mais conseguir andar de cabeça erguida neste País; não vai mais conseguir andar de cabeça erguida neste País. Mas pelo menos de bem com a sua consciência poderia ficar, se aqui comesse a falar a verdade, se aqui comesse não a fazer os jogos de cena que ele utilizou nas suas delações que, francamente, todos nós reconhecemos que foram absurdos os benefícios que foram concedidos. Mas ele tem a chance, hoje, de ficar pelo menos em paz com a sua consciência, relatando aqui toda a trama dessa organização criminosa que, como gafanhotos, destruiu o nosso País.

O Sr. Joesley Batista tem nas suas costas

O Sr. Joesley Batista tem nas suas costas a responsabilidade por muita coisa que acontece com o nosso povo, com pessoas que não vão ter acesso à saúde, não vão ter acesso a uma educação de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade, não vão ter acesso à infraestrutura. E mais do que isso: eu não posso aqui dizer que me orgulho da JBS. A JBS é uma vergonha para o nosso País, porque ela jogou o Brasil, de forma definitiva, no mar do descrédito.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui só lamentar. Eu acho que o momento que nós vivemos é um momento bom. O Congresso brasileiro tem que abrir os olhos para esses que atuam como verdadeiros gafanhotos, destruindo o nosso País, destruindo o futuro das nossas gerações.

O depoente hoje perde uma oportunidade de ficar em paz com a sua consciência, de colaborar com esse povo de quem ele tanto usurpou, de quem ele tanto roubou.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço V. Exª e passo a palavra ao amigo, Senador Magno Malta. Com a palavra, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores advogados, Sr. Joesley Batista, Deputado Marun, Senador Ataídes Oliveira, a razão que me traz a esta Comissão é o fato de que, ao longo de todo o processo, eu tive o cuidado de tratar todos os dias, na tribuna do Senado, com a veemência que me era permitida e meu entendimento, dos crimes ocorridos e crimes praticados contra a Nação.

Eu fico muito à vontade, Sr. Joesley Batista, porque o País vive – embora o momento pareça ruim, embora o momento pareça sujo, feio – o seu melhor momento. Parece que fede, mas não fede; parece que é feio, mas é bonito, porque o processo que o Brasil vive é depurativo. A tampa do esgoto foi aberta, e o povo de fato hoje sabe quem é quem em cada processo, seja no exercício da vida pública brasileira, da vida política brasileira ou da vida empresarial.

Durante todo o tempo eu debati todas essas questões que envolvem o senhor e o seu irmão. E fico à vontade, porque, quando o senhor dá o número de políticos que o senhor ajudou ou corrompeu ou de cujo processo de corrupção participou, eu não tenho conhecimento disso, porque disso não faço parte. Eu não o conheço, não conheço a sua empresa, não tenho qualquer tipo de relacionamento... Eu o vi pela primeira vez quando essas coisas começaram a aparecer já na televisão. Fico à cavaleiro para falar as coisas que vou falar.

Quando o senhor diz que deu dinheiro para tantos políticos, de fato o senhor não deu, porque na verdade o dinheiro não era seu, o dinheiro era público. O senhor acabou distribuindo aquilo que era público. Não eram rendimentos seus; não era o que o senhor faturou, trabalhou; não dividiu o seu suor, do alto da sua boa vontade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada grande empréstimo negado às empresas médias e negado às pequenas empresas, que poderia ter alavancado milhões de empregos no Brasil, que ia para só um lugar, para só um emprego no Brasil e que iam para só um lugar, para só um caixa, para uma dupla de irmãos fantásticos, Midas que onde colocavam a mão virara ouro.

Quando do advento da sua delação em que o senhor gravou as pessoas, a lei diz... E a lei só autoriza alguém gravar alguém quando corre risco de vida, e ninguém entende hoje como, sem correr risco de vida, o senhor foi autorizado a gravar as pessoas. Mas cometeu um erro – quem sabe até para fazer... Porque Milton Nascimento tem uma música maravilhosa que, numa parte da letra, diz: "Eu, caçador de mim". E o senhor foi "eu, gravador de mim". E na sua autogravação o senhor começa a descrever, a falar da sua megalomania, da sua grandeza, do seu orgulho, da sua... Eu gostaria que ele pudesse me ouvir. *(Pausa.)*

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Continue, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas eu não tenho problema, porque é advogado e ele tem direito a advogado. Pode falar, eu posso esperar.

Posso prosseguir, Doutor?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO *(Fora do microfone.)* – Claro, mas se eu precisar interromper...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Não, tudo bem. Sem problema. Por isso que eu parei. São direitos constitucionais que ele tem e que precisam ser respeitados.

O senhor falava dos Poderes com deboche, com uma capacidade de quem tinha a Nação na mão, estava tudo dominado já no Executivo porque a Odebrecht tinha colocado uma bomba aqui dentro – e, graças a Deus, não faço parte dessa bomba, o meu signo continua o mesmo, não sou "odebrechtariano", não faço parte, então a bomba não atingiu a mim. Mas o senhor disse que isto aqui já estava explodido, como numa letra de *funk*: "Está tudo dominado". E o "José Eduardo Cardozo vai dominar para nós o Judiciário", certamente por intenção de gravá-lo e fazer umas chantagens, seja lá o que for. O Judiciário também e o Executivo detonaria o senhor.

Aqui fica para mim uma coisa que analiso, analiso e não consigo chegar a lugar nenhum: vocês que já tinham o País na mão, as instituições deste País, Caixa Econômica, os bancos, os fundos de pensão, o BNDES já era de vocês, vocês faziam o que queriam, dividiam com quem queriam, arrumavam a propina e as percentagens com quem queriam e como queriam, e ainda vocês se tornariam então os príncipes, o rei e o príncipe regente no Brasil, porque detonadas as instituições como o senhor coloca na sua gravação, os senhores seriam os legítimos donos do Brasil. E o senhor diz: "Esse Janot, Saud, pensa que nós é menino. Nós é professor". Quem fala "nós é professor" não é professor, está precisando de escola. "Nós é professor." Mas era uma autogravação, e, felizmente, até o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime tem teto. E ao chegar no teto, a história diz que o criminoso, normalmente, pratica um crime e ele volta no lugar do crime; ou ele, quando pratica um crime – isso é corriqueiro –, ele manda o caixão e depois ele vai lá no velório. E acho que essa gravação fez isso exatamente.

Alguns Deputados, eu estava vendo pela televisão, lhes solicitavam... O senhor tem o direito constitucional de fato de ficar calado, o senhor tem o direito de ficar calado, de não se autoincriminar, de seguir o conselho dos seus advogados, como está sendo preparada a sua defesa, tudo isso o conselho dos seus advogados, como está sendo preparada a sua defesa. Tudo isso é legítimo, mas eu penso também que, se o senhor falasse, até porque imagino que, antigamente, as grandes redes falavam sozinhas, mas apareceu a via de mão dupla, que é a tal rede social... E o Brasil acordou; o Brasil não quer mais conviver nem com corrupto nem com corruptor; o Brasil não quer conviver mais nem com violência. Esse império, que foi montado com milhares de empregos, começa a ruir, começa a se diluir por conta de uma série de demandas que virão em seguida. Muitas vezes, as pessoas, quando estão depondo, dizem que preferem falar em juízo. Eu não sei se o juízo no Brasil ainda tem condição de fazer juízo do que já viu e do que já ouviu, mas repito: o senhor está na legitimidade de ficar calado, mas é legítimo também que, numa reunião aberta de uma CPI, aqueles Parlamentares que representam uma porcentagem da sociedade brasileira, seja ele Deputado Federal, seja ele Senador, levantem a sua voz. Há uma coisa engasgada no País em cada rincão desta Nação; por mais simples que seja o lugar, as pessoas têm conhecimento e indagam. E, por indouto que seja um cidadão, ele tem Facebook na mão dele, sabe todas as histórias, sabe os nomes, conhece as pessoas. Por isso, seria salutar, de fato, como disse o Deputado Marcelo Aguiar, que o senhor pudesse falar, até porque, quando as suas penas começarem a ser efetivadas pelo Judiciário, as pessoas que ainda estão no oculto certamente não as pagarão juntamente com o senhor e com a sua família, que, de repente, é quem mais está sofrendo. Num processo como este – eu sei o que é uma CPI –, quem está do outro lado do balcão está na desvantagem. É uma grande desvantagem depor numa CPI, mas é a família que mais paga, que mais sofre. Quem sabe, em nome dos seus filhos – eu acho que eu vi numa revista que o senhor tem um filho pequeno –, em nome dos filhos do futuro, o senhor pudesse dar esta contribuição. Errar, cometer erros está dentro do limite humano, mas o reconhecimento do erro aplaca corações enfurecidos. Quem sabe o reconhecimento do erro possa, futuramente, somar para sua família, para seus filhos aquilo que não pode somar para o senhor hoje, porque a sua situação e a do seu irmão são muito difíceis.

No dia em que vocês foram embora, eu fiz um discurso dizendo que vocês haviam cometido crime de lesa-pátria, que o seu irmão havia cometido crime de lesa-pátria, com o fato de a Bolsa ter sofrido o que sofreu, os ativos que vocês venderam, o que vocês compraram de dólar, sabendo do *boom* que aconteceria negativamente no dia seguinte. Havia crime de lesa-pátria. Eu me lembro de que fiz este discurso: os crimes de lesa-pátria. E, na verdade, o senhor foi recolhido por um fato, e o seu irmão foi recolhido pelo fato do crime de lesa-pátria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu penso que este é um momento importante, um momento importante para o Brasil, um momento importante para o senhor fazer a sua reflexão, porque imagino que, mesmo com todos esses erros que vieram à tona, o senhor gerou emprego, o senhor saiu da sua cidade... Duvido que, quando vocês começaram, o senhor tinha intenção de que isso chegasse aonde chegou. Não estou falando do ponto de vista de gerar emprego ou fazer uma grande empresa, mas esse envolvimento com o crime, com a corrupção, para poder ter esse desfecho que há neste momento. Duvido! Estavam trabalhando, gerando emprego. Ninguém é só desvirtude, as pessoas têm virtude. O senhor, certamente, tem suas virtudes; seu irmão tem suas virtudes; seu pai tem virtude. Ninguém está aqui para poder deixar de reconhecer esse fato, mas é importante, porque o fato que os colocou contra a parede é um fato criminoso.

Por isso,

criminoso. Por isso, uma CPI é o fórum mais importante para alguém que está acuado, já está preso e mais nada tem a perder.

Volto a dizer que compreendo perfeitamente. Em alguns momentos, não concordo com a Constituição, mas é o texto da Constituição. A qualquer cidadão que vem como testemunha de defesa ou de acusação, em qualquer fórum, quando ele entra, o juiz diz: "Se você mentir, você sai preso." Uma testemunha; agora, o réu pode mentir. É um negócio tão engraçado que acontece na nossa lei que não dá para você entender: o réu pode mentir, ele não pode fazer prova contra ele; mas a testemunha não mente, se ela mentiu, eu a prendo. Como? Quer dizer, um disparate total. Mas está lá. E, se está, é um texto de lei e nós temos que respeitar, mas penso que, neste momento, muito mais do que as outras questões, é um crime de lesa-pátria, porque, na verdade, o senhor não dividiu o que era seu. O senhor repassou para mil e tantos políticos o que era dinheiro de creche, Sr. Joesley, era dinheiro da saúde, era dinheiro de rua, era dinheiro de esgoto, era dinheiro de cirurgia de catarata, era dinheiro que podia ir para Apae, para as Santas Casas, era dinheiro de cirurgia, dinheiro do SUS. Foi esse que o senhor repassou, não era seu. Com o seu lucro, certamente o senhor comprou outras coisas, o senhor comprou o seu iate, o senhor comprou a sua vida de conforto, mas o que o senhor dividiu não era seu.

E o crime ainda está com alguns engravatados, de terno e gravata, desfrutando de seus mandatos por conta do foro privilegiado, e eles, que estão de baixo do privilégio, podiam perder o privilégio com o senhor falando, já que o foro ainda continua, que é uma aberração, é uma excrecência, porque, se esse foro não continuasse, eles todos estariam na mesma condição do senhor. Quem sabe o senhor está pagando até pelo que não deve: está pagando pelo que deve e pagando a conta dos outros também por causa do foro privilegiado, porque o senhor não cometeu isso sozinho.

Aliás, em trecho da sua delação, o senhor dá nomes, o senhor fala com quem falou, como acertou. Eles negam: "Nunca vi." "Nunca tive relacionamento." "Nego peremptoriamente." "Vou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responder isso em juízo." A conversa fiada é a mesma, o mi-mi-mi, a lenga-lenga são os mesmos. A mesma conversa, responde em nota: "Nunca tive." "Não fui notificado." E o senhor fala alguns nomes. Mas, quem sabe, falar publicamente, que não seja numa gravação, até porque aqui o senhor não corre o risco de cometimento de crime porque foi gravar alguém sem autorização judicial, porque o senhor não está ameaçado de morte, pelo contrário, o senhor está muito bem guardado e respeitado aqui, embora essas verdades sejam muito duras...

Sr. Presidente, eu agradeço, mas, mantendo o seu direito, o senhor está perdendo uma oportunidade. Quem sabe se o senhor fala... Eu me lembro de quando o Tommaso Buscetta foi preso aqui e foi levado para a Itália. E lá ele falou. Pagou, mas falou. E o fato de ele ter falado restabeleceu na sociedade da Itália moralmente alguma coisa, mas deixou de perder também naquilo que foi perdido com a corrupção por conta da máfia. Imagino que uma operação do tamanho da do senhor não esteja acontecendo neste momento, mas penso que uma fala sua ia ajudar o Brasil. O senhor sairia de uma condição horrorosa em que o senhor está hoje para dizer: "Ele pelo menos teve coragem de falar. Na CPI, ele falou, deu nomes, entregou." Cabe à CPI agora ir atrás, cabe à CPI investigar, cabe à CPI reformar o prazo da CPI, delongar a CPI por mais seis meses, por mais um ano, investigar, cabe à CPI pedir perda de mandatos, cabe à CPI tirar gravatas, tirar paletós que estão por aí, paletós que estão por aí ainda debaixo do manto da impunidade. Se o senhor falar, certamente o senhor dará uma grande contribuição à Nação brasileira, e o seu filho, quando crescer, terá orgulho do senhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço V. Ex^a, Senador Magno Malta. E, por derradeiro, que não é verdade; não era derradeiro, mas ele teve que se ausentar, que é relator parcial dessa parte legislativa da nossa CPML, acabou ficando por último, mas os últimos, às vezes, são os primeiros. O Deputado Wadih, com a palavra.

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Carlos Marun, colegas advogados, depoente, Deputados, eu vou me abster de aconselhamentos morais a quem tem o direito constitucional de ficar calado. Essas exortações morais, do meu ponto de vista, são inúteis, mas eu gostaria apenas de enfatizar algumas questões.

O depoente, o seu irmão, os diretores da JBS não fizeram essa lambança sozinhos. Não caíram de paraquedas aqui. Houve uma atuação orquestrada entre eles e o Ministério Público, porque nós não podemos nos esquecer disso. Nós não podemos nos esquecer disso. Ele estava numa ação controlada. Quem deu o benefício de poderem ir para Nova York? Quem foi? E nós temos que entender, Sr. Presidente: esse não é um procedimento isolado; esse é um procedimento padrão dessas obtenções de delação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim como se cobra... Eu vejo aqui dentro corretamente querendo investigação sobre os políticos, mas por que só sobre os políticos? Eu quero investigação sobre aqueles que usam das suas prerrogativas constitucionais para delinquir, para desrespeitar a lei. Eu quero investigação sobre o Ministério Público, sim. Por que eles estão acima da lei, estão acima da Constituição? O órgão responsável, em tese, pela fiscalização do Ministério Público é o Conselho Nacional do Ministério Público, e se descumbe corretamente das suas funções, eu vou responder: não. Não, e com a complacência do Poder Judiciário. Por que o Sr. Pelella não pôde vir aqui? Por que covardemente foi buscar amparo de uma medida liminar no Supremo Tribunal Federal? Para ficar calado. E sob que argumento? "Não, os órgãos de controle interno do Ministério Público darão conta disso." Darão? Eu duvido que darão. Eu duvido.

O que nós estamos assistindo aqui, Sr. Presidente, no País, é algo muito grave. Em nome do combate a ilícitos, agora é o combate à corrupção, faz-se o que bem entende, fala-se o que bem se entende falar. Eu me lembro, e foi muito apropriado o Deputado Paulo Pimenta ter lembrado desse aspecto... Nós estávamos aqui conversando sobre isso. Lembra muito os chamados porões da época da ditadura, em que se formou um Estado dentro do Estado para coagir, para afrontar os presidentes da época. Hoje, há um

os presidentes da época. Hoje há um Ministério Público dentro do Ministério Público, para deixar claro para a Dr^a Raquel Dodge: "Olha, em Curitiba quem manda somos nós, a senhora não apita nada aqui dentro, não". E a Dr^a Raquel Dodge vai ficar de braços cruzados assistindo isso?

Como nós podemos aceitar que essa turma lá de Curitiba aponte o dedo para o Congresso Nacional e diga quem pode e quem não pode ser eleito? Aliás, vamos entrar com uma representação por campanha eleitoral ilegal por parte dos signatários dessa carta. Que história é essa? Dizer quem é eleito, quem não é eleito, quem pode ser eleito, quem não pode ser eleito. Que cafajestada é essa? E alguns aqui batem palmas para essa turma; não estão entendendo o que essa turma está fazendo no País.

Eu quero que essa turma venha e diga: do dinheiro que eles alegam que foi desviado dos cofres públicos, quanto eles recuperaram? Quanto eles recuperaram? E que façam uma comparação com o quanto já causaram de prejuízo aqui no País, quebrando empresas, quebrando setores estratégicos da economia, e causando milhares e milhares de desemprego. E nós achamos isso muito bacana, muito bonito, afinal de contas estão combatendo a corrupção. Qual é o saldo desse combate à corrupção?

Que poderosos são esses? Poderosos? Quais? A empresa jornalística de televisão que faz contratos espúrios com a Fifa e com a CBF? Tem alguém dessa família na cadeia? Os que estão presos no FBI têm escuta escondida? Essa rede de televisão foi lá para gravá-los como foram, ontem, lá. O que está acontecendo aqui no País, Presidente, é algo muito sério. O que aconteceu nas penitenciárias do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rio de Janeiro esse domingo é algo muito sério. Como é que o Ministério Público possibilita que uma empresa de televisão vá filmar presos nas suas celas? Querem o quê? Querem colocar lá no pátio para serem linchados, serem picados? E com base em que dispositivo legal?

Nós não podemos aceitar Estado dentro do Estado, nós não podemos aceitar Ministério Público dentro do Ministério Público. Isso é coisa de ditadura, isso é coisa de fascismo, e isso é inaceitável. Então, nós temos que investigar, sim. Temos que recorrer dessa decisão do Ministro Toffoli, Presidente. Que história é essa de Procurador não vir aqui prestar contas dos seus atos? Atos ilícitos é do que ele está sendo acusado.

Nós não estamos aqui querendo nos imiscuir no mérito dessa ou daquela opção que, no exercício legal e constitucional da suas prerrogativas, esse ou aquele Procurador adote. Nós estamos tratando aqui de ilícitos, de promiscuidade com organizações criminosas que eles dizem combater. E esse caso da JBS é um exemplo, aqui, sentado na nossa frente. Eles não fizeram nada disso sozinhos, caíram numa arapuca montada pelo Ministério Público. E estão acima, o Sr. Janot está acima de investigação, o Sr. Pelella está acima de investigação. Que história é essa? Onde está escrito na Constituição que alguém não pode ser investigado? Que história é essa? E essa turma aí, apontando o dedo para o Congresso Nacional, desmoralizando a figura das CPIs, desmoralizando o Congresso Nacional

desmoralizando a figura das CPIs, desmoralizando o Congresso Nacional, dizendo quem pode e quem não pode ser eleito. Que história é essa?

Nós temos de nos afirmar como poder, Presidente. Nós somos Poder Legislativo. Nós temos o papel de legislar, de colocar essa turma no seu devido lugar, e temos o papel de fiscalizar, que é o que estamos fazendo aqui. E temos a obrigação de, com esses instrumentos da CPI, aperfeiçoar o processo legislativo.

Então, nós temos de ir a fundo nisso. Isso aqui virou o quê? A república do Galeão? A república do DOI-CODI? A república do Cenimar, hoje sob o nome de República de Curitiba?

Que história é essa? Que história é essa? Delações sendo obtidas à base de extorsão, de chantagem, de promessas ilegais, de prêmios ilegais?

É muito importante que a revista que fez a matéria com os advogados faça também uma matéria sobre... Porque é tudo um esquema só. Se há uma indústria das delações premiadas, é muita gente que participa, e, obviamente, o papel dos senhores procuradores é crucial nesse sentido. Que história é essa de Procurador estar escolhendo advogado para réu? Que história é essa? "Não, com este aqui eu não quero. Nós temos aqui a indicação de outros advogados. Com esse advogado aqui, nós não fazemos delação".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso tem que ser visto! Isso tem que ser visto. Então, não vamos nos intimidar quando essa turma lá de Curitiba apontar o dedo para nós e dizer que a CPMI está se desviando para investigar Ministério Público. Não! Mas também, naquilo que delinquirem, naquilo em que houver desvio de finalidade, como há às mancheias hoje em dia nesses procedimentos.

E o episódio JBS é um exemplo candente, mas não é um fato isolado. Há um procedimento padrão, e, a partir da constatação desse procedimento padrão, Sr. Presidente, vai ser possível que aperfeiçoemos esse instituto da delação premiada. Então, é uma tarefa muito importante desta CPMI que nós temos de prestigiar e apoiar, porque isso é que significa construir o Estado democrático de direito, que hoje se encontra sob ameaça nos dias que correm.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Joesley, eu estava me lembrando aqui há poucos minutos: em 2013, quando cheguei a esta Casa, o Senado Federal me colocou como membro de uma comissão para a escolha dos empresários do ano – isso em 2013. Há um título aqui no Senado Federal cujo nome agora me falha a memória, a escolha dos três empresários do ano. E o primeiro nome que veio à minha cabeça foi do amigo José Batista Sobrinho Júnior, o irmão mais velho. Tentei falar com o Júnior, mas não consegui. Liguei então para o Walterci, do Laboratório Teuto, os nossos amigos de Anápolis de longa data. E aí, então, concedemos o título para o Walterci, que foi escolhido pela sua história como empresário

Ele foi escolhido pela sua história como empresário naquele ano, ganhando inclusive de grandes outros empresários. Mas eu não tenho dúvida de que, se o Júnior estivesse aqui, ele teria sido o contemplado.

Hoje, Joesley, eu queria tanto que nós estivéssemos aqui, falo isso do fundo do coração, numa sessão de homenagem a esse grande empresário, que gera milhões de empregos neste País. Eu também sou empresário, V. S^a sabe disso, de longa data, eu queria estar aqui hoje em uma sessão de homenagem a V. S^a, mas lamentavelmente não é isso.

Eu percebo que todos os nossos membros se sentem constrangidos com uma situação como esta, uma CPMI, mas, infelizmente, são as nossas atribuições aqui no Parlamento. Eu lhe confesso que eu me sinto muito constrangido, muito constrangido.

Eu espero que esse Grupo JBS tenha o mesmo destino da grande Samsung, na Coreia do Sul, onde o seu Presidente cometeu graves crimes, está preso, e essa grande Samsung que representa quase 30% do PIB daquele País continua funcionando normalmente e crescendo normalmente. Espero eu que a JBS, esse grande grupo, saia, eu diria, quase ilesa de toda essa catástrofe, esse tsunami, e continue gerando emprego e renda no nosso País. Espero eu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi muito os colegas aqui. O grande problema do nosso País – e quando eu cheguei aqui em 2011 como suplente ainda, eu fui à tribuna e disse que o financiamento privado de campanha era uma porteira aberta para a corrupção. Falei isso por diversas vezes. Disse que empresário nenhum colocava R\$1 mil para depois receber R\$1 mil de volta.

Mas como toda regra tem exceção. Em 2010, botei dinheiro numa campanha do Governador Siqueira Campos, no Tocantins, um bom dinheiro. Elegemos o Governador Siqueira Campos, e eu nunca pedi uma tampa de caneta de volta. Então, há exceções, mas são raras. O que eu queria era que aquele senhor voltasse a tomar conta daquele Estado em que eu nasci e me criei.

Então, o financiamento privado de campanha, que o Magno Malta falou muito bem, não foi o lucro da JBS que foi distribuído com esse bando de ladrão que hoje está na política. Não foi o lucro, porque o lucro na verdade é pequeno, qualquer empresa hoje, não é?, João Alberto, que tiver uma rentabilidade na ordem de 1 a 3% do seu capital investido é uma grande empresa e está sendo bem gerenciada. Portanto, esse dinheiro não era dinheiro de lucro, de rentabilidade da JBS, e, sim, era dinheiro

de rentabilidade da JBS. E sim era dinheiro do povo. Mas graças a Deus esse financiamento privado de campanha acabou em nosso País, tardiamente. Deputado Izalci, V. Ex^a, que veio da Contabilidade, sabe, conhece os números. Tardiamente acabou-se com isso.

Uma outra coisa terrível que acaba com o nosso País é o foro privilegiado. Isso não é um foro privilegiado, é um desaforo privilegiado. Dos seiscentos processos que estão em nossa Suprema Corte, 30% prescreveram. A nossa Suprema Corte não está para julgar aquilo ali. Mas agora se está chegando ao final.

O Senado Federal aprovou aqui – um tanto quanto desconfigurado – o projeto do Senador Alvaro Dias. Está na Câmara, mas a Suprema Corte, já em sua maioria, decidiu pelo fim do foro privilegiado. Esse é um outro grande passo que o nosso País terá. Porque nesse campo da corrupção há três personalidades, há um tripé: o corrupto, o corruptor e o corrompido. O grupo JBS, representado pelo Joesley, é o corruptor. Nós sabemos disso. Mas existe o corrupto. Quem é o corrupto. Evidentemente que são os políticos, com as suas devidas exceções. Nós temos muita gente honesta na política do nosso País. Lá no meu Estado, tenho políticos honestos e tenho os desonestos.

Alguém disse que 2018 será o grande filtro. Também espero que o povo brasileiro tenha aprendido a votar. Peço a Deus que dê sabedoria aos nossos eleitores para saberem escolher os seus representantes.

Uma outra coisa interessante pela qual estou pagando um preço muito caro é que alguns veículos que me respeitam...A imprensa tem me respeitado muito, graças a Deus – e agradeço muito à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imprensa. Às vezes, algum veículo saía fora um pouquinho e dizia que o objetivo deste Presidente aqui é perseguir o Ministério Público Federal. Isso tem me feito desgastar horrores. Acordo pelas madrugadas e fico me questionando por que estou na política, por que estou na Presidência desta CPMI. Pode ter algum Parlamentar neste Congresso Nacional que tenha defendido mais o Ministério Público do que eu. Vou melhorar: pode ter algum Parlamentar que tenha defendido o Ministério Público como eu, mas mais do que eu ninguém.

O Procurador Janot. Fui à tribuna por dezenas e dezenas de vezes defender a atuação do ex-Procurador Janot e de todos os outros. Mas há, sem sombra de dúvida, hoje, no meu relatório de quase 500 páginas, um ponto fora da curva dentro do Ministério Público Federal. Como disse o próprio ex-Procurador, ninguém está acima da lei e muito menos abaixo da lei

Eu estou fazendo hoje aqui esse desabafo. Porque eu percebo, inclusive, que o amigo Deputado João Gualberto sempre tenta me constranger. Sempre tenta me constranger em todas as nossas sessões. E eu tenho respeitado as posições do Deputado João Gualberto, porque ele entrou aqui, mas já está retornando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Isto, isto. Tem tentado me constranger com relação aos políticos. Se ele tivesse acompanhado o meu trabalho aqui neste Congresso Nacional, ele iria perceber que aqui eu nunca passei a mão na cabeça de ninguém, e jamais passarei. Eu estou aqui ao lado do Joesley Batista. Eu conheci o Joesley ainda garoto. Ainda garoto, porque eu sou mais velho do que o Joesley, me parece que 47... O Wesley é que tem 47, não é? É, e eu tenho 57. O Júnior está com... 58?

O SR. JOESLEY BATISTA – A sua idade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Minha idade, 57. Então, eu conheci esse jovem empresário ainda garoto, aos 30 anos o Joesley era garoto. Então, olha que situação ruim essa minha aqui nessa Presidência. Essa noite eu falei para a esposa: "Situação ruim ficar ao lado do Joesley. Que situação ruim ficar ao lado do Wesley Batista". Mas são circunstâncias. Eu estou aqui neste Parlamento, eu não queria nada com isso, não queria nada com política, e estou aqui. Botei meu nome como suplente, o João morre, e eu estou aqui. Eu queria fazer esse desabafo, me perdoa pelo desabafo.

João Gualberto, V. Exª não soube esperar o momento. V. Exª sempre me tem acuado aqui bastante. Eu acho que V. Exª não leu o objetivo principal desta CPMI, o escopo dessa CPMI, que é "investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações realizadas com o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

BNDES e BNDESPar"; como também "investigar os procedimentos do acordo de delação premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e os acionistas da JBS e J&F". Então, esse é o objetivo.

Mas agora nós já estamos chegando ao ponto mais alto da nossa CPMI. V. Exª tem alguns requerimentos aqui protocolados na CPMI: tem o Requerimento nº 64, de 2017, que requer a convocação do ex-Presidente do BNDES, Demian Fiocca – nós ouvimos aqui o ex-Presidente Coutinho e vários outros; V. Exª tem aqui o Requerimento 69, que requer a convocação da ex-Presidente Dilma Rousseff; V. Exª tem outro requerimento, nº 70, que requer a convocação do Sr. Elson Mucco, publicitário; V. Exª tem o Requerimento nº 72, que requer a convocação de Guido Mantega; tem um outro, o 73, João Baptista Lima Filho, convocação; 74, a convocação de Antonio Palocci; 77, a convocação de Henrique Meirelles; 78, de Eduardo Cosentino da Cunha; e o 115, convocando Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu quero dizer a V. Exª que eu não vou ficar, que eu

Não ficarei com essa responsabilidade de não colocar esses requerimentos em pauta. É este Plenário que tem que decidir.

Portanto, vou pedir, neste momento, à nossa secretaria que paute todos os requerimentos de V. Exª que não foram aprovados ainda para amanhã e, se houver mais algum de político, que paute todos eles para que este Plenário, então, decida.

Eu agradeço, mais uma vez, a presença do Joesley.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Faltou a outra acareação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A acareação já está pautada para amanhã.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – É uma, só uma. Falta a do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, vamos pautar a do outro também. É a dos dois advogados, a do Willer e a do Francisco. O.k. Podem colocar na pauta.

V. Exª, então, articule para aprovar os seus requerimentos.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – O.k. Vai ser difícil dar quórum, mas vamos fazer o possível.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, vamos lá.

Agradeço, mais uma vez, ao Sr. Joesley...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, a que horas é amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É às 9, às 9:30.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Está confirmada a presença do procurador?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Até então a presença do ex-Procurador Marcelo Miller está.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Esse requerimento vai ser posto a que horas em pauta para votação?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu já pedi para colocá-lo em votação amanhã.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – No início ou no final?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos ver, então, e, na hora em que der o quórum, a gente coloca.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB - BA) – Quando der o quórum a gente coloca.

O.k.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço também a presença do Dr. Ticiano, esse jovem advogado, e a do jovem advogado Pedro Ivo. Muito obrigado aos senhores.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a referida reunião.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

